CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Como presidente do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 11, de 08 de março de 2013 (***Redação dada pelo Decreto nº 851, de 19 de junho de 2023***), **CONVOCO** os membros do Comitê a comparecerem à reunião ordinária a ser realizada no **dia 25 de agosto de 2026, às 09h00, na sede do PREVIJUNO**, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. Ofício nº 851/2026 – Regularização de Divergências no DAIR;
2. Relatório - Cenário Macroeconômico – agosto/2026;
3. Apresentação, análise e avaliação de ativos financeiros ofertados pelo Banco Bradesco, com a participação de sua equipe técnica.

Juazeiro do Norte, Ceará, 17 de agosto de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do Previjuno

Ciente:

Evaniê Corrêa de Caldas, Membro_____

Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Membro_____

Murilo Vieira Gaião, Membro_____

Rosália Pereira Maia de Jesus, Membro_____

PREVIJUNO

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos 25 de agosto de 2026.

Ata: 16/2026 da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Data: 25 de agosto de 2026

Local: Sala de Treinamento – Sede do PREVIJUNO – Juazeiro do Norte – CE

Horário de início e término: 09h00min – 10h45min

Membros:

Jesus Rogério de Holanda – Presidente

Marcos Aurélio Gonçalves Silva

Rosália Pereira Maia de Jesus

Murilo Vieira Gaião

Evaniê Corrêa de Caldas

Secretária: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos

Ordem do dia:

1. Ofício nº 851/2026 – Regularização de Divergências no DAIR;
2. Relatório - Cenário Macroeconômico – agosto/2026;
3. Apresentação, análise e avaliação de ativos financeiros ofertados pelo Banco Bradesco, com a participação de sua equipe técnica.

A reunião inicialmente prevista para o dia 21 de agosto precisou ser adiada em razão da proximidade e da intensa demanda relacionada à organização do 6º Seminário Previdenciário do PREVIJUNO, que será realizado no dia 26 de agosto, no Memorial Padre Cícero. Ressalta-se que todos os membros do Comitê de Investimentos estão convidados a participar desse importante evento, que representa um momento relevante para o debate e o fortalecimento da gestão previdenciária. Após a verificação do quórum pela Secretária do Comitê de Investimentos, o Presidente, Sr. Jesus Rogério, apresentou a justificativa para o adiamento da reunião e, em seguida, declarou-a oficialmente aberta, dando início aos trabalhos e às discussões previstas na pauta. Inicialmente, contou-se com a presença dos técnicos do Banco Bradesco: Barbara Apro, Mário Sérgio e Samanta Amaral. A Sra. Barbara Apro apresentou o funcionamento dos Leilões do Tesouro Nacional direcionados aos RPPS, esclarecendo que as operações ocorrem semanalmente, com liquidação diretamente na conta corrente mantida no Bradesco. Os leilões ocorrem às terças-feiras para os papéis LFT e NTN-B, e às quintas-feiras para os

papéis LTN e NTN-F. A operacionalização do processo segue o seguinte cronograma: 11h00: Definição do consenso e indicação dos papéis e vencimentos de interesse; 11h15: Envio da ordem de compra completa (contendo papel, vencimento, taxa e valor) para o e-mail captacao@bradesco.com.br e 11h45: Previsão de divulgação dos resultados. Ao final, o Sr. Jesus Rogério agradeceu a participação dos técnicos na reunião, solicitou as lâminas para melhor análise e informou que, após a deliberação do Comitê, poderá entrar em contato com a equipe. Na sequência, o Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Jesus Rogério, deu conhecimento aos demais membros acerca do encaminhamento do Ofício nº 851/2026, de 10 de agosto de 2026, expedido para ciência e adoção das providências cabíveis quanto à regularização das divergências identificadas no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, bem como para a apresentação de manifestação formal acerca das pendências apontadas. O Presidente informou que, conforme estabelecido no referido expediente, foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado a partir do recebimento do Ofício, para apresentação da certidão ou documentação comprobatória da regularização das divergências identificadas ou da conclusão integral das atividades pendentes. O Sr. Jesus Rogério destacou, ainda, que o não atendimento às providências solicitadas dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, nos termos da legislação e das normas aplicáveis. O Sr. Jesus Rogério, informou, ainda, que o Sr. Marcelo Mendes, representante da Assessoria de Investimentos e responsável pelo acompanhamento e adoção das providências necessárias à regularização das pendências mencionadas, participou de videoconferência realizada no dia 17 de agosto de 2026. Na ocasião, conforme relatado pelo Presidente, o Sr. Marcelo Mendes informou que as providências necessárias para a regularização das divergências apontadas estavam em andamento, com a previsão de conclusão até a data estabelecida para o atendimento da demanda. Entretanto, até a presente data, não houve confirmação formal quanto à conclusão integral da regularização, tampouco foi apresentada, até o momento, documentação comprobatória que ateste a finalização das providências pendentes. Diante disso, o Presidente ressaltou a necessidade de acompanhamento da situação e da adoção das medidas cabíveis, a fim de assegurar a efetiva regularização das pendências e o cumprimento das exigências estabelecidas. O Sr. Jesus Rogério, informou que está em fase final o processo de inexigibilidade para contratação da nova empresa de assessoria de investimentos, com previsão de formalização e assinatura do contrato a partir de 01 de

setembro de 2026. Dando continuidade, o Sr. Jesus Rogério informou que, o resgate do CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF – RESP LIMITADA e também ao resgate das NTN-B 15/08/26 foram realocados no Fundo de Investimento Caixa Topázio Corporativo Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo, CNPJ nº 11.061.230/0001-87, conforme deliberado em Reunião Extraordinária do Comitê de Investimentos, no dia 13 de agosto de 2026. E ainda, houve o recebimento de cupom semestral do BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA que foi destinado ao mesmo ativo, considerando a situação decorrente da perda temporária da certificação Pró-Gestão, que impõe ao RPPS limitações quanto às possibilidades de alocação dos recursos. Na sequência, foi realizada a leitura e análise do Relatório Macroeconômico referente ao mês de agosto de 2026, com destaque para o cenário econômico nacional e internacional e seus possíveis impactos sobre os investimentos do PREVIJUNO. No cenário internacional, observou-se resiliência da economia dos Estados Unidos, apesar da desaceleração do crescimento, com o Federal Reserve mantendo os juros entre 3,50% e 3,75% e avaliando os próximos passos diante da evolução da inflação e do mercado de trabalho. Na Zona do Euro, a atividade apresentou desempenho acima do esperado, enquanto o BCE permanece cauteloso diante da inflação e dos riscos relacionados aos preços de energia. Na China, a economia demonstra perda gradual de ritmo, marcada pela força das exportações e da indústria de alta tecnologia, em contraste com a fraqueza da demanda doméstica. No cenário doméstico, os indicadores apontam para uma moderação gradual da atividade econômica, embora o mercado de trabalho permaneça aquecido. A inflação apresentou melhora no curto prazo, com o IPCA de julho registrando alta de 0,07% e acumulado de 4,44% em 12 meses. O relatório também destacou a situação fiscal ainda desafiadora, a evolução do câmbio e a decisão do Copom de reduzir a Selic para 14,00% ao ano, mantendo aberta a possibilidade de continuidade do ciclo de cortes, condicionada à evolução dos indicadores econômicos. Por fim, foram apresentados os principais indicadores de desempenho dos ativos financeiros até julho de 2026, destacando-se os resultados do CDI, IMA-S, crédito privado, títulos públicos, renda variável e investimentos no exterior. Após a exposição, os membros do Comitê tomaram conhecimento das informações e ressaltaram a importância do acompanhamento contínuo do cenário macroeconômico para subsidiar as decisões de alocação dos recursos do PREVIJUNO. A Sra. Rosália Maia questionou sobre o cronograma previsto para a auditoria do Pró-Gestão, tendo em vista a necessidade de revisão da carteira de

investimentos após a efetivação da certificação. Em resposta, a Sra. Evaniê Corrêa informou que a pré-auditoria, com análise documental, ocorrerá entre os dias 14 a 16 de setembro. Já a auditoria presencial será realizada nos dias 5 e 6 de outubro, com o objetivo de alcançar a certificação no Pró-Gestão Nível IV. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, secretária do comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 25 de agosto de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Rosália Pereira Maia de Jesus
Assessora

Murilo Vieira Gaião
Analista de Gestão Pública

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Secretária do Comitê de Investimentos

OFÍCIO N.º 851/2026/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 10 de agosto de 2026.

Ao Senhor
Marcelo Mendes
LDB Consultoria Financeira

Assunto: Solicitação de regularização de divergências no DAIR e manifestação formal.

Senhor Consultor,

1. CONSIDERANDO os Ofícios nº 000087/2026 – COINV/DIFIN/PREVIJUNO, nº 1789/2026 – PREVIJUNO e nº 1437/2025 – PREVIJUNO, bem como o Memorando nº 00007/2026 – COINV/DIFIN/PREVIJUNO, anteriormente encaminhados a essa Assessoria de Investimentos, por meio dos quais foram reiteradamente solicitadas providências para a regularização das inconsistências identificadas nos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), sem que, até a presente data, tenha sido apresentada solução definitiva;

2. CONSIDERANDO , ainda, as deliberações constantes nas Atas do Comitê de Investimentos nº 01/2026, 03/2026 e 05/2026, entre outras, que reforçam a necessidade de saneamento das referidas inconsistências;

3. CONSIDERANDO a Ata nº 08/2026 da Diretoria Executiva do PREVIJUNO, que igualmente destaca a urgência da regularização das divergências identificadas;

4. CONSIDERANDO , a informação prestada pelo Sr. Marcelo Mendes, Consultor, acerca da existência de possíveis problemas técnicos relacionados ao sistema CADPREV, comunicada por meio de aplicativo de mensagens;

5. CONSIDERANDO que a não emissão do Demonstrativo de Aplicação e Investimentos dos Recursos (DAIR) constitui uma das pendências de regularidade previdenciária ainda não sanadas pelo Município, repercutindo diretamente na manutenção da regularidade do Regime Próprio de Previdência Social perante o Ministério da Previdência Social.

6. CONSIDERANDO que a emissão do DAIR é obrigação indispensável ao atendimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis aos RPPS, cuja inobservância tem

Rua do Cruzeiro, nº. 163/167 – Centro
63010-212 – Juazeiro do Norte - Ceará
Contato: (88) 9.8185-1190

www.previjuno.com
faleconosco@previjuno.com
CNPJ: 08.919.882/0001-03

contribuído para o cancelamento do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), situação evidenciada na documentação acostada aos autos, que registra o cancelamento do certificado e a permanência de irregularidades relacionadas ao regime previdenciário.

7. CONSIDERANDO, ainda, que a ausência da emissão do DAIR configura descumprimento das obrigações contratuais assumidas pela empresa responsável pela prestação dos serviços especializados de gestão do RPPS, caracterizando falha na execução contratual e violação das condições pactuadas.

8. CONSIDERANDO que tal inadimplemento compromete a regularidade previdenciária do ente, produz consequências administrativas relevantes e pode ensejar prejuízos à Administração, o que indica a necessidade de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização para apuração dos fatos, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, com vistas à eventual aplicação das sanções cabíveis previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso seja constatada a responsabilidade da contratada.

9. Diante do exposto, fica concedido o prazo improrrogável de **5 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento deste expediente, para a apresentação da certidão comprobatória da regularização ou da conclusão integral das atividades pendentes.

10. No mesmo prazo, deverá ser encaminhada manifestação formal a este Instituto informando as providências adotadas. Caso ainda existam impedimentos de ordem técnica, estes deverão ser devidamente justificados, com a indicação das causas, especialmente quando relacionadas ao sistema CADPREV, bem como da previsão para sua solução

11. O não atendimento desta solicitação no prazo estabelecido, mediante a apresentação da certidão comprobatória ou da conclusão das atividades, ensejará a instauração de **Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)**, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

Atenciosamente,

Tiago César da Silva Viana
Vice-Presidente do PREVIJUNO
Portaria nº 600/2025

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO
Portaria n° 483/2025

Com cópia para: Marcos Almeida

Rua do Cruzeiro, nº. 163/167 – Centro
63010-212 – Juazeiro do Norte - Ceará
Contato: (88) 9.8185-1190

www.previjuno.com
faleconosco@previjuno.com
CNPJ: 08.919.882/0001-03

Ofício nº. 000087/2026 – COINV/DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 03 de fevereiro de 2026.

Ao Senhor
Marcelo Mendes
Consultor da LDB Consultoria Financeira

Assunto: REGULARIZAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS (DAIR).

Senhor Consultor,

1. Solicitamos a Vossa Senhoria a regularização das informações constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, tendo em vista a identificação de divergências entre os dados apresentados no referido demonstrativo e aqueles constantes nos Relatórios de Investimentos.

2. Esclarecemos que tais divergências não decorrem de falha no sistema CADPREV, uma vez que não há comunicação automática entre as informações registradas no módulo de Gestão do CADPREV e o módulo do DAIR, sendo necessário, portanto, o preenchimento manual dos dados, conforme esclarecido pelo Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS.

3. Assim, faz-se necessária a conferência e a correção das informações lançadas no DAIR, a fim de assegurar a compatibilidade com os Relatórios de Investimentos e a consistência dos dados encaminhados aos órgãos de controle.

4. Por oportuno, informamos que este RPPS realizou reunião com servidores do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS, ocasião em que foram esclarecidas as dúvidas e as divergências identificadas no DAIR. Na oportunidade, foi informado que as referidas informações não são geradas de forma

automática pelo sistema, sendo o seu preenchimento realizado manualmente, conforme cópia de Ata anexa.

5. Diante do exposto, solicitamos o apoio dessa consultoria para a análise e a correção das divergências identificadas nos DAIR referentes aos últimos meses e exercícios, a fim de garantir a conformidade das informações prestadas e a fidedignidade dos dados encaminhados aos órgãos de controle.

6. Certos de sua habitual atenção e colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Portaria nº 607/2025

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO
Portaria n° 483/2025

ATA DE REUNIÃO COM ÁREA TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – DRPPS (CADPREV)

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14h (quatorze horas), na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 163/167, Centro, Juazeiro do Norte – CE, realizou-se, por meio de videoconferência, reunião com servidores da área técnica do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS, para trará da seguinte pauta: Inconformidades constatadas no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR. Estiveram presentes os seguintes servidores: Jesus Rogério, Presidente; Cícera Rochelle Boaventura de Melo, Assessora II; e Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos; e os servidores representantes do DRPPS, Andrey Mello e Rafael Lobato, por videoconferência. O senhor Jesus Rogério deu início à reunião, informando que a finalidade do encontro é esclarecer dúvidas e sanar divergências identificadas no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR. Em seguida, a senhora Rochelle Melo questionou se as informações constantes no DAIR são extraídas automaticamente do sistema CADPREV, especialmente no que se refere à estrutura de gestão. Em resposta, o senhor Andrey Mello esclareceu que, atualmente, o preenchimento do DAIR ainda é realizado de forma manual. Informou, ainda, que está sendo solicitada uma atualização do sistema para adequação à nova Resolução CMN nº 5.272/2025, oportunidade em que também será requerida a implementação da extração automática das informações para o DAIR. Diante desses esclarecimentos, a Sra. Evaniê Corrêa e a Sra. Rochelle Melo concluíram que as divergências observadas entre o Relatório de Investimentos e o DAIR decorrem da falta de preenchimento manual das informações no referido Demonstrativo, não sendo atribuídas as falhas no sistema CADPREV. Na sequência, a senhora Evaniê Corrêa questionou se o mesmo procedimento manual se aplica aos valores de cada ativo, tendo em vista a existência de divergências nos montantes dos investimentos informados no DAIR. O Sr. Andrey Mello respondeu que tanto o valor da cota quanto o patrimônio de cada fundo de investimento devem ser atualizados manualmente no sistema.

O Sr. Andrey Mello acessou o sistema CADPREV e apresentou, em tela, o campo no qual devem ser atualizados os valores de cota e de patrimônio. Na ocasião, demonstrou também os apontamentos de irregularidade existentes em relação ao PREVIJUNO, destacando que há pendência quanto à certificação de dirigente e de membro do Comitê de Investimentos do senhor Marcos Aurélio Gonçalves Silva, a qual deve ser regularizada e devidamente informada no sistema. Ele informou, ainda, que o membro do Conselho Fiscal, senhor Mario Malzoni, encontra-se sem certificação registrada no CADPREV. Contudo, foi esclarecido que o referido membro já providenciou a certificação necessária, a qual será inserida no sistema oportunamente. Após a constatação de que as inconsistências não são decorrentes de erro do sistema CADPREV, a reunião por videoconferência foi encerrada. Em seguida, o senhor Jesus Rogério informou que agendará reunião com a LDB Consultoria Financeira, com o objetivo de relatar os esclarecimentos obtidos e solicitar a correção das divergências identificadas nos DAIR dos últimos meses e anos. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 02 de fevereiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Cicera Rochelle B. de Melo

Cícera Rochelle Boaventura Melo
Assessora II

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos

Ofício nº. 1789/2025 - PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 24 de setembro de 2025.

Ao Senhor
Marcos Almeida
Consultor da LDB Consultoria Financeira

Assunto: NOTIFICAÇÕES DE DESENQUADRAMENTO. JUSTIFICATIVAS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS. DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS (DAIR). CADPREV.

Senhor Consultor,

1. Solicitamos a Vossa Senhoria que seja diligenciado junto ao sistema do CADPREV em resposta as notificações geradas mensalmente pelo desenquadramento do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 justificativa de modo a sanar as irregularidades constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), conforme a seguir:

> A aplicação no **fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL** foi realizada em 26/07/2018. O fundo tinha um prazo de duração de **cinco anos** a contar da primeira data de integralização das cotas, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, conforme o parágrafo único do **Art. 1º do Regulamento do fundo**, alterado em 25/07/2016. A liquidação do fundo estava prevista para **30/06/2021**, mas ele não foi encerrado e vem sendo prorrogado desde então. Essa decisão se deve às características do fundo e às dificuldades na venda de seus ativos para liquidação. A última Assembleia Geral de Cotistas, por exemplo, prorrogou a liquidação do fundo para **31/12/2025**. É importante ressaltar que se trata de um **fundo fechado**. Além disso, §2º do artigo 27 da Resolução CMN nº 4963/2021, Ipsis Litteris: "Os regimes próprios de previdência social poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos

para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º desta Resolução. (...) § 2º As aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superior ao previsto no caput, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência. É importante registrar que o Comitê de Investimentos tem monitorado o referido fundo, de modo acompanhar e participar das as Assembleias Gerais do JT PREV.

2. Ressaltamos que, para que a irregularidade seja sanada, a justificativa acima deve ser registrada mensalmente. Esse procedimento é necessário até que o fundo seja liquidado ou retorne aos limites legais.

Atenciosamente,

TIAGO CÉSAR DA SILVA VIANA
Vice-Presidente do PREVIJUNO
Portaria nº 600/2025

JESUS ROGÉRIO DE HOLANDA
Presidente do PREVIJUNO
Portaria nº 483/2025

Ofício nº. 1789/2025 - PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 24 de setembro de 2025.

Ao Senhor
Marcos Almeida
Consultor da LDB Consultoria Financeira

Assunto: NOTIFICAÇÕES DE DESENQUADRAMENTO. JUSTIFICATIVAS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS. DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS (DAIR). CADPREV.

Senhor Consultor,

1. Solicitamos a Vossa Senhoria que seja diligenciado junto ao sistema do CADPREV em resposta as notificações geradas mensalmente pelo desenquadramento do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 justificativa de modo a sanar as irregularidades constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), conforme a seguir:

> A aplicação no **fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL** foi realizada em 26/07/2018. O fundo tinha um prazo de duração de **cinco anos** a contar da primeira data de integralização das cotas, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, conforme o parágrafo único do **Art. 1º do Regulamento do fundo**, alterado em 25/07/2016. A liquidação do fundo estava prevista para **30/06/2021**, mas ele não foi encerrado e vem sendo prorrogado desde então. Essa decisão se deve às características do fundo e às dificuldades na venda de seus ativos para liquidação. A última Assembleia Geral de Cotistas, por exemplo, prorrogou a liquidação do fundo para **31/12/2025**. É importante ressaltar que se trata de um **fundo fechado**. Além disso, §2º do artigo 27 da Resolução CMN nº 4963/2021, Ipsis Litteris: "Os regimes próprios de previdência social poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos

para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º desta Resolução. (...) § 2º As aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superior ao previsto no caput, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência. É importante registrar que o Comitê de Investimentos tem monitorado o referido fundo, de modo acompanhar e participar das as Assembleias Gerais do JT PREV.

2. Ressaltamos que, para que a irregularidade seja sanada, a justificativa acima deve ser registrada mensalmente. Esse procedimento é necessário até que o fundo seja liquidado ou retorne aos limites legais.

Atenciosamente,

TIAGO CÉSAR DA SILVA VIANA
Vice-Presidente do PREVIJUNO
Portaria nº 600/2025

JESUS ROGÉRIO DE HOLANDA
Presidente do PREVIJUNO
Portaria nº 483/2025

Ofício nº. 1437/2025 - PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 18 de agosto de 2025.

Ao
Sr. Marcos Almeida
Especialista da LDB Consultoria Financeira

Assunto: Participação em Reunião do Comitê de Investimentos e Análise de Divergência no CADPREV

Senhor Diretor,

Registramos por meio deste a sua participação presencial na reunião do Comitê de Investimentos realizada em **14 de agosto de 2025**, nas dependências do PREVIJUNO.

Na ocasião, a **Coordenadora de Investimentos**, Sra. **Evaniê Corrêa**, informou aos presentes que, em reunião recente com a **Privatiza Investimentos**, foi apresentada uma análise da carteira de investimentos do PREVIJUNO com base em dados extraídos do **CADPREV**. Conforme exposto, foi identificada uma **diferença superior a R$ 100 milhões** entre o volume de recursos informado no CADPREV e os valores da carteira de investimentos efetiva da Entidade.

Tal divergência causou estranheza, uma vez que, conforme previsto nas normas vigentes, são enviados mensalmente os dados referentes às aplicações e resgates por meio do **Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR**. Ressaltamos que há **previsão contratual para o apoio técnico na organização e envio dessas informações por meio do CADPREV**, e até o momento acreditávamos que esse acompanhamento estivesse sendo realizado pela LDB Consultoria Financeira, na qualidade de assessoria de investimentos da Entidade.

É oportuno destacar que há cadastro ativo no CADPREV do Sr. **Marcelo**, representante da LDB Consultoria, o que indica acesso às funcionalidades do sistema. Observamos, ainda, que constam **fundos de investimento classificados como "não vigentes"** e **instituições financeiras não credenciadas** no CADPREV, o que pode estar contribuindo para distorções nas informações consolidadas, visto que o sistema pode não computar corretamente os dados vinculados a esses fundos e instituições.

Dessa forma, **solicitamos uma análise detalhada** dessa situação, de modo que as eventuais inconsistências sejam identificadas e sanadas. Caso alguma das ações necessárias para correção não esteja prevista contratualmente, pedimos que essa limitação nos seja formalmente comunicada, a fim de que as medidas administrativas cabíveis possam ser avaliadas e adotadas.

Agradecemos a atenção e aguardamos manifestação com a brevidade possível.

Atenciosamente,

Evanie Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Portaria n°. 607/2025

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO
Portaria n°. 483/2025

MEMO nº. 000007/2026 – COINV/DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 27 de março de 2026.

À Diretoria Executiva do PREVIJUNO

ASSUNTO: VERIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO DAIR – DEZEMBRO/2025.

Senhores Diretores,

1. Em referência ao Memorando nº 000015/2026 - COMIN/PREVIJUNO, que trata da definição de fluxo das APR's para evitar atrasos no envio do DAIR, vimos informar que, no dia 26 de março de 2026, fomos comunicados pela empresa de Assessoria de Investimentos de que o DAIR referente a dezembro de 2025 estava disponível para validação e assinatura do Gestor de Recursos e do Representante da Unidade Gestora.

2. Importa destacar que, no sistema CADPREV, consta como data de envio o dia 31/01/2026, às 23:51:49. Assim, após verificação realizada pela Coordenação de Investimentos, para posterior submissão à validação do Comitê de Investimentos e, em seguida, à Diretoria Executiva, para então proceder à coleta de assinaturas, foi constatado que o documento ainda apresenta divergências.

3. Diante disso, a Assessoria de Investimentos foi devidamente comunicada para que realize as correções necessárias, tendo sido a demanda encaminhada ao Sr. Marcelo Mendes, representante da LDB Consultoria Financeira, responsável pelo preenchimento do DAIR, por meio de aplicativo de mensagens.

PREVIJUNO
RECEBIDO
DATA 27/03/26 HORA 10:14
NOME

4. Desta feita, faz-se necessário o presente registro, informando que, tão logo o documento seja devidamente corrigido, será submetido ao fluxo previamente definido.

5. Ressalta-se, por fim, que o DAIR referente ao mês de janeiro de 2026 também apresenta divergências, permanecendo, portanto, pendente de ajustes. Informamos, ainda, que os demonstrativos em formato PDF seguem em anexo para conhecimento e acompanhamento por parte desta Diretoria, e que, tão logo sejam devidamente corrigidos, os documentos serão submetidos ao fluxo previamente definido.

Atenciosamente,

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Portaria nº 607/2025

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças
Portaria n° 601/2025

Com cópia para: LDB Consultoria Financeira

27/03/2026 08:02:41

Ministério da Previdência Social - MPS
Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS
CADPREV

RELATÓRIO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS

ENTE: 07.974.082/0001-14 - Juazeiro do Norte **UF:** CE **Competência:** 12/2025

PRÓ-GESTÃO: Nível III

Representante Legal do Ente: 622.579.433-68 - GLEDSON LIMA BEZERRA

Unidade Gestora:

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE

Representante Legal da Unidade Gestora: 051.741.123-72 - JESUS ROGERIO DE HOLANDA

Gestor de Recursos: 051.741.123-72 - JESUS ROGERIO DE HOLANDA

Certificação do Gestor: CP RPPS CGINV II

Variação do Saldo da Carteira

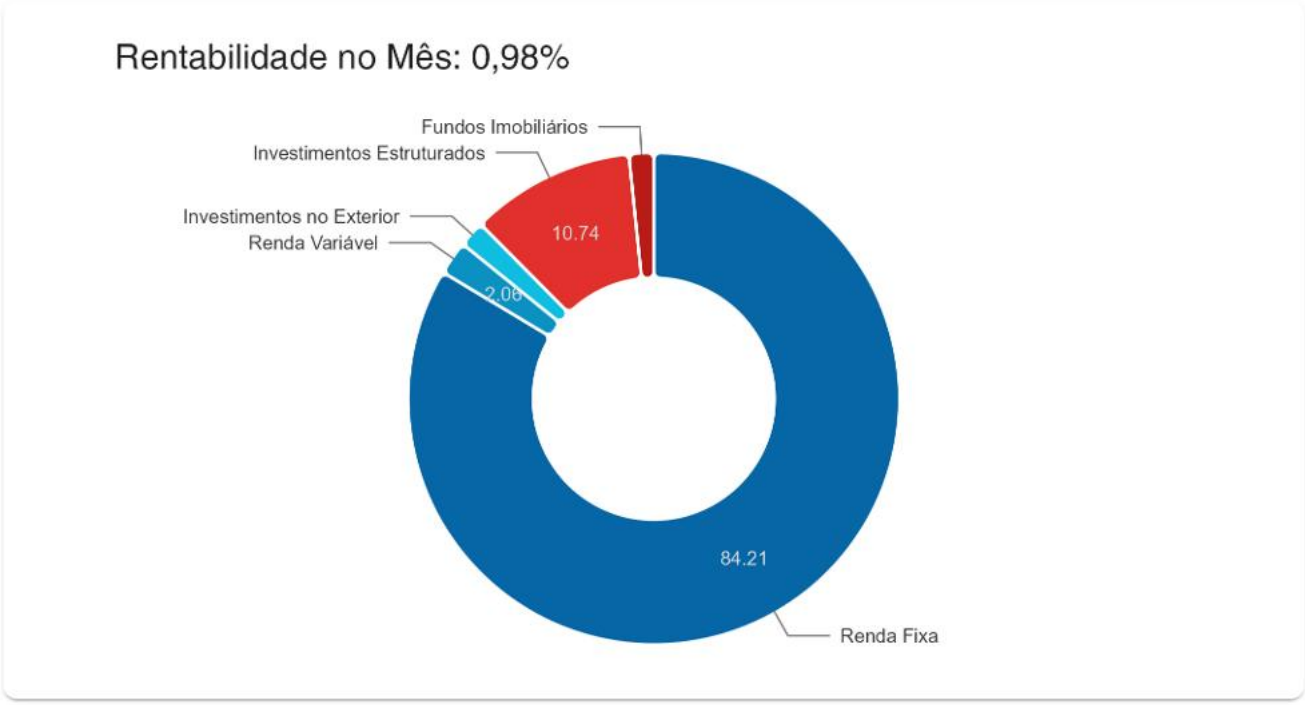
Tipos de Ativo	12/2024 (R$)	11/2025 (R$)	12/2025 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Renda Fixa	271.942.124,70	256.831.896,28	256.831.896,28	84,21%		
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	66.065.135,98	69.259.351,17	69.259.351,17	22,71%	4,83%	0,00%
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	153.107.297,54	150.957.750,81	150.957.750,81	49,50%	-1,40%	0,00%
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	52.769.691,18	36.614.794,30	36.614.794,30	12,01%	-30,61%	0,00%
Renda Variável	4.562.740,37	6.282.582,75	6.282.582,75	2,06%		
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	2.083.980,02	3.238.271,54	3.238.271,54	1,06%	55,39%	0,00%
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III	2.478.760,35	3.044.311,21	3.044.311,21	1,00%	22,82%	0,00%

Tipos de Ativo	12/2024 (R$)	11/2025 (R$)	12/2025 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Investimentos no Exterior	4.691.012,06	4.731.147,37	4.731.147,37	1,55%		
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II	4.691.012,06	4.731.147,37	4.731.147,37	1,55%	0,86%	0,00%
Investimentos Estruturados	28.490.826,77	32.755.480,01	32.755.480,01	10,74%		
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I	28.490.826,77	32.755.480,01	32.755.480,01	10,74%	14,97%	0,00%
Fundos Imobiliários	4.277.569,97	4.394.571,13	4.394.571,13	1,44%		
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11	4.277.569,97	4.394.571,13	4.394.571,13	1,44%	2,74%	0,00%
TOTAL	**313.964.273,87**	**304.995.677,54**	**304.995.677,54**			

Segmentos não enquadrados na CMN

Tipos de Ativo	12/2024 (R$)	11/2025 (R$)	12/2025 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
TOTAL	**-**	**-**	**0,00**			

Portfólio



Portfólio Detalhado

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a			22,71	69.259.351,17			
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 73005056		Na curva	8,63	26.317.159,57	0,91		
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 16784543		Na curva	4,53	13.829.406,12	0,90		
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 72945138		Na curva	9,55	29.112.785,48	0,89		
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b			49,50	150.957.750,81			
46.134.117/0001-69 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE 2030 FUNDO DE INVESTIMENTO			4,68	14.287.865,57	0,97	940.091.043,25	1,52

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
14.508.643/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RENDA FIXA			0,00	58,81	1,18	1.227.412.196,28	0,00
10.347.195/0001-02 - SAFRA SOBERANO REGIME PROPRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI			3,93	11.976.402,57	1,26	2.198.629.203,83	0,54
03.543.447/0001-03 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			5,49	16.733.673,78	1,19	4.030.808.911,50	0,42
11.060.913/0001-10 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,36	1.083.724,33	1,09	5.990.578.271,77	0,02
10.577.503/0001-88 - CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			0,10	313.402,86	-0,07	889.626.206,84	0,04
46.134.096/0001-81 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE 2027 FUNDO DE INVESTIMENTO			5,95	18.150.702,80	1,10	1.332.859.949,08	1,36
13.327.340/0001-73 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B5			0,99	3.013.251,81	0,52	835.083.712,41	0,36

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
+ TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO							
07.111.384/0001-69 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,00	0,31	2.313.634.227,26	0,00
32.161.826/0001-29 - BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+			2,46	7.499.222,37	0,10	134.714.235,00	5,57
11.328.882/0001-35 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M1 TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO			2,46	7.498.559,92	0,57	8.615.888.136,11	0,09
10.740.670/0001-06 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA			4,42	13.467.481,27	0,92	8.210.316.090,70	0,16
14.386.926/0001-71 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,00	0,00	0,64	3.502.122.049,26	0,00
10.577.519/0001-90 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,33	1.012.015,61	-0,18	566.602.906,29	0,18
14.508.605/0001-00 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M TITULOS PUBLICOS			0,19	572.649,26	-0,04	1.016.846.499,71	0,06

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
RENDA FIXA LONGO PRAZO							
10.740.658/0001-93 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,27	822.973,81	-0,06	2.366.557.811,48	0,03
13.455.197/0001-03 - SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO IRFM TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA			3,60	10.972.372,56	1,65	414.173.166,54	2,65
23.215.097/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA RENDA FIXA			2,02	6.153.645,67	1,43	3.354.303.439,03	0,18
08.266.261/0001-60 - BNB RPPS PREVIDENCIA FI RF			5,07	15.458.571,56	-0,06	162.220.819,42	9,53
10.986.880/0001-70 - BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RF IMA-B TIT PÚBLICOS			1,75	5.326.566,77	-2,25	324.560.513,08	1,64
20.139.534/0001-00 - CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RF			1,10	3.340.246,46	1,18	230.910.777,95	1,45
20.139.595/0001-78 - CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA			1,64	5.000.000,00	0,54	1,00	500.000.000,00
18.598.288/0001-03 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA			2,30	7.000.000,00	0,53	1,00	700.000.000,00

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
13.322.205/0001-35 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IDKA 2 TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,01	1,22	4.565.063.436,43	0,00
07.442.078/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,01	-0,22	3.032.892.573,46	0,00
03.256.793/0001-00 - BRADESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA			0,42	1.274.363,00	1,24	11.369.325.026,26	0,01
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a			12,01	36.614.794,30			
14.508.643/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RENDA FIXA			1,30	3.961.258,71	1,18	1.227.412.196,28	0,32
13.077.418/0001-49 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			0,00	57,82	1,27	23.531.011.291,60	0,00
06.124.241/0001-29 - BNB PLUS FIC FI RF LP			0,93	2.837.705,56	0,05	1.387.343.320,08	0,20
30.568.193/0001-42 - BNB SOBERANO FI RENDA FIXA			1,80	5.485.839,80	1,27	6.649.827.998,64	0,08
07.861.554/0001-22 - BB PREVIDENCIARIO			3,15	9.594.111,83	0,32	499.629.129,87	1,92

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO							
10.787.647/0001-69 - SAFRA EXECUTIVE 2 - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA			1,13	3.438.344,94	1,05	330.888.272,75	1,04
23.215.008/0001-70 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA			1,29	3.932.477,12	1,26	9.376.626.782,59	0,04
03.399.411/0001-90 - BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM			2,41	7.364.998,52	1,27	20.081.477.009,40	0,04
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I			1,06	3.238.271,54			
10.551.375/0001-01 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CAIXA CONSTRUCAO CIVIL			0,22	662.524,15	-3,44	143.528.484,60	0,46
10.577.512/0001-79 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CAIXA CONSUMO			0,12	375.865,95	3,83	71.867.917,94	0,52
45.443.475/0001-90 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 494 RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,72	2.199.881,44	6,03	226.289.265,64	0,97
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III			1,00	3.044.311,21			
39.247.602/0001-83 - BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FI EM COTAS DE FIA - BDR			0,30	922.570,12	2,88	7.499.597,98	12,30

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
ETF NÍVEL I							
39.272.865/0001-42 - BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FI EM COTAS DE FIA - BDR ETF NÍVEL I			0,70	2.121.741,09	3,50	63.882.077,86	3,32
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II			1,55	4.731.147,37			
28.578.897/0001-54 - BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI AÇÕES			1,55	4.731.147,37	3,46	68.518.281,43	6,90
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I - (15,00%)			10,74	32.755.480,01			
42.229.068/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 479 RENDA FIXA LONGO PRAZO			3,27	9.986.981,06	-0,06	67.576.674,58	14,78
44.683.343/0001-73 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 405 RENDA FIXA LONGO PRAZO			5,56	16.959.147,74	2,14	119.417.485,26	14,20
45.443.651/0001-94 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 497 RENDA FIXA LONGO PRAZO			1,90	5.809.351,21	1,97	183.367.013,45	3,17

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	12/2025 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				305.506.348,04	0,98		
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11 - (15,00%)			1,44	4.394.571,13			
17.098.794/0001-70 - CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - FII			0,41	1.244.508,92	4,08	130.736.491,20	0,95
23.876.086/0001-16 - JT PREV DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL FII - JTPR11			1,03	3.150.062,21	-0,16	13.892.977,95	22,67
20.716.161/0001-93 - BB RECEBIVEIS IMOBILIARIOS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - FII			0,00	0,00	0,00		
Total da Carteira (Resolução CMN)				**304.995.677,54**			
Saldo em Conta Corrente				**510.670,50**			
Saldo em Conta Poupança				**0,00**			
Total Geral da Carteira				**305.506.348,04**			
Renda Fixa			**84,21**	**256.831.896,28**			
Renda Variável			**2,06**	**6.282.582,75**			
Investimentos no Exterior			**1,55**	**4.731.147,37**			
Investimentos Estruturados			**10,74**	**32.755.480,01**			
Fundos Imobiliários			**1,44**	**4.394.571,13**			
Segmentos não enquadrados na CMN							

APRs de Aplicação

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R$)	Patr. Líquido (R$)

APRs de Resgate

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R$)	Patr. Líquido (R$)

TOTAL DE RECURSOS APLICADOS PELO RPPS NO MÊS: R$ 0,00

TOTAL DE RECURSOS RESGATADOS PELO RPPS NO MÊS: R$ 0,00

Comitê de Investimento

CPF	Nome	Início de Vigência
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	30/11/2023
244.942.753-87	MARCOS AURELIO GONCALVES SILVA	30/11/2023
615.148.538-68	JOSE IVAN SILVA ALVES	30/11/2023
007.784.503-09	GEOGEANE DA SILVA SOARES	20/01/2022
003.369.103-71	ANA PAULA VENTURA DA SILVA	14/12/2022

Conselho Deliberativo

CPF	Nome	Início de Vigência
312.707.863-34	JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	21/12/2023
462.295.903-87	VANDIR MENEZES LIMA	21/12/2023
060.272.713-88	HELLEN KARINE SOARES LIRA	21/12/2023
305.080.704-06	PAUTILIA FERRAZ ARARUNA	21/12/2023
348.286.303-25	FRANCISCO FRAUDIE BARBOSA DE MEDEIROS	21/12/2023
017.361.733-67	TIAGO CESAR DA SILVA VIANA	21/12/2023

Conselho Fiscal

CPF	Nome	Início de Vigência

Assinatura do Documento

CPF	Nome	Cargo	Assinatura Digital
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	Gestor de Recursos	26/03/2026 14:22:02
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	Representante da Unidade Gestora	26/03/2026 14:22:02

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2258013&crc=781D1A7F, informando o **Código Verificador: 2258013** e o **Código CRC: 781D1A7F**.

27/03/2026 08:31:50

Ministério da Previdência Social - MPS
Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS
CADPREV

RELATÓRIO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS

ENTE: 07.974.082/0001-14 - Juazeiro do Norte **UF:** CE **Competência:** 1/2026

PRÓ-GESTÃO: Nível III

Representante Legal do Ente: 622.579.433-68 - GLEDSON LIMA BEZERRA

Unidade Gestora:

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE

Representante Legal da Unidade Gestora: 051.741.123-72 - JESUS ROGERIO DE HOLANDA

Gestor de Recursos: 051.741.123-72 - JESUS ROGERIO DE HOLANDA

Certificação do Gestor: CP RPPS CGINV II

Variação do Saldo da Carteira

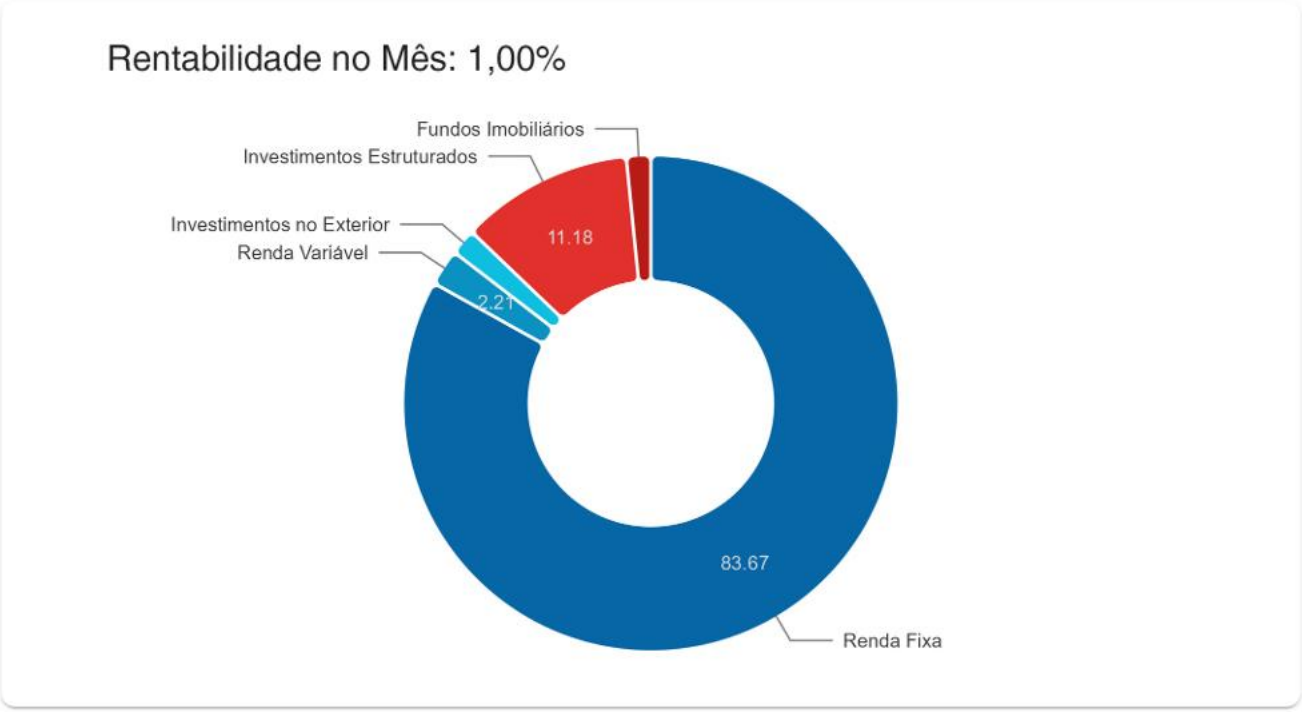
Tipos de Ativo	01/2025 (R$)	12/2025 (R$)	01/2026 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Renda Fixa	255.298.055,51	256.831.896,28	259.784.395,63	83,67%		
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	66.670.458,05	69.259.351,17	69.989.348,79	22,54%	4,98%	1,05%
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	147.517.428,02	150.957.750,81	152.655.708,97	49,16%	3,48%	1,12%
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	41.110.169,44	36.614.794,30	37.139.337,87	11,96%	-9,66%	1,43%
Renda Variável	4.724.216,16	6.282.582,75	6.851.329,49	2,21%		
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	2.208.687,08	3.238.271,54	3.807.018,28	1,23%	72,37%	17,56%
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III	2.515.529,08	3.044.311,21	3.044.311,21	0,98%	21,02%	0,00%

Tipos de Ativo	01/2025 (R$)	12/2025 (R$)	01/2026 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Investimentos no Exterior	4.559.746,94	4.731.147,37	4.770.103,14	1,54%		
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II	4.559.746,94	4.731.147,37	4.770.103,14	1,54%	4,61%	0,82%
Investimentos Estruturados	29.137.214,91	32.755.480,01	34.717.664,10	11,18%		
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I	29.137.214,91	32.755.480,01	34.717.664,10	11,18%	19,15%	5,99%
Fundos Imobiliários	4.267.124,24	4.394.571,13	4.380.311,39	1,41%		
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11	4.267.124,24	4.394.571,13	4.380.311,39	1,41%	2,65%	-0,32%
TOTAL	**297.986.357,76**	**304.995.677,54**	**310.503.803,75**			

Segmentos não enquadrados na CMN

Tipos de Ativo	01/2025 (R$)	12/2025 (R$)	01/2026 (R$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
TOTAL	**-**	**-**	**0,00**			

Portfólio



Portfólio Detalhado

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	**1,00**		
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a			22,54	69.989.348,79			
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 73005056		Na curva	8,68	26.943.037,28	0,91		
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 16784543		Na curva	4,56	14.154.448,59	0,90		
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) - 72945138		Na curva	9,30	28.891.862,92	0,89		
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b			49,16	152.655.708,97			
10.347.195/0001-02 - SAFRA SOBERANO REGIME PROPRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			3,99	12.387.329,93	1,26	1.658.273.160,25	0,75

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	1,00		
RENDA FIXA REFERENCIADO DI							
03.543.447/0001-03 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			5,39	16.733.673,78	1,19	4.030.808.911,50	0,42
11.060.913/0001-10 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,35	1.083.724,33	1,09	5.990.578.271,77	0,02
10.577.503/0001-88 - CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			0,10	313.402,86	-0,07	889.626.206,84	0,04
46.134.096/0001-81 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE 2027 FUNDO DE INVESTIMENTO			6,03	18.711.952,83	1,10	1.334.780.732,47	1,40
13.327.340/0001-73 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B5 + TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,97	3.013.251,81	0,52	835.083.712,41	0,36
07.111.384/0001-69 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,00	0,31	2.313.634.227,26	0,00
32.161.826/0001-29 - BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M			2,42	7.499.222,37	0,10	134.714.235,00	5,57

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	1,00		
1+							
11.328.882/0001-35 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M1 TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO			2,41	7.498.559,92	0,57	8.615.888.136,11	0,09
10.740.670/0001-06 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA			4,34	13.467.481,27	0,92	8.210.316.090,70	0,16
14.386.926/0001-71 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,00	0,00	0,64	3.502.122.049,26	0,00
10.577.519/0001-90 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,33	1.012.015,61	-0,18	566.602.906,29	0,18
14.508.605/0001-00 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,18	572.649,26	-0,04	1.016.846.499,71	0,06
10.740.658/0001-93 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,27	822.973,81	-0,06	2.366.557.811,48	0,03
13.455.197/0001-03 - SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO			3,53	10.972.372,56	1,65	414.173.166,54	2,65

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	1,00		
IRFM TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA							
23.215.097/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA RENDA FIXA			2,06	6.389.073,13	1,43	3.545.709.614,64	0,18
08.266.261/0001-60 - BNB RPPS PREVIDENCIA FI RF			4,98	15.458.571,56	-0,06	162.220.819,42	9,53
10.986.880/0001-70 - BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RF IMA-B TIT PÚBLICOS			1,72	5.326.566,77	-2,25	324.560.513,08	1,64
20.139.534/0001-00 - CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RF			1,08	3.340.246,46	1,18	230.910.777,95	1,45
20.139.595/0001-78 - CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA			1,61	5.000.000,00	0,54	1,00	500.000.000,00
18.598.288/0001-03 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA			2,25	7.000.000,00	0,53	1,00	700.000.000,00
13.322.205/0001-35 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IDKA 2 TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,01	1,22	4.565.063.436,43	0,00
07.442.078/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			0,00	0,01	-0,22	3.032.892.573,46	0,00

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	**1,00**		
03.256.793/0001-00 - BRADESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA			0,41	1.274.363,00	1,24	11.369.325.026,26	0,01
14.508.643/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RENDA FIXA			0,00	57,06	1,18	1.283.949.115,03	0,00
46.134.117/0001-69 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE 2030 FUNDO DE INVESTIMENTO			4,76	14.778.220,63	0,97	972.354.673,14	1,52
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a			11,96	37.139.337,87			
14.508.643/0001-55 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RENDA FIXA			1,26	3.901.124,39	1,18	1.459.942.032,03	0,27
13.077.418/0001-49 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			0,00	59,85	1,27	23.715.364.553,37	0,00
06.124.241/0001-29 - BNB PLUS FIC FI RF LP			0,91	2.837.705,56	0,05	1.387.343.320,08	0,20
30.568.193/0001-42 - BNB SOBERANO FI RENDA FIXA			1,83	5.675.639,14	1,27	6.830.403.305,50	0,08

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	**1,00**		
07.861.554/0001-22 - BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO			3,09	9.594.111,83	0,32	499.629.129,87	1,92
10.787.647/0001-69 - SAFRA EXECUTIVE 2 - FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA			1,11	3.438.344,94	1,05	330.888.272,75	1,04
23.215.008/0001-70 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA			1,31	4.070.509,38	1,26	9.281.850.070,74	0,04
03.399.411/0001-90 - BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM			2,45	7.621.842,78	1,27	29.748.941.735,63	0,03
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I			1,23	3.807.018,28			
10.551.375/0001-01 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CAIXA CONSTRUCAO CIVIL			0,21	662.524,15	-3,44	143.528.484,60	0,46
10.577.512/0001-79 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES CAIXA CONSUMO			0,12	375.865,95	3,83	71.867.917,94	0,52
45.443.475/0001-90 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 494 RENDA FIXA LONGO PRAZO			0,89	2.768.628,18	6,03	276.484.824,04	1,00
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III			0,98	3.044.311,21			

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	**1,00**		
39.247.602/0001-83 - BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FI EM COTAS DE FIA - BDR ETF NÍVEL I			0,30	922.570,12	2,88	7.499.597,98	12,30
39.272.865/0001-42 - BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FI EM COTAS DE FIA - BDR ETF NÍVEL I			0,68	2.121.741,09	3,50	63.882.077,86	3,32
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II			1,54	4.770.103,14			
28.578.897/0001-54 - BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI AÇÕES			1,54	4.770.103,14	3,46	52.816.319,41	9,03
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I - (15,00%)			11,18	34.717.664,10			
42.229.068/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 479 RENDA FIXA LONGO PRAZO			3,35	10.408.441,62	-0,06	70.321.161,26	14,80
44.683.343/0001-73 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE IMEDIATO 405 RENDA FIXA LONGO PRAZO			5,92	18.390.124,45	2,14	129.331.298,59	14,22
45.443.651/0001-94 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA APORTE			1,91	5.919.098,03	1,97	186.692.211,29	3,17

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	1/2026 (%)	R$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R$)	% PL
				311.014.474,25	1,00		
IMEDIATO 497 RENDA FIXA LONGO PRAZO							
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11 - (15,00%)			1,41	4.380.311,39			
17.098.794/0001-70 - CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - FII			0,40	1.244.508,92	4,08	130.736.491,20	0,95
23.876.086/0001-16 - JT PREV DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL FII - JTPR11			1,01	3.135.802,47	-0,16	13.830.087,06	22,67
20.716.161/0001-93 - BB RECEBIVEIS IMOBILIARIOS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - FII			0,00	0,00	0,00		
Total da Carteira (Resolução CMN)				**310.503.803,75**			
Saldo em Conta Corrente				**510.670,50**			
Saldo em Conta Poupança				**0,00**			
Total Geral da Carteira				**311.014.474,25**			
Renda Fixa			**83,67**	**259.784.395,63**			
Renda Variável			**2,21**	**6.851.329,49**			
Investimentos no Exterior			**1,54**	**4.770.103,14**			
Investimentos Estruturados			**11,18**	**34.717.664,10**			
Fundos Imobiliários			**1,41**	**4.380.311,39**			
Segmentos não enquadrados na CMN							

APRs de Aplicação

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R$)	Patr. Líquido (R$)

APRs de Resgate

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R$)	Patr. Líquido (R$)

TOTAL DE RECURSOS APLICADOS PELO RPPS NO MÊS: R$ 0,00

TOTAL DE RECURSOS RESGATADOS PELO RPPS NO MÊS: R$ 0,00

Comitê de Investimento

CPF	Nome	Início de Vigência
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	30/11/2023
244.942.753-87	MARCOS AURELIO GONCALVES SILVA	30/11/2023

Conselho Deliberativo

CPF	Nome	Início de Vigência
312.707.863-34	JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	21/12/2023
462.295.903-87	VANDIR MENEZES LIMA	21/12/2023
060.272.713-88	HELLEN KARINE SOARES LIRA	21/12/2023
305.080.704-06	PAUTILIA FERRAZ ARARUNA	21/12/2023
348.286.303-25	FRANCISCO FRAUDIE BARBOSA DE MEDEIROS	21/12/2023
017.361.733-67	TIAGO CESAR DA SILVA VIANA	21/12/2023

Conselho Fiscal

CPF	Nome	Início de Vigência

Assinatura do Documento

CPF	Nome	Cargo	Assinatura Digital
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	Gestor de Recursos	Assinatura não realizada
051.741.123-72	JESUS ROGERIO DE HOLANDA	Representante da Unidade Gestora	Assinatura não realizada

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Como presidente do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 3° do Decreto n° 11, de 08 de março de 2013 (***Redação dada pelo Decreto nº 851, de 19 de junho de 2023***), **CONVOCO** os membros do Comitê a comparecerem à reunião ordinária a ser realizada no **dia 07 de janeiro de 2026, às 14h00, na sede do PREVIJUNO**, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Resolução CMN n° 5.272/2025; 2) Memo n° 000004/2025 – ASSES/PREVIJUNO; 3) Relatórios de Investimentos: 3° Trimestre de 2025 e novembro de 2025; 4) Pareceres Técnicos n° 01 e 02/2026.

Juazeiro do Norte, Ceará, 05 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do Previjuno

Ciente:

Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Membro_____

José Ivan Silva Alves, Membro_____

Murilo Vieira Gaião, Membro_____

Rosália Pereira Maia de Jesus, Membro_____

PREVIJUNO

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos 07 de janeiro de 2026.

Ata: 01/2026 da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Data: 07 de janeiro de 2026

Local: Sala de Treinamento – Sede do PREVIJUNO – Juazeiro do Norte – CE

Horário de início e término: 14h00min – 16h58min

Membros:

Jesus Rogério de Holanda – Presidente

José Ivan Silva Alves

Marcos Aurélio Gonçalves Silva

Rosália Pereira Maia de Jesus

Murilo Vieira Gaião

Secretária: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos

Ordem do dia:

1) Resolução CMN n° 5.272/2025;
2) Memo n° 000004/2025 – ASSES/PREVIJUNO;
3) Relatórios de Investimentos: 3° Trimestre de 2025 e novembro de 2025;
4) Pareceres Técnicos n° 01 e 02/2026.

Após a verificação do quórum pela Secretária do Comitê de Investimentos, o Presidente, Sr. Jesus Rogério, declarou aberta a reunião. Inicialmente, procedeu-se à leitura integral e à realização de discussões acerca da nova Resolução CMN nº 5.272/2025 que, em termos gerais, moderniza e amplia o regime de investimentos. A norma condiciona o acesso a ativos de maior risco à capacidade institucional e à governança dos RPPS, criando um arcabouço mais prudente, transparente e alinhado ao mercado financeiro atual. Importa destacar que, em razão da nova resolução, a Política de Investimentos anteriormente aprovada deverá ser revisada e adequadamente ajustada às novas diretrizes. Após essa atualização, terá início o mesmo processo de emissão e aprovação, envolvendo o Comitê de Investimentos e os Conselhos Fiscal e Deliberativo, para posterior envio do DPIN. Os prazos estabelecidos para os procedimentos são os seguintes: Política de Investimentos para o exercício de 2026: aprovação até 1º de fevereiro de 2026; DPIN: envio até 30 de abril de 2026; DAIR referente ao mês de fevereiro de 2026: envio até 30 de abril de 2026 e DAIR referente ao mês de março de 2026: envio até 31 de maio de 2026. O Sr. Jesus Rogério solicitou a análise detalhada do trecho referente ao segmento de empréstimos consignados, considerando a possibilidade de operacionalização da concessão desses empréstimos

aos servidores ativos e aposentados. Tal análise abrangeu os limites aplicáveis, os encargos financeiros e as cláusulas obrigatórias a constarem nos contratos. Ressalta-se, contudo, a necessidade de exame minucioso do § 5º do art. 12, que dispõe: "Deverão ser observados os seguintes critérios mínimos, com base na classificação da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional: I – não poderão ser concedidos empréstimos aos segurados nas situações em que o pagamento da remuneração ou dos proventos seja de responsabilidade do ente federativo ou dependa de suas transferências financeiras mensais, nos casos em que a classificação seja C ou D; e II – em caso de inadimplência, pelo ente federativo, do repasse ao órgão ou entidade gestora do RPPS dos valores devidos em consignação ou das transferências dos aportes destinados ao pagamento das aposentadorias e pensões por morte, ficam vedadas novas concessões de empréstimos por prazo igual ao período de atraso, contado a partir da regularização integral dos pagamentos." Dessa forma, faz-se necessário considerar que a CAPAG do município se encontra classificada como "C", conforme pesquisa realizada no site do Tesouro Nacional Transparente. Ademais, o disposto no inciso II deverá ser analisado pela Assessoria Jurídica e pela Diretoria Executiva, uma vez que pode representar impedimento à concessão de empréstimos consignados. Foi realizada a leitura do Memorando nº 000004/2025 – ASSES/PREVIJUNO, o qual consiste no Relatório de Análise Técnica dos Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), bem como dos Relatórios de Investimentos referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025. Na ocasião, a Sra. Evaniê Corrêa esclareceu que, após o recebimento do referido Memorando, foi realizada uma reunião com a Sra. Geogeane Soares e o Sr. Tiago César, com o objetivo de analisar detalhadamente o conteúdo do Relatório Técnico e as inconsistências nele apontadas. Como encaminhamento, foi solicitada a realização do curso disponibilizado pela ENAP sobre o Demonstrativo de Investimentos dos RPPS – DAIR e DPIN, visando aprofundar o entendimento quanto ao correto preenchimento dos demonstrativos. A capacitação tem por finalidade identificar se as inconsistências verificadas decorrem da não atualização das informações pela LDB Consultoria Financeira ou de eventual falha do sistema CADPREV, possibilitando, assim, a adoção das medidas cabíveis para correção e saneamento das falhas apontadas. A Sra. Evaniê Corrêa informou, ainda, que considerou pertinente compartilhar o recebimento do Memorando com os membros do Comitê, por se tratar de tema diretamente relacionado às suas atribuições. Destacou, ademais, que o assunto poderá demandar o apoio dos membros, especialmente no que se refere à elaboração de justificativas diante de eventuais desenquadramentos identificados na carteira de investimentos. Posteriormente, foi apresentado o Relatório de Investimentos referente ao 3º Trimestre de 2025. Na ocasião, a Sra. Evaniê Corrêa esclareceu que o referido relatório

deveria ter sido apresentado conjuntamente com o relatório do mês de setembro; contudo, à época, não foi possível realizar sua emissão, o que ocasionou o lapso temporal entre o período de referência e a presente análise. Dessa forma, o relatório foi submetido à apreciação posteriormente, sendo destacadas as seguintes informações: O PREVIJUNO apresentou a seguinte composição de carteira no 3° Trimestre: 83,60% em Renda Fixa, 3,41% em Renda Variável, 1,03% em Investimentos no Exterior, 10,98% em Investimentos Estruturados e 0,99% em Fundos Imobiliários. Apresentou 15,37% das aplicações em Tesouro Nacional, com rentabilidade positiva de 0,80% ao mês e 2,33% no trimestre, conforme o art. 7º, inciso I, alínea a. No art. 7º, inciso I, alínea b, registrou 29,49% das aplicações, com rentabilidade de 1,00% ao mês e 3,03% no trimestre. No art. 7º, inciso III, alínea a (Fundos de Renda Fixa), observa-se rentabilidade de 1,23% ao mês e 3,70% no trimestre. No art. 7º, inciso V, alínea b (Fundos de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado), a rentabilidade foi de 1,22% no mês e 3,71% no trimestre. Nos demais segmentos: na Renda Variável - art. 8° I (Fundos de Ações) – com rentabilidade positiva de 6,94% mensal e 15,18% no trimestre. Nos Investimentos no Exterior (art. 9° III – Fundos de Ações – BDR Nível I) registrou-se rentabilidade positiva de 2,88% mensal e de 7,36% no trimestre. Nos Investimentos Estruturados (art. 10º, inciso I – Fundos Multimercados), observou-se, de modo geral, estabilidade e boa performance, com destaque para o fundo Caixa Capital Protegido Cesta Agro FIC Classe FIF Multimercado Longo Prazo – Responsabilidade Limitada, que apresentou rentabilidade negativa de -0,20% no mês e positiva de 4,16% no trimestre. Nos Fundos Imobiliários, art. 11°, com rentabilidade negativa de -3,81% mensal e 1,68% no trimestre. No 3° Trimestre, a rentabilidade da carteira foi de 3,84%, superando a meta atuarial de 1,98% e gerando uma margem positiva de 1,86%. Destaca-se que a carteira apresentou baixa volatilidade no período analisado, registrada em 1,60 no trimestre, o que evidencia maior estabilidade dos investimentos e menor exposição a oscilações de mercado. Também foi apresentado o Parecer de Investimentos nº 000001/2026, referente à análise do Relatório de Investimentos do 3° Trimestre de 2025. O documento destacou o desempenho da carteira do PREVIJUNO à luz do cenário econômico vigente, em consonância com a Política de Investimentos de 2025 e com a Resolução CMN nº 4.963/2021. Registrou-se, ainda, o desenquadramento passivo do fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional – JTPR11, o qual ultrapassou em 21,07% o limite estabelecido, encontrando-se sob monitoramento para fins de regularização. O Sr. Jesus Rogério deliberou sobre a aprovação do Relatório de Investimentos referente ao 3° Trimestre, bem como do respectivo Parecer Técnico nº 000001/2026. Após apreciação, ambos foram aprovados por unanimidade pelos membros, sendo que o referido material será posteriormente encaminhado ao Conselho Fiscal para análise e aprovação final. Em seguida, foi analisado o Relatório de Investimentos referente ao mês

de novembro de 2025, sendo registradas as seguintes considerações: Apresenta 15,21% das aplicações em Tesouro Nacional, com rentabilidade positiva de 0,60% ao mês e 10,56% ao ano, conforme o art. 7º, inciso I, alínea a. No art. 7º, inciso I, alínea b, registra 29,35% das aplicações, com rentabilidade de 1,04% ao mês e 12,00% ao ano. No art. 7º, inciso III, alínea a (Fundos de Renda Fixa), observa-se rentabilidade de 1,06% ao mês e 13,01% ao ano. No art. 7º, inciso V, alínea b (Fundos de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado), a rentabilidade foi de 1,05% no mês e 6,56% ao ano. Na Renda Variável - art. 8° I (Fundos de Ações) – com rentabilidade positiva de 4,37% mensal e 36,68% ao ano. No segmento de Investimentos no Exterior (art. 9º, inciso III – Fundos de Ações – BDR Nível I), foi registrada rentabilidade negativa de -1,95% no mês e positiva de 10,46% no acumulado do ano, considerando os ativos anteriormente alocados nesse segmento. Ressalta-se, ainda, que o fundo BB Ações Alocação ETF Investimento no Exterior FIA também apresentou desempenho negativo no acumulado anual, com rentabilidade de -1,11%. Nos Investimentos Estruturados (art. 10º, inciso I – Fundos Multimercados), foi registrada rentabilidade positiva de 2,30% no mês e de 20,34% no acumulado anual. Nos Fundos Imobiliários (art. 11°), foi registrada rentabilidade negativa de -6,69% no mês e de -2,20% no acumulado do ano. Em novembro, a carteira apresentou rentabilidade de 1,12%, superando a meta projetada de 0,56% e gerando uma margem positiva de 0,56%. Além disso, a carteira manteve baixa volatilidade durante o período analisado, registrada em 1,44 no mês de referência. Por fim, foi apresentado o Parecer de Investimentos nº 000002/2026, referente à análise do Relatório de Investimentos de novembro de 2025, contendo todos os apontamentos técnicos pertinentes ao período. O Sr. Jesus Rogério deliberou sobre a aprovação do Relatório de Investimentos do mês de novembro, bem como do respectivo Parecer Técnico nº 000002/2026. Após análise detalhada e aprovação unânime dos presentes, os documentos seguem para conhecimento, apreciação e aprovação final do Conselho Fiscal e Deliberativo. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, secretária do comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 07 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

José Ivan Silva Alves
Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Rosália Pereira Maia de Jesus
Assessora

Murilo Vieira Gaião
Analista de Gestão Pública

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Secretária do Comitê de Investimentos

JUAZEIRO DO NORTE

3º TRIMESTRE 2025

Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 30.09.2025.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela i9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **83,60%**

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) [1]	0,31	0,05	0,82	2,37	14.053.568,36	3,16
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) [1]	0,31	0,05	0,81	2,34	25.435.312,82	5,72
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) [1]	0,31	0,05	0,79	2,30	28.857.291,39	6,49
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a	**0,34**	**0,05**	**0,80**	**2,33**	**68.346.172,57**	**15,37**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	2,48	-0,03	0,71	2,70	17.953.816,71	4,04	1.318.402.019,23	1,36
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	4,88	0,03	0,38	0,81	14.149.942,88	3,18	931.016.225,76	1,52
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,11	0,06	1,21	3,68	48.897.957,65	11,00	6.788.237.247,70	0,72
BRAM	BRADESCO	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,09	0,05	1,19	3,62	1.258.711,12	0,28	11.998.645.311,27	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	4,87	0,00	0,50	0,94	0,00	0,00	228.422.695,14	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	1,80	-0,01	1,06	3,09	30.925.300,70	6,96	3.222.655.062,45	0,96
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,44	0,13	1,08	3,48	6.066.768,92	1,36	3.307.727.537,29	0,18
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,15	0,05	1,21	3,68	11.827.754,21	2,66	2.220.490.506,89	0,53
XP	XP SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM	TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	0,11	0,00	0,87	3,33	0,00	0,00	12.187.415.552,17	0,00
		Sub-total Artigo 7º I, Alínea b	**1,66**	**0,03**	**1,00**	**3,03**	**131.080.252,19**	**29,49**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,11	0,05	1,24	3,72	64.523.413,90	14,51	23.444.999.065,48	0,28
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,10	0,05	1,22	3,72	19.762.591,36	4,45	19.624.374.791,71	0,10
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,09	0,05	1,13	3,41	573.587,64	0,13	1.256.266.281,49	0,05
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,11	0,05	1,24	3,73	51.750.321,11	11,64	24.966.924.430,91	0,21
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,11	0,06	1,23	3,70	10.181.675,62	2,29	9.276.091.243,33	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,10	0,05	1,22	3,71	19.024.375,44	4,28	4.588.280.860,95	0,41
		Sub-total Artigo 7º III, Alínea a	**0,43**	**0,05**	**1,23**	**3,70**	**165.815.965,07**	**37,30**		

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,12	0,05	1,22	3,71	6.393.408,85	1,44	4.490.278.566,83	0,14
		Sub-total Artigo 7º V, Alínea b	**0,12**	**0,05**	**1,22**	**3,71**	**6.393.408,85**	**1,44**		
		Renda Fixa	**0,99**	**0,04**	**1,07**	**3,21**	**371.635.798,68**	**83,60**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL **3,41%**

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	17,83	0,43	3,98	9,59	9.014.851,45	2,03	1.683.068.103,69	0,54
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	23,28	-0,31	16,56	35,61	2.074.706,10	0,47	217.975.339,32	0,95
CAIXA DTVM	CEF	FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	24,70	0,59	9,33	15,57	686.152,67	0,15	156.863.220,48	0,44
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	17,05	0,02	0,89	0,89	3.363.858,91	0,76	227.063.160,76	1,48
		Sub-total Artigo 8º I	**14,74**	**0,25**	**6,94**	**15,18**	**15.139.569,13**	**3,41**		
		Renda Variável	**14,74**	**0,25**	**6,94**	**15,18**	**15.139.569,13**	**3,41**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR **1,03%**

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,57	0,55	0,64	4,48	4.573.071,73	1,03	67.426.084,00	6,78
BB	BB	BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	17,83	0,00	6,65	12,58	0,00	0,00	73.613.713,41	0,00
BB	BB	BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	16,29	0,00	6,41	10,95	0,00	0,00	9.294.205,52	0,00
		Sub-total Artigo 9º III	**10,48**	**0,55**	**2,88**	**7,36**	**4.573.071,73**	**1,03**		
		Investimentos no Exterior	**10,48**	**0,55**	**2,88**	**7,36**	**4.573.071,73**	**1,03**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS **10,98%**

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18,20	0,46	4,30	10,22	4.709.535,16	1,06	1.070.053.620,61	0,44
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	16,82	0,06	-0,20	4,16	9.992.816,00	2,25	67.616.175,24	14,78
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5,87	0,14	1,59	5,61	5.696.840,57	1,28	179.815.753,01	3,17
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	18,13	0,46	4,31	10,30	11.786.514,30	2,65	2.095.491.472,84	0,56
CAIXA DTVM	CEF	FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	8,46	-0,04	2,82	4,71	16.603.925,30	3,74	116.916.238,17	14,20
		Sub-total Artigo 10º I	**9,06**	**0,17**	**2,53**	**6,52**	**48.789.631,33**	**10,98**		
		Investimentos Estruturados	**9,06**	**0,17**	**2,53**	**6,52**	**48.789.631,33**	**10,98**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

FUNDOS IMOBILIÁRIOS **0,99%**

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	54,26	31,97	4,08	33,57	1.244.508,92	0,28	130.736.491,20	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	11,75	-6,56	-6,56	-7,07	3.155.112,48	0,71	14.974.408,97	21,07
		Sub-total Artigo 11º	**18,17**	**1,85**	**-3,81**	**1,68**	**4.399.621,40**	**0,99**		
		Fundos Imobiliários	**18,17**	**1,85**	**-3,81**	**1,68**	**4.399.621,40**	**0,99**		
		Total	**1,60**	**0,09**	**1,34**	**3,84**	**444.537.692,27**	**100,00**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo	Valor (R$)
Banco Bradesco S.A. - 0456 / 073780-1	5.691,28
Banco do Brasil S.A. - 0433 / 044952-0	62.472,74
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9	21.627,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218884-5	312.409,23
Sub-total Disponibilidades Financeiras	**402.200,25**
Total	**444.939.892,52**

(1) Existem aplicações consolidadas.

Enquadramento da Carteira

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	**Tipo de Ativo**	**Valor(R$)**	**% Carteira**	**Mínimo**	**Objetivo**	**Máximo**	**ALM**	**Limite Legal**
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	68.346.172,57	15,37	0,00	30,56	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	131.080.252,19	29,49	0,00	30,57	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	165.815.965,07	37,30	0,00	11,73	75,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.393.408,85	1,44	0,00	2,00	15,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**371.635.798,68**	**83,60**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	15.139.569,13	3,41	0,00	2,62	45,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**15.139.569,13**	**3,41**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.573.071,73	1,03	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.573.071,73**	**1,03**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	48.789.631,33	10,98	0,00	14,52	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**48.789.631,33**	**10,98**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.399.621,40	0,99	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.399.621,40**	**0,99**					15,00
Total		**444.537.692,27**	**100,00**					

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	Atribuição Desemp. (%)	No Trimestre (R$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,80 65,72	2,33 62,96	2,33 62,96	5,10 71,36		0,12	1.573.201,43
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,00 82,28	3,03 81,90	3,03 81,90	6,29 87,92	10,23 76,90	0,31	4.044.526,96
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,23 100,58	3,70 99,79	3,70 99,79	7,15 99,97	12,47 93,75	0,45	5.878.708,39
Artigo 7º V, Alínea b % do CDI	1,22 99,63	3,71 100,18	3,71 100,18			0,02	225.790,80
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	6,94 3,54	15,18 9,86	15,18 9,86	26,20 13,94	23,23 12,29	0,15	1.214.069,86
Artigo 9º III % do CDI	2,88 236,21	7,36 198,61	7,36 198,61	15,24 213,09	13,75 103,43	0,05	545.735,87
Artigo 10º I % do CDI	2,53 207,69	6,52 175,99	6,52 175,99	13,71 191,61	15,65 117,71	0,27	2.986.291,98
Artigo 11º % do CDI	-3,81 -312,70	1,68 45,23	1,68 45,23	6,39 89,27	-5,25 -39,46	-0,04	72.407,99
JUAZEIRO DO NORTE (Total)						1,34	**16.540.733,28**

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.207.647,96	0,00	0,00	0,00	28.857.291,39	649.643,43
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.137.448,15	0,00	0,00	415.086,94	14.053.568,36	331.207,15
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.613.262,39	0,00	0,00	770.300,42	25.435.312,82	592.350,85
	67.958.358,50	0,00	0,00	1.185.387,36	68.346.172,57	1.573.201,43

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	17.481.463,68	0,00	0,00	0,00	17.953.816,71	472.353,03
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	14.463.422,58	0,00	-430.088,29	0,00	14.149.942,88	116.608,59
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	47.161.386,02	0,00	0,00	0,00	48.897.957,65	1.736.571,63
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	1.214.760,05	0,00	0,00	0,00	1.258.711,12	43.951,07
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	3.429.487,10	0,00	-3.357.007,14	104.151,81	0,00	31.671,85
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	30.915.420,60	0,00	0,00	929.819,81	30.925.300,70	939.699,91
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	5.862.994,60	0,00	0,00	0,00	6.066.768,92	203.774,32
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	11.408.392,70	0,00	0,00	0,00	11.827.754,21	419.361,51
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	2.068.340,00	1.185.387,36	-3.334.262,41	0,00	0,00	80.535,05
	134.005.667,33	1.185.387,36	-7.121.357,84	1.033.971,62	131.080.252,19	4.044.526,96

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	65.711.950,06	18.548.374,34	-22.143.383,75	0,00	64.523.413,90	2.406.473,25
BRADESCO FIC FI RF ALOCACAO DINAMICA	2.692.814,83	0,00	-2.694.651,14	0,00	0,00	1.836,31
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	19.054.222,94	0,00	0,00	0,00	19.762.591,36	708.368,42
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	14.146.255,70	1.060.521,62	-15.066.986,23	0,00	573.587,64	433.796,55
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	32.790.621,16	17.776.139,68	-100.280,11	0,00	51.750.321,11	1.283.840,38
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	9.817.950,45	0,00	0,00	0,00	10.181.675,62	363.725,17
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	18.343.707,13	0,00	0,00	0,00	19.024.375,44	680.668,31
	162.557.522,27	37.385.035,64	-40.005.301,23	0,00	165.815.965,07	5.878.708,39

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	3.472.966,84	2.694.651,21	0,00	0,00	6.393.408,85	225.790,80

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
	3.472.966,84	2.694.651,21	0,00	0,00	6.393.408,85	225.790,80

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	5.223.094,33	3.244.574,71	0,00	0,00	9.014.851,45	547.182,41
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	1.529.864,62	0,00	0,00	0,00	2.074.706,10	544.841,48
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	593.703,19	0,00	0,00	0,00	686.152,67	92.449,48
KÍNITRO FIF AÇÕES	0,00	3.334.262,42	0,00	0,00	3.363.858,91	29.596,49
	7.346.662,14	6.578.837,13	0,00	0,00	15.139.569,13	1.214.069,86

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4.377.112,09	0,00	0,00	0,00	4.573.071,73	195.959,64
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	2.010.020,33	0,00	-2.262.872,67	0,00	0,00	252.852,34
BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	884.778,15	0,00	-981.702,04	0,00	0,00	96.923,89
	7.271.910,57	0,00	-3.244.574,71	0,00	4.573.071,73	545.735,87

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4.272.844,06	0,00	0,00	0,00	4.709.535,16	436.691,10
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	9.593.434,00	0,00	0,00	0,00	9.992.816,00	399.382,00
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5.394.477,46	0,00	0,00	0,00	5.696.840,57	302.363,11
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10.686.195,01	0,00	0,00	0,00	11.786.514,30	1.100.319,29
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	15.856.388,82	0,00	0,00	0,00	16.603.925,30	747.536,48
	45.803.339,35	0,00	0,00	0,00	48.789.631,33	2.986.291,98

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB RECEBIVEIS IMOBILIARIOS FI IMOBILIARIO - FII	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,00	0,01
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	958.500,00	0,00	0,00	0,00	26.550,00	1.244.508,92	312.558,92
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	3.395.263,42	0,00	0,00	0,00	0,00	3.155.112,48	-240.150,94
	4.353.763,42	0,00	-0,01	0,00	26.550,00	4.399.621,40	72.407,99

Análise de Liquidez

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	296.776.234,56	66,76	296.776.234,56	66,76	
de 31 dias a 365 dias	51.372.277,91	11,56	348.148.512,47	78,32	
acima de 365 dias	96.389.179,80	21,68	444.537.692,27	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	2		0,00
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		64.523.413,90
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		48.897.957,65
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	D+0		1.258.711,12
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		19.762.591,36
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		573.587,64
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		51.750.321,11
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		6.066.768,92
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.181.675,62
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			1.244.508,92
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.155.112,48
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		11.827.754,21
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.024.375,44
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	D+0		0,00
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		4.709.535,16
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		11.786.514,30
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	D+2		0,00
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.696.840,57
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+2		16.603.925,30

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.014.851,45
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.074.706,10
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	D+3 du		686.152,67
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		3.363.858,91
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.573.071,73

DE 31 DIAS A 365 DIAS

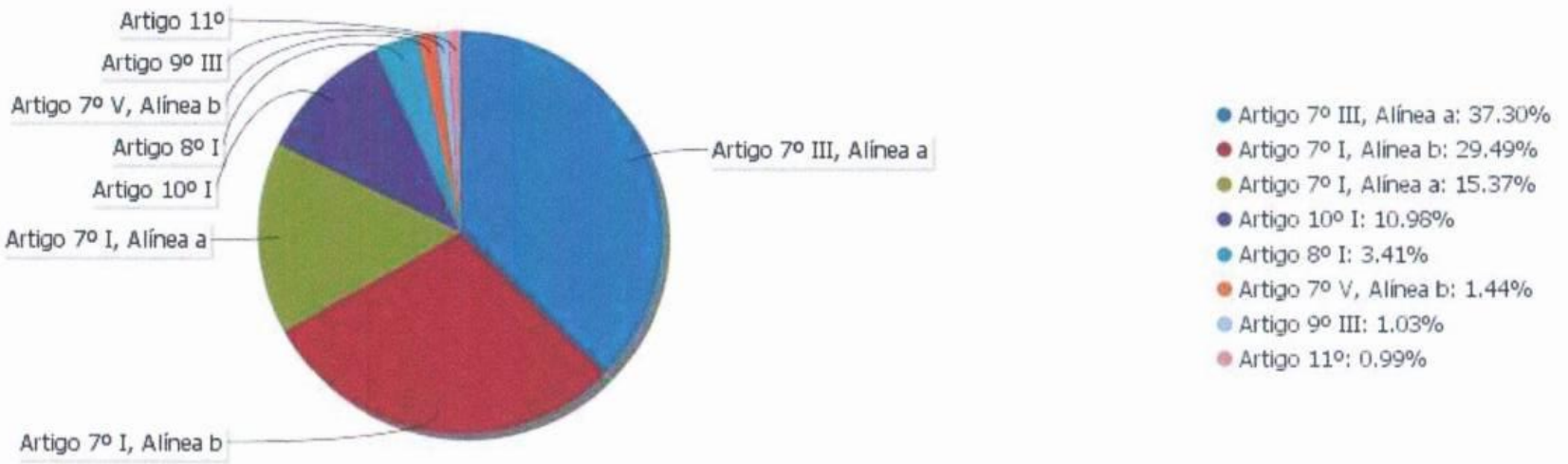
Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.393.408,85
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.053.568,36
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA		17/08/2026	30.925.300,70

ACIMA DE 365 DIAS

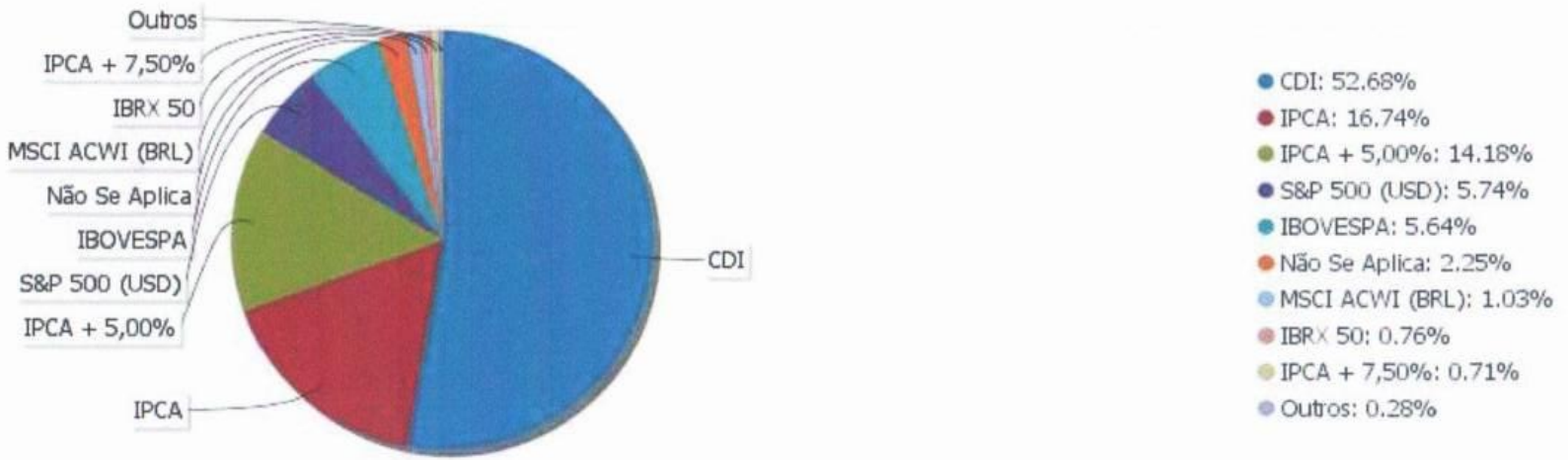
Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	9.992.816,00
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	17.953.816,71
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	15/08/2030	14.149.942,88
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	D+0	15/08/2030	0,00
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	25.435.312,82
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.857.291,39

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

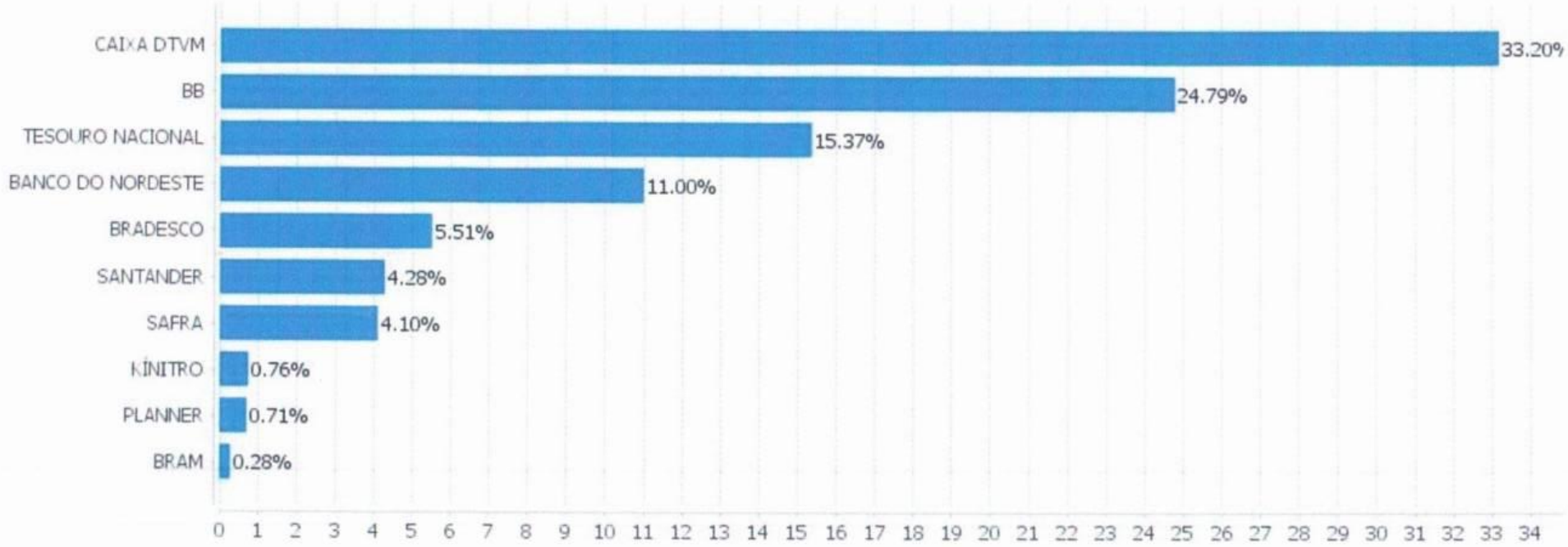
Alocação por Artigo



Alocação Por Estratégia



Alocação por Gestor



Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34				10,70
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,64	0,73	0,31	0,93				7,64
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41				3,05
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	10	47,62
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	52,38

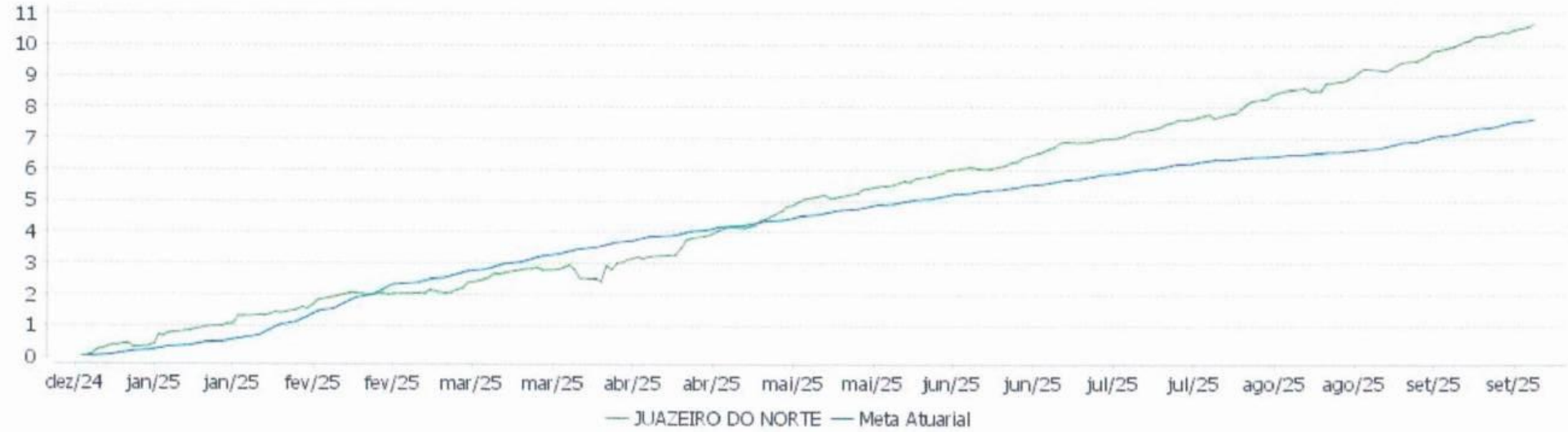
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

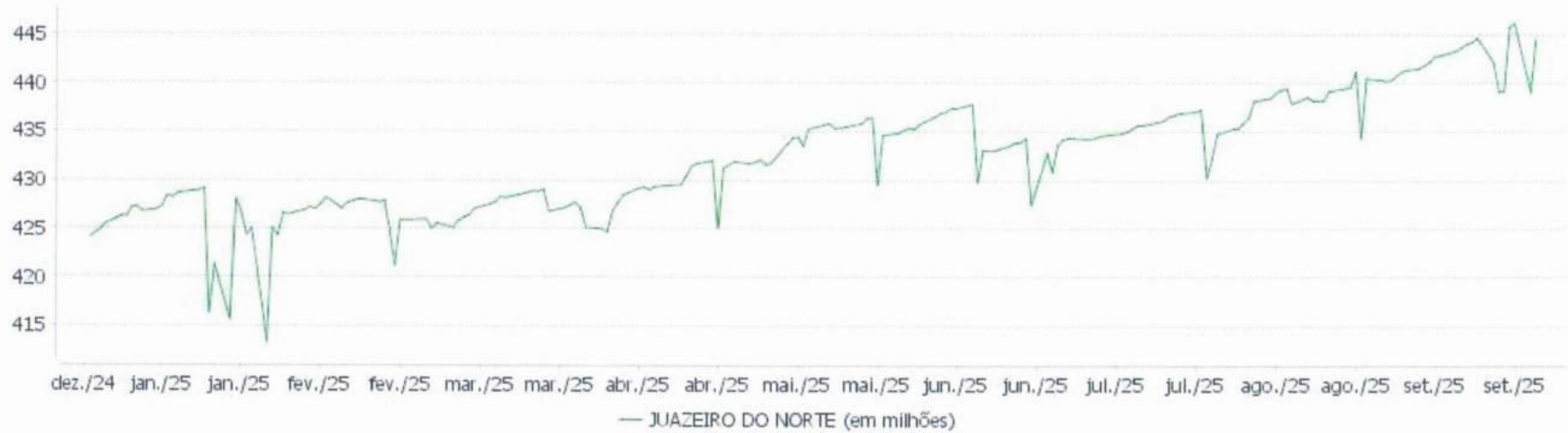
Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,84	1,98	1,86	0,87
06 meses	7,68	4,20	3,48	1,30
12 meses	11,71	10,57	1,14	1,60
24 meses				
Desde 29/12/2023	17,54	18,51	-0,96	1,69

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

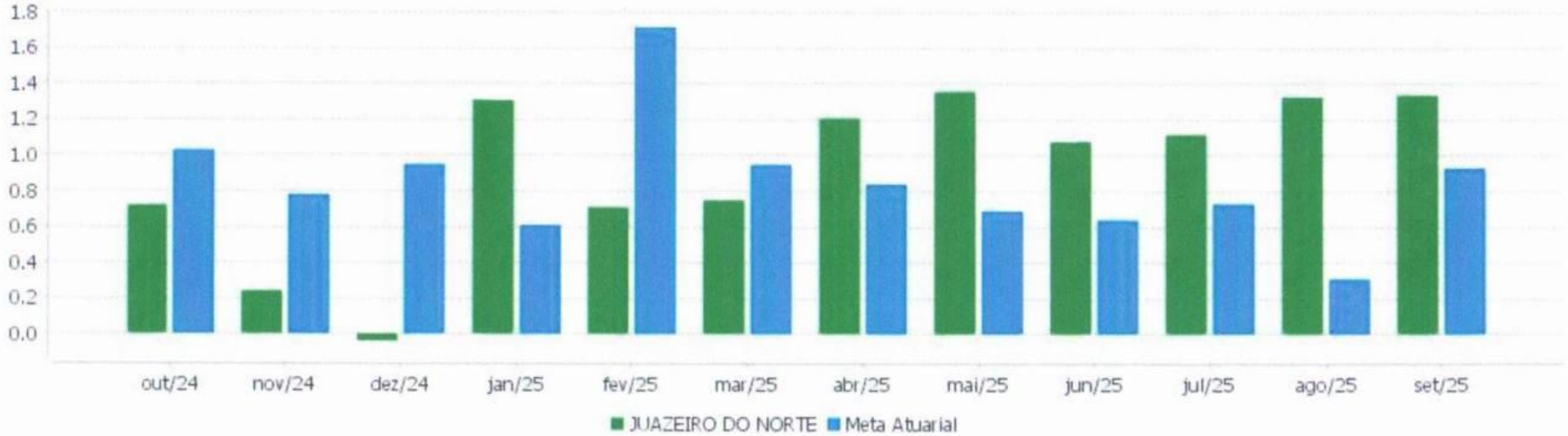
Evolução No Ano



Patrimônio Líquido No Ano



Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	1,22	3,71	3,71	7,16	13,36	26,37	44,28
% do CDI	99,63	100,18	100,18	100,04	100,44	102,11	103,61
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,71	2,70	2,70	5,05	8,87	16,77	30,01
Var. IPCA + 5,00% p.p.	-0,20	0,78	0,78	0,96	-1,53	-4,27	-3,62
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	1,19	3,62	3,62	6,98	12,96	25,12	41,61
% do CDI	97,34	97,66	97,66	97,53	97,46	97,28	97,35
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,08	3,48	3,48	7,10	12,09	20,67	36,13
Var. IPCA p.p.	0,60	2,85	2,85	5,54	6,92	10,84	20,61
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	0,37	0,81	0,81	5,32	6,12	11,70	24,03
Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,16	0,24	0,24	-0,45	0,23	-0,13	-0,15
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	1,06	3,09	3,09	5,74	9,78		
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,15	1,16	1,16	1,65	-0,62		
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	1,20	3,67	3,67	7,08	13,21	25,67	42,49
% do CDI	98,64	99,07	99,07	98,93	99,37	99,40	99,42
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	0,38	0,81	0,81	5,33	6,12	11,71	24,04
Var. IPCA + 5,00% p.p.	-0,53	-1,12	-1,12	1,23	-4,29	-9,33	-9,59
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	1,21	3,68	3,68	7,06	13,15	25,48	42,15
% do CDI	99,00	99,22	99,22	98,63	98,87	98,69	98,62
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,21	3,68	3,68	7,09	13,21	25,61	42,43
% do CDI	99,24	99,39	99,39	99,16	99,35	99,19	99,28
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,81	2,34	2,34	5,13	12,39	25,26	
Var. IPCA p.p.	0,33	1,71	1,71	3,56	7,22	15,43	
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,82	2,37	2,37	5,18	12,52	25,53	
Var. IPCA p.p.	0,34	1,74	1,74	3,62	7,34	15,71	
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,79	2,30	2,30	5,05	12,23	24,89	
Var. IPCA p.p.	0,31	1,67	1,67	3,48	7,05	15,06	
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	1,22	3,72	3,72	7,19	13,40	26,94	44,70
% do CDI	100,33	100,35	100,35	100,57	100,80	104,34	104,58
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1,24	3,72	3,72	7,17	13,32	25,99	42,87
% do CDI	101,57	100,52	100,52	100,26	100,20	100,64	100,32
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	1,23	3,70	3,70	7,17	13,34	26,10	43,34
% do CDI	100,72	100,00	100,00	100,25	100,35	101,08	101,41
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	1,24	3,73	3,73	7,19	13,35	26,30	43,57

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	101,25	100,57	100,57	100,54	100,42	101,86	101,94
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	1,22	3,71	3,71	7,16	13,33	26,42	43,76
% do CDI	100,37	100,16	100,16	100,14	100,21	102,29	102,39
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	1,13	3,41	3,41	6,58	12,12	23,27	37,77
% do CDI	92,30	92,18	92,18	91,96	91,14	90,11	88,38
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	16,56	35,61	35,61	36,32	44,51	54,99	33,36
Var. IBOVESPA p.p.	13,15	30,30	30,30	24,06	33,57	29,54	0,46
KÍNITRO FIF AÇÕES	4,99	6,09	6,09	26,50	21,79	42,71	59,53
Var. IBRX 50 p.p.	1,55	0,62	0,62	15,37	11,30	16,56	26,66
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	9,33	15,57	15,57	40,81	37,51	41,34	46,73
Var. IBOVESPA p.p.	5,93	10,26	10,26	28,55	26,57	15,88	13,83
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	3,98	9,59	9,59	21,89	21,57	67,34	106,58
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,44	1,80	1,80	2,71	5,50	11,36	20,05
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	0,64	4,48	4,48	8,76	8,38	47,60	44,27
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	-0,79	-0,09	-0,09	-1,52	-4,49	-11,65	-30,80
BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	6,90	11,46	11,46	24,22	20,56	47,05	69,10
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	5,46	6,90	6,90	13,95	7,69	-12,19	-5,97
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	7,07	13,03	13,03	27,95	24,45	54,70	75,15
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	5,64	8,46	8,46	17,67	11,58	-4,54	0,08
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	1,59	5,61	5,61	11,37	15,14	20,53	42,92
Var. IBOVESPA p.p.	-1,81	0,29	0,29	-0,90	4,20	-4,92	10,02
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	4,31	10,30	10,30	23,86	23,92	73,71	124,67
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,78	2,50	2,50	4,68	7,85	17,73	38,14
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4,30	10,22	10,22	23,68	23,38	72,07	121,21
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,77	2,43	2,43	4,50	7,31	16,09	34,68
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	2,82	4,71	4,71	9,88	11,18	25,86	26,11
Var. IBOVESPA p.p.	-0,59	-0,60	-0,60	-2,39	0,24	0,41	-6,79
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	-0,20	4,16	4,16	6,78	6,62	21,83	35,71
Var. Não Se Aplica p.p.	-0,20	4,16	4,16	6,78	6,62	21,83	35,71
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	-6,56	-7,07	-7,07	-2,62	-10,94		
Var. IPCA + 7,50% p.p.	-7,68	-9,63	-9,63	-7,96	-23,97		
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	3,87	4,38	4,38	38,09	13,44	23,04	58,26
Var. IFIX p.p.	0,62	1,35	1,35	29,75	4,86	11,55	38,24
JUAZEIRO DO NORTE	1,34	3,84	3,84	7,68	11,71		
Var. IPCA + 5,21% p.p.	0,41	1,86	1,86	3,48	1,08		
CDI	1,22	3,70	3,70	7,15	13,30	25,82	42,74

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
IBOVESPA	3,40	5,32	5,32	12,27	10,94	25,46	32,90
INPC + 6,00%	1,03	2,07	2,07	4,62	11,38	22,86	36,04
IPCA + 6,00%	0,99	2,18	2,18	4,60	11,46	23,34	37,46

Cotização e Taxas

	Aplicação		Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA			D+1 du	D+6 du		0,50%
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+1 du	D+0	D+1	D+2	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	D+0	D+0	D+0	D+2		0,85%
BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	D+0	D+0	D+2	2		0,85%
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	D+0	D+0	D+0		
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	D+0	D+0	D+0		
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,15%
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA			D+0	D+1 du		1,20%
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,008%
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA						
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,40%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC	D+0	D+0	D+0	D+2		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

	Aplicação		Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA						
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+0	D+0	D+0	D+2		
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+1	Não possui	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	Não se aplica	Não se aplica				
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+0	D+1	D+1	D+3		
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du		2,00%
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+0	D+0	D+0	D+2		
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11						
KÍNITRO FIF AÇÕES			D+1 du	D+3 du	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO			D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		0,25%
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF			D+0	D+0		0,10%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA			D+0	D+0		0,20%

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,20	3,70	3,70	7,24	13,18	24,81	41,70	55,61	59,49
IRF-M 1+	1,29	2,96	2,96	10,21	11,36	19,90	36,76	46,65	42,05
IRF-M TOTAL	1,26	3,24	3,24	9,30	12,11	21,58	38,08	49,14	47,63
IMA-B 5	0,66	2,14	2,14	5,05	9,20	18,40	32,19	44,42	53,01
IMA-B 5+	0,44	-0,55	-0,55	6,21	3,34	7,09	17,97	24,10	28,07
IMA-B TOTAL	0,54	0,57	0,57	5,77	5,89	11,83	24,18	33,18	39,45
IMA-GERAL TOTAL	1,05	2,84	2,84	7,22	11,08	21,07	36,20	48,79	52,47
IDKA 2	0,48	2,47	2,47	5,23	9,35	18,16	31,66	43,39	52,30
IDKA 20	0,59	-2,33	-2,33	8,86	-2,23	-2,04	6,53	7,58	9,76
CDI	1,22	3,70	3,70	7,15	13,30	25,82	42,74	58,29	63,02

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	3,40	5,32	5,32	12,27	10,94	25,46	32,90	31,77	54,58
IBRX 100	3,47	5,32	5,32	12,20	10,95	25,96	32,37	30,61	53,89
IBRX 50	3,44	5,48	5,48	11,13	10,49	26,15	32,87	33,64	58,31
SMALL CAP	1,58	0,70	0,70	16,93	10,55	6,40	3,27	-15,77	-2,50
Índice Consumo - ICON	1,49	0,21	0,21	13,53	7,02	6,71	-12,30	-36,65	-37,71
Índice Dividendos - IDIV	2,82	5,11	5,11	12,57	11,65	33,40	52,29	63,27	95,24

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	3,25	3,03	3,03	8,34	8,57	11,50	20,02	32,18	28,43

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI (BRL)	1,43	4,56	4,56	10,27	12,87	59,24	75,06	35,71	64,30
MSCI ACWI (USD)	3,49	7,29	7,29	19,06	15,61	49,93	77,96	38,80	74,25
S&P 500 (BRL)	1,48	5,06	5,06	10,39	13,31	65,67	83,50	51,82	87,53
S&P 500 (USD)	3,53	7,79	7,79	19,18	16,07	55,98	86,54	55,27	98,88

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,48	0,63	0,63	1,57	5,17	9,83	15,52	23,80	36,49
INPC	0,52	0,52	0,52	1,59	5,10	9,40	14,33	22,55	35,76
IGPM	0,42	0,00	0,00	-1,91	2,82	7,48	1,06	9,40	36,60
SELIC	1,22	3,70	3,70	7,15	13,30	25,82	42,74	58,29	63,02

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,82	1,67	1,67	3,60	9,36	18,75	29,86	44,74	65,93
IPCA + 5,00%	0,91	1,92	1,92	4,10	10,41	21,04	33,63	50,37	74,03
IPCA + 5,50%	0,95	2,05	2,05	4,35	10,93	22,19	35,53	53,24	78,19
IPCA + 5,89%	0,98	2,15	2,15	4,54	11,34	23,09	37,03	55,51	81,50
IPCA + 6,00%	0,99	2,18	2,18	4,60	11,46	23,34	37,46	56,15	82,44
INPC + 4,00%	0,86	1,56	1,56	3,62	9,28	18,29	28,52	43,27	65,05
INPC + 6,00%	1,03	2,07	2,07	4,62	11,38	22,86	36,04	54,57	81,47

Curva x Mercado

Ativo	Financeiro Curva (R$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.857.291,39	6,722000	27.182.609,28	7,617800	-1.674.682,11
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.053.568,36	7,000000	13.745.178,26	9,800700	-308.390,10
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.435.312,82	6,881500	24.424.678,41	7,913200	-1.010.634,41

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
200	01/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	494.128,86	0,00	136.490,05940400	3,6202552930
201	01/07/2025	BRADESCO FIC FI RF ALOCACAO DINAMICA	0,00	2.694.651,14	1.506.034,57892350	1,7892359000
202	01/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	215,46	77,29147100	2,7876290000
203	02/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	189.055,27	67.784,94809700	2,7890450000
204	02/07/2025	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	2.694.651,21	0,00	10.064,37044600	267,7416560000
205	08/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	8.346,40	0,00	2.298,89397300	3,6306154590
206	08/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	37.445,99	13.398,78637000	2,7947300000
207	10/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	456,79	125,68166900	3,6344997960
208	10/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	3.163,45632400	2,7975730000
209	11/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	4.466,10	1.595,60671800	2,7989980000
210	16/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	7.477,81	2.667,53379400	2,8032670000
211	17/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	17.864,43	6.369,48002400	2,8046920000
212	18/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	24.440,59	8.709,74742200	2,8061190000
213	23/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	1.800,00	640,47638600	2,8104070000
214	25/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	94.873,33	25.942,94857700	3,6569987300
215	25/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	9.687,77	3.443,59973900	2,8132680000
216	30/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.197.053,13	1.964.759,59657500	3,6630706080
217	30/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	84.367,25	29.943,29793300	2,8175670000
218	31/07/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.749.214,00	0,00	477.272,09536500	3,6650246620
219	31/07/2025	BB RECEBIVEIS IMOBILIARIOS FI IMOBILIARIO - FII	0,00	0,01	10.000,00111300	0,0000010000
220	31/07/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	2.572,00	912,38005400	2,8190000000
221	01/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	3.072.697,54	0,00	837.929,67068300	3,6670112630
222	01/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	37.613,19	13.335,95364500	2,8204350000
223	05/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	2.472,00	875,56957100	2,8233040000
224	07/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	378,89	103,08444900	3,6755301480
225	07/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	7.192,93	2.545,10829000	2,8261780000
226	08/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.244.877,08	0,00	338.508,18032800	3,6775391330
227	11/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	291,60	103,07342700	2,8290500000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
228	12/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	3.126,66821800	2,8304890000
229	14/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	15.804,78	5.578,08530800	2,8333700000
230	15/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	0,00	382.381,18	307.553,94046200	1,2432979380
231	15/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	0,00	47.707,11	38.371,42212000	1,2432979380
232	15/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	6.168,00	2.175,80788600	2,8348090000
233	18/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	382.381,18	0,00	103.636,25510000	3,6896468290
234	18/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	47.707,11	0,00	12.929,99363100	3,6896468290
235	18/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	1.033.971,62	0,00	364.556,01042000	2,8362490000
236	19/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	2.964,25	1.044,59967200	2,8376900000
237	20/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	40.513,69	14.269,73025500	2,8391350000
238	25/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	966,15	339,77809700	2,8434730000
239	26/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	83.662,69	22.604,36395200	3,7011742590
240	27/08/2025	TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	1.185.387,36	0,00	586.671,97907256	2,0205283400
241	28/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.410.755,53	2.000.214,49668100	3,7049804120
242	28/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	78.144,81	27.440,27051200	2,8478150000
243	29/08/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	5.846.505,32	0,00	1.577.128,35749100	3,7070573820
244	29/08/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	39.222,44	13.765,79515500	2,8492680000
245	02/09/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.582,52	426,40714200	3,7112886780
246	03/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	3.877,50	1.358,79887500	2,8536230000
247	09/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	4.407,39	1.541,34727500	2,8594400000
248	10/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	3.093,43429900	2,8608980000
249	11/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	3.327,60	1.162,53797200	2,8623580000
252	19/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	10.421.414,34	3.629.754,77512100	2,8711070000
253	19/09/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	4.023.212,89	1.401.275,84885400	2,8711070000
250	19/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	3.997.718,20	0,00	655.002,20697800	6,1033660000
251	19/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	10.416.111,26	0,00	1.706.617,50581500	6,1033660000
254	22/09/2025	BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	0,00	2.262.872,67	1.757.753,67577400	1,2873662010
255	22/09/2025	BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	0,00	981.702,04	758.234,63905100	1,2947206470
256	22/09/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	615.321,55	0,00	164.482,04004400	3,7409649700
257	22/09/2025	KÍNITRO FIF AÇÕES	3.334.262,42	0,00	1.784.663,96769351	1,8682858400

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
258	22/09/2025	TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	0,00	3.334.262,41	1.634.186,48187697	2,0403194200
259	23/09/2025	CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	0,00	3.357.007,14	2.000.000,00000000	1,6785035700
260	24/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	4.847,40	792,84687300	6,1139170000
261	25/09/2025	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	3.244.574,71	0,00	1.190.808,24765600	2,7246827660
262	25/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	3.362.310,22	0,00	549.634,91066000	6,1173520000
263	25/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.298,02	539,12542200	6,1173520000
264	29/09/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.354.620,87	1.960.735,33513100	3,7509503390
265	29/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	69.646,04	11.372,54584200	6,1240500000
266	30/09/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	5.087.195,30	0,00	1.355.503,50393300	3,7529931020
267	30/09/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	22.488,65	3.670,19617900	6,1273700000
	Total		**47.843.911,34**	**50.371.233,79**		

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% — **Value-At-Risk (R$): 2.141.736,02** — **Value-At-Risk: 0,48%**

	Volatilidade[1]	VaR[2]	Limite[5]	CVaR[3]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Artigo 7º	0,26	0,20	3,00	0,10	-0,57	1,07	371.635.798,68	83,60
Artigo 8º	7,79	4,60	10,00	0,14	0,73	6,94	15.139.569,13	3,41
Artigo 9º	7,24	4,81	10,00	-0,01	0,23	2,88	4.573.071,73	1,03
Artigo 10º	4,03	2,46	10,00	0,25	0,33	2,53	48.789.631,33	10,98
Artigo 11º	22,61	8,33	10,00	0,01	-0,22	-3,81	4.399.621,40	0,99
JUAZEIRO DO NORTE		0,48		0,48			444.537.692,27	100,00

Renda Fixa — **Value-At-Risk: 0,20%**

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,26	0,31	0,00	0,30	-1,57	0,82	14.053.568,36	3,16
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,26	0,30	0,00	0,30	-1,61	0,81	25.435.312,82	5,72
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,26	0,30	0,00	0,30	-1,66	0,79	28.857.291,39	6,49
Sub-total	0,26	0,30	0,00		-1,62	0,80	68.346.172,57	15,37

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,01	0,61	0,01	0,69	-0,51	0,71	17.953.816,71	4,04
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	2,73	1,43	0,03	1,48	-0,31	0,38	14.149.942,88	3,18
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,01	0,41	0,01	0,58	-0,73	1,21	48.897.957,65	11,00
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,01	0,40	0,00	0,54	-4,74	1,19	1.258.711,12	0,28
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	2,73		0,00		-0,31	0,37	0,00	0,00
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,62	0,47	0,01	0,55	-0,26	1,06	30.925.300,70	6,96
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF	1,41	0,81	0,01	0,84	-0,10	1,08	6.066.768,92	1,36

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
- RESP LIMITADA								
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,02	0,41	0,00	0,58	-0,74	1,21	11.827.754,21	2,66
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	0,01		0,00		-2,29	1,20	0,00	0,00
Sub-total	0,58	0,38	0,06		-0,37	1,00	131.080.252,19	29,49

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,42	0,01	0,56	0,39	1,24	64.523.413,90	14,51
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,00	0,56	0,27	1,22	19.762.591,36	4,45
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	0,38	0,00	0,07	-87,06	1,13	573.587,64	0,13
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,03	0,42	0,02	0,52	0,47	1,24	51.750.321,11	11,64
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,04	0,42	0,01	0,55	0,20	1,23	10.181.675,62	2,29
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,00	0,56	0,28	1,22	19.024.375,44	4,28
Sub-total	0,03	0,27	0,04		0,26	1,23	165.815.965,07	37,30

Artigo 7º V, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,02	0,42	0,00	0,57	-0,23	1,22	6.393.408,85	1,44
Sub-total	0,02	0,42	0,00		-0,23	1,22	6.393.408,85	1,44

Renda Variável **Value-At-Risk: 4,60%**

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	7,46	4,15	0,06	1,56	0,37	3,98	9.014.851,45	2,03
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	22,05	12,98	0,03	10,99	0,70	16,56	2.074.706,10	0,47

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	18,70	9,60	0,01	6,47	0,43	9,33	686.152,67	0,15
KÍNITRO FIF AÇÕES	12,26	7,24	0,04	3,98	0,31	4,99	3.363.858,91	0,76
Sub-total	7,79	4,60	0,14		0,73	6,94	15.139.569,13	3,41

Investimentos no Exterior — **Value-At-Risk: 4,81%**

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	8,39	4,81	-0,01	5,57	-0,07	0,64	4.573.071,73	1,03
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	9,29		0,00		0,63	7,07	0,00	0,00
BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	7,74		0,00		0,73	6,90	0,00	0,00
Sub-total	7,24	4,81	-0,01		0,23	2,88	4.573.071,73	1,03

Investimentos Estruturados — **Value-At-Risk: 2,46%**

Artigo 10º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	7,09	3,99	0,03	1,19	0,43	4,30	4.709.535,16	1,06
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,90	1,95	0,01	1,95	-0,36	-0,20	9.992.816,00	2,25
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	3,18	1,64	0,01	5,84	0,12	1,59	5.696.840,57	1,28
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	7,07	3,98	0,08	1,14	0,44	4,31	11.786.514,30	2,65
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	7,39	4,05	0,12	1,64	0,22	2,82	16.603.925,30	3,74
Sub-total	4,03	2,46	0,25		0,33	2,53	48.789.631,33	10,98

Fundos Imobiliários — **Value-At-Risk: 8,33%**

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Artigo 11°

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	10,57	9,70	0,00	10,11	0,25	3,87	1.244.508,92	0,28
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	22,96	11,48	0,01	11,51	-0,34	-6,56	3.155.112,48	0,71
Sub-total	22,61	8,33	0,01		-0,22	-3,81	4.399.621,40	0,99

(1) Volatilidade anualizada do ativo no periodo (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(5) Limite Politica de Investimentos (%)

Observações

-Referente ao mês de setembro de 2025, vale observar que:

- O Instituto está com 21,07% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

PARECER DE INVESTIMENTOS Nº 000001/2026
PERÍODO: 3° TRIMESTRE
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE – PREVIJUNO
OBJETO: RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS

1. Introdução

O presente Parecer de Investimentos tem como objetivo apresentar a análise detalhada do desempenho da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte (PREVIJUNO) referente ao **3° Trimestre de 2025**. A análise considera:

a) As condições econômicas do período;
b) O cumprimento da **Política de Investimentos 2025** do PREVIJUNO;
c) Os requisitos da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, que regulamenta as aplicações dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O foco da análise está na **adequação da alocação dos recursos**, no **desempenho da rentabilidade da carteira em relação à Meta Atuarial** e no **cumprimento dos limites legais e normativos estabelecidos**.

2. Contexto Econômico do 3° Trimestre

De acordo com dados oficiais do IBGE, o IPCA referente ao mês de setembro foi de 0,48%, acima da taxa de -0,11% de agosto. No acumulado no ano, o índice alcançou 3,64%.

A rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO, cuja meta atuarial é IPCA + 5,21% ao ano, apresentou desempenho superior ao projetado, registrando 3,84% no trimestre, frente à meta de 1,98%, o que resultou em uma margem positiva de 1,86%. No acumulado de janeiro a setembro, a rentabilidade atingiu 10,70% ao ano, diante da meta projetada de 7,64%, gerando um desvio positivo de 3,05%.

Na reunião de **setembro de 2025**, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) manteve a **taxa Selic em 15%**, reforçando a política monetária restritiva diante das pressões inflacionárias.

Os ativos de renda fixa permaneceram com retornos atrativos, beneficiados pela alta da Selic. A moderação da inflação sugere possível redução na rentabilidade futura desses ativos. Já os ativos de risco, como renda variável e fundos imobiliários, apresentaram maior volatilidade, influenciados pelas oscilações naturais dos mercados e pelo cenário econômico ainda sujeito a ajustes e incertezas.

A gestão da carteira optou por priorizar ativos de renda fixa indexados à inflação e à taxa Selic, mantendo postura conservadora e mitigando riscos.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A carteira do PREVIJUNO, em **30 de setembro de 2025**, encontra-se parcialmente alinhada à Política de Investimentos 2025 e à Resolução CMN nº 4.963/2021. A distribuição dos ativos é a seguinte:

Renda Fixa: R$ 371.635.798,68 (83,60% da carteira)

Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º I, Alínea a): **R$ 68.346.172,57 (15,37% da carteira)** – A alocação está bem dentro do limite mínimo (0%) e do limite máximo (100%), atendendo às diretrizes da Política de Investimentos, com o objetivo de (30,56%).

Fundos 100% Títulos Públicos (Art. 7º I, Alínea b): **R$ 131.080.252,19 (29,49% da carteira)** – O fundo mantém uma exposição dentro do limite máximo de 100% e está abaixo do objetivo em 30,57%.

Fundos Renda Fixa (Art. 7º III, Alínea a): **R$ 165.815.965,07 (37,30% da carteira)** – A exposição a fundos de renda fixa está acima do objetivo em 28,51%, mas dentro do limite máximo de 75%.

FI RF - Crédito Privado (Artigo 7º V, Alínea b): **R$ 6.393.408,85 (1,44% da carteira)** - A alocação está abaixo do objetivo de 2,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

Renda Variável: **R$ 15.139.569,13 (3,41% da carteira)**

Fundos de Ações (Art. 8º I): **R$ 15.139.569,13 (3,41% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 5%, evidenciando um posicionamento conservador, dentro do limite máximo de 45%.

Investimentos no Exterior: **R$ 4.573.071,73 (1,03% da carteira)**

Fundos de Ações - BDR Nível I (Art. 9º III): **R$ 4.573.071,73 (1,03% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 10% e dentro do limite máximo de 10%.

Investimentos Estruturados: **R$ 48.789.631,33 (10,98% da carteira)**

Fundos Multimercados (Art. 10º I): **R$ 48.789.631,33 (10,98% da carteira)** – A exposição ligeiramente abaixo do objetivo de 14,52% é aceitável, pois está dentro do limite máximo de 15%.

Fundos Imobiliários: **R$ 4.399.621,40 (0,99% da carteira)**

Fundo de Investimento Imobiliário (Art. 11): **R$ 4.399.621,40 (0,99% da carteira)** – A alocação está acima do objetivo de 0,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

A carteira está em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, que determina que os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS adotem prudência na gestão dos investimentos, observem a diversificação adequada e cumpram os limites estabelecidos para proteger os interesses dos participantes.

4. Rentabilidade da Carteira do 3° Trimestre

A rentabilidade da carteira do 3° Trimestre de 2025 foi de **3,84%**, comparada à meta atuarial no período que foi de 1,98%, resultado em uma diferença positiva de **1,86%**.

A rentabilidade mensal da carteira, conforme apresentado, foi a seguinte:

i9Advisory

Carteira: JUAZEIRO DO NORTE — Data Extrato: 30/09/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34				10,70
IPCA + 5,21%	0,81	1,72	0,95	0,84	0,59	0,64	0,73	0,31	0,93				7,64
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,36	0,66	0,43	0,40	1,02	0,41				3,05
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,93	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	10	47,62
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	52,38

	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,84	1,98	1,86	0,87
06 meses	7,68	4,20	3,48	1,30
12 meses	11,71	10,57	1,14	1,60
24 meses				
Desde 29/12/2023	17,54	18,51	-0,96	1,09

Em termos de performance relativa:

a) Meses Acima da Meta Atuarial: 7 meses (77,78%);
b) Meses Abaixo da Meta Atuarial: 2 meses (22,22%).

Em termos de performance relativa, no ano de 2025 a carteira de investimentos do PREVIJUNO apresentou o seguinte comportamento: **77,78% dos meses registraram rentabilidade superior à Meta Atuarial e 22,22% ficaram abaixo**, ou seja, a meta foi superada em **7 meses** e não alcançada em **2 meses**.

Esse resultado reflete um cenário econômico marcado pela manutenção de retornos positivos nos ativos de renda fixa, impulsionados pela elevada taxa Selic. No entanto, a trajetória de desaceleração da inflação — evidenciada pelos dados recentes do IPCA-15 — indica uma redução gradual da taxa Selic, o que poderá impactar a rentabilidade desses ativos.

5. Desenquadramento da Resolução CMN nº 4963/2021

O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 21,07% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	54,26	31,97	4,08	33,57	1.244.508,92	0,28	130.736.491,20	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	11,75	-6,56	-6,56	-7,07	3.155.112,48	0,71	14.974.408,97	21,07
		Sub-total Artigo 11º	**18,17**	**1,85**	**-3,81**	**1,68**	**4.399.621,40**	**0,99**		
		Fundos Imobiliários	**18,17**	**1,85**	**-3,81**	**1,68**	**4.399.621,40**	**0,99**		

6. Desempenho em Relação à Meta Atuarial

A Meta Atuarial do PREVIJUNO para O 3° Trimestre de 2025, calculada como **IPCA + 5,21% ao ano**, foi de **1,98%**. A carteira obteve **3,84%**, superando a meta em **1,86 ponto percentual**, evidenciando desempenho positivo na gestão dos investimentos.

7. Volatilidade e Gestão de Risco

A volatilidade da carteira do PREVIJUNO no 3° Trimestre de 2025 foi de **0,87%**. Esse indicador evidencia que o Fundo mantém uma **postura conservadora de gestão de risco**, fundamental para a proteção dos recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte diante das oscilações do mercado financeiro.

A exposição ao risco permaneceu controlada, com predominância de alocações em **ativos de renda fixa**. Embora esses ativos possam apresentar rentabilidade mais moderada em cenários de maior volatilidade, eles desempenham papel essencial na **estabilidade e segurança da carteira**, contribuindo para a preservação do capital e para a mitigação de riscos de mercado.

8. Conformidade com a Resolução CMN nº 4963/2021

A **Resolução CMN nº 4963/2021**, que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), não foi integralmente cumprida no 3° Trimestre de 2025, em razão do desenquadramento no JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 ocorrido no período. Apesar do desenquadramento, o alinhamento geral à resolução contribuiu para garantir a segurança jurídica e financeira dos participantes do plano.

9. Conclusão

No 3° Trimestre de 2025, o PREVIJUNO registrou rentabilidade de **3,84%**, superando a Meta Atuarial de **1,98%** e alcançando um **desvio positivo de 1,86 ponto percentual**. A carteira de investimentos foi gerida com parcial aderência à Política de Investimentos

2025, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Entretanto, foi identificado que o fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 21,07% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pela Coordenação de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

O relatório detalhado sobre o desempenho dos investimentos foi aprovado pelo Comitê de Investimentos, sendo que este parecer será submetido ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final, conforme os trâmites estabelecidos. A transparência e o rigor no cumprimento das normas continuam sendo fundamentais na gestão do PREVIJUNO, com o objetivo de garantir a integridade dos recursos e atender às necessidades previdenciárias dos servidores.

Juazeiro do Norte, Ceará, 06 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do PREVIJUNO

Anexos: 01/37.

JUAZEIRO DO NORTE

NOVEMBRO 2025

Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 28.11.2025.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela i9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **83,33%**

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,61	10,71	14.267.565,01	3,17
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,60	10,60	25.817.857,57	5,73
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,59	10,45	28.404.827,82	6,31
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a	**0,32**	**0,04**	**0,60**	**10,56**	**68.490.250,40**	**15,21**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	2,32	-0,02	0,92	10,73	17.794.467,13	3,95	1.306.700.506,98	1,36
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	4,63	-0,02	1,54	11,46	14.508.584,52	3,22	954.613.577,56	1,52
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,09	0,05	1,05	12,90	50.035.235,15	11,11	6.727.424.903,66	0,74
BRAM	BRADESCO	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,07	0,00	0,05	11,56	0,00	0,00	11.670.357.485,84	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	1,62	0,04	0,78	10,19	31.476.551,46	6,99	3.300.825.624,42	0,95
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,54	0,03	1,55	13,65	6.248.999,53	1,39	3.399.897.154,55	0,18
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,14	0,05	1,03	12,79	12.099.556,12	2,69	1.310.162.611,61	0,92
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea b		**1,45**	**0,03**	**1,04**	**12,00**	**132.163.393,91**	**29,35**		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,09	0,06	1,06	13,09	63.725.652,28	14,15	23.817.015.620,99	0,27
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,08	0,06	1,05	13,08	20.223.554,45	4,49	19.407.990.593,40	0,10
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,06	0,00	0,82	11,68	0,16	0,00	1.347.196.829,79	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,09	0,06	1,06	13,08	54.222.773,35	12,04	24.574.500.885,36	0,22
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,09	0,05	1,07	13,08	10.420.132,75	2,31	9.536.596.042,87	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,08	0,06	1,05	12,11	19.468.773,46	4,32	4.711.663.003,27	0,41
		Sub-total Artigo 7º III, Alínea a	**0,21**	**0,06**	**1,06**	**13,01**	**168.060.886,45**	**37,32**		

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,11	0,05	1,05	6,56	6.543.964,09	1,45	4.558.985.343,85	0,14
		Sub-total Artigo 7º V, Alínea b	**0,11**	**0,05**	**1,05**	**6,56**	**6.543.964,09**	**1,45**		
		Renda Fixa	**0,76**	**0,04**	**0,97**	**12,20**	**375.258.494,85**	**83,33**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL **3,43%**

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	17,95	0,19	0,49	20,90	9.303.572,95	2,07	1.741.840.467,54	0,53
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	22,14	-1,07	15,47	99,14	2.540.238,67	0,56	263.163.089,04	0,97
CAIXA DTVM	CEF	FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	23,88	0,00	7,15	70,19	0,00	0,00	155.853.643,02	0,00
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	16,86	0,64	6,52	8,18	3.606.903,00	0,80	123.549.480,21	2,92
		Sub-total Artigo 8º I	**14,87**	**0,09**	**4,37**	**36,68**	**15.450.714,62**	**3,43**		
		Renda Variável	**14,87**	**0,09**	**4,37**	**36,68**	**15.450.714,62**	**3,43**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR **1,03%**

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,68	0,30	-1,95	-1,11	4.638.937,04	1,03	56.463.954,42	8,22
		Sub-total Artigo 9º III	**15,68**	**0,30**	**-1,95**	**10,46**	**4.638.937,04**	**1,03**		
		Investimentos no Exterior	**11,35**	**0,30**	**-1,95**	**10,46**	**4.638.937,04**	**1,03**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS **11,30%**

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18,47	0,14	0,28	23,17	4.868.195,25	1,08	1.110.270.945,07	0,44
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	6,21	0,16	1,69	13,15	10.156.050,01	2,26	68.615.966,88	14,80
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5,54	0,09	0,30	12,35	5.826.806,07	1,29	183.781.332,93	3,17
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	18,37	0,15	0,32	23,63	12.192.631,67	2,71	2.164.538.294,35	0,56
CAIXA DTVM	CEF	FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	8,69	0,34	5,35	24,69	17.866.826,88	3,97	125.651.110,85	14,22
		Sub-total Artigo 10º I	**8,33**	**0,21**	**2,30**	**20,34**	**50.910.509,88**	**11,30**		
		Investimentos Estruturados	**8,33**	**0,21**	**2,30**	**20,34**	**50.910.509,88**	**11,30**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

FUNDOS IMOBILIÁRIOS **0,91%**

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	58,86	3,24	-23,35	3,63	945.000,00	0,21	132.680.398,76	0,71
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,67	-0,18	-0,18	-3,87	3.144.465,23	0,70	13.892.977,95	22,63
		Sub-total Artigo 11º	**20,70**	**0,59**	**-6,69**	**-2,20**	**4.089.465,23**	**0,91**		
		Fundos Imobiliários	**20,70**	**0,59**	**-6,69**	**-2,20**	**4.089.465,23**	**0,91**		
		Total	**1,44**	**0,07**	**1,12**	**13,40**	**450.348.121,62**	**100,00**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo	Valor (R$)
Banco Bradesco S.A. - 0456 / 073780-1	0,00
Banco do Brasil S.A. - 0433 / 044952-0	0,00
Banco do Brasil S.A. - 433 / 034700-0	36.577,86
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218882-9	81.969,15
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218884-5	316.079,09
Sub-total Disponibilidades Financeiras	**434.626,10**
Total	**450.782.747,72**

(1) Existem aplicações consolidadas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	**Tipo de Ativo**	**Valor(R$)**	**% Carteira**	**Mínimo**	**Objetivo**	**Máximo**	**ALM**	**Limite Legal**
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	68.490.250,40	15,21	0,00	30,56	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	132.163.393,91	29,35	0,00	30,57	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	168.060.886,45	37,32	0,00	11,73	75,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.543.964,09	1,45	0,00	2,00	15,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**375.258.494,85**	**83,33**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	15.450.714,62	3,43	0,00	2,62	45,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**15.450.714,62**	**3,43**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.638.937,04	1,03	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.638.937,04**	**1,03**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	50.910.509,88	11,30	0,00	14,52	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**50.910.509,88**	**11,30**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.089.465,23	0,91	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.089.465,23**	**0,91**					15,00
Total		**450.348.121,62**	**100,00**					

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,60 56,66	10,56 81,63	2,31 64,36	4,59 62,97	11,75 84,03	408.694,36	0,09	6.766.340,96
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,04 98,95	12,00 92,75	3,23 90,09	6,11 83,78	11,81 84,48	1.365.967,63	0,31	15.492.968,49
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,06 100,52	13,01 100,61	3,59 100,00	7,28 99,83	13,71 98,07	1.773.180,80	0,40	19.920.845,20
Artigo 7º V, Alínea b % do CDI	1,05 99,78	6,56 100,27	3,60 100,24			68.021,43	0,02	389.602,88
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	4,37 -2,00	36,68 4,43	14,32 1,84	27,09 11,00	32,68 6,10	654.109,88	0,15	3.064.974,03
Artigo 9º III % do CDI	-1,95 -185,14	10,46 80,83	4,36 121,53	10,63 145,74	9,83 70,31	-92.210,33	-0,02	713.739,34
Artigo 10º I % do CDI	2,30 218,91	20,34 157,24	6,99 194,71	13,56 185,79	18,26 130,61	1.146.808,57	0,26	8.604.900,52
Artigo 11º % do CDI	-6,69 -635,85	-2,20 -16,97	-10,22 -284,70	-4,88 -66,87	-2,99 -21,39	-293.350,62	-0,07	-90.754,73
JUAZEIRO DO NORTE (Total)						**5.031.221,72**	1,12	**54.862.616,69**

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	29.112.785,48	0,00	0,00	876.606,17	28.404.827,82	168.648,51	2.810.322,43
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.181.362,39	0,00	0,00	0,00	14.267.565,01	86.202,62	1.416.092,65
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.664.014,34	0,00	0,00	0,00	25.817.857,57	153.843,23	2.539.925,88
	68.958.162,21	0,00	0,00	876.606,17	68.490.250,40	408.694,36	6.766.340,96

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	18.150.702,80	0,00	-521.521,34	0,00	17.794.467,13	165.285,67	1.799.818,51

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	14.287.865,45	0,00	0,00	0,00	14.508.584,52	220.719,07	1.536.476,58
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	49.517.766,72	0,00	0,00	0,00	50.035.235,15	517.468,43	5.578.802,27
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	1.274.363,00	0,00	-1.275.049,98	0,00	0,00	686,98	132.083,34
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	31.233.251,38	0,00	0,00	0,00	31.476.551,46	243.300,08	2.985.280,27
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	6.153.645,67	0,00	0,00	0,00	6.248.999,53	95.353,86	750.455,27
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	11.976.402,58	0,00	0,00	0,00	12.099.556,12	123.153,54	1.399.928,46
	132.593.997,60	0,00	-1.796.571,32	0,00	132.163.393,91	1.365.967,63	15.492.968,49

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	64.449.219,81	7.153.604,94	-8.563.715,95	0,00	63.725.652,28	686.543,48	7.968.100,77
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	20.013.042,39	0,00	0,00	0,00	20.223.554,45	210.512,06	2.345.304,42
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	580.358,37	0,00	-583.918,17	0,00	0,16	3.559,96	999.463,84
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	52.492.243,76	1.333.205,74	-161.843,56	0,00	54.222.773,35	559.167,41	4.741.176,38
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	10.309.546,99	0,00	0,00	0,00	10.420.132,75	110.585,76	1.205.572,07
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	19.265.961,33	0,00	0,00	0,00	19.468.773,46	202.812,13	2.099.494,70
	167.110.372,65	8.486.810,68	-9.309.477,68	0,00	168.060.886,45	1.773.180,80	19.920.845,20

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	6.475.942,66	0,00	0,00	0,00	6.543.964,09	68.021,43	389.602,88
	6.475.942,66	0,00	0,00	0,00	6.543.964,09	68.021,43	389.602,88

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9.257.988,71	0,00	0,00	0,00	9.303.572,95	45.584,24	1.172.901,58
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	2.199.881,45	0,00	0,00	0,00	2.540.238,67	340.357,22	1.264.633,91
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	662.524,15	0,00	-709.916,23	0,00	0,00	47.392,08	292.787,02
KÍNITRO FIF AÇÕES	3.386.126,66	0,00	0,00	0,00	3.606.903,00	220.776,34	272.640,58
	15.506.520,97	0,00	-709.916,23	0,00	15.450.714,62	654.109,88	3.064.974,03

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4.731.147,37	0,00	0,00	0,00	4.638.937,04	-92.210,33	-52.075,02
	4.731.147,37	0,00	0,00	0,00	4.638.937,04	-92.210,33	713.739,34

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4.854.585,38	0,00	0,00	0,00	4.868.195,25	13.609,87	915.713,00
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	9.986.981,06	0,00	0,00	0,00	10.156.050,01	169.068,95	1.180.572,78
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5.809.351,21	0,00	0,00	0,00	5.826.806,07	17.454,86	640.528,42
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	12.153.635,92	0,00	0,00	0,00	12.192.631,67	38.995,75	2.330.331,33
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	16.959.147,74	0,00	0,00	0,00	17.866.826,88	907.679,14	3.537.754,99
	49.763.701,31	0,00	0,00	0,00	50.910.509,88	1.146.808,57	8.604.900,52

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	1.241.603,64	0,00	0,00	0,00	8.850,00	945.000,00	-287.753,64	35.850,00
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	3.150.062,21	0,00	0,00	0,00	0,00	3.144.465,23	-5.596,98	-126.604,74
	4.391.665,85	0,00	0,00	0,00	8.850,00	4.089.465,23	-293.350,62	-90.754,73

Análise de Liquidez

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	301.378.254,01	66,92	301.378.254,01	66,92	
de 31 dias a 365 dias	62.444.130,57	13,87	363.822.384,58	80,79	
acima de 365 dias	86.525.737,04	19,21	450.348.121,62	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		63.725.652,28
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		50.035.235,15
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	D+0		0,00
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		20.223.554,45
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		0,16
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		54.222.773,35
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		6.248.999,53
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.420.132,75
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			945.000,00
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.144.465,23
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		12.099.556,12
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.468.773,46
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		4.868.195,25
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		12.192.631,67
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.826.806,07
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+2		17.866.826,88
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.303.572,95
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.540.238,67
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	D+3 du		0,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		3.606.903,00
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.638.937,04

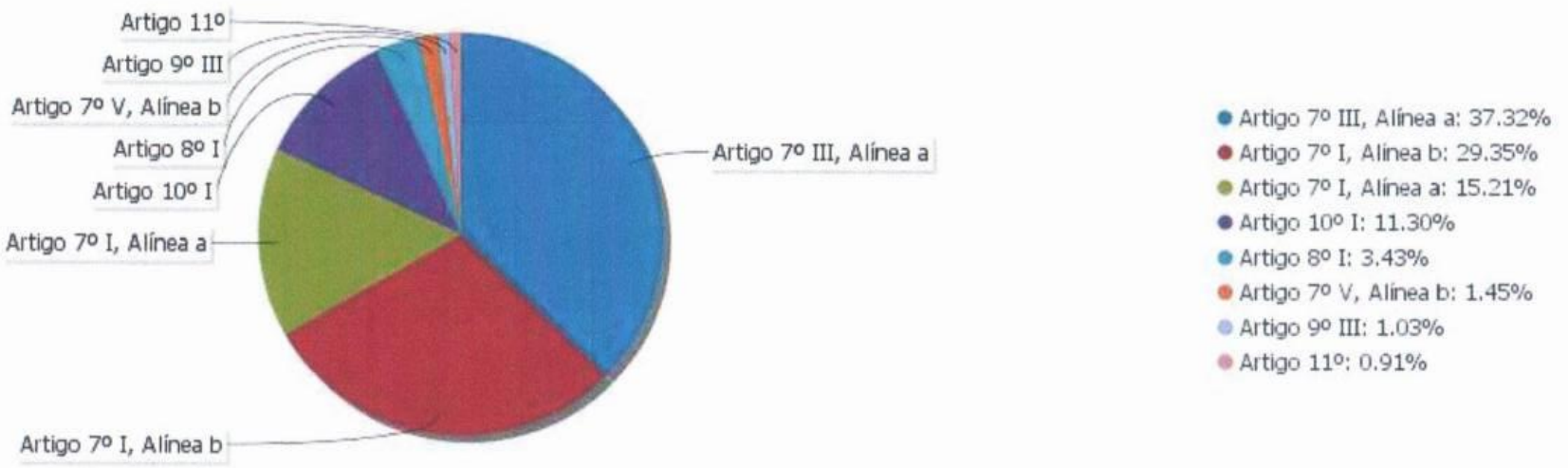
DE 31 DIAS A 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.543.964,09
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.267.565,01
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA		17/08/2026	31.476.551,46
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	10.156.050,01

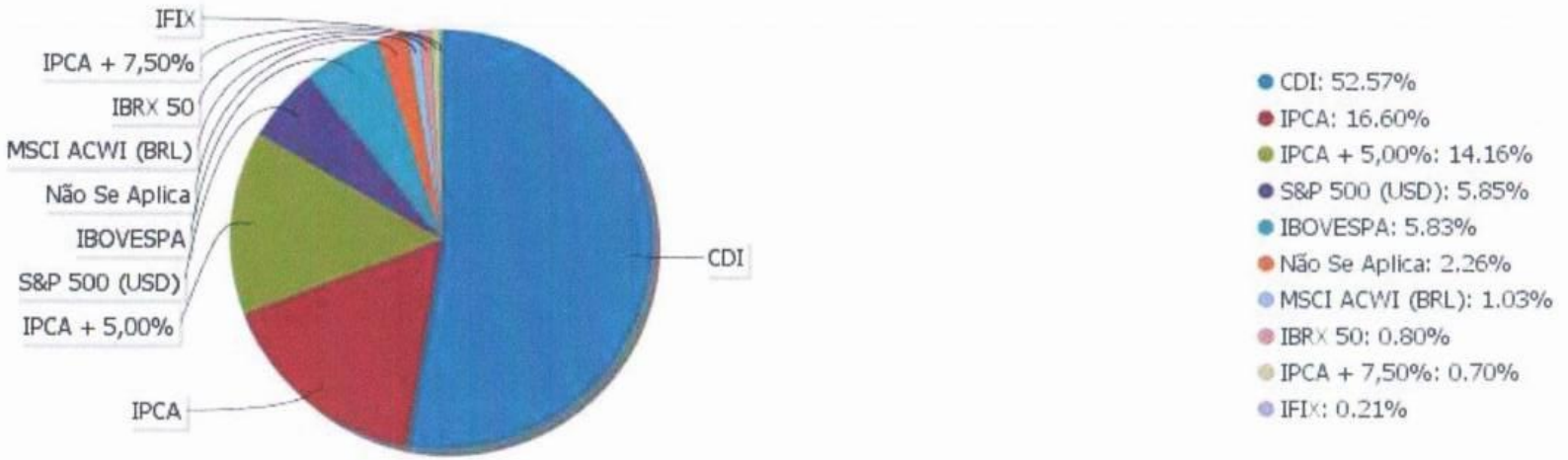
ACIMA DE 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	17.794.467,13
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	15/08/2030	14.508.584,52
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	25.817.857,57
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.404.827,82

Alocação por Artigo

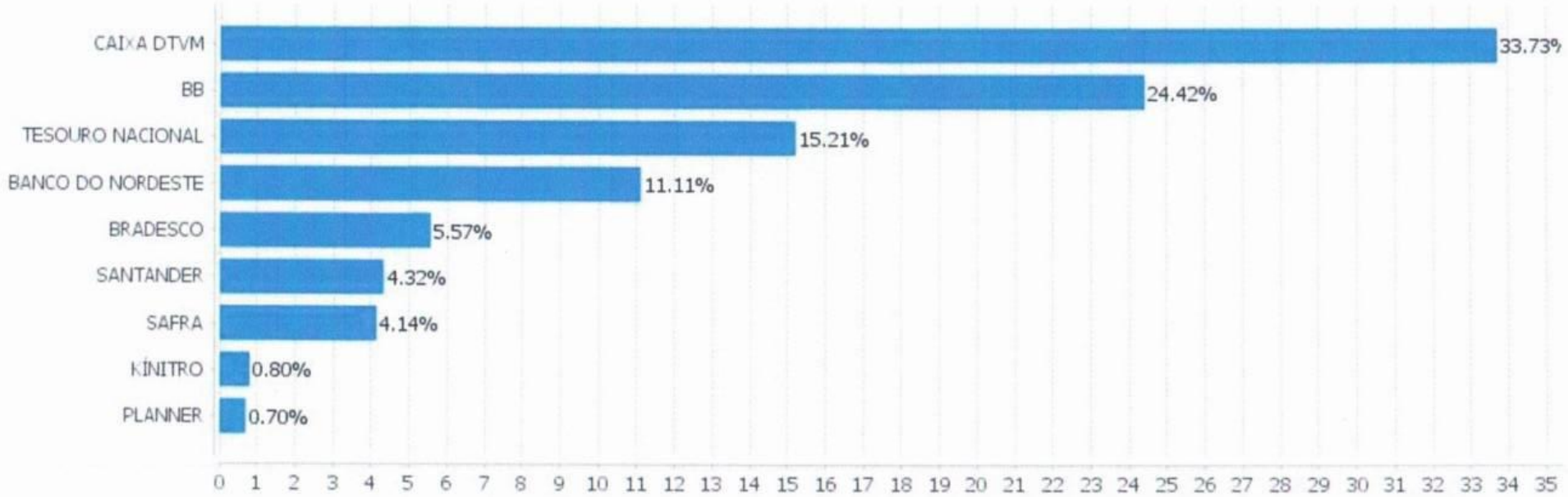


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,12		13,40
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,64	0,73	0,31	0,93	0,56	0,56		8,85
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,56		4,55
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	12	52,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	47,83

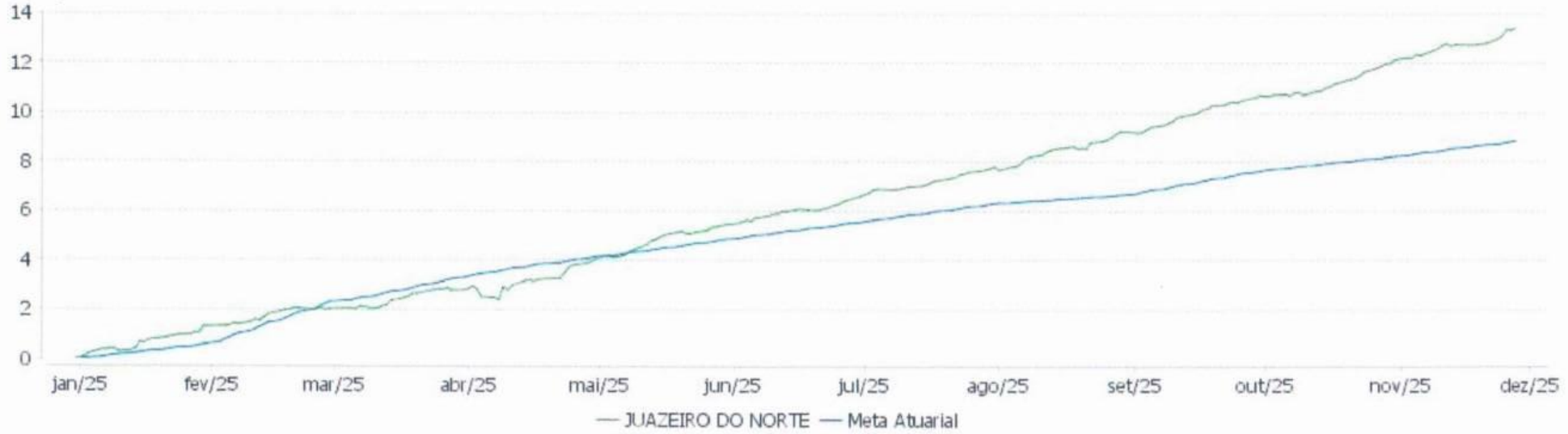
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

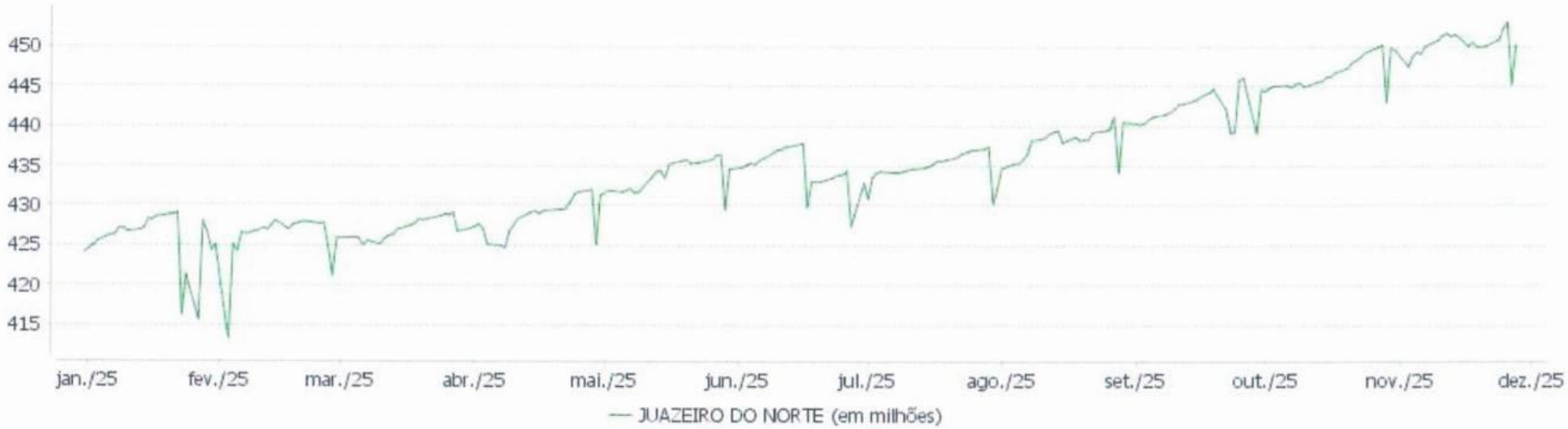
Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,81	2,06	1,75	1,02
06 meses	7,53	3,79	3,74	0,96
12 meses	13,35	9,86	3,49	1,44
24 meses				
Desde 29/12/2023	20,42	19,84	0,58	1,66

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução No Ano

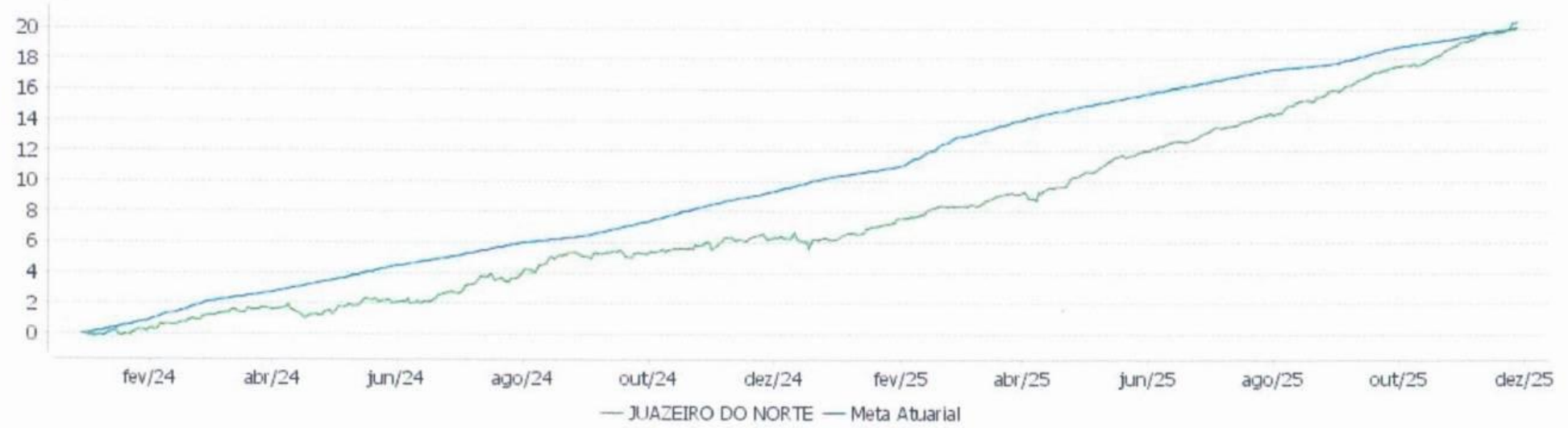


Patrimônio Líquido No Ano

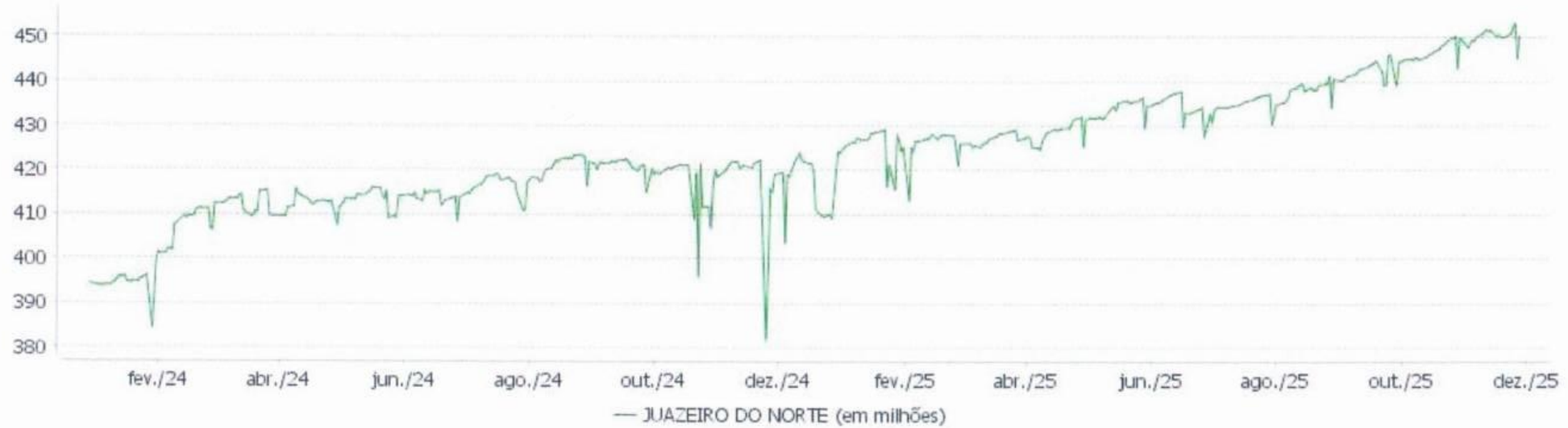


EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução



Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	1,05	12,96	3,60	7,31	13,99	26,76	44,49
% do CDI	99,78	100,20	100,24	100,25	100,08	101,61	103,13
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,92	10,73	2,75	4,93	10,22	17,37	31,58
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,37	2,08	0,74	1,25	0,56	-3,39	-1,13
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,55	13,65	4,11	7,67	13,87	22,22	38,73
Var. IPCA p.p.	1,37	9,73	3,36	6,53	9,41	12,67	24,05
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	1,03	12,64	3,50	7,12	13,60	25,66	41,99
% do CDI	97,58	97,73	97,43	97,61	97,28	97,41	97,32
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,78	10,19	2,86	5,36	10,31		
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,23	1,53	0,85	1,68	0,64		
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	1,54	11,46	2,92	4,18	9,62	12,47	26,90
Var. IPCA + 5,00% p.p.	1,00	2,81	0,92	0,49	-0,04	-8,29	-5,81
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	1,03	12,79	3,53	7,20	13,77	26,00	42,52
% do CDI	97,68	98,84	98,41	98,63	98,44	98,71	98,56
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,05	12,90	3,56	7,25	13,85	26,19	42,80
% do CDI	99,27	99,70	99,28	99,34	99,02	99,45	99,21
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,60	10,60	2,32	4,62	11,79	25,17	
Var. IPCA p.p.	0,42	6,68	1,57	3,47	7,33	15,61	
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,61	10,71	2,35	4,67	11,92	25,44	
Var. IPCA p.p.	0,43	6,79	1,60	3,53	7,46	15,89	
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,59	10,45	2,28	4,54	11,63	24,79	
Var. IPCA p.p.	0,41	6,53	1,53	3,39	7,17	15,24	
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	1,05	13,08	3,59	7,32	14,06	27,29	44,96
% do CDI	99,92	101,15	99,85	100,25	100,56	103,62	104,21
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1,06	13,09	3,62	7,33	13,99	26,53	43,26
% do CDI	100,57	101,21	100,69	100,45	100,07	100,71	100,27
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	1,07	13,08	3,60	7,31	14,02	26,54	43,76
% do CDI	101,90	101,14	100,26	100,25	100,24	100,77	101,42
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	1,06	13,08	3,58	7,30	14,01	26,71	43,91
% do CDI	100,67	101,09	99,83	100,08	100,22	101,40	101,77
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	1,05	13,06	3,59	7,30	14,00	26,88	44,08
% do CDI	100,00	100,93	99,96	100,09	100,12	102,04	102,17
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,97	11,85	3,32	6,72	12,79	23,76	38,30

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	92,42	91,62	92,34	92,11	91,49	90,20	88,77
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	15,47	99,14	42,71	59,12	102,64	71,52	47,86
Var. IBOVESPA p.p.	9,10	66,89	30,23	43,03	76,06	46,59	6,45
KÍNITRO FIF AÇÕES	6,52	40,37	12,58	16,77	35,19	51,58	73,97
Var. IBRX 50 p.p.	0,23	10,14	0,31	0,62	10,19	25,58	33,98
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	12,93	79,36	19,21	29,19	62,46	43,41	88,01
Var. IBOVESPA p.p.	6,55	47,11	6,73	13,10	35,88	18,48	46,59
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	0,49	20,90	7,31	19,53	18,61	61,82	87,39
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,36	4,45	1,29	3,68	5,07	11,88	19,53
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	-1,95	-1,11	2,09	4,09	-1,23	45,68	46,03
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	-0,90	-4,02	-1,74	-2,70	-3,91	-10,76	-14,48
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	0,30	12,35	3,91	9,60	13,10	15,69	44,21
Var. IBOVESPA p.p.	-6,07	-19,90	-8,57	-6,49	-13,48	-9,24	2,80
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,32	23,63	7,91	20,62	21,31	67,29	101,49
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,19	7,18	1,89	4,77	7,78	17,35	33,63
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	0,28	23,17	7,82	20,45	20,79	65,66	98,45
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,15	6,72	1,80	4,59	7,26	15,72	30,58
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	5,35	24,69	10,64	14,00	21,97	27,67	40,42
Var. IBOVESPA p.p.	-1,02	-7,56	-1,84	-2,09	-4,61	2,74	-0,99
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,69	13,15	1,43	4,77	10,79	19,98	38,52
Var. Não Se Aplica p.p.	1,69	13,15	1,43	4,77	10,79	19,98	38,52
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	-0,18	-3,87	-6,87	-7,63	-3,76		
Var. IPCA + 7,50% p.p.	-0,91	-14,88	-9,49	-12,56	-16,03		
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	-23,35	2,91	-20,00	4,28	-0,89	-2,58	21,62
Var. IFIX p.p.	-25,21	-14,55	-25,29	-1,46	-17,56	-17,82	-6,04
JUAZEIRO DO NORTE	1,12	13,40	3,81	7,53	13,35		
Var. IPCA + 5,21% p.p.	0,56	4,55	1,75	3,74	3,47		
CDI	1,05	12,94	3,59	7,30	13,98	26,34	43,14
IBOVESPA	6,37	32,25	12,48	16,09	26,58	24,93	41,42
INPC + 6,00%	0,47	9,34	2,08	3,84	10,40	22,69	35,03
IPCA + 6,00%	0,62	9,60	2,25	4,18	10,70	23,06	36,53

Cotização e Taxas

	Aplicação		Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA			D+1 du	D+6 du		0,50%
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+1 du	D+0	D+1	D+2	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	D+0	D+0	D+0		
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	D+0	D+0	D+0		
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,15%
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA			D+0	D+1 du		1,20%
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,008%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA						
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,40%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+2		
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+0	D+0	D+0	D+2		
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+1	Não possui	

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

	Aplicação		Resgate		Taxas	
Fundo	**Cotização**	**Liquidação**	**Cotização**	**Liquidação**	**Performance**	**Administração**
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	Não se aplica	Não se aplica				
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+0	D+1	D+1	D+3		
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du		2,00%
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+0	D+0	D+0	D+2		
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11						
KÍNITRO FIF AÇÕES			D+1 du	D+3 du	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO			D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		0,25%
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF			D+0	D+0		0,10%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20%

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,07	13,45	3,60	7,29	14,25	25,31	42,29	58,92	62,65
IRF-M 1+	1,93	20,15	4,70	8,65	16,59	20,02	42,09	53,62	47,05
IRF-M TOTAL	1,67	17,86	4,36	8,29	15,91	21,83	41,93	55,08	52,09
IMA-B 5	1,08	10,60	2,78	4,77	10,29	19,13	32,89	45,67	53,90
IMA-B 5+	2,80	14,42	4,35	5,24	9,42	8,67	23,22	28,38	29,42
IMA-B TOTAL	2,04	12,82	3,66	5,04	9,87	13,10	27,49	36,18	40,67
IMA-GERAL TOTAL	1,43	13,93	3,75	6,93	13,26	21,69	38,52	52,05	55,27
IDKA 2	0,94	10,75	2,57	4,86	10,49	18,93	33,07	44,91	53,48
IDKA 20	4,48	18,69	6,29	7,28	8,78	0,04	15,37	14,37	11,45
CDI	1,05	12,94	3,59	7,30	13,98	26,34	43,14	60,28	66,33

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	6,37	32,25	12,48	16,09	26,58	24,93	41,42	56,08	46,08
IBRX 100	6,44	31,89	12,44	16,02	26,11	25,61	40,62	54,93	45,64
IBRX 50	6,29	30,23	12,26	16,15	25,00	26,01	39,99	57,58	48,65
SMALL CAP	6,03	35,56	8,16	8,34	24,94	8,78	15,43	4,93	-8,91
Índice Consumo - ICON	7,05	31,92	9,13	5,83	22,33	8,28	3,52	-18,43	-36,70
Índice Dividendos - IDIV	5,31	28,11	10,21	14,65	21,85	33,37	55,68	81,11	81,74

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	1,86	17,46	5,29	5,73	16,67	15,23	27,66	41,96	30,33

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI (BRL)	-1,05	2,91	3,83	6,78	2,68	56,44	60,51	31,30	62,64
MSCI ACWI (USD)	-0,11	19,47	5,63	14,29	16,54	44,75	59,31	38,35	62,57
S&P 500 (BRL)	-0,81	0,30	4,21	8,25	0,04	62,04	69,12	42,33	89,19
S&P 500 (USD)	0,13	16,45	6,02	15,86	13,54	49,94	67,87	49,97	89,12

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,18	3,92	0,75	1,14	4,46	9,55	14,68	21,45	34,49
INPC	0,03	3,68	0,58	0,81	4,18	9,22	13,43	20,20	33,38
IGPM	0,27	-1,03	0,32	-1,76	-0,11	6,22	2,54	8,59	28,01
SELIC	1,05	12,94	3,59	7,30	13,98	26,34	43,14	60,28	66,33

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,48	7,71	1,76	3,18	8,62	18,47	28,96	42,04	63,53
IPCA + 5,00%	0,55	8,65	2,01	3,68	9,66	20,76	32,71	47,57	71,52
IPCA + 5,50%	0,59	9,13	2,13	3,93	10,18	21,91	34,61	50,39	75,63
IPCA + 5,89%	0,61	9,49	2,23	4,13	10,59	22,81	36,10	52,62	78,89
IPCA + 6,00%	0,62	9,60	2,25	4,18	10,70	23,06	36,53	53,26	79,81
INPC + 4,00%	0,33	7,46	1,59	2,84	8,33	18,12	27,55	40,58	62,17
INPC + 6,00%	0,47	9,34	2,08	3,84	10,40	22,69	35,03	51,68	78,32

Curva x Mercado

Ativo	Financeiro Curva (R$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.404.827,82	6,722000	27.296.329,37	7,311800	-1.108.498,45
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.267.565,01	7,000000	13.991.941,57	10,058800	-275.623,44
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.817.857,57	6,881500	25.053.058,86	7,676900	-764.798,71

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
302	03/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.023.482,75	269.133,10126500	3,8028869180
303	03/11/2025	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,00	1.275.049,98	64.623,08250460	19,7305657000
304	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18,00	2,89975300	6,2071930000
305	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	90,00	14,49930500	6,2071930000
306	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	17.913,67	2.885,95337500	6,2071930000
307	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.275.049,98	0,00	335.100,15326600	3,8049817870
308	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	3.737,20	0,00	982,18604100	3,8049817870
309	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	13.083,66	3.438,56048000	3,8049817870
310	04/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.342,00	860,14716700	6,2105650000
311	07/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	614.527,97	0,00	161.229,71474800	3,8115056580
312	07/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	4.380,18	1.149,19939600	3,8115056580
313	07/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.138,50	183,00913400	6,2210010000
314	07/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	7.398,78	1.189,32309000	6,2210010000
315	12/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.211,54	3.083,27381000	6,2308900000
316	12/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.855,13	3.186,56402800	6,2308900000
317	13/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	4.078,40	1.067,66628600	3,8199201890
318	13/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.897,50	304,36544400	6,2342820000
319	17/11/2025	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,00	419.504,45	318.001,71527800	1,3191892680
320	17/11/2025	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,00	102.016,89	77.333,01996500	1,3191892680
321	18/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	419.514,45	0,00	109.640,94257500	3,8262572370
322	18/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	102.016,89	0,00	26.662,31873100	3,8262572370
323	18/11/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	583.620,50	198.967,59361600	2,9332440000
324	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	1.417,11237600	6,2450940000
325	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	583.620,50	0,00	93.452,63658100	6,2450940000
326	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.386,74	382,17839500	6,2450940000
327	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.036,00	486,14160200	6,2450940000
328	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.448,05	231,87000700	6,2450940000
329	19/11/2025	FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	709.916,23	363.997,25806000	1,9503340000

Carteira: JUAZEIRO DO NORTE

Data Extrato: 28/11/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
330	25/11/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	297,67	101,27431400	2,9392320000
331	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	709.916,23	0,00	113.420,69408200	6,2591420000
332	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	297,67	0,00	47,55763600	6,2591420000
333	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.245,00	198,90904800	6,2591420000
334	27/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.518.690,96	1.958.546,45316700	3,8389137760
335	27/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	75.535,31	12.054,62751800	6,2660840000
336	28/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	4.738.758,45	0,00	1.233.706,08809000	3,8410756790
337	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	30.521,34	0,00	4.868,18205300	6,2695560000
338	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18,00	2,87087500	6,2695560000
339	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.309,34	846,84458300	6,2695560000
	Total		**8.486.810,68**	**11.815.965,23**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% **Value-At-Risk (R$): 2.464.740,07** **Value-At-Risk: 0,55%**

	Volatilidade[1]	VaR[2]	Limite[5]	CVaR[3]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Artigo 7º	0,21	0,17	3,00	0,06	-0,41	0,97	375.258.494,85	83,33
Artigo 8º	11,82	5,01	10,00	0,16	0,28	4,37	15.450.714,62	3,43
Artigo 9º	13,77	6,12	10,00	-0,02	-0,22	-1,95	4.638.937,04	1,03
Artigo 10º	6,77	3,06	10,00	0,32	0,18	2,30	50.910.509,88	11,30
Artigo 11º	28,37	11,73	10,00	0,02	-0,27	-6,69	4.089.465,23	0,91
JUAZEIRO DO NORTE		0,55		0,55			450.348.121,62	100,00

Renda Fixa **Value-At-Risk: 0,17%**

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,19	0,27	0,00	0,27	-2,30	0,61	14.267.565,01	3,17
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,19	0,27	0,00	0,27	-2,34	0,60	25.817.857,57	5,73
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,19	0,27	0,00	0,26	-2,40	0,59	28.404.827,82	6,31
Sub-total	0,19	0,27	0,00		-2,36	0,60	68.490.250,40	15,21

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,98	0,58	0,01	0,63	-0,13	0,92	17.794.467,13	3,95
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	2,29	1,23	0,02	1,26	0,21	1,54	14.508.584,52	3,22
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,01	0,41	0,00	0,58	-0,68	1,05	50.035.235,15	11,11
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,00		0,00		-5,24	1,03	0,00	0,00
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,62	0,43	0,00	0,48	-0,44	0,78	31.476.551,46	6,99
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,34	0,89	0,01	0,90	0,37	1,55	6.248.999,53	1,39

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,02	0,41	0,00	0,58	-1,43	1,03	12.099.556,12	2,69
Sub-total	0,47	0,31	0,04		-0,02	1,04	132.163.393,91	29,35

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,42	0,02	0,62	0,22	1,06	63.725.652,28	14,15
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,02	0,41	0,00	0,57	-0,04	1,05	20.223.554,45	4,49
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	0,38	0,00	0,54	-55,62	0,97	0,16	0,00
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,03	0,41	0,01	0,62	0,21	1,06	54.222.773,35	12,04
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,04	0,42	0,00	0,63	0,56	1,07	10.420.132,75	2,31
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,02	0,41	0,00	0,58	0,00	1,05	19.468.773,46	4,32
Sub-total	0,02	0,27	0,03		0,31	1,06	168.060.886,45	37,32

Artigo 7º V, Alínea b

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,01	0,42	0,00	0,59	-0,17	1,05	6.543.964,09	1,45
Sub-total	0,01	0,42	0,00		-0,17	1,05	6.543.964,09	1,45

Renda Variável **Value-At-Risk: 5,01%**

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	13,02	5,73	0,10	1,65	-0,04	0,49	9.303.572,95	2,07
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	16,79	9,63	0,02	7,90	0,86	15,47	2.540.238,67	0,56
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	21,68		0,00		0,55	12,93	0,00	0,00
KÍNITRO FIF AÇÕES	15,21	7,00	0,04	3,69	0,36	6,52	3.606.903,00	0,80
Sub-total	11,82	5,01	0,16		0,28	4,37	15.450.714,62	3,43

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos no Exterior **Value-At-Risk: 6,12%**

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	13,77	6,12	-0,02	7,53	-0,22	-1,95	4.638.937,04	1,03
Sub-total	13,77	6,12	-0,02		-0,22	-1,95	4.638.937,04	1,03

Investimentos Estruturados **Value-At-Risk: 3,06%**

Artigo 10º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	13,98	6,18	0,06	0,56	-0,06	0,28	4.868.195,25	1,08
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,66	1,92	0,00	1,92	0,17	1,69	10.156.050,01	2,26
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	3,91	1,78	0,01	5,69	-0,19	0,30	5.826.806,07	1,29
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	13,93	6,08	0,14	0,51	-0,05	0,32	12.192.631,67	2,71
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	7,68	4,00	0,12	1,55	0,56	5,35	17.866.826,88	3,97
Sub-total	6,77	3,06	0,32		0,18	2,30	50.910.509,88	11,30

Fundos Imobiliários **Value-At-Risk: 11,73%**

Artigo 11º

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	112,45	50,51	0,02	50,83	-0,22	-23,35	945.000,00	0,21
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	0,65	3,91	0,00	3,96	-1,90	-0,18	3.144.465,23	0,70
Sub-total	28,37	11,73	0,02		-0,27	-6,69	4.089.465,23	0,91

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Politica de Investimentos (%)

Observações

-Referente ao mês de novembro de 2025, vale observar que:

- O Instituto está com 22,63% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

PARECER DE INVESTIMENTOS Nº 000002/2026
PERÍODO: NOVEMBRO/2025
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE – PREVIJUNO
OBJETO: RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS

1. Introdução

O presente Parecer de Investimentos tem como objetivo apresentar a análise detalhada do desempenho da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte (PREVIJUNO) referente à competência de **novembro de 2025**. A análise considera:

a) As condições econômicas do período;
b) O cumprimento da **Política de Investimentos 2025** do PREVIJUNO;
c) Os requisitos da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, que regulamenta as aplicações dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O foco da análise está na **adequação da alocação dos recursos**, no **desempenho da rentabilidade da carteira em relação à Meta Atuarial** e no **cumprimento dos limites legais e normativos estabelecidos**.

2. Contexto Econômico de novembro/2025

De acordo com dados oficiais do IBGE, o IPCA referente ao mês de novembro foi de 0,18%, acima da taxa de 0,09% de setembro. No acumulado dos últimos doze meses, o índice alcançou 4,46%.

A rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO, cuja meta atuarial é IPCA + 5,21% ao ano, apresentou desempenho superior ao projetado, registrando 1,12% no mês, frente à meta de 0,56%, o que resultou em uma margem positiva de 0,56%.

Na reunião de **setembro de 2025**, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) manteve a **taxa Selic em 15%**, reforçando a política monetária restritiva diante das pressões inflacionárias.

Os ativos de renda fixa permaneceram com retornos atrativos, beneficiados pela alta da Selic. A moderação da inflação sugere possível redução na rentabilidade futura desses ativos. Já os ativos de risco, como renda variável e fundos imobiliários, apresentaram maior volatilidade, influenciados pelas oscilações naturais dos mercados e pelo cenário econômico ainda sujeito a ajustes e incertezas.

A gestão da carteira optou por priorizar ativos de renda fixa indexados à inflação e à taxa Selic, mantendo postura conservadora e mitigando riscos.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A carteira do PREVIJUNO, em **28 de novembro de 2025**, encontra-se parcialmente alinhada à Política de Investimentos 2025 e à Resolução CMN nº 4.963/2021. A distribuição dos ativos é a seguinte:

Renda Fixa: R$ 375.258.494,85 (83,33% da carteira)

Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º I, Alínea a): **R$ 68.490.250,40 (15,21% da carteira)** – A alocação está bem dentro do limite mínimo (0%) e do limite máximo (100%), atendendo às diretrizes da Política de Investimentos, com o objetivo de (30,56%).

Fundos 100% Títulos Públicos (Art. 7º I, Alínea b): **R$ 132.163.393,91 (29,35% da carteira)** – O fundo mantém uma exposição dentro do limite máximo de 100% e está abaixo do objetivo em 30,57%.

Fundos Renda Fixa (Art. 7º III, Alínea a): **R$ 168.060.886,45 (37,32% da carteira)** – A exposição a fundos de renda fixa está acima do objetivo em 28,51%, mas dentro do limite máximo de 75%.

FI RF - Crédito Privado (Artigo 7º V, Alínea b): **R$ 6.543.964,09 (1,45% da carteira)** - A alocação está abaixo do objetivo de 2,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

Renda Variável: **R$ 15.450.714,62 (3,43% da carteira)**

Fundos de Ações (Art. 8º I): **R$ 15.450.714,62 (3,43% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 5%, evidenciando um posicionamento conservador, dentro do limite máximo de 45%.

Investimentos no Exterior: **R$ 4.638.937,04 (1,03% da carteira)**

Fundos de Ações - BDR Nível I (Art. 9º III): **R$ 4.638.937,04 (1,03% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 10% e dentro do limite máximo de 10%.

Investimentos Estruturados: **R$ 50.910.509,88 (11,30% da carteira)**

Fundos Multimercados (Art. 10º I): **R$ 50.910.509,88 (11,30% da carteira)** – A exposição ligeiramente abaixo do objetivo de 14,52% é aceitável, pois está dentro do limite máximo de 15%.

Fundos Imobiliários: **R$ 4.089.465,23 (0,91% da carteira)**

Fundo de Investimento Imobiliário (Art. 11): **R$ 4.089.465,23 (0,91% da carteira)** – A alocação está acima do objetivo de 0,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

A carteira está em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, que determina que os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS adotem

prudência na gestão dos investimentos, observem a diversificação adequada e cumpram os limites estabelecidos para proteger os interesses dos participantes.

4. Rentabilidade da Carteira de novembro/2025

A rentabilidade da carteira no mês de novembro de 2025 foi de **1,12%**, comparada à meta atuarial no período que foi de 0,56%, resultado em uma diferença positiva de **0,56%**.

A rentabilidade mensal da carteira, conforme apresentado, foi a seguinte:

Carteira: JUAZEIRO DO NORTE — Data Extrato: 28/11/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,12		13,40
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,64	0,69	0,64	0,73	0,31	0,93	0,58	0,56		8,85
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,58	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,56		4,55
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,82	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Em termos de performance relativa:

a) Meses Acima da Meta Atuarial: 9 meses (81,82%);
b) Meses Abaixo da Meta Atuarial: 2 meses (18,18%).

Em termos de performance relativa, no ano de 2025 a carteira de investimentos do PREVIJUNO apresentou o seguinte comportamento: **81,82% dos meses registraram rentabilidade superior à Meta Atuarial e 18,18% ficaram abaixo**, ou seja, a meta foi superada em **9 meses** e não alcançada em **2 meses**.

Esse resultado reflete um cenário econômico marcado pela manutenção de retornos positivos nos ativos de renda fixa, impulsionados pela elevada taxa Selic. No entanto, a trajetória de desaceleração da inflação — evidenciada pelos dados recentes do IPCA-15 — indica uma redução gradual da taxa Selic, o que poderá impactar a rentabilidade desses ativos.

5. Desenquadramento da Resolução CMN nº 4963/2021

O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,63% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	58,86	3,24	-23,35	3,63	945.000,00	0,21	132.680.396,76	0,71
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,67	-0,18	-0,18	-3,87	3.144.465,23	0,70	13.892.977,95	22,63
		Sub-total Artigo 11º	**20,70**	**0,59**	**-6,89**	**-2,20**	**4.089.465,23**	**0,91**		
		Fundos Imobiliários	20,70	0,59	-6,89	-2,20	4.089.465,23	0,91		

6. Desempenho em Relação à Meta Atuarial

A Meta Atuarial do PREVIJUNO para novembro de 2025, calculada como **IPCA + 5,21% ao ano**, foi de **0,56%**. A carteira obteve **1,12%**, superando a meta em **0,56 ponto percentual**, evidenciando desempenho positivo na gestão dos investimentos.

7. Volatilidade e Gestão de Risco

A volatilidade da carteira do PREVIJUNO no mês de novembro de 2025 foi de **1,44%**. Esse indicador evidencia que o Fundo mantém uma **postura conservadora de gestão de risco**, fundamental para a proteção dos recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte diante das oscilações do mercado financeiro.

A exposição ao risco permaneceu controlada, com predominância de alocações em **ativos de renda fixa**. Embora esses ativos possam apresentar rentabilidade mais moderada em cenários de maior volatilidade, eles desempenham papel essencial na **estabilidade e segurança da carteira**, contribuindo para a preservação do capital e para a mitigação de riscos de mercado.

8. Conformidade com a Resolução CMN nº 4963/2021

A **Resolução CMN nº 4963/2021**, que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), não foi integralmente cumprida no mês de novembro de 2025, em razão do desenquadramento no JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 ocorrido no período. Apesar do desenquadramento, o alinhamento geral à resolução contribuiu para garantir a segurança jurídica e financeira dos participantes do plano.

9. Conclusão

No mês de novembro de 2025, o PREVIJUNO registrou rentabilidade de **1,12%**, superando a Meta Atuarial de **0,56%** e alcançando um **desvio positivo de 0,56 ponto percentual**. A carteira de investimentos foi gerida com parcial aderência à Política de Investimentos 2025, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Entretanto, foi identificado que o fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,63% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pela Coordenação de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

O relatório detalhado sobre o desempenho dos investimentos foi aprovado pelo Comitê de Investimentos, sendo que este parecer será submetido ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final, conforme os trâmites estabelecidos. A transparência e o rigor no cumprimento das normas continuam sendo

fundamentais na gestão do PREVIJUNO, com o objetivo de garantir a integridade dos recursos e atender às necessidades previdenciárias dos servidores.

Juazeiro do Norte, Ceará, 06 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do PREVIJUNO

Anexos: 01/35.

Memo n° 000004/2025– ASSES/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 31 de dezembro de 2025.

Ao Senhor
Tiago César da Silva Viana
Vice-Presidente do PREVIJUNO

Assunto: RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA – DAIR E RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS (EXERCÍCIOS 2023, 2024 E 2025). MEMO. 000024/2025-VIPRE/PREVIJUNO, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

Senhor Vice-Presidente,

1. Em atenção ao **Memorando nº 000024/2025-VIPRE/PREVIJUNO**, de 08 de dezembro de 2025, encaminhamos a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências que entender cabíveis, o Relatório de Análise Técnica, o qual tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada, detalhada e conclusiva, os resultados das análises realizadas sobre o **Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR** e os **Relatórios de Investimentos** do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Juazeiro do Norte/CE, referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

2. Na oportunidade, encaminhamos igualmente cópia do referido Relatório à **Coordenação de Investimentos**, para que proceda à análise conjunta com a assessoria de investimentos, avaliando os apontamentos e conclusões nele constantes e adotando as providências que couberem, inclusive quanto à eventual solicitação de reunião com a área técnica da Secretaria de Previdência.

3. Ressaltamos, contudo, a importância de que, previamente à formulação de eventual consulta externa, sejam devidamente sanadas as inconsistências e falhas internas identificadas, considerando que parte dos apontamentos decorre de procedimentos e registros internos. Somente após a regularização dessas questões recomenda-se a formalização de consulta ao GESCON, especialmente no que se refere a possíveis falhas sistêmicas do CADPREV.

4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Respeitosamente,

Geogeane da S. Soares

Geogeane da Silva Soares
Assessora Especial II

Anexos: 02/15.
C/C: À Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças e À Coordenadora de Investimentos.

PREVIJUNO

Relatório de Análise Técnica

Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR

Memo. 000024/2025-VIPRE/PREVIJUNO, DE 08/12/2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

1. OBJETIVO 3

2. METODOLOGIA E ESCOPO DA ANÁLISE 4

3. ANÁLISES INICIAIS DO DAIR (2023–2025) 4

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONFORMIDADE NORMATIVA 4

5. GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS 4

5.1 Conselho Deliberativo 5

5.2 Conselho Fiscal 5

5.3 Comitê de Investimentos 5

6. REGISTRO DE ATAS E PROCESSO DECISÓRIO 5

7. ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS 5

8. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO 5

8.1 Instituições Credenciadas 6

8.2 Fundos de Investimento 6

9. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS – EVOLUÇÃO PATRIMONIAL VS ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS - DAIR – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS 6

10. ANÁLISE CRÍTICA COMPARATIVA: DAIR × RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS 7

11. QUADRO CONSOLIDADO DE ACHADOS RECORRENTES (2023–2025) 9

12. CONCLUSÃO 10

13. ANEXOS: CHECKLIST 11

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Análise Técnica tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada, detalhada e conclusiva, os resultados das análises realizadas sobre o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR e os Relatórios de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Juazeiro do Norte/CE, referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

A elaboração deste relatório decorre da necessidade de avaliação contínua da regularidade formal, consistência informacional, conformidade normativa, estrutura de governança e transparência da gestão dos recursos previdenciários, considerando a materialidade dos valores administrados e a relevância institucional do RPPS para a sustentabilidade do sistema previdenciário.

As análises foram desenvolvidas a partir de amostragem temporal representativa, contemplando períodos consecutivos dos exercícios examinados, com foco nos seguintes aspectos:

a) preenchimento e integridade das informações declaradas no DAIR;

b) coerência e compatibilidade entre os dados do DAIR e os valores apresentados nos Relatórios de Investimentos;

c) observância às normas aplicáveis à governança dos investimentos;

d) atuação e formalização dos órgãos colegiados responsáveis pelas decisões de investimento;

e) existência de controles, registros decisórios e acompanhamento técnico das aplicações.

Este relatório consolida não apenas as análises iniciais realizadas ao longo do trabalho, mas também aprofunda a avaliação crítica comparativa entre os instrumentos de prestação de informações, evidenciando achados recorrentes, fragilidades estruturais e riscos institucionais, bem como apresentando conclusões e recomendações voltadas ao fortalecimento da governança, da transparência e do controle dos recursos previdenciários.

O conteúdo aqui apresentado destina-se a subsidiar a atuação da gestão do RPPS, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Controle Interno e dos órgãos de controle externo, contribuindo para o aprimoramento dos processos de decisão, acompanhamento e prestação de contas dos investimentos realizados.

1. OBJETIVO

O presente Relatório tem por objetivo consolidar, em documento único e conclusivo, todas as análises realizadas sobre o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos

Recursos – DAIR e os Relatórios de Investimentos do RPPS, referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025, avaliando:

a) a regularidade formal das informações declaradas;

b) a consistência e qualidade dos dados;

c) a estrutura de governança dos investimentos;

d) a aderência normativa;

e) a compatibilidade entre as informações financeiras constantes no DAIR e aquelas evidenciadas nos Relatórios de Investimentos;

f) a recorrência de achados e fragilidades ao longo dos exercícios.

2. METODOLOGIA E ESCOPO DA ANÁLISE

A análise foi realizada por amostragem temporal, contemplando: 2023: junho, julho e agosto; 2024: janeiro, fevereiro e março; e 2025: abril, maio e junho.

Foram examinados: os campos e informações declaradas no DAIR; os dados patrimoniais constantes nos Relatórios de Investimentos correspondentes aos mesmos períodos; e a coerência entre evolução patrimonial, governança, registros decisórios e acompanhamento das aplicações.

3. ANÁLISES INICIAIS DO DAIR (2023–2025)

Desde as análises iniciais, constatou-se que o DAIR vem sendo transmitido regularmente e atende, em linhas gerais, aos requisitos cadastrais mínimos, tais como: identificação do Ente e da Unidade Gestora; dados dos representantes legais; identificação do demonstrativo; registro de aplicações e resgates; e identificação dos responsáveis pelo documento.

Entretanto, sob a ótica qualitativa, normativa e de governança, foram identificadas fragilidades relevantes, que se repetem de forma sistemática ao longo dos três exercícios analisados, revelando não conformidades estruturais.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONFORMIDADE NORMATIVA

Em todos os períodos analisados (2023, 2024 e 2025), verificou-se: ausência de informação do fundamento legal do DAIR; inexistência de detalhamento normativo que sustente determinadas declarações; falhas recorrentes quanto à certificação institucional e categoria de investidor.

Essas omissões comprometem a clareza normativa do demonstrativo e fragilizam sua função como instrumento de transparência e controle.

5. GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

5.1 Conselho Deliberativo

As análises apontaram, de forma reiterada: ausência de informação sobre a lei instituidora do Conselho Deliberativo; inexistência de comprovação de certificação dos conselheiros; informações desatualizadas sobre vínculo funcional e composição; permanência de dados de ex-conselheiros nos registros.

Tais inconsistências comprometem a legitimidade formal das deliberações relacionadas aos investimentos.

5.2 Conselho Fiscal

Em todos os exercícios analisados, constatou-se: ausência total de informações sobre os membros do Conselho Fiscal no DAIR.

Trata-se de falha grave de controle, uma vez que o Conselho Fiscal constitui instância essencial de fiscalização e acompanhamento da gestão dos recursos previdenciários.

5.3 Comitê de Investimentos

As análises evidenciaram, de forma recorrente: divergência quanto ao tipo e à data da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos; certificações dos membros desatualizadas; informações incompatíveis com atos normativos vigentes; manutenção, nos registros, de membros que já não integravam o Comitê.

Essas fragilidades indicam deficiência na atualização cadastral e no controle da estrutura decisória dos investimentos.

6. REGISTRO DE ATAS E PROCESSO DECISÓRIO

Verificou-se que: consta apenas o registro da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023; inexistem registros de atas posteriores que evidenciem deliberações relativas a aplicações, resgates ou demais decisões relevantes; não há comprovação documental do processo decisório ao longo dos exercícios analisados.

Tal cenário compromete a rastreabilidade das decisões e a transparência da gestão dos investimentos.

7. ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS

Em todos os períodos analisados, o DAIR registra: ausência de análises técnicas de acompanhamento das aplicações e investimentos.

Não foram evidenciados: relatórios de desempenho; análises de risco; avaliações de aderência à política de investimentos.

Essa lacuna contrasta com o volume e a complexidade dos recursos administrados.

8. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO

8.1 Instituições Credenciadas

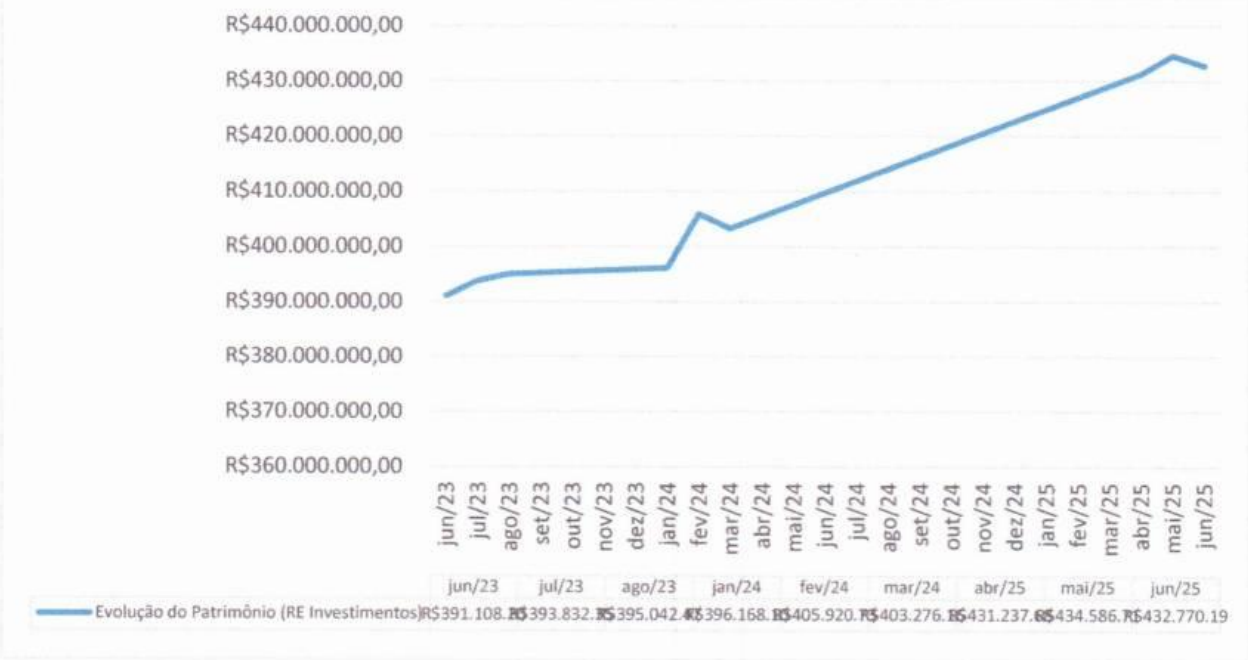
Embora o DAIR apresente relação de instituições financeiras credenciadas, constatou-se que: não há registro de análise técnica formal do credenciamento; e inexistem elementos que demonstrem critérios objetivos de avaliação.

8.2 Fundos de Investimento

As informações sobre fundos analisados são genéricas, com referência a: fundos 100% títulos públicos; fundos de renda fixa; fundos de ações, sem detalhamento dos critérios de seleção, análise de risco ou desempenho.

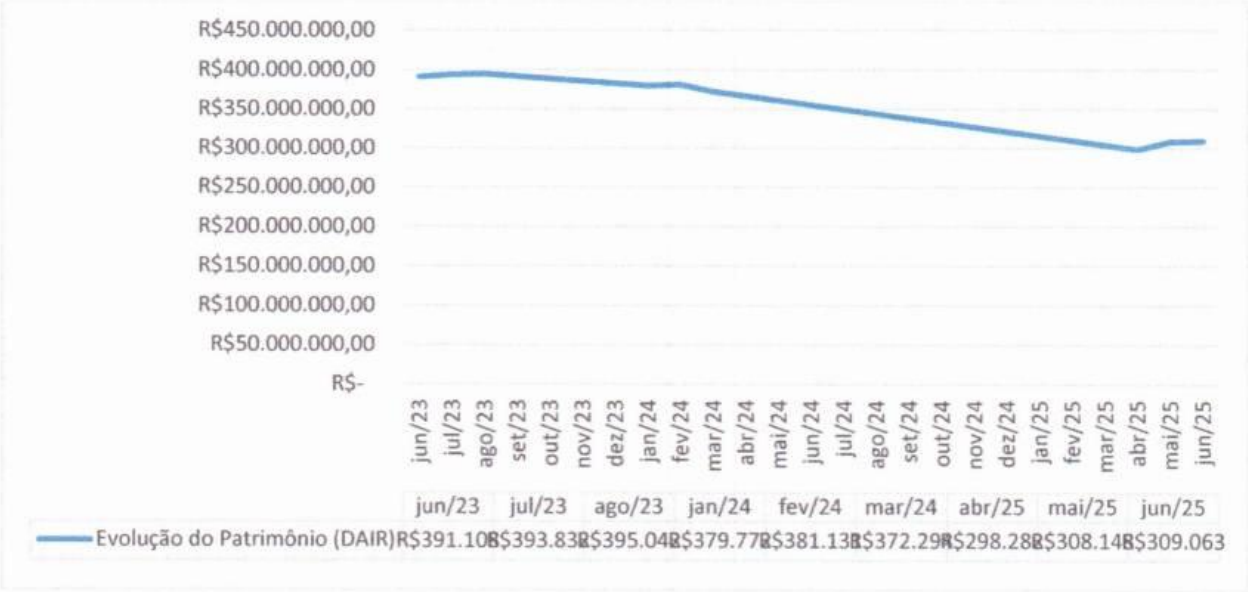
9. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS – EVOLUÇÃO PATRIMONIAL VS ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS - DAIR – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS

Os Relatórios de Investimentos evidenciam crescimento patrimonial consistente e expressivo, vide gráfico 01:



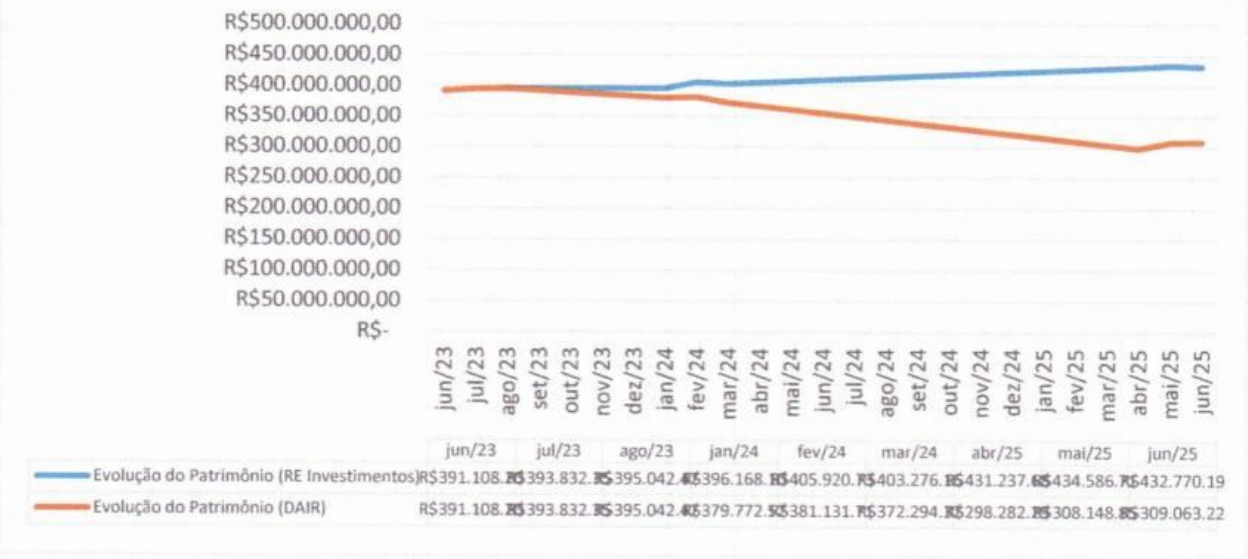
Observa-se crescimento relevante do patrimônio ao longo do período, reforçando a materialidade dos recursos sob gestão.

Já no DAIR, o montante de recursos do RPPS apresentou a seguinte evolução, vide gráfico 2:



Verifica-se um crescimento nominal nos meses analisados de 2023, todavia nos períodos seguintes percebe-se uma redução dos recursos do RPPS, o que diverge do volume de recursos observado no mesmo período no Relatório de Investimentos, conforme apresentado no gráfico 1.

Essa divergência é evidenciada no gráfico 3, quando comparada as informações dos Relatórios de Investimentos e os DAIR dos mesmos períodos, vide gráfico 3:



Ressalta-se que há registros de aplicações e resgates no DAIR nos períodos analisados; e há identificação adequada dos responsáveis pelo documento.

Todavia, tais registros não são acompanhados de análises técnicas, pareceres ou deliberações formalizadas, o que gera distorções entre as informações constantes nos Relatórios de Investimentos e as dos Demonstrativos de Aplicações e investimentos dos Recursos – DAIR.

10. ANÁLISE CRÍTICA COMPARATIVA: DAIR × RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS

A análise integrada evidencia descompasso relevante entre: a robustez financeira e o crescimento patrimonial demonstrados nos Relatórios de Investimentos; e a fragilidade informacional, normativa e de governança evidenciada no DAIR.

Embora os números indiquem evolução positiva do patrimônio percebida nos Relatórios de Investimentos, o DAIR não reflete a mesma evolução, além de não apresentar de forma clara e adequada: o processo decisório; o acompanhamento técnico; a atuação efetiva dos órgãos colegiados; e a gestão de riscos.

11. QUADRO CONSOLIDADO DE ACHADOS RECORRENTES (2023–2025)

Eixo Avaliado	Achado Recorrente	2023	2024	2025	Natureza do Achado
Fundamentação Legal	Ausência de informação do fundamento legal do DAIR	✓	✓	✓	Falha formal reiterada
Certificação Institucional	Certificação institucional e categoria de investidor não informadas	✓	✓	✓	Falha formal recorrente
Desenquadramentos Passivos	Existência de desenquadramentos sem detalhamento	✓	✓	✓	Fragilidade de transparência
Gestão de Recursos	Certificação da gestão de recursos desatualizada	✓	✓	✓	Não conformidade normativa
Conselho Deliberativo	Ausência da lei instituidora e certificações dos conselheiros	✓	✓	✓	Fragilidade de governança
Conselho Deliberativo	Informações desatualizadas sobre vínculo e composição	✓	✓	✓	Inconsistência cadastral
Conselho Fiscal	Ausência total de informações sobre seus membros	✓	✓	✓	Falha grave de controle
Comitê de Investimentos	Divergência quanto à norma instituidora	✓	✓	✓	Inconsistência normativa
Comitê de Investimentos	Certificações dos membros desatualizadas	✓	✓	✓	Não conformidade recorrente
Comitê de Investimentos	Composição incompatível com atos vigentes	✓	✓	✓	Falha de atualização
Registro de Atas	Registro restrito a uma única ata	✓	✓	✓	Fragilidade de governança
Acompanhamento de Investimentos	Ausência de análises técnicas	✓	✓	✓	Fragilidade de controle
Credenciamento	Instituições sem análise técnica formal	✓	✓	✓	Falha procedimental
Fundos de Investimento	Informações genéricas	✓	✓	✓	Fragilidade qualitativa

12. CONCLUSÃO

A análise do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR e dos Relatórios de Investimentos, referente aos exercícios de 2023, 2024 e 2025, permite concluir que as inconsistências identificadas extrapolam falhas meramente formais ou omissões pontuais, configurando falha grave de fidedignidade das informações declaradas, com impacto direto na confiabilidade do demonstrativo como instrumento oficial de transparência, controle e prestação de contas.

Diferentemente do que inicialmente se poderia inferir a partir do conteúdo do DAIR, restou comprovado, por documentação e registros internos, que: os membros dos Conselhos, o Gestor de Recursos e os integrantes do Comitê de Investimentos possuem certificações profissionais adequadas e atualizadas, em conformidade com as exigências normativas vigentes; o Conselho Fiscal encontra-se regularmente constituído e em funcionamento, embora suas informações não estejam refletidas no DAIR; houve substituição de membros do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo, devidamente formalizada por atos administrativos, sem a correspondente atualização no DAIR; as reuniões do Comitê de Investimentos são efetivamente realizadas, com registros internos e deliberações, porém tais informações não estão sendo declaradas no demonstrativo; e existem outras instituições financeiras devidamente credenciadas e atualizadas, não refletidas de forma adequada no DAIR.

Adicionalmente, a análise comparativa entre o DAIR e os Relatórios de Investimentos evidenciou divergência material relevante quanto ao volume de recursos sob gestão. Os valores patrimoniais declarados no DAIR não retratam a realidade financeira do RPPS, conforme comprovado pelos dados consistentes e atualizados constantes nos Relatórios de Investimentos, que demonstram patrimônio significativamente superior ao informado no demonstrativo oficial.

Esse conjunto de evidências afasta a hipótese de inexistência de governança ou de atuação dos órgãos colegiados, revelando, na verdade, um grave problema de desconexão entre a realidade institucional e a informação declarada no DAIR.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de identificação precisa da origem da falha, que pode decorrer de:

a) erro ou incompletude nos lançamentos realizados pela Unidade Gestora, no momento do preenchimento e transmissão do DAIR;

b) limitações, falhas ou inconsistências do próprio sistema do CADPREV, responsável pela consolidação e apresentação das informações, uma vez que há indícios concretos de que dados devidamente atualizados (especialmente relativos a conselheiros e composição dos órgãos) não estão sendo refletidos corretamente no DAIR, apesar de constarem nos cadastros oficiais.

Registra-se, portanto, que parte relevante das inconsistências aparenta decorrer de falha sistêmica ou de integração do CADPREV, e não da inexistência de atos, certificações ou estruturas de governança no âmbito do RPPS. Ainda assim, sob a ótica do controle, tal

situação não mitiga o risco institucional, uma vez que o DAIR permanece como documento oficial de referência para os órgãos de fiscalização.

Conclui-se, assim, que o DAIR, nos períodos analisados, não reflete a realidade institucional, patrimonial e decisória do RPPS, comprometendo: a fidedignidade das informações prestadas; a transparência da gestão dos investimentos; e a adequada avaliação por Conselhos, Controle Interno e Órgãos de Controle Externo.

Tal circunstância caracteriza falha grave de natureza informacional e sistêmica, exigindo providências imediatas para saneamento, validação cruzada dos dados, correção dos registros e, se necessário, formalização de manifestação junto ao órgão gestor do sistema (CADPREV), de modo a resguardar a gestão do RPPS e seus agentes de responsabilizações indevidas decorrentes de informações que não correspondem à realidade comprovada.

Sugerimos que sejam adotadas medidas imediatas para sanar as divergências encontradas no DAIR:

a) revisão integral do preenchimento do DAIR;

b) regularização normativa dos conselhos e comitês;

c) atualização das certificações;

d) formalização e registro sistemático das atas;

e) implantação de rotina técnica de acompanhamento dos investimentos;

f) alinhamento efetivo entre DAIR e Relatórios de Investimentos;

f) elaboração de plano de ação com prazos e responsáveis.

13. ANEXOS: CHECKLIST

Na análise do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, referente aos exercícios de 2023, 2024 e 2025, foram utilizadas planilhas que possibilitaram a comparação das informações constantes nos referidos documentos que foram analisados, vide quadros abaixo:

ANÁLISE do DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS - DAIR			
	jun/23	jul/23	ago/23
ENTE	OK	OK	ok
DADOS DO ENTE	OK	OK	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	OK	OK	ok
FUNDAMENTO LEGAL	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
UNIDADE GESTORA	OK	OK	ok
DADOS DA UNIDADE GESTORA	OK	OK	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	OK	OK	ok
CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
IDENTIFICAÇÃO DO DAIR	ok	OK	ok
INFORMAÇÕES SOBRE DESENQUADRAMENTOS PASSIVOS	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver
GOVERNANÇA			
GESTÃO DE RECURSOS DO RPPS	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada
CONSELHO DELIBERATIVO DO RPPS	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.
CONSELHO FISCAL DO RPPS	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal
COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas;	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.
FORMA DE GESTÃO E ASSESSORAMENTO			
REGISTRO DE ATAS	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.
Acompanhamento das aplicações e investimentos dos recursos do RPPS	Não há análise	Não há análise	Não há análise
CREDENCIAMENTO			
INSTITUICOES CREDENCIADAS/CADASTRADAS	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos;	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos;	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A
FUNDOS DE INVESTIMENTO ANALISADOS	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Títulos Públicos; Bradesco 100% Títulos Públicos; Caixa Economica 100% Títulos Públicos; e fundos de renda fixa	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Títulos Públicos; Bradesco 100% Títulos Públicos; Caixa Economica 100% Títulos Públicos; e fundos de renda fixa	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Títulos Públicos; Bradesco 100% Títulos Públicos; Caixa Economica 100% Títulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	O total de Recursos do RRPS R$ 391.108.206,55	O total de Recursos do RRPS R$ 393.832.351,71	O total de Recursos do RRPS R$ 395.042.474,37
APLICAÇÕES E RESGATES	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates
RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO	OK	ok	ok

ANÁLISE do DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS - DAIR			
	jan/24	fev/24	mar/24
ENTE	ok	ok	ok
DADOS DO ENTE	ok	ok	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	ok	ok	ok
FUNDAMENTO LEGAL	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
	0	0	0
UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
DADOS DA UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
	0	0	0
IDENTIFICAÇÃO DO DAIR	ok	ok	ok
INFORMAÇÕES SOBRE DESENQUADRAMENTOS PASSIVOS	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver
	0	0	0
GOVERNANÇA	0	0	0
GESTÃO DE RECURSOS DO RPPS	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada
CONSELHO DELIBERATIVO DO RPPS	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; o vinculo do servidor Tiago César está outros.
CONSELHO FISCAL DO RPPS	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal
COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.	fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.	fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de
FORMA DE GESTÃO E ASSESSORAMENTO	0	0	0
REGISTRO DE ATAS	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.
Acompanhamento das aplicações e investimentos dos recursos do RPPS	Não há análise	Não há análise	Não há análise
	0	0	0
CREDENCIAMENTO	0	0	0
INSTITUICOES CREDENCIADAS/CADASTRADAS	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; Banco do Nordeste	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; Banco do Nordeste	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; Banco do Nordeste
	0	0	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO ANALISADOS	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.
	0	0	0
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	O total de Recursos do RPPS R$ 379.772.526,57	O total de Recursos do RPPS R$ 381.131.714,19	O total de Recursos do RPPS R$ 372.294.327,00
	0	0	0
APLICAÇÕES E RESGATES	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates
	0	0	0
RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO	ok	ok	ok

ANÁLISE do DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS - DAIR			
	abr/25	mai/25	jun/25
ENTE	ok	ok	ok
DADOS DO ENTE	ok	ok	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	ok	ok	ok
FUNDAMENTO LEGAL	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
	0	0	0
UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
DADOS DA UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	ok	ok	ok
CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR	Não foi informado	Não foi informado	Não foi informado
	0	0	0
IDENTIFICAÇÃO DO DAIR	ok	ok	ok
INFORMAÇÕES SOBRE DESENQUADRAMENTOS PASSIVOS	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver	Não foi informado apesar de haver
	0	0	0
GOVERNANÇA	0	0	0
GESTÃO DE RECURSOS DO RPPS	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada	Certificação desatualizada
CONSELHO DELIBERATIVO DO RPPS	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; Também consta informações de ex-conselheiros como Tiago César e Pautilha Ferraz.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; Também consta informações de ex-conselheiros como Tiago César e Pautilha Ferraz.	Não foi informado a Lei que criou o Conselho Deliberativo, mas o Decreto da composição do Conselho; Não consta a certificação dos Conselheiros; o vinculo do servidor Fraudiê está outros; Também consta informações de ex-conselheiros como Tiago César e Pautilha Ferraz.
CONSELHO FISCAL DO RPPS	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal	Não há nenhuma informação sobre os membros do Conselho Fiscal
COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.	Consta que o tipo da norma que fundamenta legalmente o Comitê de Investimentos é uma Portaria, de 2018, apesar do nº da norma está correto que é 11/2013 e a data de 2013; certificações dos membros desatualizadas; Além disso, no mês de julho/2023 as servidoras Ana Paula Ventura da Silva e Geogeaneda Silva Soares não integravam mais o Comitê de Investimentos, conforme o DECRETO Nº 853, 11 DE JULHO DE 2023.
FORMA DE GESTÃO E ASSESSORAMENTO	0	0	0
REGISTRO DE ATAS	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.	Só consta o registrada da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 30/01/2023, onde deveria constar o registro de todas as Atas de Reuniões que tiveram decisões relativas a aplicações e resgates ou demais temas de interesse de investimentos.
Acompanhamento das aplicações e investimentos dos recursos do RPPS	Não há análise	Não há análise	Não há análise
	0	0	0
CREDENCIAMENTO	0	0	0
INSTITUICOES CREDENCIADAS/CADASTRADAS	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; Banco do Nordeste	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; XP Investimentos	As instituições que consta como credenciadas, mas não analise técnica do Credenciamento: Banco Bradesco; Bradesco Asset; Banco do Brasil; Caixa Economica federal; BB Gestão de Recursos; Banco Santander Asset; SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S/A; XP Investimentos
	0		0
FUNDOS DE INVESTIMENTO ANALISADOS	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.	Quantos aos fundos analisados há referencia aos seguintes fundos: Fundo do BB 100% Titulos Públicos; Bradesco 100% Titulos Públicos; Caixa Economica 100% Titulos Públicos; fundos de renda fixa; e fundos de ações.
	0		0
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	O total de Recursos do RPPS R$ 298.282.290,32	O total de Recursos do RPPS R$ 308.148.853,07	O total de Recursos do RPPS R$ 309.063.229,86
	0		
APLICAÇÕES E RESGATES	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates	Há registros de aplicações e resgates
	0		
RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO	ok		

Juazeiro do Norte, Ceará, 31 de dezembro de 2025.

Geogeane da S. Soares

Geogeane da Silva Soares

Assessora Especial II

Memo n° 000024/2025 – VIPRE/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE),08 de dezembro de 2025.

À Senhora
Geogeane da Silva Soares
Assessora Especial II

Assunto: IDENTIFICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS NO DAIR E PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Senhora Assessora

1. Solicitamos a Vossa Senhoria que seja realizada a identificação das divergências apresentadas no Demonstrativo de Aplicações e Informações dos Recursos – DAIR, especialmente aquelas que já foram devidamente regularizadas perante o CADPREV, mas que ainda constam como pendências no referido demonstrativo, conforme deliberações constantes na Ata nº 07/2025 do Conselho Deliberativo.

2. Após a identificação das divergências, pedimos que seja formalizada consulta à Secretaria de Previdência – SPREV, requerendo a devida atualização das informações no sistema, conforme orientação do Conselho Deliberativo.

3. Posteriormente, a análise e o retorno da SPREV deverão ser encaminhados ao Diretor Previdenciário de Administração e Finanças, para que esse proceda à formulação de consulta ao GESCON, visando à correção das distorções apontadas e à devida regularização dos registros.

4. Solicitamos que o encaminhamento seja realizado com a brevidade necessária, para garantir o fiel cumprimento das determinações normativas e do órgão colegiado.

Atenciosamente,

Tiago César da Silva Viana
Vice-Presidente do PREVIJUNO

C/C:
1. Presidente do PREVIJUNO.

Visto 08/012/26

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Resolução CMN nº 5.272 de 18/12/2025

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPSs.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 18 de dezembro de 2025, com base no art. 6º, *caput*, inciso IV, e parágrafo único, da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e no art. 9º, *caput* e § 7º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019,

R E S O L V E U :

Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPSs instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do RPPS devem:

I- observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II- exercer suas atividades com boa-fé, lealdade, diligência, tempestividade e prudência;

III- zelar por elevados padrões éticos;

IV- adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, observados:

a) a política de investimentos vigente;

b) os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução;

c) a natureza pública da gestão do regime e dos recursos aplicados e a observância dos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, previstos no art. 6º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

d) as condições de proteção e prudência financeira previstas no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e

e) os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, que devem considerar a sua segmentação por porte, complexidade e por nível de aderência às melhores práticas de governança;

V- realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;

VI- desde que observado o disposto no art. 21, § 2º, realizar o prévio credenciamento, o acompanhamento e a avaliação:

a) do gestor e do administrador dos fundos de investimento;

b) da instituição financeira bancária que irá administrar a carteira de valores mobiliários ou cujos ativos forem selecionados para o investimento dos recursos;

c) da instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que será a responsável, de forma direta, pela intermediação da compra e venda de ativos; e

d) do custodiante; e

VII- identificar, analisar, avaliar, controlar, monitorar e gerenciar os riscos, custos e o retorno esperado dos investimentos.

§ 2º Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução, os responsáveis pela gestão do RPPS e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico, conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

§ 3º Os parâmetros para o credenciamento previsto no inciso VI do § 1º deverão abranger, entre outros:

I- o histórico e a experiência de atuação;

II- o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição;

III- a solidez patrimonial;

IV- a exposição a risco reputacional;

V- o padrão ético de conduta;

VI- a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho; e

VII- o cumprimento, pelas instituições, das condições previstas no art. 21, § 2º.

§ 4º São considerados responsáveis pelo cumprimento do disposto nesta Resolução, por ação ou omissão, na medida de suas atribuições:

I- todas as pessoas que participem dos processos de análise, de assessoramento e de decisão no âmbito do RPPS, incluídos:

a) os membros da diretoria e dos conselhos;

b) o responsável pela gestão das aplicações dos recursos e pela prestação de informações relativas às aplicações do regime, na forma do § 8º;

c) os procuradores com poderes de gestão;

d) os membros do comitê de investimentos; e

e) os consultores e outros profissionais; e

II - os agentes do mercado financeiro e do mercado de capitais que participem da distribuição, intermediação, gestão e administração dos recursos dos RPPSs e os outros prestadores de serviços contratados por esses regimes.

§ 5º O RPPS deve definir formal e claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

§ 6º O RPPS deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos.

§ 7º Para fins desta Resolução:

I- as referências a fundos de investimento compreendem fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, fundos de investimento em índice de mercado – ETF e todas as suas classes de cotas e subclasses, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

II- as referências a "classe" e a "cotas de classe" alcançam os fundos de investimento que emitem cotas em classe única; e

III - as referências a "regulamento" e a "regulamento do fundo" alcançam os anexos descritivos das classes de cotas e os apêndices das subclasses.

§ 8º O órgão ou entidade gestora do RPPS deverá informar ao Ministério da Previdência Social o responsável pela gestão das aplicações dos recursos e pela prestação de informações relativas às aplicações do regime.

§ 9º As aplicações a que se refere o *caput* compreendem o processo de investimento, gerenciamento e desinvestimento dos recursos.

§ 10. A gestão dos riscos de que trata o inciso VII do § 1º deve:

I- compreender os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;

II- utilizar a avaliação de agência classificadora de risco, sem prejuízo da necessária análise dos riscos;

III- considerar, na análise de riscos, quando julgar material e relevante, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos; e

IV- avaliar e dar transparência aos impactos ambientais, sociais ou de governança da carteira de investimentos do RPPS.

CAPÍTULO I
DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Seção I
Da alocação dos recursos

Art. 2º Observadas as limitações e condições estabelecidas nesta Resolução, os recursos dos RPPSs devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I- renda fixa;

II- renda variável;

III- investimentos no exterior;

IV- investimentos estruturados;

V- fundos imobiliários; e

VI- empréstimos consignados.

§ 1º Para efeito desta Resolução, são considerados investimentos estruturados:

I- cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado";

II- cotas de classes de fundos de investimento em participações – FIP;

III- cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações – Mercado de Acesso"; e

IV- cotas de classes de Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – Fiagro.

§ 2º Os RPPSs somente podem aplicar recursos em classes de fundos de investimento, de ETF e classes de investimento em cotas de fundos de investimento registrados na Comissão de Valores Mobiliários e cujas carteiras observem os requisitos, limitações e condições estabelecidos nesta Resolução.

§ 3º Os órgãos ou entidades gestoras dos RPPSs devem avaliar e dar publicidade aos custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento ou de carteiras administradas, e providenciar:

I- a obtenção prévia de informações relativas à remuneração de todos os prestadores de serviço envolvidos na administração, gestão, distribuição e custódia dos ativos investidos, incluindo os valores ou percentuais efetivamente praticados; e

II- a divulgação, no mínimo trimestral, aos segurados e beneficiários do regime, das despesas com os ativos investidos, inclusive das obtidas na forma do inciso I, e com a contratação de prestadores de serviços pelo regime.

§ 4º Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica.

§ 5º As classes de fundos de investimento e as classes de investimento em cotas de fundos de investimento objeto de aplicação por parte dos RPPSs devem conter previsão em regulamento de limitação de responsabilidade do cotista ao valor por ele subscrito.

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são considerados recursos:

I- as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;

II- os demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS;

III- as aplicações financeiras;

IV- os títulos e valores mobiliários;

V- os ativos vinculados por lei ao RPPS; e

VI- demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

§ 1º Os recursos dos RPPSs visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios concedidos e a conceder pelo regime e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo e geridos em conformidade com a política de investimentos vigente e os critérios para credenciamento de instituições e contratações, de forma independente.

§ 2º Para garantir a segregação de que trata o § 1º, os recursos do RPPS deverão ser vinculados a órgão ou entidade gestora do regime ou a fundos previdenciários com inscrição específica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

§ 3º O disposto nesta Resolução aplica-se aos recursos da taxa de administração do RPPS e dos fundos instituídos para fins de segregação da massa ou para demais finalidades previdenciárias.

§ 4º O aporte de bens, direitos e ativos de que tratam os incisos IV a VI do *caput* e a destinação, por meio de lei, de fluxo de receitas futuras ao RPPS devem:

I- ser embasados em estudo técnico constante de processo transparente de avaliação e de análise de viabilidade econômico-financeira; e

II- observar o disposto no art. 6º, §§ 1º e 2º, e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

Seção II
Da política de investimentos

Art. 4º Os responsáveis pela gestão do RPPS, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

I - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de prestadores de serviços, com base no disposto no art. 21, § 5º, e no art. 24;

II - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

III - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;

IV - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;

VI - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;

VII - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos; e

VIII - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos RPPSs, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

§ 1º Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, inclusive com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

§ 2º A elaboração, a revisão e as informações constantes na política de investimentos devem observar os parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos RPPSs.

Art. 5º A política anual de investimentos dos recursos do RPPS e suas revisões devem ser aprovadas pelo conselho deliberativo ou órgão equivalente, antes de sua implementação.

CAPÍTULO II
DOS SEGMENTOS DE APLICAÇÃO E DOS LIMITES

Art. 6º Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Resolução, são consideradas as aplicações de recursos de que trata o art. 3º, *caput*, incisos I, II, III e IV, excluídos os recursos de que trata o art. 3º, *caput*, incisos V e VI, as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e as cotas de classes de fundos de investimento imobiliário de que trata o art. 11, § 3º.

§ 1º As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos de que trata o art. 3º deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do RPPS, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime.

§ 2º Para garantir a compatibilidade de que trata o § 1º, os responsáveis pela gestão do RPPS devem:

I - manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do regime; e

II - realizar o acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos, assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do regime, em caso de carteira própria ou administrada.

§ 3º Os ativos e seus respectivos limites de aplicação serão diferenciados para os RPPSs que comprovarem a adoção de boas práticas de governança na gestão previdenciária, atestadas conforme os diferentes níveis de aderência ao programa de certificação institucional instituído pelo Ministério da Previdência Social, sendo:

I - RPPS sem nível de aderência ao programa de certificação institucional;

II - RPPS com nível I de aderência ao programa de certificação institucional;

III - RPPS com nível II de aderência ao programa de certificação institucional;

IV - RPPS com nível III de aderência ao programa de certificação institucional; e

V - RPPS com nível IV de aderência ao programa de certificação institucional.

§ 4º O programa de certificação institucional de que trata o § 3º deverá contemplar, entre outros aspectos:

I - o aprimoramento contínuo da gestão dos investimentos, especialmente quanto à eficiência, segurança, prudência, diligência, transparência e governança;

II - os padrões reconhecidos no mercado financeiro e na gestão de recursos previdenciários, visando à mitigação de riscos e à promoção de elevados padrões éticos na conduta das operações;

III - a definição de critérios para análise, credenciamento, alocações de recursos e contratações baseados em requisitos técnicos e de forma independente, conforme previsto no art. 3º, §§ 1º e 2º;

IV - a eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações; e

V - a capacitação continuada das pessoas de que trata o art. 1º, § 4º, inciso I.

Seção I
Do segmento de renda fixa

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, ou cotas de classes de ETF, negociáveis em bolsa de valores, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos;

II - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica, na forma do § 2º, incisos I e II;

III - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos, na forma do § 2º, inciso III, por intermediação de instituição financeira que atenda aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I;

IV - até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic;

V - até 80% (oitenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado";

VI - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

VII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado", constituídas em regime aberto;

VIII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento de que trata o art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ou cujo patrimônio líquido seja representado por debêntures de infraestrutura previstas na Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e

IX - até 20% (vinte por cento) em cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I - ativos de que tratam os incisos I e II do *caput* são acessíveis a todos os RPPSs, inclusive aqueles que não comprovarem nível de aderência;

II - ativos de que tratam os incisos III e IV do *caput* são exclusivos para RPPS com nível I ou superior de aderência;

III - ativos de que tratam os incisos V e VI do *caput* são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência;

IV - ativos de que tratam os incisos VII e VIII do *caput* são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência; e

V - ativos de que trata o inciso IX do *caput* são exclusivos para RPPS com nível IV de aderência.

§ 2º Observado o disposto no art. 22, as operações efetuadas diretamente pelos RPPSs em títulos de emissão do Tesouro Nacional deverão ser realizadas:

I - em plataformas de negociação eletrônica administradas por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito das respectivas competências, que:

a) assegurem a igualdade de condições entre os participantes e a liquidez das negociações;

b) permitam a formação de preços em ambiente competitivo e transparente; e

c) possibilitem o registro de ofertas visíveis ao mercado, sem o prévio conhecimento da contraparte, desde que a oferta tenha por referência os preços e taxas obtidos por meio dos procedimentos previstos no art. 22 e que sejam habilitadas ao menos três instituições credenciadas pelo RPPS na forma do art. 1º, § 1º, inciso VI, e que atendam aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I;

II - em ofertas públicas do Tesouro Nacional por meio de instituições regularmente habilitadas para essas ofertas, desde que credenciadas pelo RPPS na forma do art. 1º, § 1º, inciso VI, e atendam aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I; ou

III - em mercado de balcão, por meio de instituições financeiras regularmente habilitadas para intermediação das operações, desde que credenciadas pelo RPPS na forma do art. 1º, § 1º, inciso VI, e que atendam aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I.

§ 3º Na aplicação de recursos do RPPS nas classes dos fundos de investimento de que trata este artigo, os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as suas carteiras e os respectivos emissores devem ser considerados, nos termos do disposto no art. 1º, § 1º, inciso VII, e § 10, como baixo risco de crédito.

§ 4º As aplicações diretas do RPPS em FIDC subordinam-se a:

I - que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas de subclasses seniores de FIDC encerradas e integralmente liquidadas; e

II- que o total das aplicações dos RPPSs represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas da subclasse sênior da classe de cotas do FIDC.

§ 5º Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras das classes dos fundos de investimento de que tratam os incisos V e VII do *caput*, não classificados como ativos financeiros no exterior, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, devem:

I- ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II- ser emitidos por companhias abertas, desde que operacionais e registradas na Comissão de Valores Mobiliários;

III - ser cotas de subclasse sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;

IV- ser cotas de classes de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições dos incisos I, II, V ou VI;

V- ser emitidos por securitizadoras, desde que os títulos sejam de emissão pública com a instituição de regime fiduciário de que trata a Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022; e

VI - ser emitidos por companhias fechadas, por meio de oferta pública cujo coordenador líder seja instituição financeira, que atenda aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I.

§ 6º Para fins do investimento previsto no inciso VIII do *caput*, devem ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

I- o regulamento do fundo deve prever vedação à aquisição de ativos financeiros no exterior;

II- o gestor da carteira deve possuir, no mínimo, cinco anos de experiência comprovada na gestão de ativos de crédito privado e patrimônio sob gestão superior a R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) nesse segmento;

III - os ativos integrantes da carteira do fundo devem ser emitidos por sociedade de propósito específico constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital aberto ou fechado;

IV - os ativos integrantes da carteira do fundo devem ser classificados como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários; e

V- a participação agregada dos RPPSs no fundo não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da classe de cotas adquirida.

§ 7º Nos investimentos de que tratam os incisos VII, VIII e IX do *caput*, ficam os RPPSs sujeitos a um limite global de 35% (trinta e cinco por cento) da totalidade de suas aplicações.

Seção II
Do segmento de renda variável

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 50% (cinquenta por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I- até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações", constituídas em regime aberto;

II- até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de ETF de ações, negociáveis em bolsa de valores;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto por 67% (sessenta e sete por cento) ou mais de *Brazilian Depositary Receipts* – BDR-Ações ou de BDR-ETF de ações, constituídas em regime aberto; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de ETF internacional, admitido à negociação em bolsa de valores no Brasil, observado o disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I- ativos de que tratam os incisos I e II do *caput* são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência; e

II- ativos de que tratam os incisos III e IV do *caput* são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência.

§ 2º Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam os incisos I e III do *caput* aplica-se o disposto no art. 7º, §§ 3º e 5º, exceto quando se referirem ao fator de risco da classe de cotas dos fundos tipificados como "Ações".

Seção III

Do segmento de investimentos no exterior

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 10% (dez por cento):

I - em cotas de classes de fundos de investimento e cotas de classe de investimento em cotas de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores qualificados, cujos regulamentos permitam investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; e

III - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores em geral, cujos regulamentos permitam investir mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo é exclusiva para os RPPSs que comprovarem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

§ 2º O RPPS deve assegurar que:

I - os gestores dos fundos de investimento constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; e

II - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de *performance* superior a doze meses.

§ 3º É vedada a aquisição de cotas de classes de fundo de investimento de que tratam os incisos I e II do *caput* cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º É vedada a aquisição de cotas de classes de FIP no segmento de que trata o *caput*.

§ 5º Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II e III do *caput* devem prever em seu regulamento que somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento ou de ETF constituídos no exterior.

§ 6º Para fins de verificação do disposto no art. 19, em relação às classes de cotas dos fundos de que trata este artigo, considera-se o patrimônio líquido do fundo constituído no exterior.

§ 7º Os RPPSs devem certificar que as classes de cotas de fundo de investimento por eles investidos garantam que os requisitos estipulados pela Comissão de Valores Mobiliários para investimento em fundos de investimento no exterior sejam atendidos por força de regulação exercida por supervisor local.

§ 8º Os ativos financeiros emitidos no exterior investidos pelos fundos de investimento de que trata este artigo devem ser registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizadas em seus países de origem e supervisionadas por supervisor local.

Seção IV
Do segmento de investimentos estruturados

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se ao limite global de até 20% (vinte por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 15% (quinze por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado", constituídas em regime aberto;

II - até 5% (cinco por cento) em cotas de classes de Fiagro, observado o disposto no art. 11, § 2º, inciso II;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de FIP, constituídas em regime fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nessas classes; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações - Mercado de Acesso", constituídas em regime aberto.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I - ativos de que trata o inciso I do *caput* são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência;

II - ativos de que trata o inciso II do *caput* são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência; e

III - ativos de que tratam os incisos III e IV do *caput* são exclusivos para RPPS com nível IV de aderência.

§ 2º As aplicações efetuadas diretamente pelo RPPS em cotas de classes de FIP subordinam-se a:

I - que a classe do fundo de investimento seja qualificada como entidade de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, incluídas as regras de avaliação dos ativos investidos, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis;

II- que, conforme previsão em regulamento:

a) o gestor do fundo de investimento ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico mantenham a condição de cotista da classe ou subclasse do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo;

b) não sejam estabelecidos preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor ou pessoas ligadas ao respectivo grupo econômico em relação aos demais cotistas;

c) os cotistas, com exceção do disposto na alínea "a", não terão influência ou alguma forma de participação na administração das entidades investidas ou não sejam partes ligadas aos administradores dessas entidades;

d) seja vedado investimento em entidades nas quais os cotistas possuem ou possuíam qualquer relação societária, direta ou indiretamente; e

e) os RPPSs não detenham, em seu conjunto, mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido de uma mesma classe, exceto durante os doze meses iniciais e finais do investimento;

III- que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos dez anos, desinvestimento integral de, pelo menos, três sociedades investidas no Brasil por meio de classe de FIP qualificada como entidade de investimento por ele gerido e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento; e

IV- que a classe do FIP possua mais de um investimento, direta ou indiretamente.

Seção V
Do segmento de fundos imobiliários

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do RPPS sujeitam-se ao limite de até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento imobiliários – FII negociadas nos pregões de bolsa de valores.

§ 1º A aplicação de recursos no ativo de que trata este artigo é exclusiva para os RPPSs que comprovarem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

§ 2º As aplicações do RPPS em cotas de classes de fundos imobiliários, diretamente ou indiretamente, subordinam-se a:

I- que os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras das classes dos fundos de investimento de que trata o *caput* deverão observar o disposto no art. 7º, § 5º, e no art. 8º, § 2º; e

II - que a aquisição em oferta primária seja condicionada à previsão em seu regulamento de que suas cotas serão disponibilizadas para negociação em bolsa de valores após a oferta pública inicial.

§ 3º Não se aplicam os limites previstos nesta Resolução às cotas de classes de FII integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, quando lastreadas em imóveis legalmente vinculados ao RPPS, podendo este ser o único cotista da respectiva classe.

§ 4º A destinação de recursos próprios do RPPS aos fundos constituídos na forma do § 3º sujeita-se a todas as demais regras aplicáveis a investimentos dos RPPSs.

Seção VI
Do segmento de empréstimos consignados

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do art. 6º, *caput*:

I- até 5% (cinco por cento), para os RPPSs sem aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º; e

II- até 10% (dez por cento), para os RPPSs que comprovarem nível I ou superior de aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º.

§ 1º Os encargos financeiros das operações de que trata o *caput* devem ser superiores à meta de rentabilidade de que trata o art. 4º, *caput*, inciso III, acrescidos das seguintes taxas:

I- de administração das operações, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão decorrentes das atividades de concessão e controle dos empréstimos;

II- de custeio dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos de que trata o § 6º; e

III- de adicional de risco, para fazer frente a eventos extraordinários, porventura não cobertos pelos fundos de que trata o inciso II.

§ 2º Os contratos das operações de empréstimos devem conter:

I - cláusula de consignação em pagamento com desconto em folha, cujo correspondente valor deverá ser imediatamente creditado ao órgão ou entidade gestora do RPPS;

II - autorização de retenção das verbas rescisórias para a quitação do saldo devedor líquido do empréstimo, no mínimo, nas seguintes hipóteses, por decisão administrativa ou judicial:

a) exoneração;

b) demissão;

c) cessação do vínculo do servidor;

d) cessação do benefício do aposentado ou pensionista; ou

e) afastamentos do servidor sem manutenção da remuneração mensal;

III - autorização para débito em conta corrente do tomador, no caso de inviabilidade do desconto direto em folha de pagamento ou das verbas rescisórias de que tratam os incisos I e II; e

IV - anuência dos órgãos responsáveis pelo pagamento dos servidores, aposentados e pensionistas, de que trata o inciso II do § 5º, de sua responsabilidade como devedor solidário pela cobertura de eventual inadimplemento.

§ 3º Os empréstimos serão concedidos, pelo órgão ou entidade gestora do RPPS, aos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao regime, por meio de sistemas interligados aos de gestão das folhas de pagamento.

§ 4º O RPPS deverá adequar os prazos e limites de concessão de empréstimos consignados ao perfil da massa de segurados, observados os seguintes critérios mínimos:

I - quanto aos prazos dos empréstimos:

a) não poderão ser superiores àqueles previstos para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS; e

b) deverão ter por base a expectativa de sobrevida do segurado e o tempo de duração do benefício estimado conforme taxa de sobrevivência utilizada na avaliação atuarial do RPPS, considerando a estrutura etária dos tomadores; e

II - relativos à inelegibilidade dos tomadores:

a) histórico de inadimplência em relação a empréstimos consignados anteriores perante o RPPS; e

b) recebimento de benefício que possua requisito para sua cessação, previsto na legislação do RPPS.

§ 5º Deverão ser observados os seguintes critérios mínimos, com base na classificação da capacidade de pagamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - não poderão ser concedidos os empréstimos aos segurados nas situações em que o pagamento da remuneração ou dos proventos seja de responsabilidade do ente federativo ou que dependa de suas transferências financeiras mensais, em caso de classificação C ou D; e

II - em caso de inadimplência, pelo ente federativo, do repasse ao órgão ou entidade gestora do RPPS dos valores devidos em consignação ou das transferências dos aportes para o pagamento das aposentadorias e pensões por morte, são vedadas novas concessões de empréstimos por prazo igual ao período de atraso, contado a partir da regularização total dos pagamentos.

§ 6º O RPPS deverá constituir, com os recursos das taxas de que trata o § 1º, fundos garantidores ou de oscilação de riscos destinados a situações de liquidação do saldo devedor dos empréstimos em caso de subestimação de eventos de decremento ou de não aderência das demais hipóteses, observados os seguintes critérios mínimos:

I - a constituição dos fundos deverá estar embasada em estudo atuarial que considere as perdas em caso de ocorrência de eventos de desvinculação de segurados previstos no inciso II do § 2º;

II - utilização, no estudo a que se refere o inciso I, de modelos que limitem a probabilidade de perdas máximas e o seu embasamento em hipóteses de taxa de sobrevivência de válidos e inválidos e de rotatividade aderentes às características da massa de segurados do regime, nos termos das normas de atuária aplicáveis aos RPPSs; e

III - cobertura integral, pelas taxas de que trata o § 1º, dos riscos calculados na forma dos incisos I e II, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da carteira de empréstimos consignados.

§ 7º Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira do segmento de que trata este artigo deverão buscar compatibilidade com o perfil das obrigações do RPPS, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 8º O órgão ou entidade gestora do RPPS poderá, em caso de solicitação do segurado, utilizar valores do montante que vier a ser por ele contratado, para quitar o saldo devedor de empréstimo obtido anteriormente de instituição financeira, observado o cumprimento do requisito da margem individual consignável, dos demais critérios previstos neste artigo e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais

desses regimes.

§ 9º A concessão de empréstimos aos segurados será automaticamente suspensa quando o saldo da carteira de investimentos alocado aos empréstimos atingir o percentual de alocação máximo estipulado na política de investimentos de que trata o art. 4º, observados os limites previstos nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

§ 10. A margem máxima individual consignável para os empréstimos consignados aos segurados dos RPPSs e os conceitos de remuneração básica e disponível deverão observar, como parâmetro mínimo, o previsto para os beneficiários do RGPS.

§ 11. Os valores mínimo e máximo dos empréstimos deverão ser determinados na política de investimentos de que trata o art. 4º, com observação do valor da prestação, do prazo e do custo administrativo da carteira.

§ 12. O RPPS deverá adotar medidas que objetivem mitigar os riscos inerentes a todo o processo de concessão e gestão dos créditos relativos aos empréstimos, de modo a:

I- preservar o retorno dos capitais empregados;

II- evitar possível inadimplência; e

III - garantir a rentabilidade mínima exigida, para assegurar o equilíbrio dessa modalidade de investimento, nos termos do disposto no § 7º.

§ 13. O Ministério da Previdência Social, nos termos do art. 29, editará as regulamentações procedimentais para o cumprimento do disposto neste artigo, para garantir a observância dos princípios previstos no art. 1º.

CAPÍTULO III
DOS LIMITES GERAIS E DA GESTÃO

Seção I
Dos limites gerais

Art. 13. Para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos nesta Resolução, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos RPPSs, ou indiretamente por meio de classes de fundos de investimento ou de classes de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas.

Art. 14. Os RPPSs ficam sujeitos a um limite global, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, de:

I - até 60% (sessenta por cento) da totalidade de suas aplicações, para os RPPSs que comprovarem nível IV de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º;

II - até 50% (cinquenta por cento) da totalidade de suas aplicações, para os RPPSs que comprovarem nível III de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º; e

III - até 40% (quarenta por cento) da totalidade de suas aplicações, para os RPPSs que comprovarem nível II de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

Art. 15. As aplicações dos recursos de que trata o art. 7º, *caput*, inciso VI, ficam condicionadas a que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por qualquer Estado ou pelo Distrito Federal.

Art. 16. As aplicações dos RPPSs em classes de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que as respectivas classes mantenham as composições, os limites e as garantias exigidos para os fundos de investimento de que trata esta Resolução.

Art. 17. A aplicação de recursos pelo RPPS em cotas de classes de fundo de investimento ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contenham cláusulas que tratem de taxa de *performance*, está condicionada à observância da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 18. As aplicações realizadas por um RPPS, de forma direta ou indireta, calculadas em relação ao patrimônio líquido do próprio regime, ficam sujeitas aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento), quando o emissor for o Tesouro Nacional;

II- até 5% (cinco por cento), quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como Segmento 1 – S1 ou Segmento 2 – S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para as aplicações referidas no art. 7º, *caput*, inciso VI;

III - até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada nos demais segmentos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para as aplicações referidas no art. 7º, *caput*, inciso VI;

IV- até 20% (vinte por cento) em cotas de uma mesma classe de fundo de investimento, de classe de investimento em cotas de fundos de investimento ou de classe de ETF; e

V - até 5% (cinco por cento) nos demais emissores.

§ 1º Considera-se como um único emissor, para efeito desta Resolução, as empresas pertencentes ao grupo econômico ou financeiro.

§ 2º Para fins de verificação do limite estabelecido no inciso V do *caput*, nos casos de emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

§ 3º Para fins de verificação dos limites estabelecidos neste artigo, devem ser observados os investimentos totais do RPPS.

Art. 19. As aplicações realizadas por um RPPS, de forma direta ou indireta, ficam sujeitas a limites máximos de concentração calculados em relação ao patrimônio líquido da classe de fundos ou da instituição emissora, nos seguintes termos:

I - até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido de uma mesma classe dos fundos de investimento de que trata o art. 7º, *caput*, incisos VII, VIII e IX;

II - até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de uma mesma classe dos demais fundos de investimento ou de ETF previstos nesta Resolução, exceto os fundos previstos no art. 7º, *caput*, inciso I; e

III - até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atenda às condições previstas no art. 21, § 2º, inciso I.

§ 1º O RPPS deve observar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de uma mesma emissão de ativos financeiros de renda fixa.

§ 2º Os fundos de investimento deverão limitar a participação total dos RPPSs em até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido, exceto:

I - durante os doze meses iniciais, desde que garantida a liquidez para o desinvestimento caso o percentual previsto no *caput* não seja alcançado;

II - as classes dos fundos previstos no art. 7º, *caput*, inciso I; e

III - nas demais situações estabelecidas nesta Resolução.

Art. 20. O total das aplicações dos recursos de um RPPS em classes de fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros geridos por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, conforme definido em regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Seção II
Da gestão

Art. 21. Os recursos dos RPPSs poderão ser geridos em carteira própria, carteira administrada ou mista.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - carteira própria, quando o órgão ou entidade gestora do RPPS efetua diretamente as aplicações dos recursos do regime, selecionando os segmentos e ativos previstos nesta Resolução;

II - carteira administrada, quando o órgão ou entidade gestora do RPPS contrata, nos termos do mandato por ele conferido, instituições financeiras, registradas e autorizadas nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, para administração profissional de sua carteira de valores mobiliários; ou

III - carteira mista, quando parte das aplicações são realizadas em carteira própria e parte em carteira administrada.

§ 2º Os RPPSs somente poderão aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como S1 ou S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS; e

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o art. 1º, § 1º, inciso VI, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do RPPS como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

§ 3º As aplicações dos recursos dos RPPSs efetuadas em carteira administrada deverão observar os limites, condições e vedações estabelecidos nesta Resolução e deverão ser consolidadas na forma do art. 13 para verificação do cumprimento desta Resolução.

§ 4º A gestão da carteira administrada deverá observar os critérios estabelecidos nos §§ 2º, 3º e 5º deste artigo e no art. 24, bem como aqueles previstos nas normas gerais dos RPPSs.

§ 5º A entidade contratada para gestão de carteira administrada deverá comprovar:

I - a adoção de política de gerenciamento de riscos:

a) consistente e passível de verificação;

b) que fundamente efetivamente o processo decisório de investimentos;

c) compatível com a política de investimentos do RPPS; e

d) que considere, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;

II - o cumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes; e

III - que possui recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços contratados.

§ 6º Aplica-se o previsto no inciso III do § 2º às instituições financeiras com obrigação ou coobrigação relacionadas aos ativos de que trata o art. 7º, *caput*, inciso VI.

§ 7º Os requisitos previstos no inciso I do § 2º somente se aplicam aos gestores ou administradores de fundos de investimento que receberam diretamente as aplicações do RPPS.

§ 8º Para fins exclusivos de cumprimento do disposto no inciso I do § 2º, admite-se que o gestor ou administrador do fundo de investimento seja integrante do mesmo conglomerado prudencial da instituição financeira de que trata esse inciso.

§ 9º Os requisitos de que tratam os §§ 2º e 8º devem ser observados apenas quando da aplicação dos recursos pelo RPPS.

§ 10. As operações de compra e venda de cotas de classes de fundos de investimento e demais ativos que envolvam recursos dos RPPSs somente podem ser realizadas por instituiçõesfinanceiras que atendam ao disposto no inciso I do § 2º ou no § 8º e desde que realizadas de forma direta, sem prepostos, e com estrutura própria e responsável técnico pela atividade.

Art. 22. O órgão ou entidade gestora do RPPS deve guardar registro do valor e volume efetivamente negociado, bem como das propostas recebidas e efetuadas, inclusive as recusadas, e do valor de mercado ou intervalo referenciais de preços dos ativos negociados.

§ 1º Deverão ser consultadas previamente ao oferecimento de propostas ou ofertas e ao fechamento das operações de investimento ou desinvestimento para verificação do preço de mercado dos ativos:

I - as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas de títulos e ativos financeiros, observados o intervalo referencial de taxas máximas e mínimas e a metodologia publicada por essas entidades;

II - as informações das operações registradas em sistemas eletrônicos de negociação e em sistemas de compensação e liquidação, realizadas no dia da operação, no dia anterior e em períodos recentes, que guardem similaridade com o cenário econômico atual; e

III - as informações relativas a taxas, riscos e custos de ativos com características similares obtidas de prestadores de serviços, instituições financeiras e participantes de mercado regulado pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Deverão ser observadas as seguintes diretrizes nos procedimentos de recebimento e análise das propostas de cotação de que trata o *caput*:

I - encaminhamento, às instituições credenciadas pelo RPPS, de informações suficientes para elaboração das propostas e da forma e do prazo de encerramento do seu recebimento;

II - convite a, pelo menos, três instituições, incluindo, em caso de títulos de emissão do Tesouro Nacional, ao menos duas instituições que tenham sido credenciadas como *dealers* pela Secretaria do Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil nos vinte e quatro meses anteriores à operação;

III - manutenção de sigilo das propostas e da identificação das demais instituições participantes; e

IV - fechamento da operação com base na vantajosidade das propostas e nas análises de risco, custo e retorno dos ativos e de seus emissores.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Do empréstimo de valores mobiliários

Art. 23. O órgão ou entidade gestora do RPPS pode emprestar classes de cotas de ETF de sua carteira em operações cursadas exclusivamente em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º O registro da operação de empréstimo deverá ser efetuado em bolsa de valores, que será a contraparte central, por prestador do serviço registrado e autorizado a operar pela Comissão de Valores Mobiliários na câmara em que o ativo estiver custodiado.

§ 2º A taxa de remuneração da operação de empréstimo do RPPS doador do ativo, a ser paga pelo tomador, deve estar aderente ao preço referencial e aos limites de negociação estabelecidos pela câmara.

§ 3º O prazo de empréstimo acordado deve estar adequado às condições de liquidez previstas no art. 6º, § 2º.

§ 4º Os ativos financeiros emprestados continuarão sendo considerados para verificação dos limites estabelecidos nesta Resolução.

Seção II
Das contratações

Art. 24. Na hipótese de contratação de prestação de serviços pelo órgão ou entidade gestora do RPPS relacionada aos investimentos de recursos:

I- a contratação deverá recair somente sobre pessoas jurídicas;

II- a regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários deverá ser observada, inclusive no que se refere ao seu registro, autorização ou credenciamento; e

III- a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do RPPS a:

a) não receberem qualquer remuneração, benefício ou vantagem que prejudiquem a independência na prestação de serviço; e

b) não figurarem como emissores dos ativos ou atuarem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

§ 1º O RPPS deverá manter política de contratação e monitoramento periódico dos prestadores de serviço, de forma a verificar, no mínimo, que os prestadores cumprem, satisfatoriamente:

I- os requisitos e condições estabelecidos na legislação aplicável; e

II- as condições, exigências e finalidades estabelecidas no contrato.

§ 2º O RPPS deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

§ 3º O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do RPPS, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

§ 4º A prestação de serviços de que trata este artigo contempla, entre outros:

I- a administração e a gestão de carteira; e

II- a análise e a consultoria de valores mobiliários, com o escopo de orientação, recomendação e aconselhamento para auxiliar a tomada de decisão de investimento.

§ 5º Para fins do disposto no inciso III do *caput*, é vedado aos prestadores de serviço do órgão ou entidade gestora do RPPS receber qualquer participação, vantagem ou remuneração decorrentes dos investimentos que forem objeto de sua análise, orientação, recomendação ou aconselhamento.

§ 6º A contratação pelo RPPS dos prestadores de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de que trata este artigo deve recair sobre instituições de notória especialização, observados critérios isonômicos, técnicos e transparentes, pautados em medidas quantitativas e qualitativas.

§ 7º A prestação de serviços de custódia depende do prévio credenciamento de que trata o art. 1º, § 1º, inciso VI, e da observância da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

Seção III
Do registro dos títulos e valores mobiliários

Art. 25. Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados em depositário central, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º Os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do RPPS do patrimônio do custodiante e liquidante.

§ 2º O disposto no *caput* é obrigatório para os ativos financeiros pertencentes à carteira própria, à carteira administrada ou ao fundo de investimento ou classes de investimento em cotas de fundos de investimento objeto de aplicação pelo RPPS.

§ 3º Os ativos financeiros devem ter liquidação financeira.

§ 4º Para fins desta Resolução, ativos financeiros são aqueles definidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 5º Os ativos financeiros privados devem ser identificados pelo *International Securities Identification Number* – código ISIN.

§ 6º Na inexistência de código ISIN, mencionado no § 5º, pode ser aceito qualquer outro código que seja capaz de identificar os ativos financeiros, de maneira individualizada, desde que sejam admitidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Seção IV
Do controle das disponibilidades financeiras

Art. 26. Os recursos dos RPPSs, representados por disponibilidades financeiras, devem ser controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo, por meio de contas bancárias correntes ou de poupança, em instituições financeiras bancárias, públicas ou privadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Seção V
Dos enquadramentos

Art. 27. Não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de:

I - entrada em vigor de alterações desta Resolução ou de regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil;

II - resgate de cotas de classes de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o RPPS não efetue novos aportes;

III - valorização ou desvalorização de ativos financeiros do RPPS;

IV - reorganização da estrutura da classe do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo órgão ou entidade gestora do RPPS;

V - ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do RPPS ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa de segurados do regime;

VI - aplicações efetuadas na aquisição de cotas de classes ou subclasses destinadas exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o RPPS deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica;

VII - aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos nesta Resolução;

VIII - processos de recuperação judicial; e

IX - transferência de bens, direitos e ativos para a carteira do RPPS por meio de liquidação de classes de fundos de investimento.

§ 1º Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento.

§ 2º O RPPS fica impedido, até o respectivo enquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados ou de realizar novas aplicações em ativos desenquadrados.

§ 3º As aplicações realizadas antes da entrada em vigor desta Resolução nos ativos de que trata o art. 7º, *caput*, inciso VI, ou em classes de cotas de fundos de investimento que estabeleciam, à época da aplicação, prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas poderão ser mantidas até o final desse prazo.

§ 4º Ficam vedadas novas aplicações de recursos do RPPS, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou denominação, em desacordo com as normas desta Resolução.

Seção VI
Das vedações

Art. 28. É vedado aos RPPSs, por meio de carteira própria, carteira administrada, cotas de classes de fundos de investimento e classes de investimento em cotas de fundo de investimento:

I - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;

II - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de classes de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

III - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cujo regulamento ou política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios não padronizados;

IV- realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações *day trade*);

V- atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

VI- negociar cotas de classes de ETF em mercado de balcão;

VII - aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de classes ou subclasses de fundo de investimento, destinadas exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;

VIII - remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma direta ou por meio dos fundos de investimento, cuja remuneração deve dar-se, exclusivamente, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

IX - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas em regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

X- aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12;

XI- aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas – COE;

XII- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;

XIII- aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento que invistam, de forma direta ou indiretamente, em:

a) ativos virtuais; ou

b) créditos de carbono ou créditos de descarbonização – CBIO que não sejam registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil ou negociados em mercado administrado por entidade administradora de mercado organizado; e

XIV- realizar operações de investimento ou desinvestimento sem observar o disposto no art. 22.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O Ministério da Previdência Social e a Comissão de Valores Mobiliários poderão editar regulamentações procedimentais necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, observadas as respectivas competências legais.

Art. 30. Fica revogada a Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2021.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente do Banco Central do Brasil

Siga o BC

<http://br.linkedin.com/company/banco-central-do-brasil>

br.facebook.com/bancocentraldobrasil

Acesso à informação

Política monetária

Estabilidade financeira

Estatísticas

Cédulas e moedas

Publicações e pesquisa

Garantir a estabilidade de preços, zelar por um sistema financeiro sólido e eficiente, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

Atendimento: 145 (custo de ligação local)

Fale conosco | Política de privacidade | Política de acessibilidade
© Banco Central do Brasil - Todos os direitos reservados

i9Advisory

ESCLARECIMENTOS SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21 PARA Nº 5.272/25

Prezados(as) Senhores(as),

Este documento tem por objetivo apresentar as principais informações a respeito da alteração de regulamentação para a Resolução CMN nº 5.272 DE 2025, na intenção de contribuir com o entendimento sobre os novos parâmetros das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse do cliente. Nossos estudos foram baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação, e, em informações fornecidas pelo próprio cliente, sendo estas tratadas como estritamente sigilosas.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela I9 ADVISORY.

Gratos pela oportunidade, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Equipe i9 Advisory.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

1. Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar as principais alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em substituição à Resolução CMN nº 4.963/2021.

A nova Resolução foi editada com a finalidade de aperfeiçoar o marco regulatório, reforçando os princípios de segurança, transparência, governança e gestão de riscos, bem como de alinhar a complexidade dos investimentos à maturidade institucional dos RPPS. A Resolução CMN nº 5.272/2025 entra em vigor em 02 de fevereiro de 2026, sendo prevista uma fase de transição, conforme esclarecimentos divulgados pelo órgão regulador, de modo a permitir a adaptação operacional dos RPPS, sem prejuízo à regularidade previdenciária.

As informações contidas neste documento destinam-se exclusivamente a fins de orientação geral, não substituindo a leitura integral da Resolução.

2. SOBRE AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

Com o intuito de contribuir para o entendimento da nova regulamentação, a seguir serão apresentados, em forma de tópicos, os principais pontos de alteração em relação à Resolução CMN nº 4.963/2021.

2.1. NOVA LÓGICA REGULATÓRIA E GOVERNANÇA

A Resolução CMN nº 5.272/2025 mantém a estrutura de segmentos de aplicação, porém introduz uma mudança relevante, ao vincular o acesso a determinados ativos, estratégias e limites ao nível de maturidade da governança do RPPS, aferido por meio da certificação no Pró-Gestão RPPS.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

Dessa forma, regimes com menor nível de governança passam a ter restrições adicionais, enquanto RPPS com níveis mais elevados de certificação poderão acessar limites ampliados, respeitados os princípios de prudência e aderência atuarial.

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E PROCESSO DECISÓRIO

A Política de Investimentos (PI) permanece como instrumento central da gestão, sendo reforçada a sua importância como elemento vinculante para as aplicações dos recursos.

A partir da vigência da nova Resolução, em 02 de fevereiro de 2025, a Política de Investimentos deverá estar plenamente aderente à Resolução CMN nº 5.272/2025. Assim, haverá a necessidade de adaptação da PI durante o período transitório entre as Resoluções.

Enquanto não aprovada a política compatível com a nova norma, as aplicações deverão observar a política de investimentos já aprovada para o exercício de 2026, que já se limitava aos ativos classificados como de baixo risco.

2.3. ADMINISTRADORES, GESTORES E FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Resolução CMN nº 5.272/2025 promoveu ajustes relevantes no que se refere aos prestadores de serviço dos fundos de investimento passíveis de aplicação pelos RPPS, com o objetivo de reforçar a segurança, a transparência e a solidez das estruturas utilizadas.

Nesse sentido, a nova regulamentação estabelece que os fundos elegíveis deverão contar com administrador ou gestor classificado nos segmentos S1 ou S2 do Banco Central do Brasil, critério que busca assegurar maior robustez institucional, capacidade operacional e adequação aos padrões prudenciais exigidos para a gestão de recursos previdenciários.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

A classificação de segmentos atribuída pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras de maior porte e relevância sistêmica, considerando critérios como tamanho, complexidade das operações e perfil de risco.

Para fins da Resolução CMN nº 5.272/2025, para os prestadores de serviços essenciais de fundos de investimento, é necessário o enquadramento do administrador e/ou do gestor nos segmentos S1 e S2, não sendo exigido que ambos atendam simultaneamente a essa condição.

Adicionalmente, foi introduzido limite para a participação conjunta dos RPPS no patrimônio líquido dos fundos, fixado em até 50%, com exceção dos fundos compostos exclusivamente por títulos públicos federais. Essa medida que visa mitigar riscos de concentração, conflitos de interesse e fragilidades estruturais.

2.4. RENDAS FIXA, CRÉDITO PRIVADO E NOVOS ATIVOS

No segmento de renda fixa, a Resolução CMN nº 5.272/2025 mantém a possibilidade de alocação de até a totalidade dos recursos do RPPS, porém promove ajustes nos critérios de enquadramento, especialmente no que diz respeito aos ativos de crédito privado.

A nova regulamentação busca conferir maior clareza e padronização às classificações dos fundos e dos emissores, reforçando a necessidade de observância aos critérios de baixo risco de crédito, bem como aos limites de concentração por emissor e por fundo.

Foram incluídas possibilidades adicionais de investimento em determinados títulos privados e instrumentos de financiamento, desde que observados os requisitos legais, regulatórios e de governança previstos na norma, permanecendo a exigência de análise prévia quanto à liquidez, risco e compatibilidade com o passivo atuarial do RPPS.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

2.5. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Os investimentos no exterior permanecem permitidos, respeitado o limite máximo de 10% dos recursos do RPPS. No entanto, esse segmento de investimento só poderá ser acessado por Institutos que possuírem certificação pró-gestão de nível III ou superior.

O objetivo permanece sendo a diversificação da carteira, sem comprometer a segurança dos recursos previdenciários.

2.6. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS, FUNDOS IMOBILIÁRIOS E CONSIGNADOS

A Resolução CMN nº 5.272/2025 mantém os segmentos de investimentos estruturados, fundos imobiliários e empréstimos consignados, condicionando o acesso e os limites de aplicação ao nível de governança do RPPS, aferido por meio da certificação no Pró-Gestão RPPS.

No que se refere aos investimentos estruturados, o acesso a este segmento começa apenas a partir do Pró-Gestão Nível II com a possibilidade de alocar recursos em fundos multimercados, enquanto RPPS com Nível III ou IV passam a ter acesso aos Fundos de Investimento em Participações (FIP) e aos fundos classificados como Ações – Mercado de Acesso.

Quanto aos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), a regulamentação estabelece que o acesso a esse segmento está restrito a RPPS com Pró-Gestão Nível III ou superior.

Já para o segmento de empréstimos consignados, o acesso permanece livre para todos os RPPS, tendo maior possibilidade de exposição para aqueles com algum nível de Pró-Gestão, desde que atendidos os requisitos adicionais relativos à capacidade de pagamento do ente, à existência de garantias e à compatibilidade das operações com a meta atuarial.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

2.7. ENQUADRAMENTOS POR ARTIGO

Com a entra em vigor da Resolução, haverão novos enquadramentos. A tabela a seguir destaca os ativos de cada enquadramento, bem como o nível de Pró-Gestão para acessar esses ativos e os limites em relação ao Patrimonio Líquido do Instituto.

Segmento	Enquadramento	Tipos de Ativos	Pró-Gestão	Limite do Ativo	Limite Global
Renda Fixa	Art. 7º I	Fundos RF e ETF 100% Títulos Públicos	Com e Sem Pró-Gestão	Até 100%	-
	Art. 7º II	Títulos Públicos Federais – oferta pública / plataforma eletrônica	Com e Sem Pró-Gestão	Até 100%	-
	Art. 7º III	Títulos Públicos Federais – intermediação (balcão)	N1, N2, N3 e N4	Até 100%	-
	Art. 7º IV	Operações compromissadas com títulos públicos	N1, N2, N3 e N4	Até 5%	-
	Art. 7º V	Fundos RF e ETF – demais	N2, N3 e N4	Até 80%	-
	Art. 7º VI	Títulos de instituições financeiras	N2, N3 e N4	Até 20%	-
	Art. 7º VII	Fundos RF – crédito privado	N3 e N4	Até 20%	35%
	Art. 7º VIII	Fundos de debêntures de infraestrutura	N3 e N4	Até 20%	
	Art. 7º IX	Subclasse sênior de FIDC ou FIC-FIDC	N4	Até 20%	-
Renda Variável	Art. 8º I	Fundos de ações	N2, N3 e N4	Até 40%	50%
	Art. 8º II	ETF de ações	N2, N3 e N4	Até 40%	
	Art. 8º III	ETF BDR – ações	N3 e N4	Até 10%	
	Art. 8º IV	ETF internacional	N3 e N4	Até 10%	
Exterior	Art. 9º I	Fundos RF – dívida externa	N3 e N4	Até 10%	10%
	Art. 9º II	Fundos de investimento no exterior – investidor qualificado	N3 e N4	Até 10%	
	Art. 9º III	Fundos de investimento no exterior – investidor em geral	N3 e N4	Até 10%	
Estruturados	Art. 10 I	Fundos multimercado	N2, N3 e N4	Até 15%	20%
	Art. 10 II	FIAGRO	N3 e N4	Até 5%	
	Art. 10 III	FIP e FIC-FIP	N4	Até 10%	
	Art. 10 IV	Fundos de ações – Mercado de Acesso	N4	Até 10%	
Imobiliário	Art. 11	Fundos de Investimento Imobiliário	N3 e N4	Até 20%	-
Empréstimos Consignados	Art. 12	Empréstimos consignados	Sem Pró-Gestão	Até 5%	-
	Art. 12	Empréstimos consignados	N1, N2, N3 e N4	Até 10%	-

Nota: A Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece limite global para o conjunto dos segmentos de Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos Imobiliários, fixado em até 50% dos recursos para RPPS com Pró-Gestão Nível III e até 60% para RPPS com Pró-Gestão Nível IV.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

2.8. TRANSIÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS CARTEIRAS

A Resolução prevê que não haverá exigência de desinvestimento imediato de ativos desenquadrados em decorrência da nova regulamentação.

Assim, os RPPS poderão manter ativos até o vencimento ou por prazo determinado, conforme o caso e a adequação deverá ocorrer de forma gradual até o prazo de dois anos da entrada em vigor da Resolução, respeitando o interesse do regime e evitando perdas financeiras relevantes.

3. OBSERVAÇÕES E PONTOS DE ATENÇÃO

A Resolução CMN nº 5.272/2025 atribui maior relevância aos níveis de governança dos RPPS, reforçando a necessidade de aprimoramento contínuo dos processos internos, da formalização das decisões e da gestão dos investimentos. Esse enfoque evidencia que a melhoria da governança não é apenas um diferencial, mas uma condição estratégica para ampliar o acesso a determinados segmentos e limites de aplicação, garantindo maior segurança, transparência e aderência atuarial na administração dos recursos previdenciários.

Tendo este contexto, torna-se recomendável que os RPPS busquem de forma proativa aprimorar suas práticas de governança, fortalecendo controles, processos e capacitação, para assegurar a excelência na gestão e a plena conformidade com a regulamentação vigente.

Não menos importante, a Resolução CMN nº 5.272/2025 determina a obrigatoriedade de embasar as alocações dos recursos em estudo técnico, visando o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime. Assim, como no disposto no estudo de macro alocação conhecido como Asset Liability Management (ALM).

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

Recomendamos fortemente a leitura cuidadosa e integral da Resolução CMN 5.272/25. Tendo em vista que o presente relatório não representa a substituição da leitura da nova regulamentação, uma vez que somente as principais mudanças foram abordadas neste documento.

Avenida Rebouças, nº. 3.507
Pinheiros - CEP 05401-400 - São Paulo/SP
Tel: 11 3214-0372

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Como presidente do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 3° do Decreto n° 11, de 08 de março de 2013 (***Redação dada pelo Decreto nº 851, de 19 de junho de 2023***), **CONVOCO** os membros do Comitê a comparecerem à reunião ordinária a ser realizada no **dia 06 de fevereiro de 2026, às 09h00, na sede do PREVIJUNO**, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Relatórios de Investimentos: 4° Trimestre de 2025 e dezembro de 2025; 2) Pareceres Técnicos n° 03 e 04/2026; 3) Análise do Relatório de Diligências e 4) Ofício n° 000091/2026 – COMIN/PREVIJUNO.

Juazeiro do Norte, Ceará, 26 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do Previjuno

Ciente:

Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Membro _____

José Ivan Silva Alves, Membro _____

Murilo Vieira Gaião, Membro _____

Rosália Pereira Maia de Jesus, Membro _____

PREVIJUNO

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos 06 de fevereiro de 2026.

Ata: 03/2026 da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Data: 06 de fevereiro de 2026

Local: Sala de Treinamento – Sede do PREVIJUNO – Juazeiro do Norte – CE

Horário de início e término: 09h15min – 11h39min

Membros:

Jesus Rogério de Holanda – Presidente

José Ivan Silva Alves

Marcos Aurélio Gonçalves Silva

Rosália Pereira Maia de Jesus

Murilo Vieira Gaião

Secretária: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos

Ordem do dia:

1) Relatórios de Investimentos: 4° Trimestre de 2025 e dezembro de 2025;
2) Pareceres Técnicos n° 03 e 04/2026;
3) Análise do Relatório de Diligências;
4) Oficio n° 000091/2026 – COMIN/PREVIJUNO.

Após a verificação do quórum pela Secretária do Comitê de Investimentos, o Presidente, Sr. Jesus Rogério, declarou aberta a reunião. Em seguida, foi analisado o Relatório de Investimentos referente ao mês de dezembro de 2025, sendo apresentado em tela e feitas as seguintes considerações: Apresenta 17,30% das aplicações em Tesouro Nacional, com rentabilidade positiva de 0,86% ao mês e 11,51% ao ano, conforme o art. 7º, inciso I, alínea a. No art. 7º, inciso I, alínea b, registra 28,93% das aplicações, com rentabilidade de 1,03% ao mês e 13,16% ao ano. No art. 7º, inciso III, alínea a, observa-se rentabilidade de 1,22% ao mês e 14,39% ao ano. No art. 7º, inciso V, alínea b, a rentabilidade foi de 1,20% no mês e 7,84% ao ano. Na Renda Variável - art. 8° I, com rentabilidade positiva de 0,70% mensal e 37,64% ao ano. Sendo destacada a rentabilidade negativa mensal de -1,44 da KÍNITRO FIF AÇÕES. No art. 9º, inciso III – Fundos de Ações – BDR Nível I, foi registrada rentabilidade positiva de 4,78% no mês e de 15,74% no acumulado do ano. No art. 10º, inciso I – Fundos Multimercados, foi registrada rentabilidade positiva de 1,97% no mês e de 22,71% no acumulado anual. E por fim, no art. 11°, foi registrada

rentabilidade de 0,78% no mês e de 6,24% no acumulado do ano. Foi destacado o JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 que está desenquadrado passivamente em 22,60% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Em dezembro, a carteira apresentou rentabilidade de 1,20%, superando a meta projetada de 0,77% e gerando uma margem positiva de 0,43%. Além disso, a carteira manteve baixa volatilidade durante o período analisado, registrada em 1,25%. Foi apresentado o Parecer de Investimentos nº 000003/2026, referente à análise do Relatório de Investimentos de dezembro de 2025, contendo todos os apontamentos técnicos pertinentes ao período. A análise do Relatório de Investimentos do 4º Trimestre destacou os seguintes pontos: Das aplicações em Tesouro Nacional, com rentabilidade positiva de 2,37% no trimestre, conforme o art. 7º, inciso I, alínea a. Nos Fundos 100% Títulos Públicos (art. 7º, inciso I, alínea b), registrou 3,26 no trimestre. Nos Fundos de Renda Fixa (art. 7º, inciso III, alínea a), obteve rentabilidade positiva no trimestre de 3,58%. No FI RF – Crédito Privado (art. 7º, inciso V, alínea b), a rentabilidade foi de 3,59% no trimestre. Na Renda Variável - art. 8° I, com rentabilidade positiva de 7,65% no trimestre. Nos Investimentos Estruturados, art. 9º, inciso III – Fundos de Ações – BDR Nível I, foi registrada rentabilidade positiva de 6,29% no trimestre. Nos Fundos Multimercados, art. 10º, inciso I, foi registrada rentabilidade positiva de 6,40% no trimestre. E nos Fundos Imobiliários, art. 11°, foi registrada rentabilidade de 1,39% no trimestre. No 4° Trimestre, a carteira apresentou rentabilidade de 3,75%, superando a meta projetada de 1,91% e gerando uma margem positiva de 1,84%. A carteira também se manteve com baixa volatilidade, registrada em 1,25%. Também foi apresentado o Parecer de Investimentos nº 000004/2026, referente à análise do Relatório de Investimentos do 4º Trimestre de 2025, o qual contempla todos os apontamentos técnicos, avaliações e considerações pertinentes ao período analisado. O Sr. Jesus Rogério deliberou sobre a aprovação do Relatório de Investimentos do mês de dezembro de 2025 e do 4° Trimestre de 2025, bem como dos respectivos Pareceres Técnicos nº 000003/2026 e 000004/2026. Após análise detalhada e aprovação unânime dos presentes, os documentos seguem para conhecimento, apreciação e aprovação final do Conselho Fiscal e Deliberativo. Foi apresentado o Relatório de Diligências referente ao último semestre de 2025, o qual foi devidamente analisado pelos membros do Comitê de Investimentos. Na ocasião, foram discutidas e deliberadas as diligências a serem adotadas pelo Comitê no primeiro semestre de 2026, considerando as necessidades de acompanhamento, controle e avaliação dos investimentos, bem como o fortalecimento dos processos de governança e monitoramento das aplicações. Dentre as recomendações, destacam-se: a análise periódica da carteira de investimentos; a avaliação contínua dos indicadores de mercado e do contexto nacional e internacional; o cumprimento do calendário, da periodicidade e da priorização das reuniões do Comitê; a manutenção da comunicação com as

instituições financeiras; a renovação do credenciamento do Banco Santander; o monitoramento do desenquadramento do fundo JT PREV, nos termos do art. 19 da Resolução CMN nº 4.963/2021; a observância da certificação profissional e da conformidade normativa dos membros do Comitê de Investimentos; o saneamento de discrepâncias entre relatórios internos e o DAIR/CADPREV; e o incentivo à qualificação e à educação continuada do Comitê de Investimentos e da Coordenadoria de Investimentos. Após a deliberação do Sr. Jesus Rogério, os membros do Comitê de Investimentos aprovaram, por unanimidade, o Relatório de Diligências referente ao 2º Semestre de 2025. Ressalta-se que a aprovação reflete a concordância quanto às análises apresentadas, às conclusões do relatório e às recomendações sugeridas para o acompanhamento e monitoramento das atividades de investimento no período subsequente. Foi lido o Ofício nº 000091/2026 - COMIN/PREVIJUNO, datado de 28 de janeiro de 2026, que encaminhou ao consultor Sr. Marcos Almeida, da LDB Consultoria Financeira, a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em Reunião Ordinária realizada no mesmo dia, conforme Ata e Resolução nº 93/2026, para posterior envio à Secretaria de Previdência Social. Ainda, a Sra. Evaniê Corrêa registrou que, na segunda-feira, foi realizada reunião com o Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS para tratar das discrepâncias identificadas entre o Relatório de Investimentos e os Demonstrativos de Aplicações de Investimentos de Recursos (DAIR). Durante a reunião, foi questionado aos representantes do Departamento se as informações para o DAIR são extraídas automaticamente do CADPREV, sendo esclarecido que, atualmente, o preenchimento é feito manualmente de forma mensal. Informou-se, contudo, que será realizada atualização no CADPREV para adequação à nova Resolução CMN nº 5.272/2025, permitindo que, na versão atualizada, a extração das informações seja automatizada, simplificando o preenchimento do demonstrativo. Na ocasião, foram apresentados em tela tanto a ata da reunião quanto o Ofício nº 000087/2026, de 03 de fevereiro de 2026, que solicitou as providências da consultoria LDB para análise e correção das divergências, visando garantir a conformidade e a integridade das informações prestadas. O Sr. Marcos Aurélio informou aos presentes e solicitou o registro em ata de que elaborou ofício a ser encaminhado ao Sr. Marcos Almeida, Consultor da LDB Consultoria Financeira, solicitando a emissão de Parecer Técnico acerca do resgate integral do fundo Kínitro FIF Ações, com posterior realocação dos recursos em títulos públicos, em consonância com as deliberações do Comitê de Investimentos. Registrou, ainda, que o referido ofício tem por finalidade fundamentar tecnicamente a decisão do Comitê, considerando o atual cenário macroeconômico, as expectativas quanto à política monetária, bem como aspectos relacionados ao risco reputacional identificado em análises recentes, além da estratégia de longo prazo definida na Política de Investimentos vigente. Informou também que o documento encaminha à consultoria

os elementos necessários para avaliação dos impactos da decisão sob as perspectivas de risco, retorno, aderência à política e sustentabilidade da estratégia de investimentos. O Sr. Jesus Rogério ponderou os demais membros sobre a conveniência de aguardar o posicionamento da LDB Consultoria Financeira para realizar a compra direta de títulos públicos ou, alternativamente, efetuar a compra apenas com os recursos provenientes da liquidação do fundo Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores IV FIC Classe de FIF Multimercado Responsabilidade Limitada. Após a discussão, os demais membros manifestaram entendimento de que é mais prudente realizar a compra com os recursos do fundo Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores até o dia 12 de fevereiro de 2026, a fim de não perder uma oportunidade de melhor rentabilidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, secretária do comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 06 de fevereiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

José Ivan Silva Alves
Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Rosália Pereira Maia de Jesus
Assessora

Murilo Vieira Gaião
Analista de Gestão Pública

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Secretária do Comitê de Investimentos

JUAZEIRO DO NORTE

DEZEMBRO 2025

Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.12.2025.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela i9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **83,18%**

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,87	11,67	14.391.395,30	3,12
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,78	8,34	36.801.305,23	7,97
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,85	11,38	28.644.872,26	6,21
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a	**0,32**	**0,04**	**0,86**	**11,51**	**79.837.572,79**	**17,30**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,73	0,05	1,08	11,93	17.986.654,88	3,90	1.320.813.424,31	1,36
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	3,76	0,04	0,68	12,22	14.607.050,98	3,16	961.092.323,26	1,52
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,06	0,06	1,21	14,27	50.641.904,12	10,97	6.934.320.229,98	0,73
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	1,13	0,05	0,97	11,26	31.782.194,74	6,89	3.344.496.661,63	0,95
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,85	0,05	0,26	13,95	6.265.442,29	1,36	3.416.572.299,02	0,18
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,13	0,06	1,21	14,15	12.246.189,97	2,65	1.550.302.412,70	0,79
		Sub-total Artigo 7º I, Alínea b	**0,98**	**0,05**	**1,03**	**13,16**	**133.529.436,98**	**28,93**		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP	0,05	0,06	1,22	14,48	68.229.259,35	14,78	23.813.730.897,29	0,29

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
		PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA								
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,22	14,46	20.470.017,76	4,43	19.418.264.411,63	0,11
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,05	-5,88	0,00	11,68	0,16	0,00	1.560.324.321,96	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,23	14,46	45.014.821,55	9,75	23.774.757.726,40	0,19
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,05	1,20	14,44	10.544.865,57	2,28	9.268.553.910,44	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,21	13,48	19.705.285,48	4,27	4.657.742.928,22	0,42
		Sub-total Artigo 7º III, Alínea a	**0,08**	**0,06**	**1,22**	**14,39**	**163.964.249,87**	**35,52**		

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,10	0,05	1,20	7,84	6.622.645,33	1,43	4.341.733.824,83	0,15
		Sub-total Artigo 7º V, Alínea b	**0,10**	**0,05**	**1,20**	**7,84**	**6.622.645,33**	**1,43**		
		Renda Fixa	**0,38**	**0,05**	**1,08**	**13,42**	**383.953.904,97**	**83,18**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL **3,56%**

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	17,75	-0,01	1,47	22,68	9.440.679,85	2,05	1.759.711.284,87	0,54
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	22,94	0,00	1,59	102,30	2.580.606,20	0,56	261.750.970,85	0,99
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	17,97	0,00	-1,44	6,62	4.413.874,41	0,96	123.405.539,32	3,58
		Sub-total Artigo 8º I	**14,74**	**-0,01**	**0,70**	**37,64**	**16.435.160,46**	**3,56**		
		Renda Variável	**14,74**	**-0,01**	**0,70**	**37,64**	**16.435.160,46**	**3,56**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR **1,05%**

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,43	-0,06	4,78	3,62	4.860.796,72	1,05	55.064.557,11	8,83
		Sub-total Artigo 9º III	**15,43**	**-0,06**	**4,78**	**15,74**	**4.860.796,72**	**1,05**		
		Investimentos no Exterior	**11,68**	**-0,06**	**4,78**	**15,74**	**4.860.796,72**	**1,05**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS **11,25%**

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18,14	-0,04	1,79	25,37	4.955.290,68	1,07	1.139.606.489,78	0,43
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	5,65	0,05	1,45	14,80	10.303.579,82	2,23	69.612.709,83	14,80
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5,32	0,04	2,08	14,68	5.947.739,80	1,29	187.595.660,27	3,17
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	18,05	0,05	1,93	26,02	12.428.043,33	2,69	2.204.512.708,74	0,56
CAIXA DTVM	CEF	FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	9,31	0,04	2,30	27,56	18.278.078,45	3,96	128.543.251,24	14,22
		Sub-total Artigo 10º I	**8,20**	**0,04**	**1,97**	**22,71**	**51.912.732,08**	**11,25**		
		Investimentos Estruturados	**8,20**	**0,04**	**1,97**	**22,71**	**51.912.732,08**	**11,25**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

FUNDOS IMOBILIÁRIOS **0,96%**

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	76,22	25,31	3,13	42,84	1.302.595,46	0,28	136.838.521,44	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,65	-0,16	-0,16	-4,02	3.139.478,74	0,68	13.892.977,95	22,60
		Sub-total Artigo 11º	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**6,24**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Fundos Imobiliários	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**6,24**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Total	**1,25**	**0,10**	**1,20**	**14,84**	**461.604.668,43**	**100,00**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo	Valor (R$)
Banco do Brasil S.A. - 433 / 034700-0	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9	150,18
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218882-9	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218884-5	317.897,81
Sub-total Disponibilidades Financeiras	**318.047,99**
Total	**461.922.716,42**

(1) Existem aplicações consolidadas.

Enquadramento da Carteira

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	**Tipo de Ativo**	**Valor(R$)**	**% Carteira**	**Mínimo**	**Objetivo**	**Máximo**	**ALM**	**Limite Legal**
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	79.837.572,79	17,30	0,00	30,56	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	133.529.436,98	28,93	0,00	30,57	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	163.964.249,87	35,52	0,00	11,73	75,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.622.645,33	1,43	0,00	2,00	15,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**383.953.904,97**	**83,18**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	16.435.160,46	3,56	0,00	2,62	45,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**16.435.160,46**	**3,56**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.860.796,72	1,05	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.860.796,72**	**1,05**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	51.912.732,08	11,25	0,00	14,52	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**51.912.732,08**	**11,25**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.442.074,20	0,96	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.442.074,20**	**0,96**					15,00
Total		**461.604.668,43**	**100,00**					

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R$)
Artigo 7º I, Alínea a	0,86	11,51	2,37	4,76	11,51	648.887,17	0,14	7.415.228,13
% do CDI	70,66	80,43	66,07	64,08	80,43			
Artigo 7º I, Alínea b	1,03	13,16	3,26	6,40	13,16	1.366.043,07	0,30	16.859.011,56
% do CDI	84,73	91,91	90,94	86,14	91,91			
Artigo 7º III, Alínea a	1,22	14,39	3,58	7,41	14,39	1.989.301,05	0,44	21.910.146,25
% do CDI	100,11	100,57	99,84	99,81	100,57			
Artigo 7º V, Alínea b	1,20	7,84	3,59	7,43		78.681,24	0,02	468.284,12
% do CDI	98,56	99,99	99,86	100,02				
Artigo 8º I	0,70	37,64	7,65	23,99	37,64	106.274,89	0,02	3.171.248,92
Var. IBOVESPA p.p.	-0,59	3,68	-2,53	7,95	3,68			
Artigo 9º III	4,78	15,74	6,29	14,11	15,74	221.859,68	0,05	935.599,02
% do CDI	392,04	109,95	175,24	189,99	109,95			
Artigo 10º I	1,97	22,71	6,40	13,34	22,71	1.002.222,20	0,22	9.607.122,72
% do CDI	161,37	158,66	178,29	179,57	158,66			
Artigo 11º	0,78	6,24	1,39	3,09	6,24	34.595,58	0,01	261.854,24
% do CDI	64,34	43,58	38,63	41,55	43,58			
JUAZEIRO DO NORTE (Total)						**5.447.864,88**	1,20	**60.628.494,96**

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.404.827,82	0,00	0,00	0,00	28.644.872,26	240.044,44	3.050.366,87
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.267.565,01	0,00	0,00	0,00	14.391.395,30	123.830,29	1.539.922,94
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.817.857,57	0,00	0,00	0,00	26.039.414,62	221.557,05	2.761.482,93
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,00	10.698.435,22	0,00	0,00	10.761.890,61	63.455,39	63.455,39
	68.490.250,40	10.698.435,22	0,00	0,00	79.837.572,79	648.887,17	7.415.228,13

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	17.794.467,13	0,00	0,00	0,00	17.986.654,88	192.187,75	1.992.006,26
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	14.508.584,52	0,00	0,00	0,00	14.607.050,98	98.466,46	1.634.943,04
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	50.035.235,15	0,00	0,00	0,00	50.641.904,12	606.668,97	6.185.471,24
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	31.476.551,46	0,00	0,00	0,00	31.782.194,74	305.643,28	3.290.923,55
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	6.248.999,53	0,00	0,00	0,00	6.265.442,29	16.442,76	766.898,03
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	12.099.556,12	0,00	0,00	0,00	12.246.189,97	146.633,85	1.546.562,31
	132.163.393,91	0,00	0,00	0,00	133.529.436,98	1.366.043,07	16.859.011,56

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	63.725.652,28	18.303.487,77	-14.592.798,95	0,00	68.229.259,35	792.918,25	8.761.019,02
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	20.223.554,45	0,00	0,00	0,00	20.470.017,76	246.463,31	2.591.767,73
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,16	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	999.463,84
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	54.222.773,35	39.371,34	-9.835.997,79	0,00	45.014.821,55	588.674,65	5.329.851,03
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	10.420.132,75	0,00	0,00	0,00	10.544.865,57	124.732,82	1.330.304,89
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	19.468.773,46	0,00	0,00	0,00	19.705.285,48	236.512,02	2.336.006,72
	168.060.886,45	18.342.859,11	-24.428.796,74	0,00	163.964.249,87	1.989.301,05	21.910.146,25

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	6.543.964,09	0,00	0,00	0,00	6.622.645,33	78.681,24	468.284,12
	6.543.964,09	0,00	0,00	0,00	6.622.645,33	78.681,24	468.284,12

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9.303.572,95	0,00	0,00	0,00	9.440.679,85	137.106,90	1.310.008,48
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	2.540.238,67	0,00	0,00	0,00	2.580.606,20	40.367,53	1.305.001,44
KÍNITRO FIF AÇÕES	3.606.903,00	878.170,95	0,00	0,00	4.413.874,41	-71.199,54	201.441,04
	15.450.714,62	878.170,95	0,00	0,00	16.435.160,46	106.274,89	3.171.248,92

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4.638.937,04	0,00	0,00	0,00	4.860.796,72	221.859,68	169.784,66
	4.638.937,04	0,00	0,00	0,00	4.860.796,72	221.859,68	935.599,02

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4.868.195,25	0,00	0,00	0,00	4.955.290,68	87.095,43	1.002.808,43
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10.156.050,01	0,00	0,00	0,00	10.303.579,82	147.529,81	1.328.102,59
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5.826.806,07	0,00	0,00	0,00	5.947.739,80	120.933,73	761.462,15
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	12.192.631,67	0,00	0,00	0,00	12.428.043,33	235.411,66	2.565.742,99
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	17.866.826,88	0,00	0,00	0,00	18.278.078,45	411.251,57	3.949.006,56
	50.910.509,88	0,00	0,00	0,00	51.912.732,08	1.002.222,20	9.607.122,72

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	1.263.013,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302.595,46	39.582,07	393.445,46
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	3.144.465,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.139.478,74	-4.986,49	-131.591,23
	4.407.478,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442.074,20	34.595,58	261.854,24

Análise de Liquidez

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	300.464.969,89	65,09	300.464.969,89	65,09	
de 31 dias a 365 dias	63.099.815,19	13,67	363.564.785,08	78,76	
acima de 365 dias	98.039.883,35	21,24	461.604.668,43	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		68.229.259,35
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		50.641.904,12
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		20.470.017,76
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		0,16
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		45.014.821,55
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		6.265.442,29
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.544.865,57
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			1.302.595,46
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.139.478,74
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		12.246.189,97
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.705.285,48
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		4.955.290,68
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		12.428.043,33
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.947.739,80
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+2		18.278.078,45
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.440.679,85
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.580.606,20
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		4.413.874,41
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.860.796,72

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

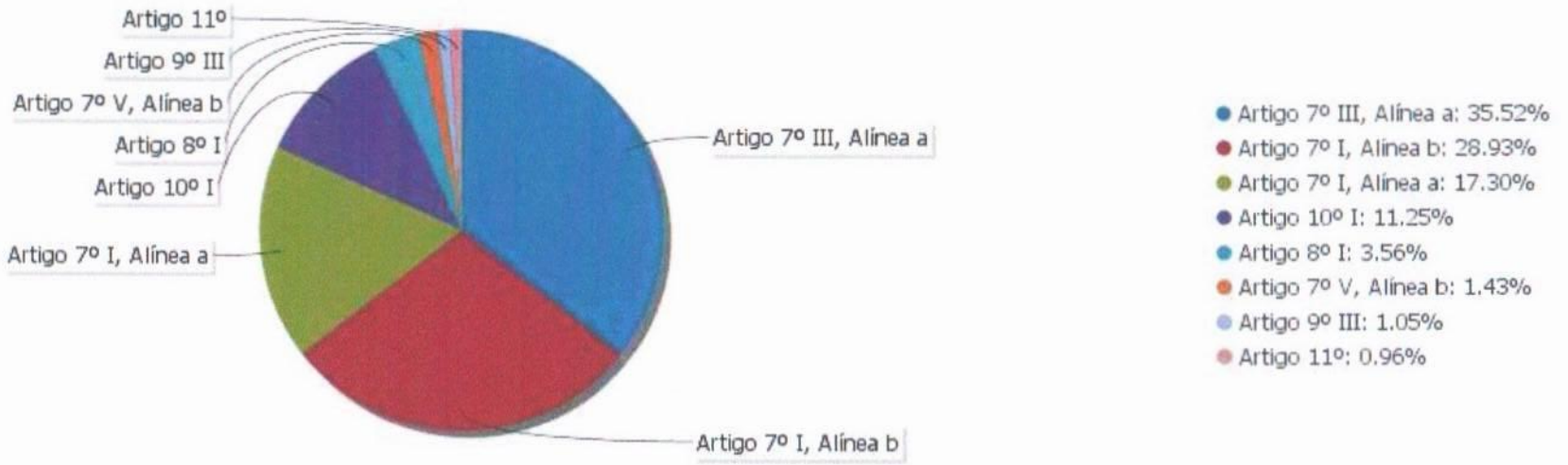
DE 31 DIAS A 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.622.645,33
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.391.395,30
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA		17/08/2026	31.782.194,74
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	10.303.579,82

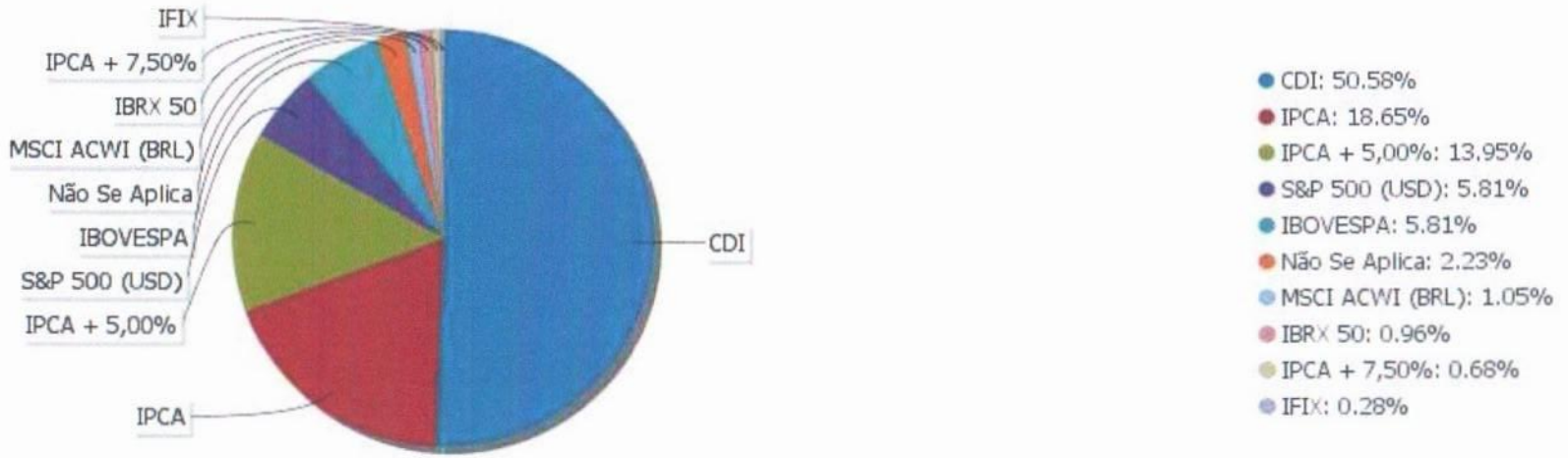
ACIMA DE 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	17.986.654,88
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	15/08/2030	14.607.050,98
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	26.039.414,62
NTN-B 150830 (7,950000%)		15/08/2030	10.761.890,61
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.644.872,26

Alocação por Artigo

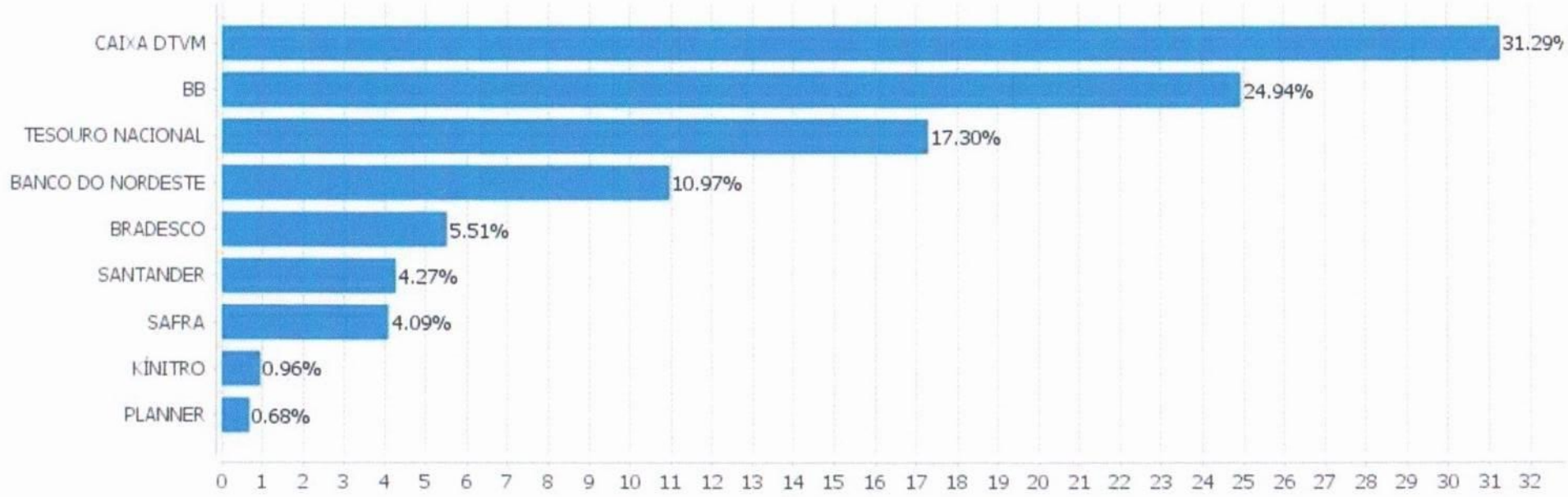


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,56	0,56	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	13	54,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	45,83

	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Periodo	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,75	1,91	1,84	1,21
06 meses	7,73	3,92	3,81	1,04
12 meses	14,84	9,70	5,15	1,25
24 meses	21,95	20,77	1,18	1,64
Desde 29/12/2023	21,95	20,77	1,18	1,64

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução No Ano

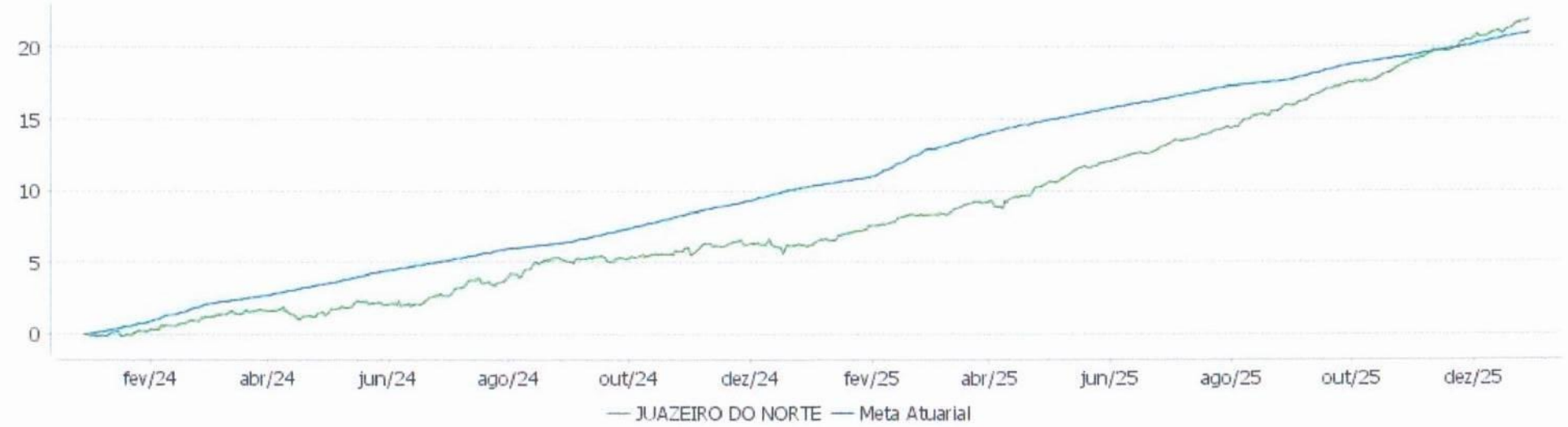


Patrimônio Líquido No Ano

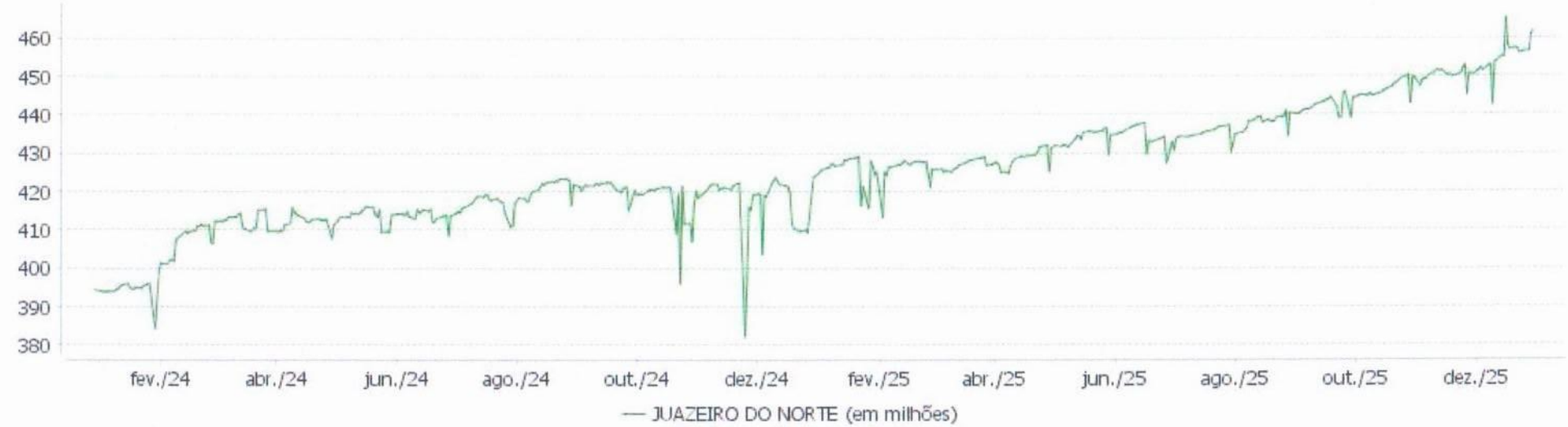


EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução

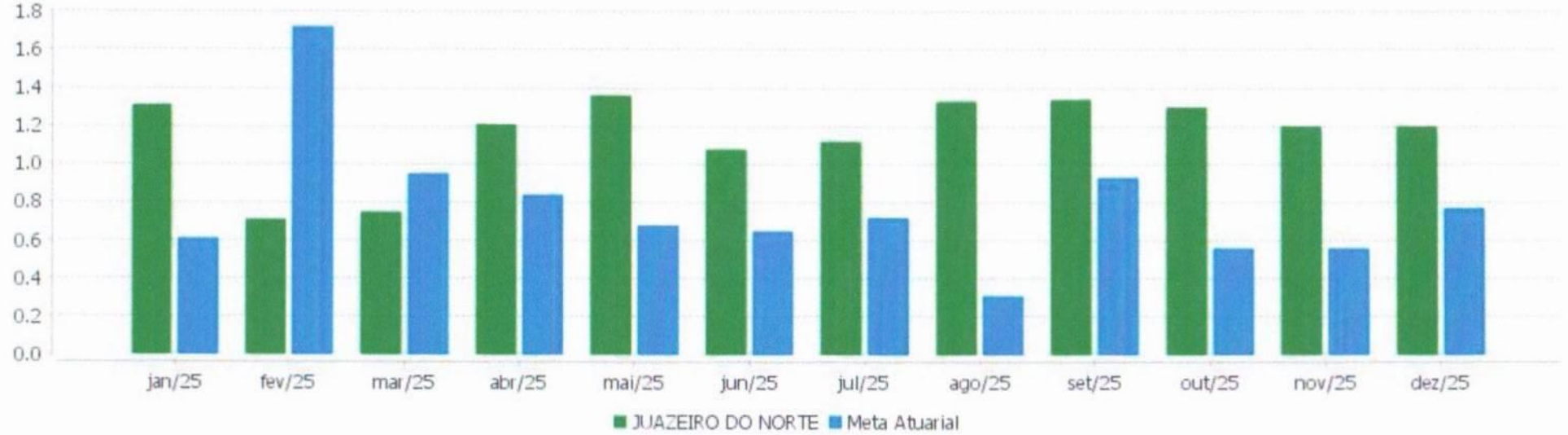


Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	1,20	14,32	3,59	7,43	14,32	27,11	44,52
% do CDI	98,56	100,05	99,86	100,02	100,05	101,36	102,87
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,08	11,93	3,13	5,92	11,93	16,67	32,57
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,32	2,45	1,28	2,10	2,45	-3,86	0,25
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	0,26	13,95	3,27	6,86	13,95	21,08	37,53
Var. IPCA p.p.	-0,07	9,68	2,67	5,63	9,68	11,78	23,18
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,97	11,26	2,77	5,95	11,26		
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,21	1,78	0,92	2,13	1,78		
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	0,68	12,22	3,23	4,06	12,22	10,67	27,87
Var. IPCA + 5,00% p.p.	-0,08	2,74	1,38	0,25	2,74	-9,85	-4,46
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	1,21	14,15	3,54	7,34	14,15	26,41	42,65
% do CDI	99,34	98,88	98,53	98,87	98,88	98,75	98,53
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,21	14,27	3,57	7,38	14,27	26,59	42,97
% do CDI	99,39	99,67	99,34	99,35	99,67	99,44	99,28
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,86	11,55	2,38	4,77	11,55	25,11	
Var. IPCA p.p.	0,53	7,28	1,77	3,54	7,28	15,81	
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,87	11,67	2,40	4,83	11,67	25,39	
Var. IPCA p.p.	0,54	7,41	1,80	3,60	7,41	16,08	
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,94	12,66	2,63	5,31	12,66		
Var. IPCA p.p.	0,61	8,39	2,03	4,07	8,39		
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,85	11,38	2,34	4,69	11,38	24,73	
Var. IPCA p.p.	0,52	7,12	1,74	3,46	7,12	15,43	
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	1,22	14,46	3,58	7,43	14,46	27,65	45,04
% do CDI	99,90	101,05	99,70	100,03	101,05	103,37	104,06
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1,22	14,48	3,60	7,46	14,48	26,93	43,40
% do CDI	100,39	101,14	100,28	100,41	101,14	100,70	100,28
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	1,20	14,44	3,57	7,40	14,44	26,87	43,85
% do CDI	98,12	100,86	99,35	99,68	100,86	100,47	101,32
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	1,23	14,46	3,57	7,43	14,46	27,09	44,01
% do CDI	100,43	101,04	99,55	100,07	101,04	101,28	101,69
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	1,21	14,43	3,58	7,42	14,43	27,22	44,19
% do CDI	99,58	100,81	99,69	99,93	100,81	101,77	102,10
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	1,13	13,11	3,32	6,84	13,11	24,14	38,52

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	92,40	91,61	92,37	92,14	91,61	90,27	89,00
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	1,59	102,30	24,38	68,68	102,30	67,88	69,41
Var. IBOVESPA p.p.	0,30	68,35	14,20	52,64	68,35	47,80	22,58
KÍNITRO FIF AÇÕES	-1,44	38,35	5,68	12,12	38,35	42,63	83,25
Var. IBRX 50 p.p.	-2,88	6,24	-4,42	-4,00	6,24	21,26	37,53
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	1,47	22,68	4,72	14,76	22,68	56,27	99,29
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,53	6,29	2,38	4,44	6,29	12,75	21,00
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4,78	3,62	6,29	11,05	3,62	48,80	56,50
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	0,65	-3,54	-0,30	-0,41	-3,54	-9,82	-20,25
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	2,08	14,68	4,40	10,26	14,68	14,36	43,47
Var. IBOVESPA p.p.	0,78	-19,27	-5,78	-5,78	-19,27	-5,72	-3,36
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,93	26,02	5,44	16,30	26,02	62,11	115,96
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,98	9,63	3,09	5,98	9,63	18,59	37,67
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	1,79	25,37	5,22	15,97	25,37	60,41	112,39
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,84	8,98	2,87	5,65	8,98	16,89	34,10
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	2,30	27,56	10,08	15,27	27,56	24,06	45,12
Var. IBOVESPA p.p.	1,01	-6,40	-0,10	-0,77	-6,40	3,99	-1,72
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,45	14,80	3,11	7,40	14,80	18,96	38,62
Var. Não Se Aplica p.p.	1,45	14,80	3,11	7,40	14,80	18,96	38,62
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	-0,16	-4,02	-0,50	-7,53	-4,02	-13,60	
Var. IPCA + 7,50% p.p.	-1,12	-16,11	-2,96	-12,62	-16,11	-39,95	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	3,13	41,86	6,16	10,81	41,86	30,12	81,97
Var. IFIX p.p.	-0,01	20,71	0,98	2,44	20,71	16,11	50,29
JUAZEIRO DO NORTE	1,20	14,84	3,75	7,73	14,84	21,95	
Var. IPCA + 5,21% p.p.	0,43	5,15	1,84	3,81	5,15	0,94	
CDI	1,22	14,31	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28
IBOVESPA	1,29	33,95	10,18	16,04	33,95	20,08	46,83
INPC + 6,00%	0,72	10,13	1,77	3,87	10,13	22,34	34,39
IPCA + 6,00%	0,84	10,52	2,10	4,32	10,52	22,84	36,13

Cotização e Taxas

	Aplicação	Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA		D+1 du	D+6 du		0,50%
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+1 du	D+1	D+2	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	D+0	D+0		
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,0213% a 0,0616%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	D+0	D+0		
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0	D+0	D+0		0,20%
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA		D+0	D+1 du		1,20%
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,008%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0		
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA					
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0		0,40%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+2		
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+0	D+0	D+2		
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+1	Não possui	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	Não se aplica				
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+0	D+1	D+3		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

	Aplicação	Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+0	D+0	D+2		
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11					
KÍNITRO FIF AÇÕES		D+1 du	D+3 du	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO		D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		0,25%
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF		D+0	D+0		0,10%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,16	14,76	3,56	7,39	14,76	25,62	42,26	59,36	64,02
IRF-M 1+	-0,06	20,07	3,30	6,36	20,07	17,91	39,74	50,10	42,61
IRF-M TOTAL	0,30	18,22	3,37	6,72	18,22	20,41	40,29	52,67	49,63
IMA-B 5	0,95	11,65	3,08	5,29	11,65	18,53	32,90	45,90	52,56
IMA-B 5+	-0,19	14,20	3,69	3,12	14,20	4,35	24,46	28,57	20,14
IMA-B TOTAL	0,31	13,17	3,42	4,02	13,17	10,41	28,13	36,29	34,57
IMA-GERAL TOTAL	0,79	14,83	3,48	6,42	14,83	20,69	38,55	51,93	53,39
IDKA 2	1,15	12,03	3,25	5,80	12,03	18,57	32,95	45,37	52,59
IDKA 20	-1,51	16,89	4,08	1,65	16,89	-7,55	17,53	15,28	-1,43
CDI	1,22	14,31	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28	61,01	68,09

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	1,29	33,95	10,18	16,04	33,95	20,08	46,83	53,71	35,38
IBRX 100	1,19	33,45	9,96	15,81	33,45	20,49	46,13	52,00	35,01
IBRX 50	1,44	32,11	10,10	16,12	32,11	21,37	45,72	54,05	37,81
SMALL CAP	-3,58	30,70	2,67	3,38	30,70	-2,02	14,76	-2,52	-18,31
Índice Consumo - ICON	-2,99	27,97	4,31	4,52	27,97	-0,89	6,03	-20,86	-41,52
Índice Dividendos - IDIV	1,46	29,99	8,75	14,31	29,99	26,58	60,55	80,86	69,26

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	3,14	21,15	5,18	8,37	21,15	14,01	31,68	34,60	31,54

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI (BRL)	4,13	7,16	6,59	11,46	7,16	58,62	76,75	32,54	66,23
MSCI ACWI (USD)	0,94	20,60	3,03	10,54	20,60	39,56	67,60	34,42	57,00
S&P 500 (BRL)	3,11	3,42	5,88	11,24	3,42	63,11	88,02	41,62	92,97
S&P 500 (USD)	-0,05	16,39	2,35	10,32	16,39	43,52	78,29	43,63	82,25

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,33	4,26	0,60	1,24	4,26	9,30	14,35	20,97	33,14
INPC	0,21	3,90	0,27	0,79	3,90	8,85	12,89	19,58	31,73
IGPM	-0,01	-1,04	-0,10	-0,10	-1,04	5,43	2,07	7,64	26,78
SELIC	1,22	14,31	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28	61,01	68,08

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,67	8,43	1,61	3,30	8,43	18,24	28,59	41,45	61,88
IPCA + 5,00%	0,76	9,48	1,85	3,81	9,48	20,53	32,33	46,95	69,79
IPCA + 5,50%	0,80	10,00	1,98	4,07	10,00	21,68	34,22	49,76	73,86
IPCA + 5,89%	0,83	10,41	2,07	4,27	10,41	22,58	35,71	51,98	77,09
IPCA + 6,00%	0,84	10,52	2,10	4,32	10,52	22,84	36,13	52,61	78,01
INPC + 4,00%	0,55	8,05	1,27	2,85	8,05	17,75	26,94	39,83	60,17
INPC + 6,00%	0,72	10,13	1,77	3,87	10,13	22,34	34,39	50,87	76,13

Curva x Mercado

Ativo	Financeiro Curva (R$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.644.872,26	6,722000	27.398.056,04	7,390000	-1.246.816,22
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.391.395,30	7,000000	14.128.733,91	10,309200	-262.661,39
NTN-B 150830 (6,881500%)	26.039.414,62	6,881500	25.227.757,40	7,737900	-811.657,22
NTN-B 150830 (7,950000%)	10.761.890,61	7,950000	10.846.440,83	7,737900	84.550,22

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
340	02/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	37.091,71	0,00	9.646,12520300	3,8452445120
341	02/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	21.627,00	3.445,74346100	6,2764400000
342	03/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.897,50	302,15385700	6,2799120000
343	04/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	30.865,09	4.912,27465300	6,2832580000
344	08/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.227.562,57	0,00	318.548,40592700	3,8536139160
345	08/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	950,65	151,13257900	6,2901730000
346	09/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	7.725,00	1.227,32185300	6,2941920000
347	10/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	18,03	4,67345600	3,8579586510
348	10/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.200.000,00	311.045,32436800	3,8579586510
349	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	1.405,40638300	6,2971110000
350	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	951,05	151,02956600	6,2971110000
351	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	9.500.000,00	1.508.628,32106600	6,2971110000
352	11/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18.604,81	2.952,81278100	6,3007080000
353	11/12/2025	NTN-B 150830 (7,950000%)	10.698.435,22	0,00	2.467,00000000	4.336,6174381840
354	15/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	139.089,12	0,00	35.991,81112300	3,8644657120
355	15/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.093,41	173,33978700	6,3078990000
356	15/12/2025	KÍNITRO FIF AÇÕES	878.170,95	0,00	431.229,64806912	2,0364345400
357	16/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	30.452,34	0,00	4.824,98761700	6,3113820000
358	16/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.277,00	360,77678500	6,3113820000
359	17/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	10.481.898,19	0,00	2.709.407,20501200	3,8687053650
360	17/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	69,00	0,00	10,92674400	6,3147810000
361	17/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.759,94	278,70172700	6,3147810000
362	18/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.540.687,81	1.948.058,33296600	3,8708737220
363	18/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	72.458,27	11.468,03722300	6,3182800000
364	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.446.624,00	0,00	373.506,05970500	3,8730937890
365	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	504.323,50	0,00	130.212,05461900	3,8730937890
366	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	3.459.113,63	893.113,83055700	3,8730937890
367	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	34.219,97	5.412,82300100	6,3220190000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
368	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	45.391,26	7.179,86769500	6,3220190000
369	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	861,65	136,29347800	6,3220190000
370	23/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	15.861,25	4.090,70810400	3,8773849410
371	23/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.182.775,04	305.044,52304800	3,8773849410
372	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.240,04	353,93277700	6,3289980000
373	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	331,81	52,42694000	6,3289980000
374	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.415,50	539,65882200	6,3289980000
375	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	566,71	89,54181200	6,3289980000
376	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	16.157,87	2.552,99020400	6,3289980000
377	24/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.194.343,19	307.857,91593400	3,8795273020
378	29/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	387,41	0,00	99,75058800	3,8837865960
379	29/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	22.929,00	3.616,92147300	6,3393690000
380	30/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.491.384,00	0,00	383.786,54192800	3,8859726360
381	30/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	2.836.524,06	0,00	729.939,27793500	3,8859726360
382	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	150,18	23,67693800	6,3428660000
383	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	29.960,13	4.723,43726900	6,3428660000
384	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.563,95	3.084,40217500	6,3428660000
385	31/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	138.603,21	0,00	35.647,89002500	3,8881182000
	Total		**29.919.465,28**	**24.428.796,74**		

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% **Value-At-Risk (R$): 2.820.687,53** **Value-At-Risk: 0,61%**

	Volatilidade[1]	VaR[2]	Limite[5]	CVaR[3]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Artigo 7º	0,38	0,20	3,00	0,10	-0,36	1,08	383.953.904,97	83,18
Artigo 8º	11,82	5,51	10,00	0,17	-0,04	0,70	16.435.160,46	3,56
Artigo 9º	15,74	6,89	10,00	-0,03	0,23	4,78	4.860.796,72	1,05
Artigo 10º	6,57	3,09	10,00	0,31	0,11	1,97	51.912.732,08	11,25
Artigo 11º	34,44	19,07	10,00	0,06	-0,01	0,78	4.442.074,20	0,96
JUAZEIRO DO NORTE		0,61		0,61			461.604.668,43	100,00

Renda Fixa **Value-At-Risk: 0,20%**

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,13	0,30	0,00	0,29	-2,80	0,87	14.391.395,30	3,12
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,13	0,29	0,00	0,28	-2,87	0,86	26.039.414,62	5,64
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,13	0,32	0,00	0,31	-2,20	0,94	10.761.890,61	2,33
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,13	0,29	0,00	0,28	-2,98	0,85	28.644.872,26	6,21
Sub-total	0,13	0,30	0,00		-2,81	0,86	79.837.572,79	17,30

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,25	0,65	0,01	0,70	-0,11	1,08	17.986.654,88	3,90
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	4,52	1,77	0,03	1,79	-0,12	0,68	14.607.050,98	3,16
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,03	0,41	0,00	0,41	-0,30	1,21	50.641.904,12	10,97
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,71	0,45	0,01	0,51	-0,35	0,97	31.782.194,74	6,89
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	4,35	1,56	0,01	1,57	-0,22	0,26	6.265.442,29	1,36

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,10	0,41	0,00	0,41	-0,08	1,21	12.246.189,97	2,65
Sub-total	0,98	0,41	0,08		-0,19	1,03	133.529.436,98	28,93

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,01	0,42	0,24	1,22	68.229.259,35	14,78
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,02	0,41	0,00	0,41	-0,07	1,22	20.470.017,76	4,43
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	0,38	0,00	0,38	-97,77	1,13	0,16	0,00
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,42	0,01	0,42	0,11	1,23	45.014.821,55	9,75
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,16	0,42	0,00	0,42	-0,14	1,20	10.544.865,57	2,28
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,41	0,00	0,41	-0,19	1,21	19.705.285,48	4,27
Sub-total	0,03	0,27	0,03		0,05	1,22	163.964.249,87	35,52

Artigo 7º V, Alínea b

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,07	0,41	0,00	0,41	-0,25	1,20	6.622.645,33	1,43
Sub-total	0,07	0,41	0,00		-0,25	1,20	6.622.645,33	1,43

Renda Variável **Value-At-Risk: 5,51%**

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9,23	4,80	0,06	1,25	0,03	1,47	9.440.679,85	2,05
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	30,74	12,03	0,04	8,26	0,01	1,59	2.580.606,20	0,56
KÍNITRO FIF AÇÕES	26,91	10,16	0,07	4,90	-0,10	-1,44	4.413.874,41	0,96
Sub-total	11,82	5,51	0,17		-0,04	0,70	16.435.160,46	3,56

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos no Exterior — **Value-At-Risk: 6,89%**

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,74	6,89	-0,03	8,14	0,23	4,78	4.860.796,72	1,05
Sub-total	15,74	6,89	-0,03		0,23	4,78	4.860.796,72	1,05

Investimentos Estruturados — **Value-At-Risk: 3,09%**

Artigo 10º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	8,06	4,69	0,03	0,78	0,07	1,79	4.955.290,68	1,07
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,50	1,75	0,00	1,75	0,07	1,45	10.303.579,82	2,23
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	2,92	1,56	0,00	8,14	0,29	2,08	5.947.739,80	1,29
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	8,08	4,67	0,08	0,81	0,09	1,93	12.428.043,33	2,69
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	15,46	5,86	0,19	2,25	0,07	2,30	18.278.078,45	3,96
Sub-total	6,57	3,09	0,31		0,11	1,97	51.912.732,08	11,25

Fundos Imobiliários — **Value-At-Risk: 19,07%**

Artigo 11º

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	132,85	65,22	0,06	65,12	0,01	3,13	1.302.595,46	0,28
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	0,54	2,24	0,00	2,30	-2,57	-0,16	3.139.478,74	0,68
Sub-total	34,44	19,07	0,06		-0,01	0,78	4.442.074,20	0,96

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Politica de Investimentos (%)

Observações

-Referente ao mês de dezembro de 2025, vale observar que:

- O Instituto está com 22,60% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

PARECER DE INVESTIMENTOS Nº 000003/2026
PERÍODO: DEZEMBRO/2025
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE – PREVIJUNO
OBJETO: RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

1. Introdução

O presente Parecer de Investimentos tem como objetivo apresentar a análise detalhada do desempenho da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte (PREVIJUNO) referente à competência de **dezembro de 2025**. A análise considera:

a) As condições econômicas do período;
b) O cumprimento da **Política de Investimentos 2025** do PREVIJUNO;
c) Os requisitos da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, que regulamenta as aplicações dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O foco da análise está na **adequação da alocação dos recursos**, no **desempenho da rentabilidade da carteira em relação à Meta Atuarial** e no **cumprimento dos limites legais e normativos estabelecidos**.

2. Contexto Econômico de dezembro/2025

De acordo com dados oficiais do IBGE, o IPCA referente ao mês de **dezembro de 2025** apresentou variação de **0,33%**, posicionando-se acima da taxa de **0,18%** registrada em novembro. Com esse resultado, o índice encerrou o ano de 2025 com um acumulado de **4,26%** nos últimos doze meses. Esse desempenho inflacionário é um balizador fundamental para a análise da rentabilidade real da carteira frente à meta atuarial estabelecida.

A rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO, cuja meta atuarial é IPCA + 5,21% ao ano, apresentou desempenho superior ao projetado, registrando 1,20% no mês, frente à meta de 0,77%, o que resultou em uma margem positiva de 0,43%.

Na reunião de **dezembro de 2025**, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) manteve a **taxa Selic em 15%**, reforçando a política monetária restritiva diante das pressões inflacionárias.

Os ativos de renda fixa permaneceram com retornos atrativos, beneficiados pela alta da Selic. A moderação da inflação sugere possível redução na rentabilidade futura desses ativos. Já os ativos de risco, como renda variável e fundos imobiliários, apresentaram maior volatilidade, influenciados pelas oscilações naturais dos mercados e pelo cenário econômico ainda sujeito a ajustes e incertezas.

A gestão da carteira optou por priorizar ativos de renda fixa indexados à inflação e à taxa Selic, mantendo postura conservadora e mitigando riscos.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A carteira do PREVIJUNO, em **31 de dezembro de 2025**, encontra-se parcialmente alinhada à Política de Investimentos 2025 e à Resolução CMN nº 4.963/2021. A distribuição dos ativos é a seguinte:

Renda Fixa: R$ 383.953.904,97 (83,18% da carteira)

Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º I, Alínea a): **R$ 79.837.572,79 (17,30% da carteira)** – A alocação está bem dentro do limite mínimo (0%) e do limite máximo (100%), atendendo às diretrizes da Política de Investimentos, com o objetivo de (30,56%).

Fundos 100% Títulos Públicos (Art. 7º I, Alínea b): **R$ 133.529.436,98 (28,93% da carteira)** – O fundo mantém uma exposição dentro do limite máximo de 100% e está abaixo do objetivo em 30,57%.

Fundos Renda Fixa (Art. 7º III, Alínea a): **R$ 163.964.249,87 (35,52% da carteira)** – A exposição a fundos de renda fixa está acima do objetivo em 28,51%, mas dentro do limite máximo de 75%.

FI RF - Crédito Privado (Artigo 7º V, Alínea b): **R$ 6.622.645,33 (1,43% da carteira)** - A alocação está abaixo do objetivo de 2,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

Renda Variável: **R$ 16.435.160,46 (3,56% da carteira)**

Fundos de Ações (Art. 8º I): **R$ 16.435.160,46 (3,56% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 5%, evidenciando um posicionamento conservador, dentro do limite máximo de 45%.

Investimentos no Exterior: **R$ 4.860.796,72 (1,05% da carteira)**

Fundos de Ações - BDR Nível I (Art. 9º III): **R$ 4.860.796,72 (1,05% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 10% e dentro do limite máximo de 10%.

Investimentos Estruturados: **R$ 51.912.732,08 (11,25% da carteira)**

Fundos Multimercados (Art. 10º I): **R$ 51.912.732,08 (11,25% da carteira)** – A exposição ligeiramente abaixo do objetivo de 14,52% é aceitável, pois está dentro do limite máximo de 15%.

Fundos Imobiliários: **R$ 4.442.074,20 (0,96% da carteira)**

Fundo de Investimento Imobiliário (Art. 11): **R$ 4.442.074,20 (0,96% da carteira)** – A alocação está acima do objetivo de 0,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

A carteira está em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, que determina que os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS adotem prudência na gestão dos investimentos, observem a diversificação adequada e cumpram os limites estabelecidos para proteger os interesses dos participantes.

4. Rentabilidade da Carteira de dezembro/2025

A rentabilidade da carteira no mês de dezembro de 2025 foi de **1,20%**, comparada à meta atuarial no período que foi de 0,77%, resultado em uma diferença positiva de **0,43%**.

A rentabilidade mensal da carteira, conforme apresentado, foi a seguinte:

Carteira: JUAZEIRO DO NORTE — Data Extrato: 31/12/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,96	0,84	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,56	0,56	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Em termos de performance relativa:

a) Meses Acima da Meta Atuarial: 10 meses (81,82%);
b) Meses Abaixo da Meta Atuarial: 2 meses (18,18%);

Em termos de performance relativa, no ano de 2025 a carteira de investimentos do PREVIJUNO apresentou o seguinte comportamento: **81,82% dos meses registraram rentabilidade superior à Meta Atuarial e 18,18% ficaram abaixo**, ou seja, a meta foi superada em **10 meses** e não alcançada em **2 meses**.

Esse resultado reflete um cenário econômico marcado pela manutenção de retornos positivos nos ativos de renda fixa, impulsionados pela elevada taxa Selic. No entanto, a trajetória de desaceleração da inflação — evidenciada pelos dados recentes do IPCA-15 — indica uma redução gradual da taxa Selic, o que poderá impactar a rentabilidade desses ativos.

5. Desenquadramento da Resolução CMN nº 4963/2021

O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,60% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:

FUNDOS IMOBILIÁRIOS										0,96%
Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)										
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	76,22	25,31	3,13	42,84	1.302.595,46	0,28	136.838.521,44	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,65	-0,16	-0,16	-4,02	3.139.478,74	0,68	13.892.977,95	22,60
		Sub-total Artigo 11º	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**6,24**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Fundos Imobiliários	24,29	6,17	0,78	6,24	4.442.074,20	0,96		

6. Desempenho em Relação à Meta Atuarial

A Meta Atuarial do PREVIJUNO para dezembro de 2025, calculada como **IPCA + 5,21% ao ano**, foi de **0,77%**. A carteira obteve **1,20%**, superando a meta em **0,43% ponto percentual**, evidenciando desempenho positivo na gestão dos investimentos.

7. Volatilidade e Gestão de Risco

A volatilidade da carteira do PREVIJUNO no mês de dezembro de 2025 foi de **1,25%**. Esse indicador evidencia que o Fundo mantém uma **postura conservadora de gestão de risco**, fundamental para a proteção dos recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte diante das oscilações do mercado financeiro.

A exposição ao risco permaneceu controlada, com predominância de alocações em **ativos de renda fixa**. Embora esses ativos possam apresentar rentabilidade mais moderada em cenários de maior volatilidade, eles desempenham papel essencial na **estabilidade e segurança da carteira**, contribuindo para a preservação do capital e para a mitigação de riscos de mercado.

8. Conformidade com a Resolução CMN nº 4963/2021

A **Resolução CMN nº 4963/2021**, que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), não foi integralmente cumprida no mês de dezembro de 2025, em razão do desenquadramento no JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 ocorrido no período. Apesar do desenquadramento, o alinhamento geral à resolução contribuiu para garantir a segurança jurídica e financeira dos participantes do plano.

9. Conclusão

No mês de dezembro de 2025, o PREVIJUNO registrou rentabilidade de **1,20%**, superando a Meta Atuarial de **0,77%** e alcançando um **desvio positivo de 0,43% ponto percentual**. A carteira de investimentos foi gerida com parcial aderência à Política de Investimentos 2025, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Entretanto, foi identificado que o fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,60% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pelo Comitê de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

O relatório detalhado sobre o desempenho dos investimentos foi aprovado pelo Comitê de Investimentos, sendo que este parecer será submetido ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final, conforme os trâmites estabelecidos. A transparência e o rigor no cumprimento das normas continuam sendo fundamentais na gestão do PREVIJUNO, com o objetivo de garantir a integridade dos recursos e atender às necessidades previdenciárias dos servidores.

Juazeiro do Norte, Ceará, 28 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do PREVIJUNO

Anexos: 01/35.

JUAZEIRO DO NORTE

4º TRIMESTRE 2025

Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.12.2025.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela i9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **83,18%**

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,87	2,40	14.391.395,30	3,12
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,78	1,85	36.801.305,23	7,97
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) (1)	0,32	0,04	0,85	2,34	28.644.872,26	6,21
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a	**0,32**	**0,04**	**0,86**	**2,37**	**79.837.572,79**	**17,30**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,73	0,05	1,08	3,13	17.986.654,88	3,90	1.320.813.424,31	1,36
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	3,76	0,04	0,68	3,23	14.607.050,98	3,16	961.092.323,26	1,52
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,06	0,06	1,21	3,57	50.641.904,12	10,97	6.934.320.229,98	0,73
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	1,13	0,05	0,97	2,77	31.782.194,74	6,89	3.344.496.661,63	0,95
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	1,85	0,05	0,26	3,27	6.265.442,29	1,36	3.416.572.299,02	0,18
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,13	0,06	1,21	3,54	12.246.189,97	2,65	1.550.302.412,70	0,79
		Sub-total Artigo 7º I, Alínea b	**0,98**	**0,05**	**1,03**	**3,26**	**133.529.436,98**	**28,93**		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP	0,05	0,06	1,22	3,60	68.229.259,35	14,78	23.813.730.897,29	0,29

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
		PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA								
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,22	3,58	20.470.017,76	4,43	19.418.264.411,63	0,11
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,05	-5,88	0,00	2,01	0,16	0,00	1.560.324.321,96	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,23	3,57	45.014.821,55	9,75	23.774.757.726,40	0,19
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,05	1,20	3,57	10.544.865,57	2,28	9.268.553.910,44	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,21	3,58	19.705.285,48	4,27	4.657.742.928,22	0,42
		Sub-total Artigo 7º III, Alínea a	**0,08**	**0,06**	**1,22**	**3,58**	**163.964.249,87**	**35,52**		

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,10	0,05	1,20	3,59	6.622.645,33	1,43	4.341.733.824,83	0,15
		Sub-total Artigo 7º V, Alínea b	**0,10**	**0,05**	**1,20**	**3,59**	**6.622.645,33**	**1,43**		
		Renda Fixa	**0,38**	**0,05**	**1,08**	**3,24**	**383.953.904,97**	**83,18**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL **3,56%**

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	17,75	-0,01	1,47	4,72	9.440.679,85	2,05	1.759.711.284,87	0,54
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	22,94	0,00	1,59	24,38	2.580.606,20	0,56	261.750.970,85	0,99
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	17,97	0,00	-1,44	5,68	4.413.874,41	0,96	123.405.539,32	3,58
		Sub-total Artigo 8º I	**14,74**	**-0,01**	**0,70**	**7,65**	**16.435.160,46**	**3,56**		
		Renda Variável	**14,74**	**-0,01**	**0,70**	**7,65**	**16.435.160,46**	**3,56**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR **1,05%**

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,43	-0,06	4,78	6,29	4.860.796,72	1,05	55.064.557,11	8,83
		Sub-total Artigo 9º III	**15,43**	**-0,06**	**4,78**	**6,29**	**4.860.796,72**	**1,05**		
		Investimentos no Exterior	**11,68**	**-0,06**	**4,78**	**6,29**	**4.860.796,72**	**1,05**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS **11,25%**

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Trim.				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18,14	-0,04	1,79	5,22	4.955.290,68	1,07	1.139.606.489,78	0,43
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	5,65	0,05	1,45	3,11	10.303.579,82	2,23	69.612.709,83	14,80
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5,32	0,04	2,08	4,40	5.947.739,80	1,29	187.595.660,27	3,17
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	18,05	0,05	1,93	5,44	12.428.043,33	2,69	2.204.512.708,74	0,56
CAIXA DTVM	CEF	FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	9,31	0,04	2,30	10,08	18.278.078,45	3,96	128.543.251,24	14,22
		Sub-total Artigo 10º I	**8,20**	**0,04**	**1,97**	**6,40**	**51.912.732,08**	**11,25**		
		Investimentos Estruturados	**8,20**	**0,04**	**1,97**	**6,40**	**51.912.732,08**	**11,25**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

FUNDOS IMOBILIÁRIOS **0,96%**

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	76,22	25,31	3,13	6,40	1.302.595,46	0,28	136.838.521,44	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,65	-0,16	-0,16	-0,50	3.139.478,74	0,68	13.892.977,95	22,60
		Sub-total Artigo 11º	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**1,39**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Fundos Imobiliários	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**1,39**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Total	**1,25**	**0,10**	**1,20**	**3,75**	**461.604.668,43**	**100,00**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo	Valor (R$)
Banco do Brasil S.A. - 433 / 034700-0	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9	150,18
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218882-9	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218884-5	317.897,81
Sub-total Disponibilidades Financeiras	**318.047,99**
Total	**461.922.716,42**

(1) Existem aplicações consolidadas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	**Tipo de Ativo**	**Valor(R$)**	**% Carteira**	**Mínimo**	**Objetivo**	**Máximo**	**ALM**	**Limite Legal**
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	79.837.572,79	17,30	0,00	30,56	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	133.529.436,98	28,93	0,00	30,57	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	163.964.249,87	35,52	0,00	11,73	75,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.622.645,33	1,43	0,00	2,00	15,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**383.953.904,97**	**83,18**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	16.435.160,46	3,56	0,00	2,62	45,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**16.435.160,46**	**3,56**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.860.796,72	1,05	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.860.796,72**	**1,05**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	51.912.732,08	11,25	0,00	14,52	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**51.912.732,08**	**11,25**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.442.074,20	0,96	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.442.074,20**	**0,96**					15,00
Total		**461.604.668,43**	**100,00**					

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	Atribuição Desemp. (%)	No Trimestre (R$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,86 70,66	2,37 66,07	2,37 66,07	4,76 64,08	11,51 80,43	0,14	1.669.571,17
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,03 84,73	3,26 90,94	3,26 90,94	6,40 86,14	13,16 91,91	0,30	4.245.756,11
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,22 100,11	3,58 99,84	3,58 99,84	7,41 99,81	14,39 100,57	0,44	5.859.818,29
Artigo 7º V, Alínea b % do CDI	1,20 98,56	3,59 99,86	3,59 99,86	7,43 100,02		0,02	229.236,48
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	0,70 -0,59	7,65 -2,53	7,65 -2,53	23,99 7,95	37,64 3,68	0,02	1.127.336,61
Artigo 9º III % do CDI	4,78 392,04	6,29 175,24	6,29 175,24	14,11 189,99	15,74 109,95	0,05	287.724,99
Artigo 10º I % do CDI	1,97 161,37	6,40 178,29	6,40 178,29	13,34 179,57	22,71 158,66	0,22	3.123.100,75
Artigo 11º % do CDI	0,78 64,34	1,39 38,63	1,39 38,63	3,09 41,55	6,24 43,58	0,01	60.152,80
JUAZEIRO DO NORTE (Total)						1,20	**16.602.697,20**

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.857.291,39	0,00	0,00	876.606,17	28.644.872,26	664.187,04
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.053.568,36	0,00	0,00	0,00	14.391.395,30	337.826,94
NTN-B 150830 (6,881500%)	25.435.312,82	0,00	0,00	0,00	26.039.414,62	604.101,80
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,00	10.698.435,22	0,00	0,00	10.761.890,61	63.455,39
	68.346.172,57	10.698.435,22	0,00	876.606,17	79.837.572,79	1.669.571,17

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	17.953.816,71	0,00	-521.521,34	0,00	17.986.654,88	554.359,51
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	14.149.942,88	0,00	0,00	0,00	14.607.050,98	457.108,10
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	48.897.957,65	0,00	0,00	0,00	50.641.904,12	1.743.946,47
BRADESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REF DI FEDERAL EXTRA – RESP LIMITADA	1.258.711,12	0,00	-1.275.049,98	0,00	0,00	16.338,86
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	30.925.300,70	0,00	0,00	0,00	31.782.194,74	856.894,04
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	6.066.768,92	0,00	0,00	0,00	6.265.442,29	198.673,37
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	11.827.754,21	0,00	0,00	0,00	12.246.189,97	418.435,76
	131.080.252,19	0,00	-1.796.571,32	0,00	133.529.436,98	4.245.756,11

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	64.523.413,90	33.235.168,13	-31.832.834,82	0,00	68.229.259,35	2.303.512,14
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	19.762.591,36	0,00	0,00	0,00	20.470.017,76	707.426,40
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	573.587,64	0,00	-583.918,17	0,00	0,16	10.330,69
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	51.750.321,11	1.677.986,80	-10.207.935,43	0,00	45.014.821,55	1.794.449,07
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	10.181.675,62	0,00	0,00	0,00	10.544.865,57	363.189,95
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	19.024.375,44	0,00	0,00	0,00	19.705.285,48	680.910,04
	165.815.965,07	34.913.154,93	-42.624.688,42	0,00	163.964.249,87	5.859.818,29

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	6.393.408,85	0,00	0,00	0,00	6.622.645,33	229.236,48
	6.393.408,85	0,00	0,00	0,00	6.622.645,33	229.236,48

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9.014.851,45	0,00	0,00	0,00	9.440.679,85	425.828,40
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	2.074.706,10	0,00	0,00	0,00	2.580.606,20	505.900,10
FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	686.152,67	0,00	-709.916,23	0,00	0,00	23.763,56
KÍNITRO FIF AÇÕES	3.363.858,91	878.170,95	0,00	0,00	4.413.874,41	171.844,55
	15.139.569,13	878.170,95	-709.916,23	0,00	16.435.160,46	1.127.336,61

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4.573.071,73	0,00	0,00	0,00	4.860.796,72	287.724,99
	4.573.071,73	0,00	0,00	0,00	4.860.796,72	287.724,99

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4.709.535,16	0,00	0,00	0,00	4.955.290,68	245.755,52
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	9.992.816,00	0,00	0,00	0,00	10.303.579,82	310.763,82
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5.696.840,57	0,00	0,00	0,00	5.947.739,80	250.899,23
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	11.786.514,30	0,00	0,00	0,00	12.428.043,33	641.529,03
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	16.603.925,30	0,00	0,00	0,00	18.278.078,45	1.674.153,15
	48.789.631,33	0,00	0,00	0,00	51.912.732,08	3.123.100,75

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	1.244.508,92	0,00	0,00	0,00	17.700,00	1.302.595,46	75.786,54
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL -	3.155.112,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.139.478,74	-15.633,74

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financeiro Trimestre (R$)
JTPR11							
	4.399.621,40	0,00	0,00	0,00	17.700,00	4.442.074,20	60.152,80

Análise de Liquidez

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	300.464.969,89	65,09	300.464.969,89	65,09	
de 31 dias a 365 dias	63.099.815,19	13,67	363.564.785,08	78,76	
acima de 365 dias	98.039.883,35	21,24	461.604.668,43	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		68.229.259,35
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		50.641.904,12
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		20.470.017,76
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		0,16
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		45.014.821,55
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		6.265.442,29
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.544.865,57
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			1.302.595,46
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.139.478,74
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		12.246.189,97
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.705.285,48
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		4.955.290,68
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		12.428.043,33
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.947.739,80
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+2		18.278.078,45
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.440.679,85
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.580.606,20
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		4.413.874,41
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.860.796,72

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

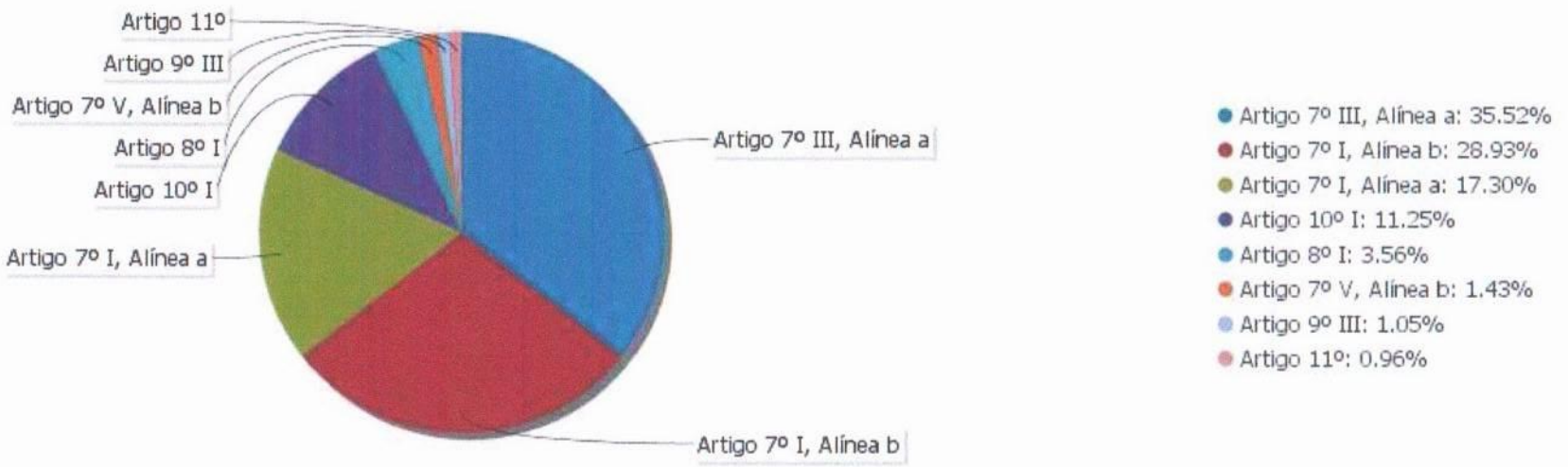
DE 31 DIAS A 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.622.645,33
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.391.395,30
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA		17/08/2026	31.782.194,74
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	10.303.579,82

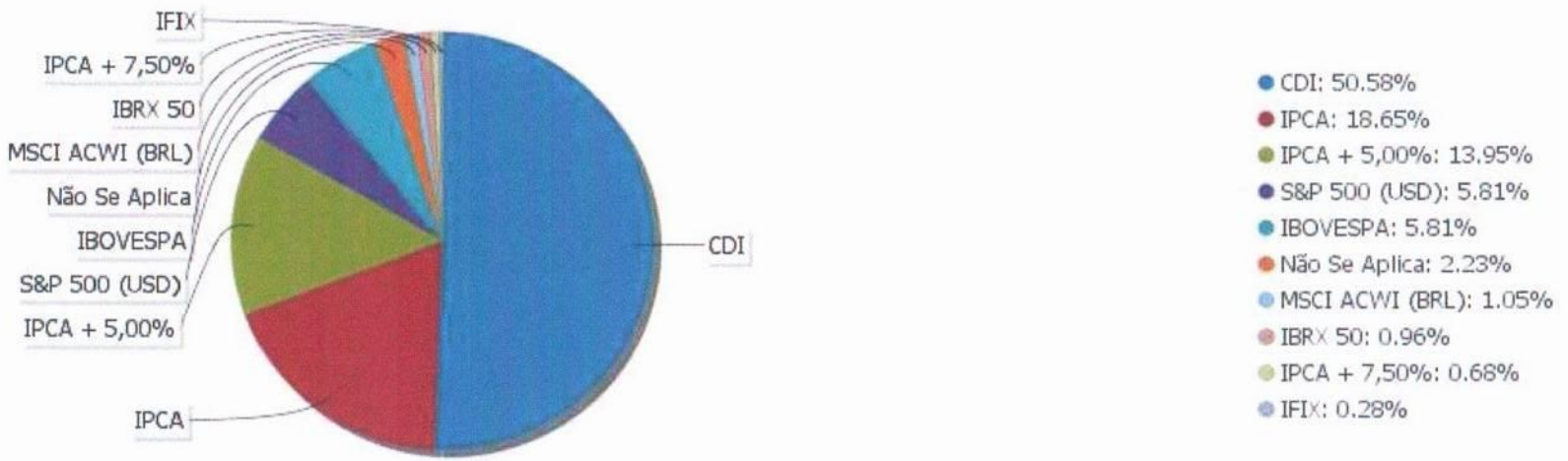
ACIMA DE 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	17.986.654,88
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	15/08/2030	14.607.050,98
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	26.039.414,62
NTN-B 150830 (7,950000%)		15/08/2030	10.761.890,61
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.644.872,26

Alocação por Artigo

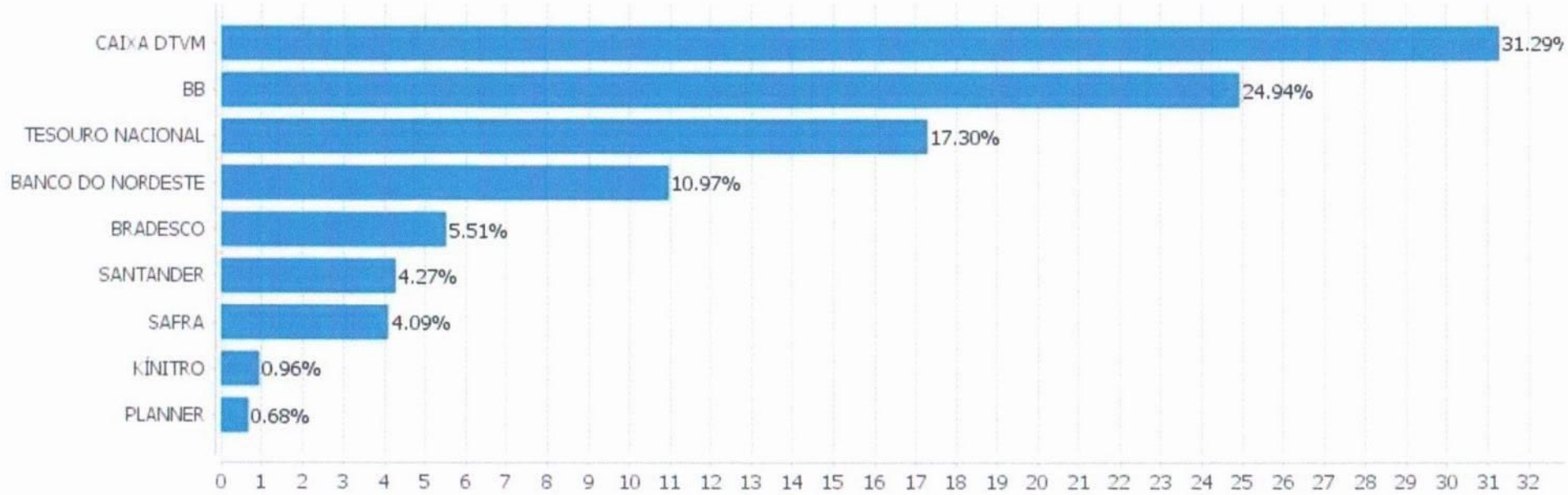


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,56	0,56	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	13	54,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	45,83

	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,75	1,91	1,84	1,21
06 meses	7,73	3,92	3,81	1,04
12 meses	14,84	9,70	5,15	1,25
24 meses	21,95	20,77	1,18	1,64
Desde 29/12/2023	21,95	20,77	1,18	1,64

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

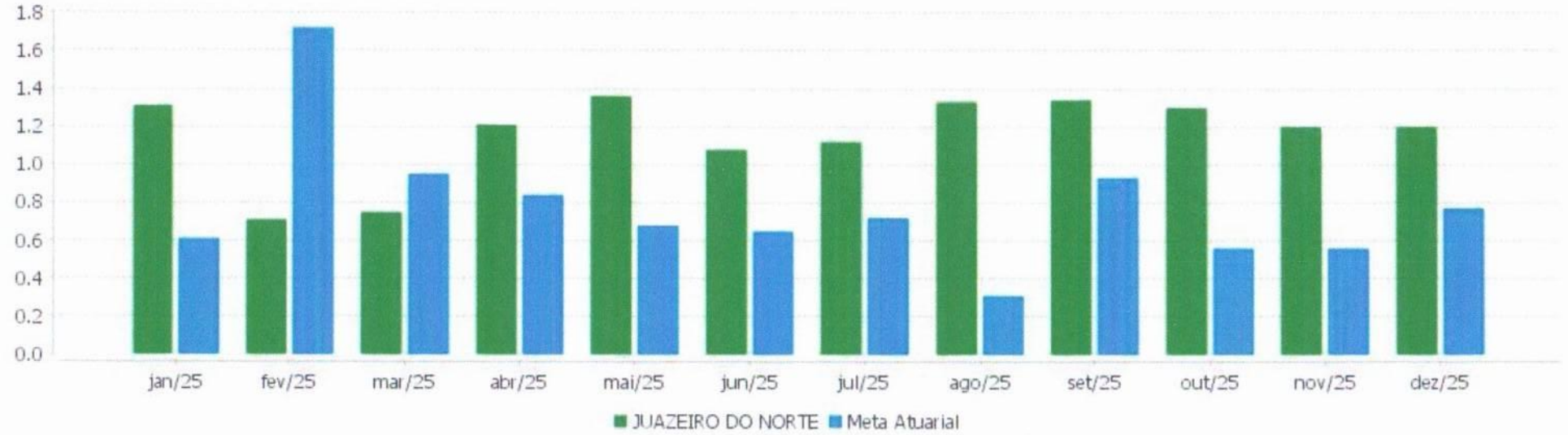
Evolução No Ano



Patrimônio Líquido No Ano



Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	1,20	3,59	3,59	7,43	14,32	27,11	44,52
% do CDI	98,56	99,86	99,86	100,02	100,05	101,36	102,87
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,08	3,13	3,13	5,92	11,93	16,67	32,57
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,32	1,28	1,28	2,10	2,45	-3,86	0,25
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	0,26	3,27	3,27	6,86	13,95	21,08	37,53
Var. IPCA p.p.	-0,07	2,67	2,67	5,63	9,68	11,78	23,18
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,97	2,77	2,77	5,95	11,26		
Var. IPCA + 5,00% p.p.	0,21	0,92	0,92	2,13	1,78		
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	0,68	3,23	3,23	4,06	12,22	10,67	27,87
Var. IPCA + 5,00% p.p.	-0,08	1,38	1,38	0,25	2,74	-9,85	-4,46
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	1,21	3,54	3,54	7,34	14,15	26,41	42,65
% do CDI	99,34	98,53	98,53	98,87	98,88	98,75	98,53
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,21	3,57	3,57	7,38	14,27	26,59	42,97
% do CDI	99,39	99,34	99,34	99,35	99,67	99,44	99,28
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,86	2,38	2,38	4,77	11,55	25,11	
Var. IPCA p.p.	0,53	1,77	1,77	3,54	7,28	15,81	
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,87	2,40	2,40	4,83	11,67	25,39	
Var. IPCA p.p.	0,54	1,80	1,80	3,60	7,41	16,08	
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,94	2,63	2,63	5,31	12,66		
Var. IPCA p.p.	0,61	2,03	2,03	4,07	8,39		
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,85	2,34	2,34	4,69	11,38	24,73	
Var. IPCA p.p.	0,52	1,74	1,74	3,46	7,12	15,43	
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	1,22	3,58	3,58	7,43	14,46	27,65	45,04
% do CDI	99,90	99,70	99,70	100,03	101,05	103,37	104,06
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1,22	3,60	3,60	7,46	14,48	26,93	43,40
% do CDI	100,39	100,28	100,28	100,41	101,14	100,70	100,28
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	1,20	3,57	3,57	7,40	14,44	26,87	43,85
% do CDI	98,12	99,35	99,35	99,68	100,86	100,47	101,32
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	1,23	3,57	3,57	7,43	14,46	27,09	44,01
% do CDI	100,43	99,55	99,55	100,07	101,04	101,28	101,69
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	1,21	3,58	3,58	7,42	14,43	27,22	44,19
% do CDI	99,58	99,69	99,69	99,93	100,81	101,77	102,10
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	1,13	3,32	3,32	6,84	13,11	24,14	38,52

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	92,40	92,37	92,37	92,14	91,61	90,27	89,00
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	1,59	24,38	24,38	68,68	102,30	67,88	69,41
Var. IBOVESPA p.p.	0,30	14,20	14,20	52,64	68,35	47,80	22,58
KÍNITRO FIF AÇÕES	-1,44	5,68	5,68	12,12	38,35	42,63	83,25
Var. IBRX 50 p.p.	-2,88	-4,42	-4,42	-4,00	6,24	21,26	37,53
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	1,47	4,72	4,72	14,76	22,68	56,27	99,29
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,53	2,38	2,38	4,44	6,29	12,75	21,00
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4,78	6,29	6,29	11,05	3,62	48,80	56,50
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	0,65	-0,30	-0,30	-0,41	-3,54	-9,82	-20,25
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	2,08	4,40	4,40	10,26	14,68	14,36	43,47
Var. IBOVESPA p.p.	0,78	-5,78	-5,78	-5,78	-19,27	-5,72	-3,36
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,93	5,44	5,44	16,30	26,02	62,11	115,96
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,98	3,09	3,09	5,98	9,63	18,59	37,67
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	1,79	5,22	5,22	15,97	25,37	60,41	112,39
Var. S&P 500 (USD) p.p.	1,84	2,87	2,87	5,65	8,98	16,89	34,10
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	2,30	10,08	10,08	15,27	27,56	24,06	45,12
Var. IBOVESPA p.p.	1,01	-0,10	-0,10	-0,77	-6,40	3,99	-1,72
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,45	3,11	3,11	7,40	14,80	18,96	38,62
Var. Não Se Aplica p.p.	1,45	3,11	3,11	7,40	14,80	18,96	38,62
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	-0,16	-0,50	-0,50	-7,53	-4,02	-13,60	
Var. IPCA + 7,50% p.p.	-1,12	-2,96	-2,96	-12,62	-16,11	-39,95	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	3,13	6,16	6,16	10,81	41,86	30,12	81,97
Var. IFIX p.p.	-0,01	0,98	0,98	2,44	20,71	16,11	50,29
JUAZEIRO DO NORTE	1,20	3,75	3,75	7,73	14,84	21,95	
Var. IPCA + 5,21% p.p.	0,43	1,84	1,84	3,81	5,15	0,94	
CDI	1,22	3,59	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28
IBOVESPA	1,29	10,18	10,18	16,04	33,95	20,08	46,83
INPC + 6,00%	0,72	1,77	1,77	3,87	10,13	22,34	34,39
IPCA + 6,00%	0,84	2,10	2,10	4,32	10,52	22,84	36,13

Cotização e Taxas

	Aplicação	Resgate		Taxas	
Fundo	Cotização	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA		D+1 du	D+6 du		0,50%
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+1 du	D+1	D+2	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	D+0	D+0		
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,0213% a 0,0616%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	D+0	D+0		
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0	D+0	D+0		0,20%
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA		D+0	D+1 du		1,20%
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	0,008%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0		
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA					
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0		0,40%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+2		
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+0	D+0	D+2		
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+1	Não possui	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	Não se aplica				
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+0	D+1	D+3		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

	Aplicação	Resgate		Taxas	
Fundo	**Cotização**	**Cotização**	**Liquidação**	**Performance**	**Administração**
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+0	D+0	D+2		
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11					
KÍNITRO FIF AÇÕES		D+1 du	D+3 du	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO		D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		0,25%
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF		D+0	D+0		0,10%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0	D+0	D+0	Não possui	

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,16	3,56	3,56	7,39	14,76	25,62	42,26	59,36	64,02
IRF-M 1+	-0,06	3,30	3,30	6,36	20,07	17,91	39,74	50,10	42,61
IRF-M TOTAL	0,30	3,37	3,37	6,72	18,22	20,41	40,29	52,67	49,63
IMA-B 5	0,95	3,08	3,08	5,29	11,65	18,53	32,90	45,90	52,56
IMA-B 5+	-0,19	3,69	3,69	3,12	14,20	4,35	24,46	28,57	20,14
IMA-B TOTAL	0,31	3,42	3,42	4,02	13,17	10,41	28,13	36,29	34,57
IMA-GERAL TOTAL	0,79	3,48	3,48	6,42	14,83	20,69	38,55	51,93	53,39
IDKA 2	1,15	3,25	3,25	5,80	12,03	18,57	32,95	45,37	52,59
IDKA 20	-1,51	4,08	4,08	1,65	16,89	-7,55	17,53	15,28	-1,43
CDI	1,22	3,59	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28	61,01	68,09

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	1,29	10,18	10,18	16,04	33,95	20,08	46,83	53,71	35,38
IBRX 100	1,19	9,96	9,96	15,81	33,45	20,49	46,13	52,00	35,01
IBRX 50	1,44	10,10	10,10	16,12	32,11	21,37	45,72	54,05	37,81
SMALL CAP	-3,58	2,67	2,67	3,38	30,70	-2,02	14,76	-2,52	-18,31
Índice Consumo - ICON	-2,99	4,31	4,31	4,52	27,97	-0,89	6,03	-20,86	-41,52
Índice Dividendos - IDIV	1,46	8,75	8,75	14,31	29,99	26,58	60,55	80,86	69,26

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	3,14	5,18	5,18	8,37	21,15	14,01	31,68	34,60	31,54

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI (BRL)	4,13	6,59	6,59	11,46	7,16	58,62	76,75	32,54	66,23
MSCI ACWI (USD)	0,94	3,03	3,03	10,54	20,60	39,56	67,60	34,42	57,00
S&P 500 (BRL)	3,11	5,88	5,88	11,24	3,42	63,11	88,02	41,62	92,97
S&P 500 (USD)	-0,05	2,35	2,35	10,32	16,39	43,52	78,29	43,63	82,25

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,33	0,60	0,60	1,24	4,26	9,30	14,35	20,97	33,14
INPC	0,21	0,27	0,27	0,79	3,90	8,85	12,89	19,58	31,73
IGPM	-0,01	-0,10	-0,10	-0,10	-1,04	5,43	2,07	7,64	26,78
SELIC	1,22	3,59	3,59	7,43	14,31	26,74	43,28	61,01	68,08

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Trimestre	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,67	1,61	1,61	3,30	8,43	18,24	28,59	41,45	61,88
IPCA + 5,00%	0,76	1,85	1,85	3,81	9,48	20,53	32,33	46,95	69,79
IPCA + 5,50%	0,80	1,98	1,98	4,07	10,00	21,68	34,22	49,76	73,86
IPCA + 5,89%	0,83	2,07	2,07	4,27	10,41	22,58	35,71	51,98	77,09
IPCA + 6,00%	0,84	2,10	2,10	4,32	10,52	22,84	36,13	52,61	78,01
INPC + 4,00%	0,55	1,27	1,27	2,85	8,05	17,75	26,94	39,83	60,17
INPC + 6,00%	0,72	1,77	1,77	3,87	10,13	22,34	34,39	50,87	76,13

Curva x Mercado

Ativo	Financeiro Curva (R$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.644.872,26	6,722000	27.398.056,04	7,390000	-1.246.816,22
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.391.395,30	7,000000	14.128.733,91	10,309200	-262.661,39
NTN-B 150830 (6,881500%)	26.039.414,62	6,881500	25.227.757,40	7,737900	-811.657,22
NTN-B 150830 (7,950000%)	10.761.890,61	7,950000	10.846.440,83	7,737900	84.550,22

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
268	02/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	21.627,00	0,00	5.756,28834200	3,7571085240
269	02/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	402.011,55	0,00	107.000,24964100	3,7571085240
270	02/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	540,48	143,85530700	3,7571085240
271	02/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.518,00	247,47087600	6,1340550000
272	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	768,14	125,15468000	6,1375250000
273	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	8.034,00	1.308,99671000	6,1375250000
274	07/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.277,00	370,59291800	6,1442080000
275	07/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.096,38	3.108,02954800	6,1442080000
276	09/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.265,07	3.131,97662100	6,1510900000
277	10/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	4.168,50	677,31390700	6,1544580000
278	13/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	452,88	73,54654000	6,1577330000
279	14/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	263.051,20	69.701,68871100	3,7739573440
280	14/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	263.051,20	0,00	42.694,35622300	6,1612640000
281	14/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.450,10	235,35754500	6,1612640000
282	14/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	195,00	31,64934700	6,1612640000
283	16/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.625,61	263,56501600	6,1677760000
284	16/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.271,65	854,70841000	6,1677760000
285	16/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	702,26	113,85951300	6,1677760000
286	20/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18.801,70	3.045,05577000	6,1745010000
287	21/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	615.612,53	0,00	162.673,77239000	3,7843379480
288	21/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	1.432,55576000	6,1777700000
289	21/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.000,00	485,61211700	6,1777700000
290	22/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	2.531,24	0,00	668,51152400	3,7863819950
291	23/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	24.454,98	3.954,58181400	6,1839610000
292	28/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.138,50	183,80521800	6,1940570000
293	29/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.408.856,64	1.951.357,75910100	3,7967700210
294	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	6.113,86	986,54481400	6,1972450000
295	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	65.579,45	10.582,03269500	6,1972450000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
296	30/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	6.736.293,10	0,00	1.773.289,85167600	3,7987546670
297	30/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	21.627,00	3.487,94402000	6,2005010000
298	30/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	4.554,00	734,45679200	6,2005010000
299	31/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.003.871,60	264.118,59245500	3,8008365510
300	31/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	30.521,34	0,00	4.919,77270100	6,2038110000
301	31/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	2.987,18	0,00	481,50725400	6,2038110000
302	03/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.023.482,75	269.133,10126500	3,8028869180
303	03/11/2025	BRADESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REF DI FEDERAL EXTRA – RESP LIMITADA	0,00	1.275.049,98	64.623,08250460	19,7305657000
304	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18,00	2,89975300	6,2071930000
305	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	90,00	14,49930500	6,2071930000
306	03/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	17.913,67	2.885,95337500	6,2071930000
307	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.275.049,98	0,00	335.100,15326600	3,8049817870
308	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	3.737,20	0,00	982,18604100	3,8049817870
309	04/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	13.083,66	3.438,56048000	3,8049817870
310	04/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.342,00	860,14716700	6,2105650000
311	07/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	614.527,97	0,00	161.229,71474800	3,8115056580
312	07/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	4.380,18	1.149,19939600	3,8115056580
313	07/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.138,50	183,00913400	6,2210010000
314	07/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	7.398,78	1.189,32309000	6,2210010000
315	12/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.211,54	3.083,27381000	6,2308900000
316	12/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.855,13	3.186,56402800	6,2308900000
317	13/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	4.078,40	1.067,66628600	3,8199201890
318	13/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.897,50	304,36544400	6,2342820000
319	17/11/2025	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,00	419.504,45	318.001,71527800	1,3191892680
320	17/11/2025	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,00	102.016,89	77.333,01996500	1,3191892680
321	18/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	419.514,45	0,00	109.640,94257500	3,8262572370
322	18/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	102.016,89	0,00	26.662,31873100	3,8262572370
323	18/11/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	583.620,50	198.967,59361600	2,9332440000
324	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	1.417,11237600	6,2450940000
325	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	583.620,50	0,00	93.452,63658100	6,2450940000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
326	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.386,74	382,17839500	6,2450940000
327	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.036,00	486,14160200	6,2450940000
328	18/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.448,05	231,87000700	6,2450940000
329	19/11/2025	FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	709.916,23	363.997,25806000	1,9503340000
330	25/11/2025	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	297,67	101,27431400	2,9392320000
331	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	709.916,23	0,00	113.420,69408200	6,2591420000
332	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	297,67	0,00	47,55763600	6,2591420000
333	25/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.245,00	198,90904800	6,2591420000
334	27/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.518.690,96	1.958.546,45316700	3,8389137760
335	27/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	75.535,31	12.054,62751800	6,2660840000
336	28/11/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	4.738.758,45	0,00	1.233.706,08809000	3,8410756790
337	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	30.521,34	0,00	4.868,18205300	6,2695560000
338	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18,00	2,87087500	6,2695560000
339	28/11/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.309,34	846,84458300	6,2695560000
340	02/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	37.091,71	0,00	9.646,12520300	3,8452445120
341	02/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	21.627,00	3.445,74346100	6,2764400000
342	03/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.897,50	302,15385700	6,2799120000
343	04/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	30.865,09	4.912,27465300	6,2832580000
344	08/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.227.562,57	0,00	318.548,40592700	3,8536139160
345	08/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	950,65	151,13257900	6,2901730000
346	09/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	7.725,00	1.227,32185300	6,2941920000
347	10/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	18,03	4,67345600	3,8579586510
348	10/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.200.000,00	311.045,32436800	3,8579586510
349	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.850,00	0,00	1.405,40638300	6,2971110000
350	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	951,05	151,02956600	6,2971110000
351	10/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	9.500.000,00	1.508.628,32106600	6,2971110000
352	11/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	18.604,81	2.952,81278100	6,3007080000
353	11/12/2025	NTN-B 150830 (7,950000%)	10.698.435,22	0,00	2.467,00000000	4.336,6174381840
354	15/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	139.089,12	0,00	35.991,81112300	3,8644657120
355	15/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.093,41	173,33978700	6,3078990000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
356	15/12/2025	KÍNITRO FIF AÇÕES	878.170,95	0,00	431.229,64806912	2,0364345400
357	16/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	30.452,34	0,00	4.824,98761700	6,3113820000
358	16/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.277,00	360,77678500	6,3113820000
359	17/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	10.481.898,19	0,00	2.709.407,20501200	3,8687053650
360	17/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	69,00	0,00	10,92674400	6,3147810000
361	17/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	1.759,94	278,70172700	6,3147810000
362	18/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.540.687,81	1.948.058,33296600	3,8708737220
363	18/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	72.458,27	11.468,03722300	6,3182800000
364	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.446.624,00	0,00	373.506,05970500	3,8730937890
365	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	504.323,50	0,00	130.212,05461900	3,8730937890
366	19/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	3.459.113,63	893.113,83055700	3,8730937890
367	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	34.219,97	5.412,82300100	6,3220190000
368	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	45.391,26	7.179,86769500	6,3220190000
369	19/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	861,65	136,29347800	6,3220190000
370	23/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	15.861,25	4.090,70810400	3,8773849410
371	23/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.182.775,04	305.044,52304800	3,8773849410
372	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	2.240,04	353,93277700	6,3289980000
373	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	331,81	52,42694000	6,3289980000
374	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	3.415,50	539,65882200	6,3289980000
375	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	566,71	89,54181200	6,3289980000
376	23/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	16.157,87	2.552,99020400	6,3289980000
377	24/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.194.343,19	307.857,91593400	3,8795273020
378	29/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	387,41	0,00	99,75058800	3,8837865960
379	29/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	22.929,00	3.616,92147300	6,3393690000
380	30/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.491.384,00	0,00	383.786,54192800	3,8859726360
381	30/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	2.836.524,06	0,00	729.939,27793500	3,8859726360
382	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	150,18	23,67693800	6,3428660000
383	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	29.960,13	4.723,43726900	6,3428660000
384	30/12/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	19.563,95	3.084,40217500	6,3428660000
385	31/12/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	138.603,21	0,00	35.647,89002500	3,8881182000

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
	Total		**46.489.761,10**	**45.131.175,97**		

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% **Value-At-Risk (R$): 2.820.687,53** **Value-At-Risk: 0,61%**

	Volatilidade[1]	VaR[2]	Limite[5]	CVaR[3]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Artigo 7º	0,38	0,20	3,00	0,10	-0,36	1,08	383.953.904,97	83,18
Artigo 8º	11,82	5,51	10,00	0,17	-0,04	0,70	16.435.160,46	3,56
Artigo 9º	15,74	6,89	10,00	-0,03	0,23	4,78	4.860.796,72	1,05
Artigo 10º	6,57	3,09	10,00	0,31	0,11	1,97	51.912.732,08	11,25
Artigo 11º	34,44	19,07	10,00	0,06	-0,01	0,78	4.442.074,20	0,96
JUAZEIRO DO NORTE		0,61		0,61			461.604.668,43	100,00

Renda Fixa **Value-At-Risk: 0,20%**

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,13	0,30	0,00	0,29	-2,80	0,87	14.391.395,30	3,12
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,13	0,29	0,00	0,28	-2,87	0,86	26.039.414,62	5,64
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,13	0,32	0,00	0,31	-2,20	0,94	10.761.890,61	2,33
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,13	0,29	0,00	0,28	-2,98	0,85	28.644.872,26	6,21
Sub-total	0,13	0,30	0,00		-2,81	0,86	79.837.572,79	17,30

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,25	0,65	0,01	0,70	-0,11	1,08	17.986.654,88	3,90
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	4,52	1,77	0,03	1,79	-0,12	0,68	14.607.050,98	3,16
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,03	0,41	0,00	0,41	-0,30	1,21	50.641.904,12	10,97
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,71	0,45	0,01	0,51	-0,35	0,97	31.782.194,74	6,89
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	4,35	1,56	0,01	1,57	-0,22	0,26	6.265.442,29	1,36

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,10	0,41	0,00	0,41	-0,08	1,21	12.246.189,97	2,65
Sub-total	0,98	0,41	0,08		-0,19	1,03	133.529.436,98	28,93

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,01	0,42	0,24	1,22	68.229.259,35	14,78
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,02	0,41	0,00	0,41	-0,07	1,22	20.470.017,76	4,43
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	0,38	0,00	0,38	-97,77	1,13	0,16	0,00
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,42	0,01	0,42	0,11	1,23	45.014.821,55	9,75
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,16	0,42	0,00	0,42	-0,14	1,20	10.544.865,57	2,28
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,41	0,00	0,41	-0,19	1,21	19.705.285,48	4,27
Sub-total	0,03	0,27	0,03		0,05	1,22	163.964.249,87	35,52

Artigo 7º V, Alínea b

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,07	0,41	0,00	0,41	-0,25	1,20	6.622.645,33	1,43
Sub-total	0,07	0,41	0,00		-0,25	1,20	6.622.645,33	1,43

Renda Variável — **Value-At-Risk: 5,51%**

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9,23	4,80	0,06	1,25	0,03	1,47	9.440.679,85	2,05
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	30,74	12,03	0,04	8,26	0,01	1,59	2.580.606,20	0,56
KÍNITRO FIF AÇÕES	26,91	10,16	0,07	4,90	-0,10	-1,44	4.413.874,41	0,96
Sub-total	11,82	5,51	0,17		-0,04	0,70	16.435.160,46	3,56

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos no Exterior — **Value-At-Risk: 6,89%**

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,74	6,89	-0,03	8,14	0,23	4,78	4.860.796,72	1,05
Sub-total	15,74	6,89	-0,03		0,23	4,78	4.860.796,72	1,05

Investimentos Estruturados — **Value-At-Risk: 3,09%**

Artigo 10º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	8,06	4,69	0,03	0,78	0,07	1,79	4.955.290,68	1,07
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,50	1,75	0,00	1,75	0,07	1,45	10.303.579,82	2,23
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	2,92	1,56	0,00	8,14	0,29	2,08	5.947.739,80	1,29
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	8,08	4,67	0,08	0,81	0,09	1,93	12.428.043,33	2,69
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	15,46	5,86	0,19	2,25	0,07	2,30	18.278.078,45	3,96
Sub-total	6,57	3,09	0,31		0,11	1,97	51.912.732,08	11,25

Fundos Imobiliários — **Value-At-Risk: 19,07%**

Artigo 11º

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	132,85	65,22	0,06	65,12	0,01	3,13	1.302.595,46	0,28
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	0,54	2,24	0,00	2,30	-2,57	-0,16	3.139.478,74	0,68
Sub-total	34,44	19,07	0,06		-0,01	0,78	4.442.074,20	0,96

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Politica de Investimentos (%)

Observações

-Referente ao mês de dezembro de 2025, vale observar que:

- O Instituto está com 22,60% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

PARECER DE INVESTIMENTOS Nº 000004/2026
PERÍODO: 4° TRIMESTRE
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE – PREVIJUNO
OBJETO: RELATÓRIOS DE INVESTIMENTOS

1. Introdução

O presente Parecer de Investimentos tem como objetivo apresentar a análise detalhada do desempenho da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte (PREVIJUNO) referente ao **4° Trimestre de 2025**. A análise considera:

a) As condições econômicas do período;
b) O cumprimento da **Política de Investimentos 2025** do PREVIJUNO;
c) Os requisitos da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, que regulamenta as aplicações dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O foco da análise está na **adequação da alocação dos recursos**, no **desempenho da rentabilidade da carteira em relação à Meta Atuarial** e no **cumprimento dos limites legais e normativos estabelecidos**.

2. Contexto Econômico do 4° Trimestre

De acordo com dados oficiais do IBGE, o IPCA referente ao mês de **dezembro de 2025** apresentou variação de **0,33%**, posicionando-se acima da taxa de **0,18%** registrada em novembro. Com esse resultado, o índice encerrou o ano de 2025 com um acumulado de **4,26%** nos últimos doze meses. Esse desempenho inflacionário é um balizador fundamental para a análise da rentabilidade real da carteira frente à meta atuarial estabelecida.

A rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO, cuja meta atuarial é IPCA + 5,21% ao ano, apresentou desempenho superior ao projetado, registrando 3,75% no trimestre, frente à meta de 1,91%, o que resultou em uma margem positiva de 1,84%. No acumulado de janeiro a dezembro, a rentabilidade atingiu 14,84% ao ano, diante da meta projetada de 9,70%, gerando um desvio positivo de 5,15%.

Na reunião de **dezembro de 2025**, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) manteve a **taxa Selic em 15%**, reforçando a política monetária restritiva diante das pressões inflacionárias.

Os ativos de renda fixa permaneceram com retornos atrativos, beneficiados pela alta da Selic. A moderação da inflação sugere possível redução na rentabilidade futura desses ativos. Já os ativos de risco, como renda variável e fundos imobiliários, apresentaram maior volatilidade, influenciados pelas oscilações naturais dos mercados e pelo cenário econômico ainda sujeito a ajustes e incertezas.

A gestão da carteira optou por priorizar ativos de renda fixa indexados à inflação e à taxa Selic, mantendo postura conservadora e mitigando riscos.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A carteira do PREVIJUNO, em **31 de dezembro de 2025**, encontra-se parcialmente alinhada à Política de Investimentos 2025 e à Resolução CMN nº 4.963/2021. A distribuição dos ativos é a seguinte:

Renda Fixa: R$ 383.953.904,97 (83,18% da carteira)

Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º I, Alínea a): **R$ 79.837.572,79 (17,30% da carteira)** – A alocação está bem dentro do limite mínimo (0%) e do limite máximo (100%), atendendo às diretrizes da Política de Investimentos, com o objetivo de (30,56%).

Fundos 100% Títulos Públicos (Art. 7º I, Alínea b): **R$ 133.529.436,98 (28,93% da carteira)** – O fundo mantém uma exposição dentro do limite máximo de 100% e está abaixo do objetivo em 30,57%.

Fundos Renda Fixa (Art. 7º III, Alínea a): **R$ 163.964.249,87 (35,52% da carteira)** – A exposição a fundos de renda fixa está acima do objetivo em 28,51%, mas dentro do limite máximo de 75%.

FI RF - Crédito Privado (Artigo 7º V, Alínea b): **R$ 6.622.645,33 (1,43% da carteira)** - A alocação está abaixo do objetivo de 2,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

Renda Variável: **R$ 16.435.160,46 (3,56% da carteira)**

Fundos de Ações (Art. 8º I): **R$ 16.435.160,46 (3,56% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 5%, evidenciando um posicionamento conservador, dentro do limite máximo de 45%.

Investimentos no Exterior: **R$ 4.860.796,72 (1,05% da carteira)**

Fundos de Ações - BDR Nível I (Art. 9º III): **R$ 4.860.796,72 (1,05% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 10% e dentro do limite máximo de 10%.

Investimentos Estruturados: **R$ 51.912.732,08 (11,25% da carteira)**

Fundos Multimercados (Art. 10º I): **R$ 51.912.732,08 (11,25% da carteira)** – A exposição ligeiramente abaixo do objetivo de 14,52% é aceitável, pois está dentro do limite máximo de 15%.

Fundos Imobiliários: **R$ 4.442.074,20 (0,96% da carteira)**

Fundo de Investimento Imobiliário (Art. 11): **R$ 4.442.074,20 (0,96% da carteira)** – A alocação está acima do objetivo de 0,00%, respeitando o limite máximo de 15%.

A carteira está em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, que determina que os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS adotem prudência na gestão dos investimentos, observem a diversificação adequada e cumpram os limites estabelecidos para proteger os interesses dos participantes.

4. Rentabilidade da Carteira do 4° Trimestre

A rentabilidade da carteira do 4° Trimestre de 2025 foi de **3,75%**, comparada à meta atuarial no período que foi de 1,91%, resultado em uma diferença positiva de **1,84%**.

A rentabilidade mensal da carteira, conforme apresentado, foi a seguinte:

Carteira: JUAZEIRO DO NORTE — Data Extrato: 31/12/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,56	0,56	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,67	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	13	54,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	45,83

	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,75	1,91	1,84	1,21
06 meses	7,73	3,92	3,81	1,04
12 meses	14,84	9,70	5,15	1,25
24 meses	21,95	20,77	1,18	1,64
Desde 29/12/2023	21,95	20,77	1,18	1,64

Em termos de performance relativa:

a) Meses Acima da Meta Atuarial: 10 meses (81,82%);
b) Meses Abaixo da Meta Atuarial: 2 meses (18,18%).

Em termos de performance relativa, no ano de 2025 a carteira de investimentos do PREVIJUNO apresentou o seguinte comportamento: **81,82% dos meses registraram rentabilidade superior à Meta Atuarial e 18,18% ficaram abaixo**, ou seja, a meta foi superada em **10 meses** e não alcançada em **2 meses**.

Esse resultado reflete um cenário econômico marcado pela manutenção de retornos positivos nos ativos de renda fixa, impulsionados pela elevada taxa Selic. No entanto, a trajetória de desaceleração da inflação — evidenciada pelos dados recentes do IPCA-15 — indica uma redução gradual da taxa Selic, o que poderá impactar a rentabilidade desses ativos.

5. Desenquadramento da Resolução CMN nº 4963/2021

O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,60% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:

FUNDOS IMOBILIÁRIOS									0,96%
Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)									
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Trim.	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	76,22	25,31	3,13	6,40	1.302.595,46	0,28	136.838.521,44	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	5,05	-0,16	-0,16	-0,50	3.139.478,74	0,68	13.902.077,05	22,60
		Sub-total Artigo 11º	**24,29**	**6,17**	**0,78**	**1,39**	**4.442.074,20**	**0,96**		
		Fundos Imobiliários	24,29	6,17	0,78	1,39	4.442.074,20	0,96		
		Total	1,25	0,10	1,20	3,75	461.604.668,43	100,00		

6. Desempenho em Relação à Meta Atuarial

A Meta Atuarial do PREVIJUNO para o 4° Trimestre de 2025, calculada como **IPCA + 5,21% ao ano**, foi de **1,91%**. A carteira obteve **3,75%**, superando a meta em **1,84 ponto percentual**, evidenciando desempenho positivo na gestão dos investimentos.

7. Volatilidade e Gestão de Risco

A volatilidade da carteira do PREVIJUNO no 4° Trimestre de 2025 foi de **1,21%**. Esse indicador evidencia que o Fundo mantém uma **postura conservadora de gestão de risco**, fundamental para a proteção dos recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte diante das oscilações do mercado financeiro.

A exposição ao risco permaneceu controlada, com predominância de alocações em **ativos de renda fixa**. Embora esses ativos possam apresentar rentabilidade mais moderada em cenários de maior volatilidade, eles desempenham papel essencial na **estabilidade e segurança da carteira**, contribuindo para a preservação do capital e para a mitigação de riscos de mercado.

8. Conformidade com a Resolução CMN nº 4963/2021

A **Resolução CMN nº 4963/2021**, que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), não foi integralmente cumprida no 4° Trimestre de 2025, em razão do desenquadramento no JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 ocorrido no período. Apesar do desenquadramento, o alinhamento geral à resolução contribuiu para garantir a segurança jurídica e financeira dos participantes do plano.

9. Conclusão

No 4° Trimestre de 2025, o PREVIJUNO registrou rentabilidade de **3,75%**, superando a Meta Atuarial de **1,91%** e alcançando um **desvio positivo de 1,84 ponto percentual**. A carteira de investimentos foi gerida com parcial aderência à Política de Investimentos

2025, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Entretanto, foi identificado que o fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,60% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pelo Comitê de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

O relatório detalhado sobre o desempenho dos investimentos foi aprovado pelo Comitê de Investimentos, sendo que este parecer será submetido ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final, conforme os trâmites estabelecidos. A transparência e o rigor no cumprimento das normas continuam sendo fundamentais na gestão do PREVIJUNO, com o objetivo de garantir a integridade dos recursos e atender às necessidades previdenciárias dos servidores.

Juazeiro do Norte, Ceará, 28 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do PREVIJUNO

Anexos: 01/38.

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIAS DE INVESTIMENTOS

Julho a dezembro de 2025

PREVIJUNO

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS DOS INVESTIMENTOS
Ente Federativo: Município de Juazeiro do Norte – CE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte – CE
Tipo de Agentes Públicos: Agentes Públicos Civis
Tipo de Fundo: Fundo em Capitalização
Número da Versão do Documento: Versão 01
Período de análise: 01 de julho a 31 de dezembro de 2025.
Data de Elaboração: 05 de fevereiro de 2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 4

2. BASE NORMATIVA E REGULAMENTAR 4

3. ESCOPO E METODOLOGIA DA DILIGÊNCIA 4

4. LASTRO DOCUMENTAL E PROCESSO DECISÓRIO 4

4.1. Credenciamento das Instituições Financeiras 4

4.1.1 Instituições Credenciadas 5

4.1.2 Renovação de credenciamentos 5

5. LASTRO TÉCNICO DOS INVESTIMENTOS 5

5.1. Movimentação da Carteira de Investimentos 5

5.2. Distribuição dos Recursos Investidos 6

5.3 Rentabilidade e Desempenho 8

6. DILIGÊNCIAS REALIZADAS 8

7. RECOMENDAÇÕES 8

8. COMPROVAÇÃO DE LASTRO 9

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 9

REFERÊNCIAS 11

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo analisar a gestão dos investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE - PREVIJUNO, referente ao período de **julho a dezembro de 2025** (segundo semestre de 2025). O propósito é fortalecer a transparência sobre os recursos aplicados no mercado financeiro e, especialmente, diagnosticar as diligências necessárias, conforme estabelecido no Item 3.2.6 do Manual, versão 3.6, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Portaria MPS nº 185/2015 e Portaria MF nº 577/2017).

2. BASE NORMATIVA E REGULAMENTAR

A elaboração deste relatório observa os seguintes dispositivos legais e normativos:

i. Constituição Federal, art. 40;
ii. Lei nº 9.717/1998;
iii. Portaria MTP nº 1.467/2022;
iv. Manual do Pró-Gestão RPPS – versão 3.6 (Item 3.2.6);
v. Resolução CMN nº 4.963/2021;
vi. Política de Investimentos do PREVIJUNO vigente no exercício de 2025;
vii. Regulamentos internos do RPPS.

3. ESCOPO E METODOLOGIA DA DILIGÊNCIA

A diligência abrangeu a análise dos investimentos realizados pelo PREVIJUNO no período de julho a dezembro de 2025, mediante:

i. análise documental dos processos administrativos de investimentos;
ii. verificação das deliberações do Comitê de Investimentos;
iii. conferência do credenciamento das instituições financeiras;
iv. análise da movimentação da carteira e da distribuição dos recursos;
v. confrontação das aplicações com a Política de Investimentos e os limites legais;
vi. verificação da consistência das informações declaradas no DAIR/CADPREV.

4. LASTRO DOCUMENTAL E PROCESSO DECISÓRIO

4.1. Credenciamento das Instituições Financeiras

O PREVIJUNO realiza o credenciamento das instituições financeiras a cada dois anos, avaliando os aspectos **patrimoniais, fiscais, jurídicos e comerciais**, conforme o inciso VI do §1º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021.

4.1.1 Instituições Credenciadas

No segundo semestre de 2025, não houve credenciamento de novas instituições financeiras, permanecendo válidos os credenciamentos previamente aprovados, conforme relacionado abaixo:

Banco Santander
Banco Daycoval S.A.
R3 Agente Autônomo de Investimentos Eireli
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Bradesco S.A.
BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.
Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda.
Banco Safra S.A.
Banco J. Safra S.A.
Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Caixa Econômica Federal
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Planner Consultoria

4.1.2 Renovação de credenciamentos

No período analisado, foi solicitada a renovação do credenciamento do **Banco Santander**, conforme MEMO nº 000005/2026 – COMIN/PREVIJUNO e Memorando nº 30/2025/CONDEL/PREVIJUNO, encontrando-se o processo em fase de conclusão.

5. LASTRO TÉCNICO DOS INVESTIMENTOS

5.1. Movimentação da Carteira de Investimentos

No **segundo semestre de 2025 (2S2025)**, a carteira de investimentos o PREVIJUNO reportou uma rentabilidade[1] de **R$ 32.892.109,67** (trinta e dois milhões e oitocentos e noventa e dois mil e cento e nove reais e sessenta e sete centavos), refletindo a eficiência da estratégia adotada, pautada nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade.

[1] Informações extraídas dos Demonstrativos de receitas por classe econômica de 01/07/2025 a 31/12/2025. Na memória de cálculo foi considerado as remunerações positivas [-] menos as remunerações negativas no período em análise.

5.2. Distribuição dos Recursos Investidos

A distribuição da carteira de investimento do PREVIJUNO no período foi a seguinte:

i. **83,18% em Renda Fixa**: A maior parte dos recursos está investida em ativos de renda fixa, refletindo uma estratégia conservadora e focada na preservação do capital. Essa alocação garante um fluxo de caixa estável e previsível, com menor exposição ao risco de mercado. A renda fixa é composta por títulos públicos, CDBs, debêntures e outras opções que oferecem uma rentabilidade atrelada a índices de referência, garantindo segurança e confiabilidade nas aplicações;

ii. **3,56%** em Renda Variável: Uma parcela do portfólio é alocada em ativos de renda variável, como ações e fundos de ações, permitindo ao PREVIJUNO buscar uma maior rentabilidade no longo prazo, aproveitando o potencial de crescimento do mercado de ações. Essa alocação, embora com maior risco, é uma estratégia de diversificação que visa equilibrar a carteira com ganhos potencialmente mais elevados;

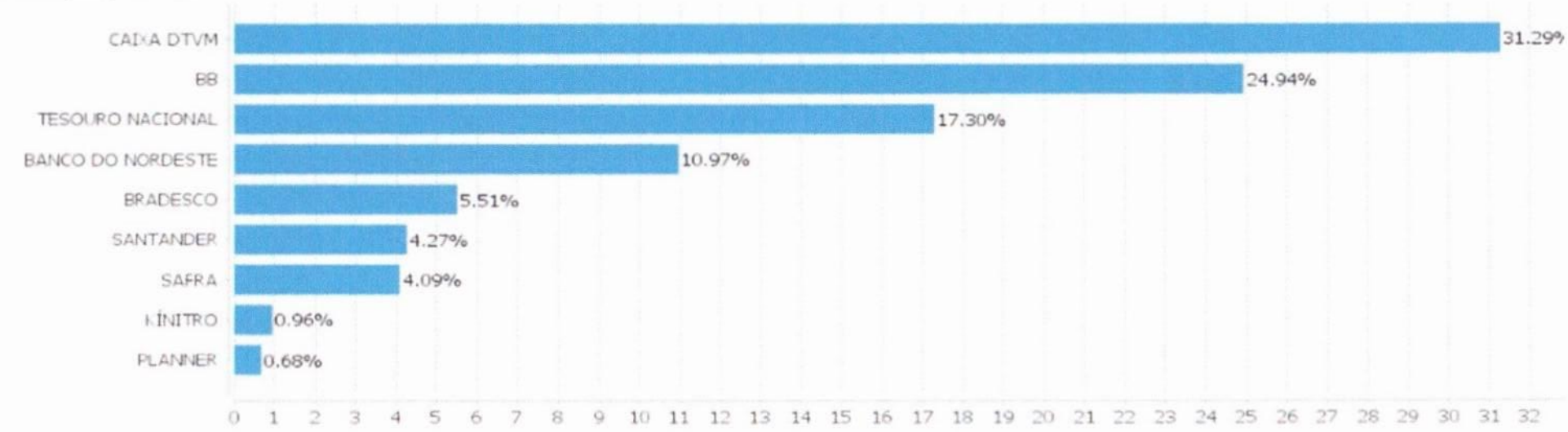
iii. **11,25% em Investimentos Estruturados**: Esses investimentos incluem operações mais sofisticadas, como fundos multimercados, *private equity*, e outros produtos financeiros que, embora com um nível de complexidade maior, oferecem oportunidades de retorno ajustadas ao risco. A alocação em investimentos estruturados busca agregar valor ao portfólio com operações de maior retorno, mas ainda assim dentro de um controle rigoroso de risco;

iv. **0,96% em Fundos Imobiliários**: Uma parte dos recursos é direcionada para fundos imobiliários (FIIs), que oferecem ao PREVIJUNO a possibilidade de obter rendimentos regulares a partir de aluguéis de imóveis e valorização de ativos imobiliários. Essa categoria traz uma forma alternativa de rendimento passivo, com boa diversificação para o portfólio, ao mesmo tempo em que reduz a exposição a mercados financeiros mais voláteis;

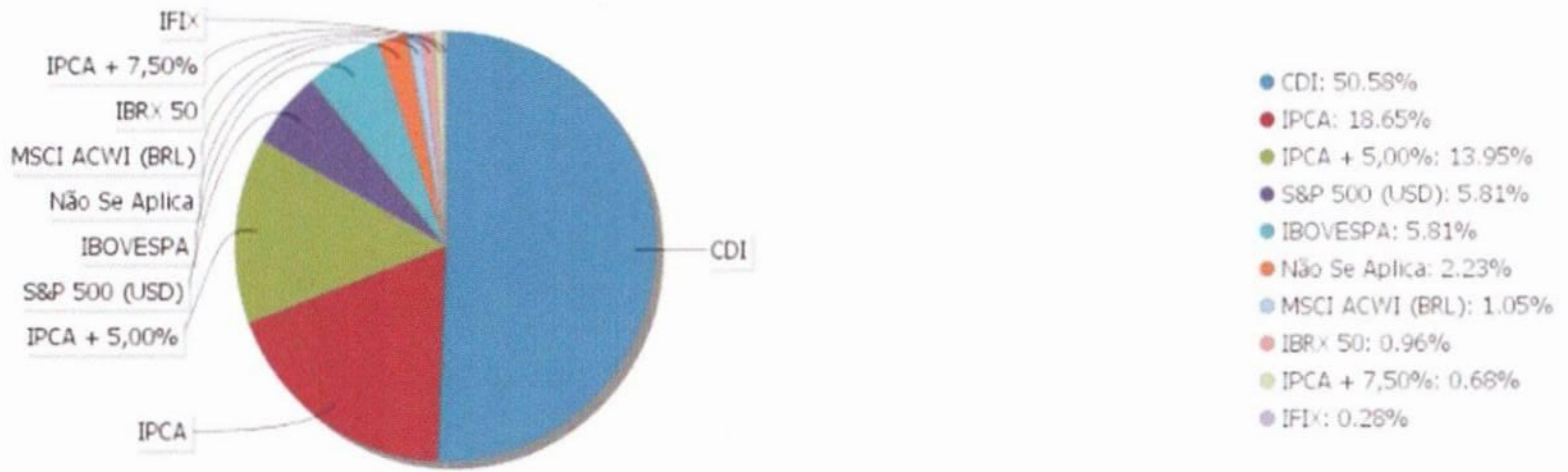
v. **1,05% em Investimentos no Exterior**: O fundo também investe uma parte de seus recursos em ativos internacionais, o que proporciona uma diversificação geográfica e a possibilidade de se beneficiar de mercados externos. Os investimentos no exterior podem incluir ações, títulos e outros produtos financeiros que buscam aproveitar o desempenho de economias globais, além de reduzir o risco de concentração em ativos domésticos.

A predominância em Renda Fixa mostrou-se compatível com o cenário macroeconômico de elevada taxa Selic (15% a.a.).

Alocação por Gestor



Alocação Por Estratégia



5.3 Rentabilidade e Desempenho

No 2º semestre de 2025, a carteira apresentou rentabilidade de **7,73%**, superando o **CDI**[2] **(≈7,27%)**, com destaque para títulos públicos e fundos indexados ao CDI.

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,12	1,27	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,56	0,58	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,56	0,50	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,56	0,81	0,87	0,80	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	-0,02	-0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	13	54,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	45,83

	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,75	1,91	1,84	1,18
06 meses	7,73	3,92	3,81	1,03
12 meses	14,84	9,70	5,15	1,24
24 meses	21,95	20,77	1,18	1,64
Desde 29/12/2023	21,95	20,77	1,18	1,64

Fonte: Relatório de Investimentos, posição 31/12/2025, emitido pela LDB Consultoria Financeira.

6. DILIGÊNCIAS REALIZADAS

No período analisado, o Comitê de Investimentos realizou reuniões ordinárias e extraordinárias, adotando postura prudente e alinhada à meta atuarial de **IPCA + 5,21%**.

Constituem diligências comprovadas neste relatório:

i. monitoramento contínuo da carteira e dos indicadores macroeconômicos;
ii. cumprimento do calendário de reuniões do Comitê de Investimentos;
iii. comunicação permanente com gestores e administradores;
iv. acompanhamento do processo de renovação do credenciamento do Banco Santander;
v. monitoramento de fundos em desacordo com o art. 19 da Resolução CMN nº 4.963/2021;
vi. atualização de certificação profissional de membro do Comitê;
vii. saneamento de divergências entre relatórios internos e informações do DAIR/CADPREV.

7. RECOMENDAÇÕES

Com base nas análises realizadas, nas diligências comprovadas e nos achados decorrentes do acompanhamento da gestão dos investimentos no período avaliado, apresentam-se as seguintes recomendações, com o objetivo de **aperfeiçoar os processos decisórios, fortalecer a governança, mitigar riscos institucionais e assegurar a plena conformidade normativa** do PREVIJUNO, em consonância com a Política de Investimentos vigente, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e as diretrizes do Pró-Gestão RPPS – Nível III:

[2] https://investidor10.com.br/indices/cdi/

a) Analisar a Carteira de Investimentos;
b) Avaliar Indicadores de Mercado e Contexto Nacional e Internacional;
c) Cumprir o calendário, periodicidade e priorização das Reuniões;
d) Manutenção de Comunicação com Instituições Financeiras;
e) Renovar o Credenciamento do Banco Santander;
f) Monitorar o desenquadramento do fundo JT PREV nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021;
g) Certificação Profissional e Conformidade Normativa de membros do Comitê de Investimentos;
h) Saneamento de Discrepâncias entre Relatórios Internos e o DAIR/CADPREV;
i) Qualificação e Educação Continuada do Comitê de Investimentos e da Coordenadoria de Investimentos.

8. COMPROVAÇÃO DE LASTRO

Com base na análise dos documentos, das deliberações e dos resultados apresentados, conclui-se que os investimentos realizados pelo PREVIJUNO no segundo semestre de 2025 **possuem lastro técnico, documental, normativo e decisório**, atendendo integralmente às exigências do **Pró-Gestão RPPS – Nível III** e da **Portaria MTP nº 1.467/2022**.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da gestão dos investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, referente ao período de julho a dezembro de 2025, evidencia a adoção de práticas consistentes de governança, planejamento e controle, em estrita observância às normas legais, regulamentares e às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos vigente.

Os resultados apurados demonstram que as decisões de alocação de recursos foram precedidas de adequada análise técnica, respaldadas por credenciamento regular das instituições financeiras, deliberações formais do Comitê de Investimentos e acompanhamento sistemático do desempenho da carteira. A predominância de investimentos em renda fixa revelou-se compatível com o cenário macroeconômico vigente, marcado por elevada taxa Selic, assegurando maior previsibilidade, liquidez e preservação do patrimônio previdenciário, sem prejuízo da diversificação em outras classes de ativos.

A rentabilidade obtida no período, superior ao CDI, reflete a eficiência das estratégias adotadas e a adequada relação entre risco e retorno, alinhada à meta atuarial do RPPS. Ademais, as diligências realizadas, devidamente registradas e comprovadas neste relatório, demonstram atuação contínua e preventiva do Comitê de Investimentos, especialmente no monitoramento da carteira, na conformidade normativa, no saneamento de inconsistências informacionais e no acompanhamento dos processos de credenciamento.

Não obstante os resultados positivos observados, **apresenta-se como medida de extrema urgência a atualização da certificação profissional de membro do**

Comitê de Investimentos que atualmente detém a titulação CP RPPS CGINV I (Nível Básico). Tal providência mostra-se indispensável diante dos seguintes fatores:

a) a permanência de membro com certificação inferior à exigida para a função e para o porte do RPPS implica **irregularidade no CADPREV**, comprometendo o registro institucional perante o Ministério da Previdência Social;

b) a desconformidade na composição do Comitê de Investimentos constitui **fator impeditivo à emissão ou renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP**, o que pode resultar na suspensão de transferências voluntárias e na impossibilidade de celebração de convênios e ajustes pelo ente federativo; e

c) a **Resolução CMN nº 5.272/2025** reforça a exigência de que a responsabilidade técnica pelas decisões de alocação de recursos esteja atribuída a profissionais com **nível de certificação compatível com a complexidade da gestão dos ativos**, como medida de proteção ao patrimônio previdenciário.

Diante disso, é **imperativo** que o referido membro realize, de forma imediata, o exame para **ascensão de nível de certificação**, preferencialmente para o **Nível Intermediário ou Avançado**, assegurando que a estrutura de governança do PREVIJUNO esteja plenamente alinhada às exigências normativas e aos critérios de supervisão direta do Ministério da Previdência Social.

Assim, conclui-se que o PREVIJUNO mantém uma gestão de investimentos estruturada, transparente e diligente, compatível com as exigências do **Pró-Gestão RPPS – Nível III**, sendo recomendada a adoção das medidas apontadas como forma de fortalecimento contínuo da governança, mitigação de riscos institucionais e preservação da regularidade previdenciária do ente federativo.

Juazeiro do Norte, Ceará, 05 de fevereiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Gestor de Recursos do PREVIJUNO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Econômica/Banco Central do Brasil. **Resolução CMN Nº 4.963**, de 25 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Econômica/Banco Central do Brasil. **Resolução CMN Nº 5.272**, de 18 de dezembro de 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Portaria/MTP nº 1.467**, de 2 de junho de 2022.

JUAZIERO DO NORTE. Comitê de Investimentos/Conselho Deliberativo**. Política de Investimentos de 2025**. Resolução Conselho Deliberativo nº 46, de 08 de novembro de 2024.

JUAZEIRO DO NORTE. Comitê de Investimentos/Conselho Deliberativo. **Regulamento de Credenciamento de Instituições Financeiras**. Resolução Conselho Deliberativo nº 11, de 20 de maio de 2024.

	COMP. DA FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO INICIAL (FIXADA)	DOT.ATUALIZADA (ACUMULADA)	VALOR EMPENHADO (NO PERÍODO)	VALOR LIQUIDADO (NO PERÍODO)	VALOR PAGO (NO PERÍODO)
Fonte 1800111101 - RPPS-Previdenciário-Executivo						
Subfunção 272 - Previdência do Regime Estatutário		90.485.000,00	110.294.377,89	21.243.388,09	51.689.202,93	51.689.202,93
3.1.90.01.00 Aposentad. , reserva remun. e reformas		85.060.000,00	103.679.422,10	18.679.422,10	48.725.029,85	48.725.029,85
3.1.90.01.01 Aposentadorias - pessoal civil	1111	0,00	0,00	18.679.422,10	48.725.029,85	48.725.029,85
3.1.90.03.00 Pensões		4.800.000,00	5.389.955,79	2.389.955,79	2.785.270,86	2.785.270,86
3.1.90.03.01 Pensão - pessoal civil	1111	0,00	0,00	2.389.955,79	2.785.270,86	2.785.270,86
3.3.90.47.00 Obrigações tributárias e contributivas		500.000,00	1.100.000,00	178.536,02	178.536,02	178.536,02
3.3.90.47.12 Obrigações tributárias e contributivas		0,00	0,00	-421.463,98	0,00	0,00
3.3.90.47.12 Contribuição para o PIS/PASEP	1111	0,00	0,00	600.000,00	178.536,02	178.536,02
3.3.90.86.00 Compensações a Regimes de Previdência		20.000,00	20.000,00	-4.525,82	366,20	366,20
3.3.90.86.10 Compensações a Regimes de Previdência		0,00	0,00	-4.525,82	0,00	0,00
3.3.90.91.00 Sentenças judiciais		100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00 Indenizações e restituições		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Subfunção 997 - Reserva do RPPS		67.359.326,38	52.184.326,38	0,00	0,00	0,00
9.9.99.99.00 Reserva de contingência		67.359.326,38	52.184.326,38	0,00	0,00	0,00
TOTAL POR FONTE 1800111101 - RPPS-Previdenciário-Executivo		157.844.326,38	162.478.704,27	21.243.388,09	51.689.202,93	51.689.202,93

	COMP. DA FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO INICIAL (FIXADA)	DOT.ATUALIZADA (ACUMULADA)	VALOR EMPENHADO (NO PERÍODO)	VALOR LIQUIDADO (NO PERÍODO)	VALOR PAGO (NO PERÍODO)
Fonte 1800111102 - RPPS-Previdenciário-Executivo-Comp. Fin						
Subfunção 272 - Previdência do Regime Estatutário		12.000.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00
3.1.90.01.00 Aposentad. , reserva remun. e reformas		12.000.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00
3.1.90.01.01 Aposentadorias - pessoal civil	1111	0,00	0,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00
TOTAL POR FONTE 1800111102 - RPPS-Previdenciário-Executivo-Comp. Fin		12.000.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00

	COMP. DA FONTE DE *RECURSO*	DOTAÇÃO INICIAL *(FIXADA)*	DOT.ATUALIZADA *(ACUMULADA)*	VALOR EMPENHADO *(NO PERÍODO)*	VALOR LIQUIDADO *(NO PERÍODO)*	VALOR PAGO *(NO PERÍODO)*
Fonte 1800112101 - RPPS-Previdenciário-Legislativo						
Subfunção 272 - Previdência do Regime Estatutário		2.940.000,00	2.940.000,00	410.229,93	889.657,08	889.657,08
3.1.90.01.00 Aposentad. , reserva remun. e reformas		2.940.000,00	2.940.000,00	410.229,93	889.657,08	889.657,08
3.1.90.01.01 Aposentad. , reserva remun. e reformas		0,00	0,00	-229.770,07	0,00	0,00
3.1.90.01.01 Aposentadorias - pessoal civil	1121	0,00	0,00	640.000,00	889.657,08	889.657,08
TOTAL POR FONTE 1800112101 - RPPS-Previdenciário-Legislativo		2.940.000,00	2.940.000,00	410.229,93	889.657,08	889.657,08

	COMP. DA FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO INICIAL (FIXADA)	DOT.ATUALIZADA (ACUMULADA)	VALOR EMPENHADO (NO PERÍODO)	VALOR LIQUIDADO (NO PERÍODO)	VALOR PAGO (NO PERÍODO)
Fonte 1802000000 - Recurso vinculado ao RPPS-Taxa de admini						
Subfunção 272 - Previdência do Regime Estatutário		6.715.000,00	6.715.000,00	634.197,48	1.439.581,66	1.439.429,66
3.1.90.04.00 Contratação por tempo determinado		200.000,00	200.000,00	-74.176,10	68.769,90	68.769,90
3.1.90.04.01 Contratação por tempo determinado		0,00	0,00	-74.176,10	0,00	0,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		800.000,00	1.165.000,00	511.124,71	642.090,32	642.090,32
3.1.90.11.01 Vencimentos e vant. fixas pessoal civil		0,00	0,00	-38.875,29	0,00	0,00
3.1.90.11.01 Vencimentos e salários	0000	0,00	0,00	550.000,00	642.090,32	642.090,32
3.1.90.13.00 Obrigações patronais		220.000,00	220.000,00	-917,31	134.480,63	134.480,63
3.1.90.13.02 Obrigações patronais		0,00	0,00	-917,31	0,00	0,00
3.3.90.13.00 Obrigações patronais		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 Diárias - civil		100.000,00	100.000,00	12.905,00	16.007,00	16.007,00
3.3.90.14.15 Diárias no país	0000	0,00	0,00	12.905,00	16.007,00	16.007,00
3.3.90.30.00 Material de consumo		100.000,00	100.000,00	14.240,85	20.783,07	20.631,07
3.3.90.30.01 Material de consumo		0,00	0,00	-792,15	0,00	0,00
3.3.90.30.16 Material de expediente	0000	0,00	0,00	4.745,46	4.745,46	4.593,46
3.3.90.30.17 Material de processamento de dados	0000	0,00	0,00	1.810,00	1.810,00	1.810,00
3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha	0000	0,00	0,00	497,00	497,00	497,00
3.3.90.30.22 Material de limp./produtos higienização	0000	0,00	0,00	459,54	459,54	459,54
3.3.90.30.25 Material p/manutenção de bens móveis	0000	0,00	0,00	310,00	310,00	310,00
3.3.90.30.26 Material elétrico e eletrônico	0000	0,00	0,00	136,00	136,00	136,00
3.3.90.30.31 Sementes, mudas de plantas e insumos	0000	0,00	0,00	260,00	260,00	260,00
3.3.90.30.39 Material p/manutenção de veículos	0000	0,00	0,00	195,00	195,00	195,00
3.3.90.30.99 Outros materiais de consumo	0000	0,00	0,00	6.620,00	6.725,00	6.725,00
3.3.90.33.00 Passagens e despesas com locomoção		100.000,00	100.000,00	16.682,41	17.101,15	17.101,15
3.3.90.33.01 Passagens para o país	0000	0,00	0,00	3.064,08	3.064,08	3.064,08
3.3.90.33.10 Passagens Aérea	0000	0,00	0,00	10.423,08	10.423,08	10.423,08
3.3.90.33.11 Passagens Terrestre	0000	0,00	0,00	3.195,25	3.613,99	3.613,99
3.3.90.35.00 Serviços de consultoria		15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física		150.000,00	175.000,00	38.430,75	75.621,75	75.621,75
3.3.90.36.45 Outros serv. de terceiros pessoa física		0,00	0,00	-9.108,00	0,00	0,00
3.3.90.36.45 Jetons a conselheiros	0000	0,00	0,00	41.745,00	69.828,00	69.828,00
3.3.90.36.46 Diárias a conselheiros	0000	0,00	0,00	5.793,75	5.793,75	5.793,75
3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica		2.000.000,00	2.000.000,00	36.412,71	247.591,10	247.591,10
3.3.90.39.05 Serviços técnicos profissionais	0000	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
3.3.90.39.17 Manutenção e cons. de máq. e equipamento	0000	0,00	0,00	6.210,00	7.760,00	7.760,00
3.3.90.39.22 Exposições, congressos e conferências	0000	0,00	0,00	3.891,00	3.891,00	3.891,00
3.3.90.39.43 Outros serv. de terc. pessoa jurídica		0,00	0,00	-2.499,56	0,00	0,00
3.3.90.39.44 Outros serv. de terc. pessoa jurídica		0,00	0,00	-4.619,17	0,00	0,00
3.3.90.39.63 Serviços gráficos	0000	0,00	0,00	1.690,00	2.536,00	2.536,00
3.3.90.39.81 Outros serv. de terc. pessoa jurídica		0,00	0,00	-4.979,56	0,00	0,00
3.3.90.39.81 Serviços bancários	0000	0,00	0,00	300,00	2.699,25	2.699,25
3.3.90.39.95 Locação de Veículos	0000	0,00	0,00	5.780,00	17.340,00	17.340,00
3.3.90.39.99 Outros serviços de terceiros - PJ	0000	0,00	0,00	17.640,00	176.088,00	176.088,00
3.3.90.40.00 Serv. tecnologia informação/comunic.- PJ		400.000,00	400.000,00	50.215,02	152.413,52	152.413,52
3.3.90.40.02 Serv. tecnologia informação/comunic.- PJ		0,00	0,00	-53,43	0,00	0,00
3.3.90.40.02 Serv. de Internet e Telecomunicações.	0000	0,00	0,00	1.119,93	0,00	0,00
3.3.90.40.11 Serv. tecnologia informação/comunic.- PJ		0,00	0,00	-46.989,00	0,00	0,00
3.3.90.40.11 Locação de softwares	0000	0,00	0,00	93.978,00	150.254,00	150.254,00
3.3.90.40.80 Hospedagens	0000	0,00	0,00	2.159,52	2.159,52	2.159,52

	COMP. DA FONTE DE *RECURSO*	DOTAÇÃO INICIAL *(FIXADA)*	DOT.ATUALIZADA *(ACUMULADA)*	VALOR EMPENHADO *(NO PERÍODO)*	VALOR LIQUIDADO *(NO PERÍODO)*	VALOR PAGO *(NO PERÍODO)*
3.3.90.47.00 Obrigações tributárias e contributivas		50.000,00	50.000,00	-33.534,01	1.909,77	1.909,77
3.3.90.47.12 Obrigações tributárias e contributivas		0,00	0,00	-33.534,01	0,00	0,00
3.3.90.91.00 Sentenças judiciais		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.92.00 Despesas de exercícios anteriores		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00 Indenizações e restituições		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.96.00 Ressarcimento de desp. de pessoal requis		60.000,00	135.000,00	58.900,35	58.900,35	58.900,35
3.3.90.96.01 Pessoal requisitado de outros órgãos	0000	0,00	0,00	58.900,35	58.900,35	58.900,35
4.4.90.51.00 Obras e instalações		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente		1.500.000,00	1.035.000,00	3.913,10	3.913,10	3.913,10
4.4.90.52.34 Máquinas utensílios e equip. diversos	0000	0,00	0,00	3.913,10	3.913,10	3.913,10
TOTAL POR FONTE 1802000000 - Recurso vinculado ao RPPS-Taxa de admini		6.715.000,00	6.715.000,00	634.197,48	1.439.581,66	1.439.429,66

CLASS. ECONÔMICA DA RECEITA

FONTE DE RECURSO	COMPLEMENTAÇÃO FONTE DE RECURSO	VALOR BRUTO	DEDUÇÃO	ANULAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
1.2.1.5.01.1.1.01.00.00 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - PODER EXECUTIVO					
1800111101 RPPS-Previden	1111	25.555.916,40	0,00	0,00	25.555.916,40
TOTAL DA RECEITA..		25.555.916,40	0,00	0,00	25.555.916,40
1.2.1.5.01.1.1.02.00.00 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - PODER LEGISLATIVO					
1800112101 RPPS-Previden	1121	559.657,53	0,00	0,00	559.657,53
TOTAL DA RECEITA..		559.657,53	0,00	0,00	559.657,53
1.2.1.5.01.1.1.03.00.00 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - CEDIDOS OU LICENCIADOS					
1800111101 RPPS-Previden	1111	10.749,22	0,00	0,00	10.749,22
TOTAL DA RECEITA..		10.749,22	0,00	0,00	10.749,22
1.2.1.5.01.1.1.04.00.00 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - PODER EXECUT. PARCELAM. -					
1800111101 RPPS-Previden	1111	80.970,84	0,00	0,00	80.970,84
TOTAL DA RECEITA..		80.970,84	0,00	0,00	80.970,84
1.2.1.5.01.2.1.10.00.00 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	1.101.319,86	0,00	0,00	1.101.319,86
TOTAL DA RECEITA..		1.101.319,86	0,00	0,00	1.101.319,86
1.2.1.5.01.3.1.10.00.00 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	29.217,19	0,00	0,00	29.217,19
TOTAL DA RECEITA..		29.217,19	0,00	0,00	29.217,19
1.3.2.1.04.0.1.01.00.00 - Remuneração dos Investimentos do RPPS - Renda Fixa - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	20.637.162,68	0,00	0,00	20.637.162,68
TOTAL DA RECEITA..		20.637.162,68	0,00	0,00	20.637.162,68
1.3.2.1.04.0.1.03.00.00 - Remuneração dos Investimentos do RPPS - Renda Variável - Principa					
1800111101 RPPS-Previden	1111	13.051.581,53	0,00	0,00	13.051.581,53
TOTAL DA RECEITA..		13.051.581,53	0,00	0,00	13.051.581,53
1.3.2.2.01.0.1.00.00.00 - Dividendos - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	929.706,17	0,00	0,00	929.706,17
TOTAL DA RECEITA..		929.706,17	0,00	0,00	929.706,17
1.9.2.2.99.0.1.00.00.00 - Outras Restituições - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	32.276,57	0,00	0,00	32.276,57
TOTAL DA RECEITA..		32.276,57	0,00	0,00	32.276,57
1.9.9.9.03.0.1.10.00.00 - Compensações Financeiras entre o RGPS e RPPS - Principal					
1800111102 RPPS-Previden	1111	4.317.901,70	0,00	0,00	4.317.901,70
TOTAL DA RECEITA..		4.317.901,70	0,00	0,00	4.317.901,70
7.2.1.5.02.1.1.01.00.00 - Contribuição Patronal - PODER EXECUTIVO - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	27.474.039,91	0,00	0,00	27.474.039,91
TOTAL DA RECEITA..		27.474.039,91	0,00	0,00	27.474.039,91
7.2.1.5.02.1.1.02.00.00 - Contribuição Patronal - PODER LEGISLATIVO - Principal					
1800112101 RPPS-Previden	1121	560.844,26	0,00	0,00	560.844,26
TOTAL DA RECEITA..		560.844,26	0,00	0,00	560.844,26
7.2.1.5.02.1.1.03.00.00 - Contribuição Patronal - Servidores Cedidos - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	11.751,62	0,00	0,00	11.751,62
TOTAL DA RECEITA..		11.751,62	0,00	0,00	11.751,62
7.2.1.5.03.0.1.01.00.00 - Parcelamento de Débitos Não Previdenciários - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	27.738,90	0,00	0,00	27.738,90
TOTAL DA RECEITA..		27.738,90	0,00	0,00	27.738,90
7.2.1.5.51.1.1.01.00.00 - Contribuição Patronal em Parcelamento RPPS - PODER EXECUTIVO - Pr					
1800111101 RPPS-Previden	1111	581.592,60	0,00	0,00	581.592,60
TOTAL DA RECEITA..		581.592,60	0,00	0,00	581.592,60
7.9.1.1.01.0.1.03.00.00 - Multa e Juros Parcelamento da Contr. Patronal - PODER EXECUTIVO					
1800111101 RPPS-Previden	1111	719.861,58	0,00	0,00	719.861,58

CLASS. ECONÔMICA DA RECEITA

FONTE DE RECURSO	COMPLEMENTAÇÃO FONTE DE RECURSO	VALOR BRUTO	DEDUÇÃO	ANULAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
TOTAL DA RECEITA..		719.861,58	0,00	0,00	719.861,58
7.9.1.1.01.0.1.05.00.00 - Multa e Juros Parcelamento da Contr. Servidor - PODER EXECUTIVO					
1800111101 RPPS-Previden	1111	99.496,53	0,00	0,00	99.496,53
TOTAL DA RECEITA..		99.496,53	0,00	0,00	99.496,53
7.9.1.1.01.0.1.07.00.00 - Outras Multas e Juros para RPPS - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	52.866,60	0,00	0,00	52.866,60
TOTAL DA RECEITA..		52.866,60	0,00	0,00	52.866,60
7.9.9.9.01.0.1.00.00.00 - Aport Periód Amort Déf Atuarial RPPS Sistema Prot Social - Princ.					
1800111101 RPPS-Previden	1111	91.564,02	0,00	0,00	91.564,02
1800112101 RPPS-Previden	1121	274.692,04	0,00	0,00	274.692,04
TOTAL DA RECEITA..		366.256,06	0,00	0,00	366.256,06
991.3.2.1.04.0.1.01.00.00 - Remuneração dos Investimentos do RPPS - Renda Fixa - Principal					
1800111101 RPPS-Previden	1111	0,00	131.057,96	0,00	-131.057,96
TOTAL DA RECEITA..		0,00	131.057,96	0,00	-131.057,96
991.3.2.1.04.0.1.03.00.00 - Remuneração dos Investimentos do RPPS - Renda Variável - Principa					
1800111101 RPPS-Previden	1111	0,00	1.595.282,75	0,00	-1.595.282,75
TOTAL DA RECEITA..		0,00	1.595.282,75	0,00	-1.595.282,75
TOTAL GERAL..		96.200.907,75	1.726.340,71	0,00	94.474.567,04

Ofício n° 000091/2026 – COMIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE),04 de fevereiro de 2026.

Ao Senhor
Marcos Almeida
Representante da LDB Consultoria Financeira

Assunto: ENCAMINHAMENTO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DEVIDAMENTE APROVADA PELO CONSELHO DELIBERATIVO.

Senhor Consultor,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria a **Política de Investimentos**, elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 e devidamente **aprovada pelo Conselho Deliberativo**, para posterior envio à **Secretaria de Previdência Social**.

2. Anexamos, para fins de comprovação e instrução do processo, os seguintes documentos:

a) Política de Investimentos devidamente assinada;

b) Resolução do Conselho Deliberativo nº 93, de 28 de janeiro de 2026, que aprova a Política de Investimentos para o exercício de 2026;

c) Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, na qual foi apreciada e deliberada a referida Política de Investimentos.

3. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO
Presidente do Comitê de Investimentos

Ofício nº. 000087/2026 – COINV/DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 03 de fevereiro de 2026.

Ao Senhor
Marcelo Mendes
Consultor da LDB Consultoria Financeira

Assunto: REGULARIZAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS (DAIR).

Senhor Consultor,

1. Solicitamos a Vossa Senhoria a regularização das informações constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, tendo em vista a identificação de divergências entre os dados apresentados no referido demonstrativo e aqueles constantes nos Relatórios de Investimentos.

2. Esclarecemos que tais divergências não decorrem de falha no sistema CADPREV, uma vez que não há comunicação automática entre as informações registradas no módulo de Gestão do CADPREV e o módulo do DAIR, sendo necessário, portanto, o preenchimento manual dos dados, conforme esclarecido pelo Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS.

3. Assim, faz-se necessária a conferência e a correção das informações lançadas no DAIR, a fim de assegurar a compatibilidade com os Relatórios de Investimentos e a consistência dos dados encaminhados aos órgãos de controle.

4. Por oportuno, informamos que este RPPS realizou reunião com servidores do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS, ocasião em que foram esclarecidas as dúvidas e as divergências identificadas no DAIR. Na oportunidade, foi informado que as referidas informações não são geradas de forma

automática pelo sistema, sendo o seu preenchimento realizado manualmente, conforme cópia de Ata anexa.

5. Diante do exposto, solicitamos o apoio dessa consultoria para a análise e a correção das divergências identificadas nos DAIR referentes aos últimos meses e exercícios, a fim de garantir a conformidade das informações prestadas e a fidedignidade dos dados encaminhados aos órgãos de controle.

6. Certos de sua habitual atenção e colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Portaria nº 607/2025

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO
Portaria n° 483/2025

ATA DE REUNIÃO COM ÁREA TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – DRPPS (CADPREV)

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14h (quatorze horas), na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 163/167, Centro, Juazeiro do Norte – CE, realizou-se, por meio de videoconferência, reunião com servidores da área técnica do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS, para trará da seguinte pauta: Inconformidades constatadas no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR. Estiveram presentes os seguintes servidores: Jesus Rogério, Presidente; Cícera Rochelle Boaventura de Melo, Assessora II; e Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos; e os servidores representantes do DRPPS, Andrey Mello e Rafael Lobato, por videoconferência. O senhor Jesus Rogério deu início à reunião, informando que a finalidade do encontro é esclarecer dúvidas e sanar divergências identificadas no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR. Em seguida, a senhora Rochelle Melo questionou se as informações constantes no DAIR são extraídas automaticamente do sistema CADPREV, especialmente no que se refere à estrutura de gestão. Em resposta, o senhor Andrey Mello esclareceu que, atualmente, o preenchimento do DAIR ainda é realizado de forma manual. Informou, ainda, que está sendo solicitada uma atualização do sistema para adequação à nova Resolução CMN nº 5.272/2025, oportunidade em que também será requerida a implementação da extração automática das informações para o DAIR. Diante desses esclarecimentos, a Sra. Evaniê Corrêa e a Sra. Rochelle Melo concluíram que as divergências observadas entre o Relatório de Investimentos e o DAIR decorrem da falta de preenchimento manual das informações no referido Demonstrativo, não sendo atribuídas as falhas no sistema CADPREV. Na sequência, a senhora Evaniê Corrêa questionou se o mesmo procedimento manual se aplica aos valores de cada ativo, tendo em vista a existência de divergências nos montantes dos investimentos informados no DAIR. O Sr. Andrey Mello respondeu que tanto o valor da cota quanto o patrimônio de cada fundo de investimento devem ser atualizados manualmente no sistema.

O Sr. Andrey Mello acessou o sistema CADPREV e apresentou, em tela, o campo no qual devem ser atualizados os valores de cota e de patrimônio. Na ocasião, demonstrou também os apontamentos de irregularidade existentes em relação ao PREVIJUNO, destacando que há pendência quanto à certificação de dirigente e de membro do Comitê de Investimentos do senhor Marcos Aurélio Gonçalves Silva, a qual deve ser regularizada e devidamente informada no sistema. Ele informou, ainda, que o membro do Conselho Fiscal, senhor Mario Malzoni, encontra-se sem certificação registrada no CADPREV. Contudo, foi esclarecido que o referido membro já providenciou a certificação necessária, a qual será inserida no sistema oportunamente. Após a constatação de que as inconsistências não são decorrentes de erro do sistema CADPREV, a reunião por videoconferência foi encerrada. Em seguida, o senhor Jesus Rogério informou que agendará reunião com a LDB Consultoria Financeira, com o objetivo de relatar os esclarecimentos obtidos e solicitar a correção das divergências identificadas nos DAIR dos últimos meses e anos. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 02 de fevereiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Cicera Rochelle B. de Melo

Cicera Rochelle Boaventura Melo
Assessora II

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos

Ofício nº. 000101/2026 – DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 05 de fevereiro de 2026.

Ao Senhor
Marcos Almeida
Consultor da LDB Consultoria Financeira

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER. RESGATE DO KÍNITRO FIF AÇÕES. APLICAÇÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS.

Prezado Senhor,

1. Em atenção às atribuições desta unidade e às deliberações do Comitê de Investimentos, solicitamos a Vossa Senhoria a emissão de **Parecer Técnico** que **formalize** a decisão referente ao **resgate integral do fundo de investimentos Kínitro FIF Ações**, bem como à **realocação dos recursos em Títulos Públicos**.

2. O referido parecer tem por objetivo **fundamentar tecnicamente a saída total do Kínitro FIF Ações**, com vistas à alocação em Títulos Públicos, considerando o atual cenário macroeconômico, no qual se projeta a possibilidade de **redução da taxa básica de juros (Selic) pelo COPOM em sua próxima reunião**, podendo esta representar uma das **últimas oportunidades de aplicação em títulos públicos indexados ao IPCA+ com taxas compatíveis com o atingimento da meta atuarial no longo prazo**.

3. Adicionalmente, o Comitê de Investimentos, ao analisar acontecimentos recentes envolvendo o **Banco Master e a distribuição de títulos no mercado**, inclusive por intermédio da **XP Investimentos**, identificou a existência de **potencial risco reputacional**, o que contribuiu de forma relevante para a deliberação de saída do fundo Kínitro, priorizando-se a alocação em **ativos de risco soberano**, característicos dos Títulos Públicos.

4. Não se deve perder de vista, contudo, que o **Kínitro FIF Ações é um fundo distribuído pela XP Investimentos, administrado pelo BTG Pactual e gerido pela Kínitro Gestão de Recursos**. Registre-se, ainda, que o **BTG Pactual também atuou na distribuição de CDBs do Banco Master**, elemento considerado no contexto da análise de risco reputacional realizada pelo Comitê.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o **Kínitro FIF Ações é um fundo de renda variável**, cuja estratégia pressupõe investimentos de **médio e longo prazo**, sendo que a alocação no referido fundo ocorreu em **meados de setembro de 2025**. Ademais, no mês de **dezembro de 2025**, o fundo apresentou **rentabilidade negativa**, aspecto igualmente considerado nas discussões do Comitê.

6. Destaca-se, ainda, que a atual **concentração elevada de recursos em renda fixa**, aliada à **baixa exposição à renda variável**, pode impactar a adequada execução da **estratégia definida na Política de Investimentos** vigente. Soma-se a esse contexto a decisão de **zerar outro ativo de renda variável**, com posterior aplicação dos recursos em Títulos Públicos, o que reforça a necessidade de uma análise técnica mais aprofundada.

7. Diante desse cenário, solicitamos que essa Consultoria se manifeste no sentido de **trazer maior clareza, segurança técnica e direcionamento estratégico à gestão dos recursos**, avaliando os impactos da decisão sob as óticas de risco, retorno, aderência à Política de Investimentos e sustentabilidade da estratégia no médio e longo prazo.

8. Encaminhamos, em anexo, **cópia da Ata da reunião do Comitê de Investimentos**, que formaliza a deliberação ora mencionada e subsidia a análise técnica a ser realizada.

9. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Prev. de Adm. e Finanças

Jesus Rogério de Holanda
Gestor de Recursos do PREVIJUNO

PREVIJUNO

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos 21 de janeiro de 2026.

Ata: 02/2026 da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Data: 21 de janeiro de 2026

Local: Sala de Treinamento – Sede do PREVIJUNO – Juazeiro do Norte – CE

Horário de início e término: 14h00min – 15h22min

Membros:

Jesus Rogério de Holanda – Presidente

José Ivan Silva Alves

Marcos Aurélio Gonçalves Silva

Rosália Pereira Maia de Jesus

Murilo Vieira Gaião

Secretária: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos

Ordem do dia:

1) Relatório Macroeconômico – janeiro de 2026;
2) Encerramento do ativo: CAIXA FIC FIF CAP PROTEGIDO BV IV MM - RESP LTDA - CNPJ: 44.683.343/0001-73;

Após a verificação do quórum pela Secretária do Comitê de Investimentos, o Presidente, Sr. Jesus Rogério, declarou aberta a reunião. Inicialmente, foi lido o Relatório Macroeconômico – janeiro de 2026 disponibilizado pela LDB Consultoria Financeira, com algumas considerações: o cenário macroeconômico global em janeiro de 2026 é marcado pela persistência da incerteza, em um contexto de consolidação da "Guerra Fria Econômica". O avanço do desacoplamento entre Estados Unidos e China e a crescente fragmentação do comércio internacional redefinem as cadeias globais. Apesar desse pano de fundo geopolítico, o vetor dominante é o equilíbrio macrofinanceiro: a fragilidade fiscal nas economias centrais, um calendário político denso e a resiliência inflacionária mantêm os bancos centrais em postura cautelosa. No Brasil, o ano de 2026 inicia-se sob a confluência da desaceleração cíclica da atividade e da antecipação do calendário eleitoral. A incerteza política consolida-se como a principal fonte de volatilidade, exercendo pressão sobre o câmbio e elevando os prêmios de risco. Embora haja fundamento técnico para a flexibilização monetária, o Banco Central mantém uma postura conservadora, condicionada à convergência da inflação de serviços e à reancoragem das expectativas fiscais, o que restringe o ritmo de redução da Selic. Posteriormente, foi lido o e-mail recebido da Sra. Carla Lima, Gerente Executiva da Caixa Asset, no qual informa o encerramento do período de operação estruturada do

fundo CAIXA FIC FIF CAP PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MM – RESP LTDA, inscrito no CNPJ nº 44.683.343/0001-73. Informou ainda que haverá a abertura para solicitação de resgates em 06 de fevereiro de 2026, esclarecendo que os resgates não são compulsórios e deverão ser formalmente solicitados, com prazo de 02 (dois) dias úteis para pagamento. Destacou também que houve retorno positivo, sem rompimento da barreira, no percentual de +23,8%, durante a vigência da operação estruturada, compreendida entre 06/02/2024 e 02/01/2026. Ainda, com o objetivo de subsidiar o processo de realocação dos recursos, sugeriu alternativas de investimento aderentes ao cenário prospectivo e ao perfil de alocação do Instituto, sendo elas: CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES, inscrito no CNPJ nº 30.068.169/0001-44, trata-se de um fundo de investimento com abordagem sistemática, que realiza alocação de recursos em ações por meio de estratégia quantitativa, analisando e selecionando ativos com maior potencial de valorização, com o objetivo de obter retornos consistentes. Após quase dois anos com captação encerrada em razão de ter atingido sua capacidade máxima, o fundo encontra-se reaberto para aplicações, por prazo indeterminado, o que representa uma oportunidade de acesso antes de eventual novo fechamento. O fundo apresenta perfil de risco arrojado, liquidez D+15 e enquadra-se na Resolução CMN nº 4.963/21, Art. 8º, Inciso I, e na nova Resolução CMN nº 5.272/25, Art. 8º, Inciso I. E o CAIXA EXPERT ABSOLUTE CRETA RF CP, inscrito no CNPJ nº 59.861.817/0001-05, trata-se de um lançamento no portfólio da Caixa voltado aos RPPS. A estratégia foi desenvolvida em parceria com a gestora Absolute, com objetivo de retorno de CDI + 1,5% ao ano. A filosofia de investimento baseia-se na gestão ativa de uma carteira de crédito privado altamente diversificada, composta por ativos emitidos por instituições financeiras e empresas sólidas, com elevada qualidade de crédito e criteriosa avaliação de risco. O fundo apresenta perfil de risco moderado, liquidez D+24 e enquadra-se na Resolução 4.963/21: Art. 7º, Inciso V, "b" e enquadramento na nova Resolução CMN 5.272/25: Artigo 7º, Inciso VII. A Sra. Evaniê Corrêa, como Coordenadora de Investimentos, informou que realizou comparativos desses ativos, por meio da plataforma Mais Retorno, com outros fundos da carteira que possuem o mesmo enquadramento na Resolução. Destacou, ainda, a importância de considerar que o CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA possui perfil de risco arrojado, o que implica elevada volatilidade e possibilidade de períodos prolongados de desempenho negativo. Ressaltou também que a liquidez D+15 pode ser restritiva em momentos de estresse de mercado, dificultando ajustes táticos mais rápidos. Em relação ao CAIXA EXPERT ABSOLUTE CRETA RF CP, embora apresente perfil moderado e objetivo de retorno atrativo (CDI + 1,5% a.a.), o fundo carrega riscos relevantes, especialmente o risco de crédito, inerente à estratégia de crédito privado, que pode se materializar

por meio de eventos de inadimplência, reestruturações ou marcação negativa a mercado, sobretudo em cenários de deterioração econômica. Além disso, a liquidez D+24 é relativamente longa para um fundo de renda fixa, podendo gerar descasamento com necessidades de caixa ou limitar realocações rápidas, sendo fundamental considerar a tolerância à risco e a necessidade de liquidez. Dessa forma, à luz do estudo de ALM (Asset Liability Management) e da alocação-objetivo definida para o exercício de 2026, destacou-se a importância de avaliar a realocação dos recursos para a compra direta de títulos públicos. O Sr. Jesus Rogério sugeriu o resgate do ativo FIC FI Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores IV Multimercado, que, no relatório consolidado de novembro, apresentava o valor de R$ 18.278.078,45 (dezoito milhões, duzentos e setenta e oitó mil, setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), bem como a zerar a exposição no ativo Kínitro FIF Ações, no montante de R$ 3.554.901,09 (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e um reais e nove centavos), para posterior realocação em compra direta de títulos públicos. A matéria foi submetida à apreciação dos demais membros do Comitê e aprovada por unanimidade. A Sra. Evaniê Corrêa informou que apresentou a Política de Investimentos, adequada à nova Resolução CMN nº 5.272/2025, em Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal e que, após deliberação, o documento foi aprovado por unanimidade pelos membros do colegiado. Informou, ainda, que a matéria foi encaminhada ao Conselho Deliberativo, comunicando que o Sr. Marcos Almeida, da LDB Consultoria, apresentará a Politica de Investimentos no dia 28 de janeiro de 2026, a partir das 14h30min, por videoconferência. Por fim, foi acessado o sistema da LDB e verificado que o Relatório de Investimentos referente ao mês de dezembro ainda não se encontra consolidado; contudo, todos os extratos bancários já foram devidamente encaminhados. Dessa forma, o referido relatório provavelmente será apreciado na próxima reunião ordinária deste comitê. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, secretária do comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 21 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

José Ivan Silva Alves
Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Rosália Pereira Maia de Jesus
Assessora

Murilo Vieira Gaião
Analista de Gestão Pública

Evanie Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Secretária do Comitê de Investimentos

Próxima Reunião 17 e 18 de março.

Copom mantém a taxa Selic em 15,00% a.a.

O ambiente externo ainda se mantém incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por tensão geopolítica.

Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores segue apresentando, conforme esperado, trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra sinais de resiliência. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes seguiram apresentando arrefecimento, mas mantiveram-se acima da meta para a inflação.

As expectativas de inflação para 2026 e 2027 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 4,0% e 3,8%, respectivamente. A projeção de inflação do Copom para o terceiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 3,2 % no cenário de referência (Tabela 1).

Os riscos para a inflação, tanto de alta quanto de baixa, seguem mais elevados do que o usual. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das *commodities* com efeitos desinflacionários.

O Comitê segue acompanhando os impactos do contexto geopolítico na inflação brasileira, e como os desenvolvimentos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza. O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho.

O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 15,00% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O Comitê avalia que a estratégia em curso tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. Em ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros. O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. O compromisso com a meta impõe serenidade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo, que dependerão da evolução de fatores que permitam maior confiança no atingimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Gabriel Muricca Galípolo (presidente), Ailton de Aquino Santos, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, Izabela Moreira Correa, Nilton José Schneider David, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira.

Tabela 1

Projeções de inflação no cenário de referência

Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres (%)

Índice de preços	2026	3º tri 2027
IPCA	3,4	3,2
IPCA livres	3,5	3,1
IPCA administrados	3,0	3,3

276ª

Ata da Reunião do

Comitê de Política Monetária — Copom

27 e 28 de janeiro de 2026

BANCO CENTRAL DO BRASIL

276ª Reunião
COPOM
27 e 28 de janeiro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Data: 27 e 28 de janeiro de 2026

Local: Salas de reuniões do 8º andar (27/1 e 28/1 – manhã) e do 20º andar (28/1 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término:
27 de janeiro: 10h09 – 11h29; 14h11– 17h15
28 de janeiro: 10h05– 11h09; 14h30 – 18h30

Presentes:

Membros do Copom

Gabriel Muricca Galípolo – *Presidente*
Ailton de Aquino Santos
Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Izabela Moreira Correa
Nilton José Schneider David
Paulo Picchetti
Rodrigo Alves Teixeira

Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas (presentes em 27/1 e na manhã de 28/1):

André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações do Mercado Aberto*
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 28/1)
Fábio Martins Trajano de Arruda – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Departamento das Reservas Internacionais*
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*

Demais participantes (presentes em 27/1 e na manhã de 28/1):

André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*
Ângelo José Mont'Alverne Duarte – *Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução* (presente na tarde de 27/1)
Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica do Presidente*
Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*
Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral*
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Secretário Executivo substituto*
Fernando Alberto G Sampaio C Rocha – *Chefe do Departamento de Estatísticas*
Leonardo Martins Nogueira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*
Marcos Ribeiro de Castro – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*
Mardilson Fernandes Queiroz – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro* (presente em 28/1)
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Renato Jansson Rosek – *Consultor do Departamento das Reservas Internacionais*
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação*
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*
Saulo Benchimol Bastos – *Chefe de Subunidade no Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamentos*
Simone Miranda Burello – *Assessora Sênior no Gabinete do Diretor de Política Monetária*
William Tales Leiria Campo – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom[1]

1. O ambiente externo ainda se mantém incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por tensão geopolítica.

2. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores segue apresentando, conforme esperado, trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra sinais de resiliência.

3. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes seguiram apresentando arrefecimento, mas mantiveram-se acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2026 e 2027 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 4,0% e 3,8%, respectivamente.

B) Cenários e análise de riscos

4. O cenário externo ainda segue incerto. Porém, enquanto os riscos de longo prazo se mantêm, as condições recentes sugerem algum arrefecimento na incerteza. Elevações das tensões geopolíticas e seus desdobramentos seguem sendo monitorados, porém no contexto atual os preços das principais *commodities* permaneceram contidos, e as condições financeiras, favoráveis.

5. A atividade econômica doméstica manteve trajetória de moderação no crescimento, tal como antecipado pelo Comitê. O Comitê relembra que o arrefecimento da demanda agregada é um elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da inflação à meta.

6. A moderação e a própria heterogeneidade das trajetórias de crescimento entre diferentes setores e mercados são compatíveis com a política monetária em curso. Mercados mais sensíveis às condições financeiras apresentam maior desaceleração, ao passo que mercados mais sensíveis à renda apresentam maior resiliência. Naturalmente, em momentos de inflexão no ciclo econômico, observam-se sinais mistos advindos de indicadores econômicos ou alguma diferença entre as expectativas e as divulgações. O Comitê segue acompanhando detidamente o mercado de trabalho. No período mais recente, a taxa de desemprego tem se mantido em patamares historicamente baixos enquanto os rendimentos reais médios têm mantido a tendência de elevação acima do crescimento da produtividade do trabalho. O Comitê segue atento ao debate sobre as dimensões corrente e estrutural do mercado de trabalho, enfatizando a necessidade dessa análise para a avaliação dos padrões de transmissão dos níveis de ocupação para os rendimentos do trabalho e, finalmente, para os preços dos diversos setores da economia.

7. A política fiscal tem um impacto de curto prazo, majoritariamente por meio de estímulo à demanda agregada, e uma dimensão mais estrutural, que tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e impactar o prêmio a termo da curva de juros. Uma política fiscal que atue de forma contracíclica e contribua para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da inflação à meta. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. O Comitê manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária

[1] A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em dezembro (275ª reunião).

harmoniosas.

8. As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes seguiram trajetória de declínio, mas permanecem acima da meta de inflação em todos os horizontes. Foi ressaltado que o custo de desinflação sobre o nível de atividade ao longo do tempo é maior em ambientes com expectativas desancoradas. O Comitê avalia que perseverança, firmeza e serenidade na condução da política monetária favorecerão a continuidade desse movimento, importante para a convergência da inflação à meta com menor custo. A principal conclusão obtida, e compartilhada por todos os membros do Comitê, foi a de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado.

9. As leituras recentes indicam um arrefecimento da inflação que abrange tanto o índice cheio quanto em aberturas e medidas subjacentes. A combinação de um câmbio mais apreciado e um comportamento mais benigno das *commodities* contribuiu para redução nas inflações de bens industrializados e alimentos. A inflação de serviços também apresentou algum arrefecimento, ainda que mais resiliente, respondendo a um mercado de trabalho que segue dinâmico e a uma atividade que tem apresentado moderação gradual. Mantém-se, de um lado, a interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado e, de outro, a interpretação de que a política monetária tem contribuído de forma determinante para a desinflação observada.

10. O Comitê se debruçou então sobre as projeções. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R$5,35/US$[2], evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "amarela" em dezembro de 2026. O Comitê continuará acompanhando os dados para calibrar e refinar os impactos da medida de ampliação da isenção do imposto de renda.

11. No cenário de referência, as projeções para a inflação acumulada em quatro trimestres para 2026 e para o terceiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, são, respectivamente, 3,4% e 3,2%.

12. Com relação ao balanço de riscos, avaliou-se que o cenário segue apresentando riscos mais elevados do que o usual tanto de alta quanto de baixa para o cenário de inflação em prazos mais longos, com alguma redução das incertezas concentradas nos horizontes mais próximos. O Comitê avaliou que, entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das *commodities* com efeitos desinflacionários.

C) Discussão sobre a condução da política monetária

13. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária,

[2] Valor foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

14. Ao longo de suas últimas reuniões, o Comitê vem alterando sua comunicação para expressar sua percepção sobre o estágio em que a política monetária se encontra, destacando o ganho de confiança que vem se acumulando com o processo de desinflação. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a elevação firme da taxa de juros para combater uma deterioração do cenário de inflação. Passado o estágio de elevação, o Comitê interrompeu para avaliar se o nível então corrente da taxa de juros seria suficiente para assegurar a convergência da inflação. Após avaliar que a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação à meta, o Comitê se aprofundou na discussão sobre calibração da política monetária, no contexto atual de um ambiente de melhora do cenário inflacionário corrente e expectativas de inflação menos distantes da meta, que proporciona maiores evidências sobre a transmissão da política monetária.

15. O Comitê avalia que a condução cautelosa da política monetária tem contribuído para se observar ganhos desinflacionários e, mais uma vez, reafirma o firme compromisso com o mandato do Banco Central de levar a inflação à meta. Após a análise de um amplo conjunto de informações, incluindo a dinâmica recente da inflação e os sinais mais claros de transmissão da política monetária, considerando suas defasagens, o Comitê julgou adequado sinalizar o início de um ciclo de redução da taxa de juros em sua próxima reunião. Ao mesmo tempo, de maneira unânime, o Comitê reafirma a necessidade da manutenção do patamar de juros em níveis restritivos, até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas à meta, dada a resiliência de fatores que pressionam preços tanto correntes quanto esperados, em especial do dinamismo ainda observado no mercado de trabalho.

16. Mantido o compromisso fundamental de garantia da convergência da inflação à meta dentro do horizonte relevante para a política monetária, o Comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de distensão monetária serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incorporadas às suas análises, permitindo uma avaliação mais precisa. Essa decisão é compatível com o cenário atual, no qual sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica e seus efeitos sobre o nível de preços ainda dificultam a identificação de tendências claras.

D) Decisão de política monetária

17. O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 15,00% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

18. O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O Comitê avalia que a estratégia em curso tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. Em ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros. O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. O compromisso com a meta impõe serenidade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo, que dependerão da evolução de fatores que permitam maior confiança no atingimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária.

19. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Gabriel Muricca

Galípolo (presidente), Ailton de Aquino Santos, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, Izabela Moreira Correa, Nilton José Schneider David, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira.

Tabela 1
Projeções de inflação no cenário de referência
Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres (%)

Índice de preços	2026	3º tri 2027
IPCA	3,4	3,2
IPCA livres	3,5	3,1
IPCA administrados	3,0	3,3

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Como presidente do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 3° do Decreto nº 11, de 08 de março de 2013 (***Redação dada pelo Decreto nº 851, de 19 de junho de 2023***), **CONVOCO** os membros do Comitê a comparecerem à reunião ordinária a ser realizada no **dia 10 de março de 2026, às 08h00, na sede do PREVIJUNO**, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Análise do Relatório de Investimentos de janeiro/2026; 2) Análise do Parecer Técnico n° 000005/2026; 3) Memorando n° 000008/2026 – PRESI/PREVIJUNO: Definição do fluxo das APRs para evitar atrasos no envio do DAIR.

Juazeiro do Norte, Ceará, 26 de fevereiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do Previjuno

Ciente:

Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Membro _____

Murilo Vieira Gaião, Membro _____

Rosália Pereira Maia de Jesus, Membro _____

PREVIJUNO

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos 10 de março de 2026.

Ata: 05/2026 da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Data: 10 de março de 2026

Local: Sala de Treinamento – Sede do PREVIJUNO – Juazeiro do Norte – CE

Horário de início e término: 08h00min – 09h57min

Membros:

Jesus Rogério de Holanda – Presidente

Marcos Aurélio Gonçalves Silva

Rosália Pereira Maia de Jesus

Murilo Vieira Gaião

Secretária: Evaniê Corrêa de Caldas, Coordenadora de Investimentos

Ordem do dia:

1) Análise do Relatório de Investimentos de janeiro/2026;
2) Análise do Parecer Técnico 00005/2026;
3) Memorando nº 000008/2026 – PRESI/PREVIJUNO: Definição do fluxo das APRs para evitar atrasos no envio do DAIR.

Após a verificação do quórum pela Secretária do Comitê de Investimentos, o Presidente, Sr. Jesus Rogério, declarou oficialmente aberta a reunião, dando início aos trabalhos. Inicialmente, foi analisado o Relatório de Investimentos referente ao mês de janeiro de 2026, sendo apresentado em tela e feitas as seguintes considerações: Apresenta 17,53% das aplicações em Tesouro Nacional, com rentabilidade positiva de 0,88% ao mês, conforme o art. 7º, inciso I, alínea a. No art. 7º, inciso I, alínea b, registra 29,40% das aplicações, com rentabilidade de 1,19% ao mês. No art. 7º, inciso III, alínea a, observa-se rentabilidade de 1,18% ao mês. No art. 7º, inciso V, alínea b, a rentabilidade foi de 1,18% no mês. Na Renda Variável - art. 8° I, com rentabilidade positiva de 3,30% mensal. No art. 9º, inciso III – Fundos de Ações – BDR Nível I, foi registrada rentabilidade negativa de -1,87% no mês. No art. 10º, inciso I – Fundos Multimercados, foi registrada rentabilidade positiva de 0,81% no mês. E por fim, no art. 11°, foi registrada rentabilidade de 0,25% no mês. Foi destacado o JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 que está desenquadrado passivamente em 22,67% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021 e com rentabilidade negativa de -0,12%. Em janeiro, a carteira apresentou rentabilidade de 1,12%, superando a meta projetada de 0,79% e gerando uma margem

positiva de 0,33%. Além disso, a carteira exibiu baixa oscilação durante o período analisado, registrada em 1,20%. A Coordenadora de Investimentos apresentou o Parecer nº 000005/2026, detalhando o desempenho da carteira do PREVIJUNO em janeiro. O portfólio registrou rentabilidade de 1,12%, superando a Meta Atuarial (0,79%) com um ganho real de 0,33%. A estratégia manteve o perfil conservador, priorizando renda fixa com exposição controlada a ativos de risco e baixa volatilidade (1,20%). Notou-se o desenquadramento do fundo JT PREV FI Imobiliário (JTPR11), que excedeu o limite de 15% da Resolução CMN nº 4.963/2021, permanecendo sob monitoramento do Comitê. O Sr. Jesus Rogério manifestou-se pela aprovação do Relatório de Investimentos de janeiro de 2026 e do Parecer Técnico nº 000005/2026. Após análise detalhada e aprovação unânime dos presentes, os documentos serão encaminhados para apreciação e deliberação final dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Foi apresentado aos membros o Relatório de Execução da Política de Investimentos do PREVIJUNO referente ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Resolução CMN nº 4.963/2021. O relatório destacou que a carteira manteve predominância em renda fixa, em linha com o perfil conservador adotado pelo Instituto, observando os limites legais e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos. Também foi evidenciado que, no acumulado do ano, a carteira apresentou rentabilidade de 14,84%, superando a meta atuarial de 9,70% (IPCA + 5,21% a.a.), demonstrando resultado positivo e aderente aos objetivos de longo prazo do RPPS. Foi ressaltado ainda que, embora existam diferenças pontuais em relação às alocações objetivo por segmento, todas as aplicações permanecem enquadradas nos limites legais, estando a carteira em processo de adequação gradual conforme as estratégias definidas pelo Comitê de Investimentos. Durante a análise da execução da Política de Investimentos, foi apresentada a situação do fundo imobiliário JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional – JTPR11, no qual o PREVIJUNO possui participação. Foi esclarecido que o enquadramento desse ativo se caracteriza como desenquadramento passivo, não decorrente de nova aplicação de recursos, mas de fatores supervenientes relacionados à própria estrutura e andamento do fundo. Informou-se ainda que o Comitê de Investimentos e o gestor de recursos permanecem acompanhando a situação de forma contínua, em que o Gestor de Recursos participa das Assembleias de Cotistas e registra as tratativas pertinentes, visando à busca de solução adequada e à regularização do enquadramento, sem prejuízo aos interesses do PREVIJUNO. Após deliberação conduzida pelo Sr. Jesus Rogério, os membros presentes analisaram o Relatório de Execução da Política de Investimentos referente ao exercício de 2025 e, não havendo manifestações contrárias, o documento foi aprovado por unanimidade pelos integrantes do colegiado. Foi realizada a leitura do Memorando nº 08/2026, que apresenta a definição do fluxo das Autorizações de Aplicações e Resgates (APRs) com o

objetivo de evitar atrasos no envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR). O fluxo, detalhado com etapas desde o envio de extratos bancários até a assinatura digital do DAIR, foi considerado adequado pelo Comitê de Investimentos. Após análise, o Comitê deliberou pela aprovação do fluxo apresentado, ressaltando sua conformidade com as normas de governança, controle interno e obrigações acessórias do PREVIJUNO. A Sra. Rosália Maia destacou a importância de que cada responsável cumpra devidamente suas atribuições, considerando que já enfrentamos esse problema há algum tempo no preenchimento do DAIR pela Assessoria de Investimentos. Foi realizada a leitura do Ofício nº 00192/2026 – PREVIJUNO, por meio do qual o Presidente do PREVIJUNO, Sr. Jesus Rogério, encaminhou à Procuradoria Geral do Município solicitação de providências para alteração do inciso II do art. 2º do Decreto nº 11/2013. A medida tem por objetivo promover a inclusão de um novo cargo, sugerido pela Diretoria Executiva, na composição do Comitê de Investimentos. Tal solicitação decorre da necessidade de recomposição do referido comitê, em razão da realocação do Sr. José Ivan para a Procuradoria do Município, deixando, assim, de integrar o colegiado. A Sra. Evaniê Corrêa manifestou preocupação quanto ao encerramento do termo aditivo do contrato firmado com a LDB Consultoria Financeira, cuja vigência se encerra em 26 de março de 2026. Destacou a necessidade de adoção imediata das providências administrativas cabíveis, seja por meio de processo de inexigibilidade ou de regular procedimento licitatório, para garantir a continuidade da contratação da assessoria de investimentos. Ressaltou que tal serviço é indispensável para o acompanhamento técnico da carteira de investimentos, cumprimento das obrigações legais e elaboração dos relatórios periódicos exigidos pelos órgãos de controle. A Sra. Evaniê Corrêa informou que a nova resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece a obrigatoriedade de publicidade dos custos de investimentos. Ressaltou que o sistema da LDB Consultoria Financeira já disponibiliza relatórios específicos para essa finalidade, atendendo plenamente às exigências normativas. Nesse sentido, foram apresentados os demonstrativos referentes ao período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026. Embora a norma preveja a divulgação trimestral aos segurados e beneficiários, a Sra. Evaniê sugeriu que, para elevar o nível de transparência e governança, os relatórios de custos passem a ser gerados mensalmente, sendo apreciados pelo Comitê juntamente com o Relatório de Investimentos. Após a sugestão da Sra. Evaniê, o Sr. Jesus Rogério e os demais membros aprovaram a medida por unanimidade. Na oportunidade, o Comitê apreciou os relatórios já emitidos e autorizou o encaminhamento para publicação. Para viabilizar a divulgação, deliberou-se que o Setor de TI deverá criar uma seção específica dentro da aba de 'Governança Corporativa', especificamente na área de 'Investimentos', onde os documentos serão disponibilizados. Por fim, o Sr. Marcos Aurélio informou que, ao analisar as Autorização de

Aplicação e Resgate - APRs referentes ao mês de janeiro, constatou a ausência de registro em conta de uma aplicação que havia sido solicitada por meio do Ofício nº 43/2026, datado de 19 de janeiro de 2026, destinada ao fundo de investimento Caixa FI Brasil RF REF DI LP – CNPJ nº 03.737.206/0001-97. Diante da inconsistência identificada, foi realizado contato com o Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, ocasião em que a Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças foi informada de que a aplicação não foi efetuada no fundo indicado no ofício, tendo sido realizada equivocadamente no fundo Caixa FI Brasil IRF-M1 TP RF LP, CNPJ nº 10.577.519/0001-90. A Sra. Rosália Maia sugeriu o envio de ofício à Caixa solicitando manifestação formal sobre o erro identificado, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos. Em razão do ocorrido, foi submetida ao Comitê de Investimentos a análise quanto à manutenção ou realocação do recurso aplicado. Na oportunidade, o Sr. Jesus Rogério manifestou-se favoravelmente à permanência da aplicação no fundo vinculado ao índice IRF-M1, considerando sua adequação à estratégia da carteira no momento. A proposta foi colocada em apreciação dos demais membros do Comitê, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Evaniê Corrêa de Caldas, secretária do comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Juazeiro do Norte - CE, 10 de março de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Rosália Pereira Maia de Jesus
Assessora

Murilo Vieira Gaião
Analista de Gestão Pública

Evaniê Corrêa de Caldas
Coordenadora de Investimentos
Secretária do Comitê de Investimentos

JUAZEIRO DO NORTE

JANEIRO 2026

Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 30.01.2026.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela i9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **82,91%**

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) (1)	0,31	0,04	0,88	0,88	14.518.625,18	3,16
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) (1)	0,31	0,04	0,90	0,90	37.132.265,45	8,08
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) (1)	0,31	0,04	0,86	0,86	28.891.862,92	6,29
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a	**0,31**	**0,04**	**0,88**	**0,88**	**80.542.753,55**	**17,53**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	1,51	0,03	1,06	1,06	18.176.859,76	3,96	1.334.780.732,47	1,36
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	3,49	-0,02	1,17	1,17	14.778.220,51	3,22	972.354.673,14	1,52
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,05	0,05	1,16	1,16	51.230.984,66	11,15	6.830.403.305,50	0,75
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,96	0,06	1,16	1,16	32.149.653,67	7,00	3.387.498.053,23	0,95
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	1,91	0,03	1,97	1,97	6.389.073,13	1,39	3.545.709.614,64	0,18
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	4,16	0,04	1,71	1,71	9.154,30	0,00	656.382.908,00	0,00
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,12	0,05	1,15	1,15	12.387.329,93	2,70	1.658.273.160,25	0,75
		Sub-total Artigo 7º I, Alínea b	**0,84**	**0,04**	**1,19**	**1,19**	**135.121.275,96**	**29,40**		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,20	1,20	61.911.043,08	13,47	23.715.364.553,37	0,26
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,04	0,06	1,18	1,18	20.710.969,92	4,51	29.748.941.735,63	0,07
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,03	0,00	-6,25	-6,25	0,01	0,00	1.475.151.429,88	0,00
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,17	1,17	45.443.390,32	9,89	23.935.950.970,63	0,19
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,05	1,20	1,20	10.671.418,14	2,32	9.281.850.070,74	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,17	1,17	19.936.292,09	4,34	4.716.282.271,81	0,42
		Sub-total Artigo 7° III, Alínea a	**0,04**	**0,06**	**1,18**	**1,18**	**158.673.113,56**	**34,53**		

Artigo 7° V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,10	0,07	1,18	1,18	6.700.952,80	1,46	4.415.424.619,34	0,15
		Sub-total Artigo 7° V, Alínea b	**0,10**	**0,07**	**1,18**	**1,18**	**6.700.952,80**	**1,46**		
		Renda Fixa	**0,31**	**0,05**	**1,12**	**1,12**	**381.038.095,87**	**82,91**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL **3,69%**

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	17,54	-0,37	1,63	1,63	9.594.724,05	2,09	1.782.716.113,88	0,54
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	24,21	-0,67	7,29	7,29	2.768.628,19	0,60	276.484.824,04	1,00
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	18,05	0,11	4,55	4,55	4.614.633,44	1,00	130.754.983,46	3,53
		Sub-total Artigo 8º I	**14,77**	**-0,29**	**3,30**	**3,30**	**16.977.985,68**	**3,69**		
		Renda Variável	**14,77**	**-0,29**	**3,30**	**3,30**	**16.977.985,68**	**3,69**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR **1,04%**

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nivel I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	15,53	1,12	-1,87	-1,87	4.770.103,14	1,04	52.816.319,41	9,03
		Sub-total Artigo 9º III	**15,53**	**1,12**	**-1,87**	**-1,87**	**4.770.103,14**	**1,04**		
		Investimentos no Exterior	**12,16**	**1,12**	**-1,87**	**-1,87**	**4.770.103,14**	**1,04**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS — 11,39%

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	17,99	-0,41	1,38	1,38	5.023.480,27	1,09	1.174.401.798,96	0,43
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	9,00	0,05	0,61	0,61	18.390.124,45	4,00	129.331.298,59	14,22
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	5,48	0,18	1,02	1,02	10.408.441,62	2,26	70.321.161,26	14,80
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5,27	0,33	-0,48	-0,48	5.919.098,03	1,29	186.692.211,29	3,17
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	17,90	-0,41	1,32	1,32	12.591.962,19	2,74	2.205.262.487,31	0,57
		Sub-total Artigo 10° I	**8,04**	**-0,05**	**0,81**	**0,81**	**52.333.106,56**	**11,39**		
		Investimentos Estruturados	**8,04**	**-0,05**	**0,81**	**0,81**	**52.333.106,56**	**11,39**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

FUNDOS IMOBILIÁRIOS **0,97%**

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	29,98	0,45	1,15	1,15	1.308.510,65	0,28	137.459.915,70	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,67	-0,12	-0,12	-0,12	3.135.802,47	0,68	13.830.087,06	22,67
		Sub-total Artigo 11º	**24,34**	**0,05**	**0,25**	**0,25**	**4.444.313,12**	**0,97**		
		Fundos Imobiliários	**24,34**	**0,05**	**0,25**	**0,25**	**4.444.313,12**	**0,97**		
		Total	**1,20**	**0,04**	**1,12**	**1,12**	**459.563.604,37**	**100,00**		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo	Valor (R$)
Banco Bradesco S.A. - 0456 / 073780-1	4.336,03
Banco do Brasil S.A. - 0433 / 044952-0	63.513,82
Banco do Brasil S.A. - 433 / 034700-0	14,85
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9	0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218882-9	76.622,45
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218884-5	322.375,10
Sub-total Disponibilidades Financeiras	**466.862,25**
Total	**460.030.466,62**

(1) Existem aplicações consolidadas.

Enquadramento da Carteira

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	**Tipo de Ativo**	**Valor(R$)**	**% Carteira**	**Mínimo**	**Objetivo**	**Máximo**	**ALM**	**Limite Legal**
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	80.542.753,55	17,53	0,00	47,74	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	135.121.275,96	29,40	0,00	16,37	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	158.673.113,56	34,53	0,00	5,86	60,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.700.952,80	1,46	0,00	0,23	5,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**381.038.095,87**	**82,91**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	16.977.985,68	3,69	0,00	4,43	30,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**16.977.985,68**	**3,69**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.770.103,14	1,04	0,00	10,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.770.103,14**	**1,04**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	52.333.106,56	11,39	0,00	13,06	10,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**52.333.106,56**	**11,39**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.444.313,12	0,97	0,00	2,31	5,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.444.313,12**	**0,97**					15,00
Total		**459.563.604,37**	**100,00**					

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,88 75,87	0,88 75,87	2,36 67,88	4,69 64,17	11,48 79,22	705.180,76	0,15	705.180,76
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,19 101,82	1,19 101,82	3,30 94,82	6,75 92,32	12,76 88,09	1.582.838,98	0,34	1.582.838,98
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,18 101,76	1,18 101,76	3,50 100,80	7,32 100,10	14,53 100,31	1.952.313,13	0,42	1.952.313,13
Artigo 7º V, Alínea b % do CDI	1,18 101,57	1,18 101,57	3,47 99,95	7,32 100,17		78.307,47	0,02	78.307,47
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	3,30 -9,26	3,30 -9,26	8,58 -12,70	27,92 -8,37	38,20 -5,59	542.825,22	0,12	542.825,22
Artigo 9º III % do CDI	-1,87 -160,27	-1,87 -160,27	0,82 23,69	8,12 111,09	15,10 104,19	-90.693,58	-0,02	-90.693,58
Artigo 10º I % do CDI	0,81 69,56	0,81 69,56	5,16 148,53	13,18 180,34	20,82 143,72	420.374,48	0,09	420.374,48
Artigo 11º % do CDI	0,25 21,74	0,25 21,74	1,61 46,26	-2,06 -28,24	6,55 45,19	11.238,92	0,00	11.238,92
JUAZEIRO DO NORTE (Total)						**5.202.385,38**	1,12	**5.202.385,38**

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.644.872,26	0,00	0,00	0,00	28.891.862,92	246.990,66	246.990,66
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.391.395,30	0,00	0,00	0,00	14.518.625,18	127.229,88	127.229,88
NTN-B 150830 (6,881500%)	26.039.414,62	0,00	0,00	0,00	26.267.214,11	227.799,49	227.799,49
NTN-B 150830 (7,950000%)	10.761.890,61	0,00	0,00	0,00	10.865.051,34	103.160,73	103.160,73
	79.837.572,79	0,00	0,00	0,00	80.542.753,55	705.180,76	705.180,76

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	17.986.654,88	0,00	0,00	0,00	18.176.859,76	190.204,88	190.204,88
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	14.607.050,98	0,00	0,00	0,00	14.778.220,51	171.169,53	171.169,53
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	50.641.904,12	0,00	0,00	0,00	51.230.984,66	589.080,54	589.080,54
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	31.782.194,74	0,00	0,00	0,00	32.149.653,67	367.458,93	367.458,93
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	6.265.442,29	0,00	0,00	0,00	6.389.073,13	123.630,84	123.630,84
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.154,30	154,30	154,30
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	12.246.189,97	0,00	0,00	0,00	12.387.329,93	141.139,96	141.139,96
	133.529.436,98	9.000,00	0,00	0,00	135.121.275,96	1.582.838,98	1.582.838,98

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	68.229.259,35	1.908.380,00	-9.053.736,11	0,00	61.911.043,08	827.139,84	827.139,84
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	20.470.017,76	0,00	0,00	0,00	20.710.969,92	240.952,16	240.952,16
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,16	0,01	-0,15	0,00	0,01	-0,01	-0,01
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	45.014.821,55	0,15	-98.093,34	0,00	45.443.390,32	526.661,96	526.661,96
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	10.544.865,57	0,00	0,00	0,00	10.671.418,14	126.552,57	126.552,57
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	19.705.285,48	0,00	0,00	0,00	19.936.292,09	231.006,61	231.006,61
	163.964.249,87	1.908.380,16	-9.151.829,60	0,00	158.673.113,56	1.952.313,13	1.952.313,13

Artigo 7º V, Alínea b (FI RF - Crédito Privado)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	6.622.645,33	0,00	0,00	0,00	6.700.952,80	78.307,47	78.307,47

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
	6.622.645,33	0,00	0,00	0,00	6.700.952,80	78.307,47	78.307,47

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9.440.679,85	0,00	0,00	0,00	9.594.724,05	154.044,20	154.044,20
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	2.580.606,20	0,00	0,00	0,00	2.768.628,19	188.021,99	188.021,99
KÍNITRO FIF AÇÕES	4.413.874,41	0,00	0,00	0,00	4.614.633,44	200.759,03	200.759,03
	16.435.160,46	0,00	0,00	0,00	16.977.985,68	542.825,22	542.825,22

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nivel I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	4.860.796,72	0,00	0,00	0,00	4.770.103,14	-90.693,58	-90.693,58
	4.860.796,72	0,00	0,00	0,00	4.770.103,14	-90.693,58	-90.693,58

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	4.955.290,68	0,00	0,00	0,00	5.023.480,27	68.189,59	68.189,59
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	18.278.078,45	0,00	0,00	0,00	18.390.124,45	112.046,00	112.046,00
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10.303.579,82	0,00	0,00	0,00	10.408.441,62	104.861,80	104.861,80
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	5.947.739,80	0,00	0,00	0,00	5.919.098,03	-28.641,77	-28.641,77
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	12.428.043,33	0,00	0,00	0,00	12.591.962,19	163.918,86	163.918,86
	51.912.732,08	0,00	0,00	0,00	52.333.106,56	420.374,48	420.374,48

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	1.302.595,46	0,00	0,00	0,00	9.000,00	1.308.510,65	14.915,19	14.915,19

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Proventos	Saldo	Resultado Financ. Mês (R$)	Resultado Financ. Ano (R$)
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	3.139.478,74	0,00	0,00	0,00	0,00	3.135.802,47	-3.676,27	-3.676,27
	4.442.074,20	0,00	0,00	0,00	9.000,00	4.444.313,12	11.238,92	11.238,92

Análise de Liquidez

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	296.806.722,46	64,58	296.806.722,46	64,58	50,00
de 31 dias a 365 dias	63.777.673,27	13,88	360.584.395,73	78,46	60,00
acima de 365 dias	98.979.208,64	21,54	459.563.604,37	100,00	100,00

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		61.911.043,08
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		51.230.984,66
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		20.710.969,92
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		0,01
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		45.443.390,32
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	D+0		6.389.073,13
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+0		9.154,30
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.671.418,14
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			1.308.510,65
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.135.802,47
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		12.387.329,93
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.936.292,09
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		5.023.480,27
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		12.591.962,19
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	D+2		18.390.124,45
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.919.098,03
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.594.724,05
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.768.628,19

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		4.614.633,44
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.770.103,14

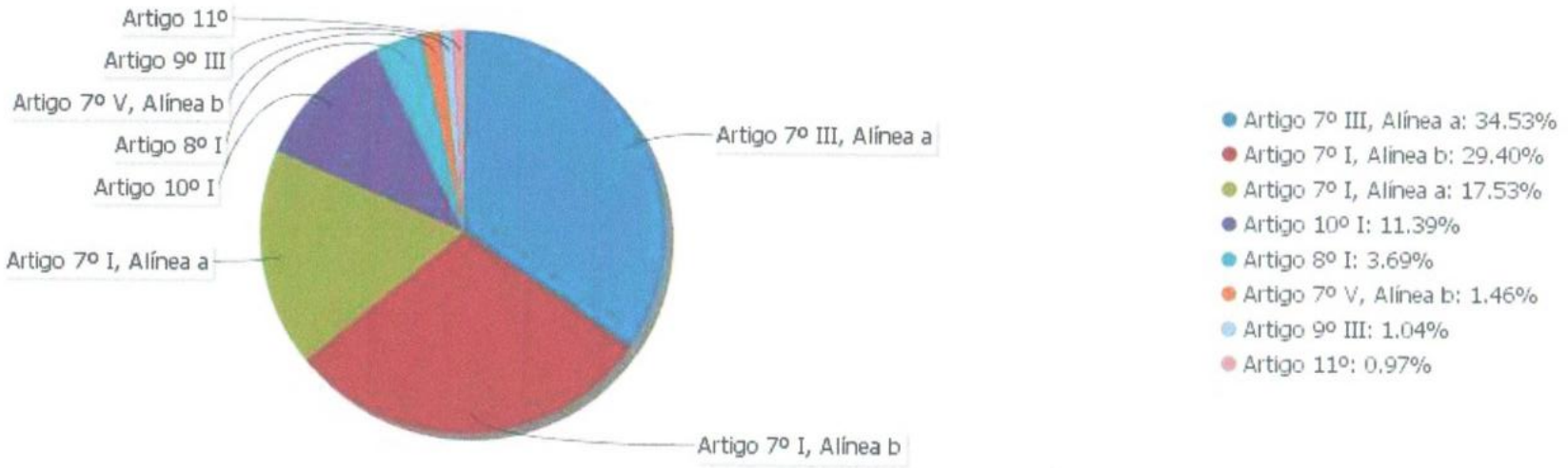
DE 31 DIAS A 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.700.952,80
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.518.625,18
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	D+0	17/08/2026	32.149.653,67
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	10.408.441,62

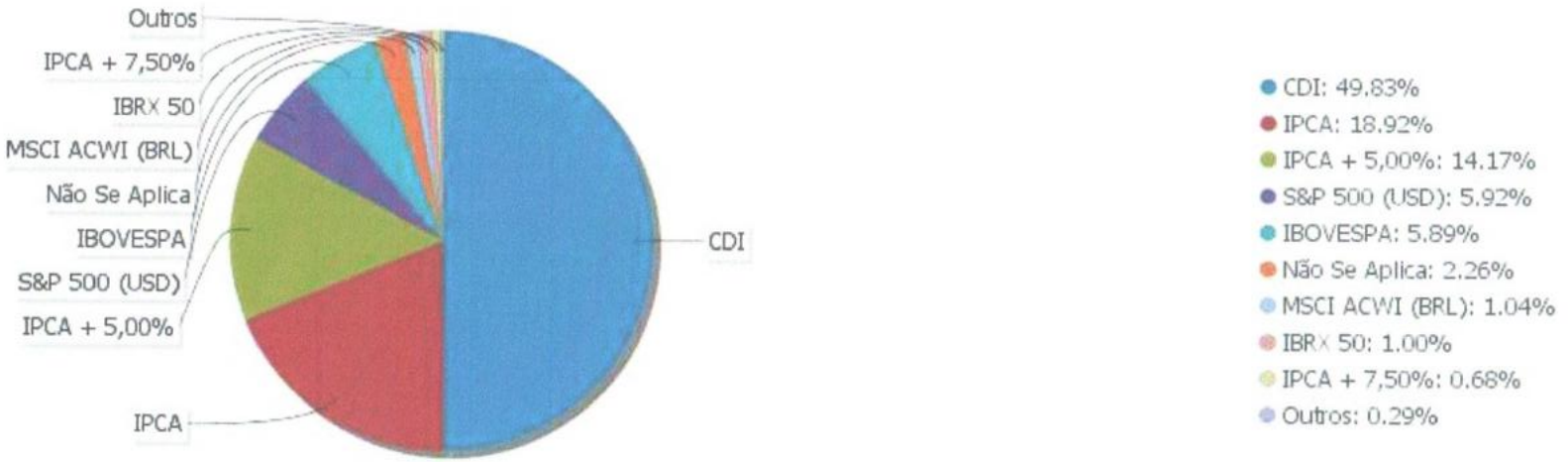
ACIMA DE 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	18.176.859,76
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	D+0	15/08/2030	14.778.220,51
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	26.267.214,11
NTN-B 150830 (7,950000%)		15/08/2030	10.865.051,34
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.891.862,92

Alocação por Artigo

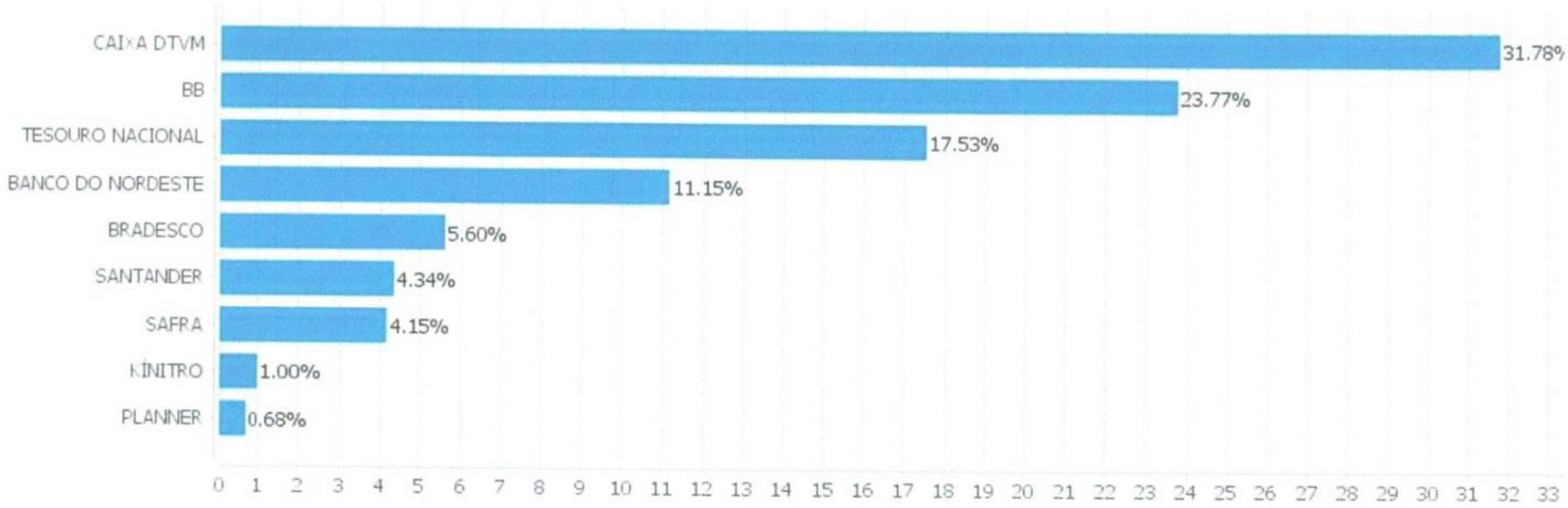


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12												1,12
IPCA + 5,64%	0,79												0,79
p.p. indexador	0,33												0,33
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,64	0,73	0,31	0,93	0,56	0,56	0,78	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	14	56,00
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	44,00

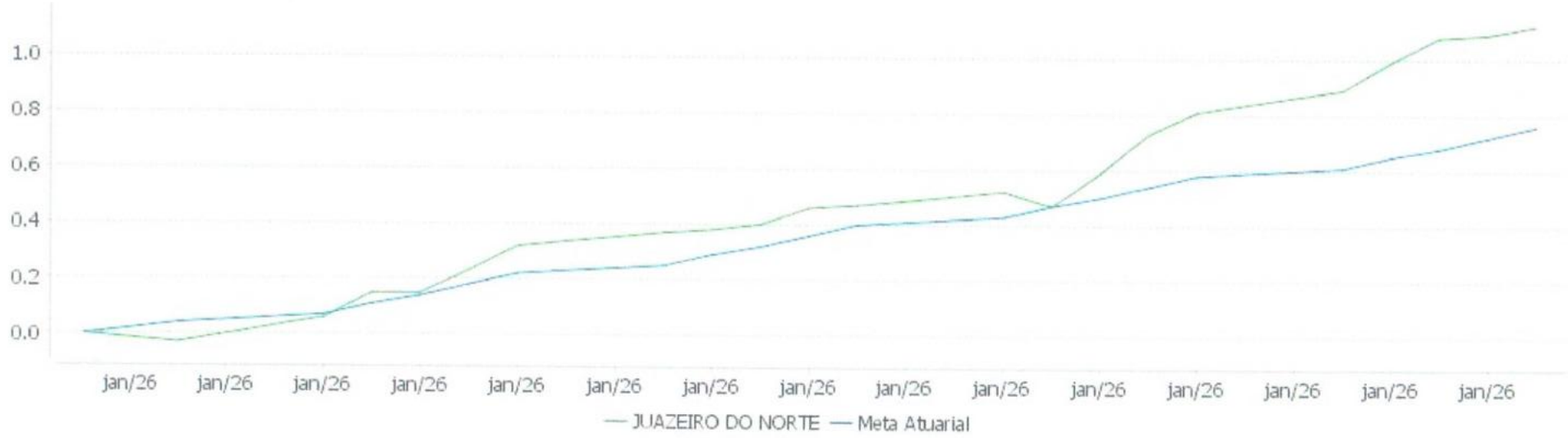
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

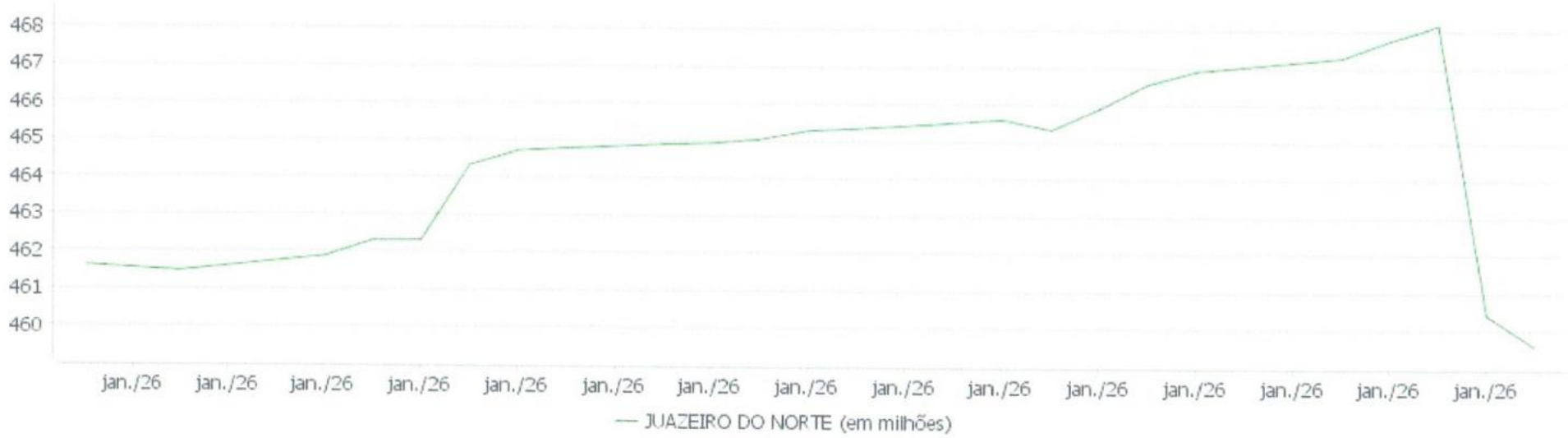
Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,56	2,14	1,42	1,12
06 meses	7,73	3,99	3,75	1,07
12 meses	14,63	9,90	4,73	1,20
24 meses	22,96	20,70	2,26	1,62
Desde 29/12/2023	23,32	21,72	1,60	1,62

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução No Ano

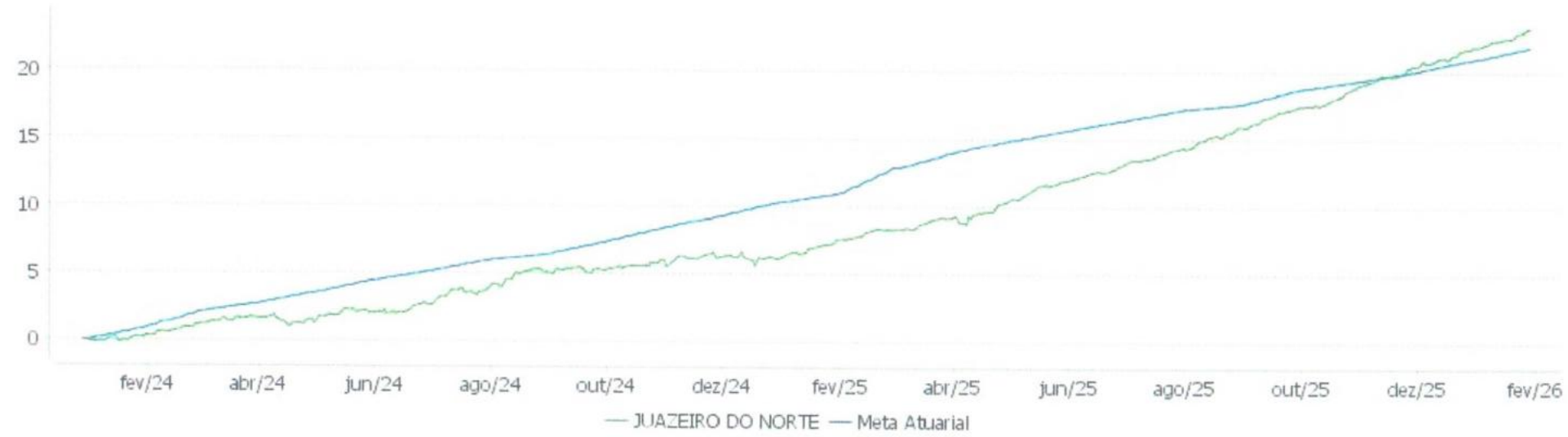


Patrimônio Líquido No Ano

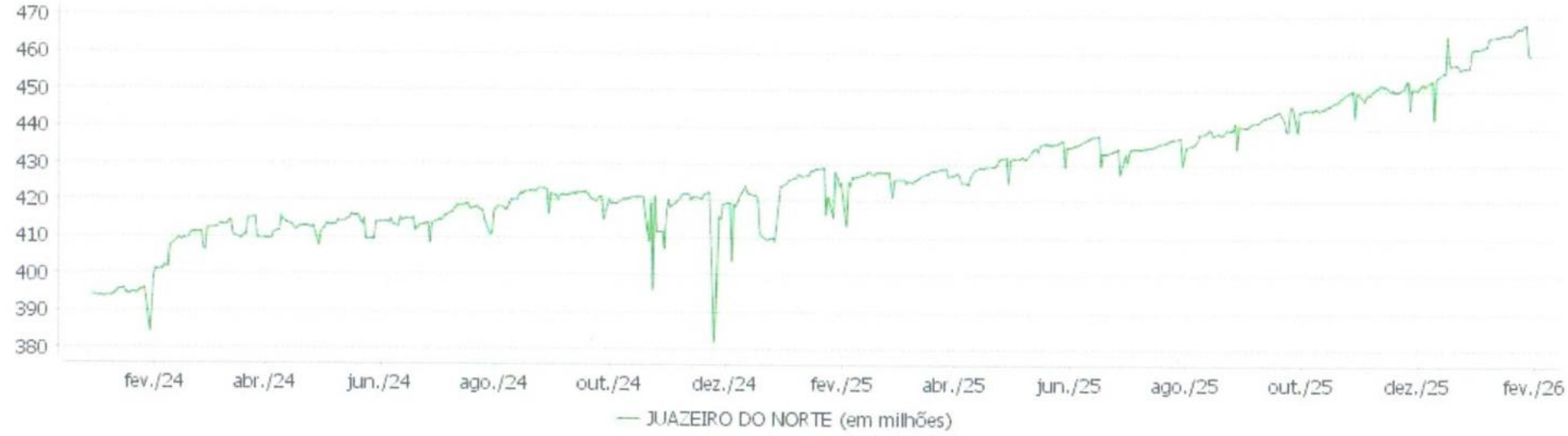


EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução



Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO % do CDI	1,18 101,57	1,18 101,57	3,47 99,95	7,32 100,17	14,50 100,09	27,37 101,40	44,54 102,78
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA Var. IRF-M 1+ p.p.	2,24 -0,04	2,24 -0,04	4,12 -0,08	8,93 -0,13	18,52 -0,25	19,27 -0,61	40,76 -1,15
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI Var. IPCA + 5,00% p.p.	1,06 0,32	1,06 0,32	3,09 1,03	6,09 2,24	10,65 1,01	17,25 -3,14	32,40 0,36
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA Var. IPCA p.p.	1,97 1,64	1,97 1,64	3,83 2,98	8,10 6,80	14,45 10,01	22,67 13,46	38,81 24,68
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA Var. IPCA + 5,00% p.p.	1,16 0,42	1,16 0,42	2,93 0,87	6,20 2,35	10,87 1,22		
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA Var. IPCA + 5,00% p.p.	1,17 0,43	1,17 0,43	3,43 1,37	6,06 2,21	12,17 2,53	12,36 -8,03	29,00 -3,03
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF % do CDI	1,15 99,00	1,15 99,00	3,43 98,70	7,21 98,68	14,28 98,53	26,66 98,78	42,71 98,54
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA % do CDI	1,16 99,92	1,16 99,92	3,46 99,53	7,26 99,34	14,37 99,17	26,85 99,47	43,02 99,27
NTN-B 150830 (6,881500%) Var. IPCA p.p.	0,87 0,54	0,87 0,54	2,35 1,51	4,69 3,39	11,50 7,06	24,80 15,59	
NTN-B 150826 (7,000000%) Var. IPCA p.p.	0,88 0,55	0,88 0,55	2,38 1,54	4,75 3,44	11,62 7,18	25,07 15,87	
NTN-B 150830 (7,950000%) Var. IPCA p.p.	0,96 0,63	0,96 0,63	2,60 1,76	5,22 3,91	12,61 8,17		
NTN-B 150535 (6,722000%) Var. IPCA p.p.	0,86 0,53	0,86 0,53	2,31 1,47	4,61 3,31	11,33 6,89	24,43 15,22	
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA % do CDI	1,18 101,11	1,18 101,11	3,49 100,32	7,32 100,17	14,60 100,76	27,76 102,85	45,11 104,09
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA % do CDI	1,20 102,87	1,20 102,87	3,52 101,30	7,36 100,65	14,59 100,71	27,22 100,85	43,51 100,39
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA % do CDI	1,20 103,09	1,20 103,09	3,51 100,97	7,33 100,34	14,57 100,58	27,11 100,45	43,99 101,51
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA % do CDI	1,17 100,52	1,17 100,52	3,50 100,54	7,31 100,03	14,57 100,54	27,30 101,13	44,12 101,81
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	1,17	1,17	3,48	7,31	14,54	27,38	44,36

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	100,70	100,70	100,09	99,98	100,35	101,45	102,37
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	1,09	1,09	3,22	6,75	13,30	24,40	38,69
% do CDI	93,29	93,29	92,63	92,32	91,79	90,40	89,28
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	7,29	7,29	25,85	92,55	105,41	87,31	88,37
Var. IBOVESPA p.p.	-5,27	-5,27	4,57	56,25	61,62	45,34	28,48
KÍNITRO FIF AÇÕES	4,55	4,55	9,76	28,08	37,65	54,93	77,95
Var. IBRX 50 p.p.	-8,61	-8,61	-12,24	-8,70	-4,96	11,65	18,45
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	1,63	1,63	3,64	13,60	21,87	56,21	91,21
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,27	0,27	2,19	4,15	7,00	13,01	21,00
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	-1,87	-1,87	0,82	4,04	4,61	40,81	53,46
Var. MSCI ACWI (BRL) p.p.	0,31	0,31	0,02	-0,83	-3,18	-10,05	-11,73
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	-0,48	-0,48	1,89	6,62	13,17	16,53	40,56
Var. IBOVESPA p.p.	-13,04	-13,04	-19,39	-29,67	-30,62	-25,43	-19,33
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,32	1,32	3,61	14,32	24,39	61,52	105,40
Var. S&P 500 (USD) p.p.	-0,05	-0,05	2,16	4,86	9,52	18,32	35,19
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	1,38	1,38	3,48	14,11	23,91	60,03	102,27
Var. S&P 500 (USD) p.p.	0,01	0,01	2,03	4,65	9,03	16,83	32,05
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	0,61	0,61	8,44	18,87	24,77	25,27	43,53
Var. IBOVESPA p.p.	-11,95	-11,95	-12,84	-17,42	-19,02	-16,69	-16,36
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	1,02	1,02	4,22	6,22	13,54	21,92	40,52
Var. Não Se Aplica p.p.	1,02	1,02	4,22	6,22	13,54	21,92	40,52
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	-0,12	-0,12	-0,45	-7,33	-3,87	-13,43	
Var. IPCA + 7,50% p.p.	-1,05	-1,05	-3,11	-12,43	-16,11	-39,63	
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	1,15	1,15	6,87	12,91	42,30	24,23	81,09
Var. IFIX p.p.	-1,12	-1,12	-0,57	0,55	14,47	8,40	44,23
JUAZEIRO DO NORTE	1,12	1,12	3,56	7,73	14,63	22,96	
Var. IPCA + 5,21% p.p.	0,33	0,33	1,35	3,57	4,32	1,09	
CDI	1,16	1,16	3,48	7,31	14,49	26,99	43,34
IBOVESPA	12,56	12,56	21,28	36,29	43,79	41,97	59,89
INPC + 6,00%	0,88	0,88	2,08	4,01	10,54	22,09	34,26
IPCA + 6,00%	0,82	0,82	2,30	4,35	10,68	22,70	35,83

Cotização e Taxas

Cotização

Fundo	CNPJ	Aplicação Cotização	Resgate Cotização	Resgate Liquidação
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	28.578.897/0001-54	-	D+1 du	D+6 du
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	36.178.569/0001-99	D+1 du	D+1	D+2
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	46.134.096/0001-81	D+0	D+0	D+0
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	46.134.117/0001-69	D+0	D+0	D+0
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	13.077.418/0001-49	D+0	D+0	D+0
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	30.568.193/0001-42	D+0	D+0	D+0
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18.959.094/0001-96	-	D+0	D+1 du
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	03.399.411/0001-90	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	14.508.643/0001-55	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	56.134.800/0001-50	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	03.737.206/0001-97	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	23.215.097/0001-55	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10.577.519/0001-90	D+0	D+0	D+0
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	23.215.008/0001-70	D+0	D+0	D+0
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	44.683.343/0001-73	D+0	D+0	D+2
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	42.229.068/0001-97	D+0	D+0	D+2
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	45.443.651/0001-94	D+0	D+0	D+2
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	30.036.235/0001-02	D+0	D+0	D+1

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo	CNPJ	Aplicação Cotização	Resgate Cotização	Resgate Liquidação
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	Não se aplica	-	-
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	D+0	D+1	D+3
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	23.876.086/0001-16	-	-	-
KÍNITRO FIF AÇÕES	27.749.572/0001-24	-	D+1 du	D+3 du
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	20.441.483/0001-77	-	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	10.347.195/0001-02	-	D+0	D+0
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	02.224.354/0001-45	D+0	D+0	D+0

Taxas

Fundo	CNPJ	Performance	Administração	Gestão	Distribuição	Custódia	Global
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	28.578.897/0001-54	-	0,50%	-	-	-	-
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	36.178.569/0001-99	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%	0,2745%	0,6455%	0,01% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	46.134.096/0001-81	-	-	-	-	-	-
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	46.134.117/0001-69	Não possui	0,0213%	0,0496%	0,1291%	0,01%	0,20%
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	13.077.418/0001-49	Não possui	0,0213% a 0,0616%	0,0496% a 0,1093%	0,1291%	Não possui	-
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	30.568.193/0001-42	-	0,20%	-	-	-	-
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18.959.094/0001-96	-	1,20%	-	-	0,03% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	03.399.411/0001-90	Não possui	0,008%	0,136%	0,056%	0,05%	-
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	14.508.643/0001-55	Não possui	-	-	-	0,0025%	0,80%
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	56.134.800/0001-50	Não possui	-	-	-	0,005% ao ano sobre o patrimônio líquido	0,06%

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo	CNPJ	Performance	Administração	Gestão	Distribuição	Custódia	Global
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	03.737.206/0001-97	Não possui	-	-	-	0,005%	0,20%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	23.215.097/0001-55	Não possui	-	-	-	0,0025%	0,40%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10.577.519/0001-90	Não possui	-	-	-	-	0,20%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	23.215.008/0001-70	Não possui	-	-	-	0,005% sobre o patrimônio líquido	0,20%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	44.683.343/0001-73	Não possui	-	-	-	-	0,90%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	42.229.068/0001-97	-	-	-	-	0,0025% ao ano sobre o patriônio líquido	0,0090
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	45.443.651/0001-94	-	-	-	-	-	-
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	30.036.235/0001-02	Não possui	-	-	-	0,005% sobre o patrimônio liquído	0,80%
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	-	-	-	-	-	-
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	-	-	-	-	-	-
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	23.876.086/0001-16	-	-	-	-	-	-
KÍNITRO FIF AÇÕES	27.749.572/0001-24	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%	-	-	0,03% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	20.441.483/0001-77	-	0,25%	-	-	0,075% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	10.347.195/0001-02	-	0,10%	-	-	0,075% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	02.224.354/0001-45	Não possui	-	-	-	Não possui	0,20%

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,20	1,20	3,47	7,38	14,68	26,08	42,41	60,27	65,92
IRF-M 1+	2,28	2,28	4,20	9,06	18,77	19,88	41,91	54,29	47,92
IRF-M TOTAL	1,96	1,96	3,98	8,50	17,51	21,96	41,86	55,79	53,80
IMA-B 5	1,20	1,20	3,26	6,25	10,91	19,15	32,65	47,49	54,24
IMA-B 5+	0,84	0,84	3,46	5,58	14,66	6,79	27,10	31,76	23,23
IMA-B TOTAL	1,00	1,00	3,38	5,90	13,09	12,01	29,41	38,67	37,08
IMA-GERAL TOTAL	1,31	1,31	3,56	7,20	14,73	21,70	39,39	53,60	55,78
IDKA 2	1,22	1,22	3,34	6,46	11,10	19,05	32,65	47,06	54,22
IDKA 20	0,96	0,96	3,89	5,23	20,85	-3,45	24,36	19,88	2,39
CDI	1,16	1,16	3,48	7,31	14,49	26,99	43,34	61,70	69,79

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	12,56	12,56	21,28	36,29	43,79	41,97	59,89	61,72	57,62
IBRX 100	12,67	12,67	21,34	36,17	43,31	42,16	59,05	60,25	56,86
IBRX 50	13,15	13,15	22,00	36,78	42,61	43,28	59,50	61,92	60,41
SMALL CAP	10,15	10,15	12,61	21,61	35,68	15,49	22,82	3,82	-6,82
Índice Consumo - ICON	7,27	7,27	11,39	22,98	34,76	15,98	10,47	-16,97	-36,45
Índice Dividendos - IDIV	10,56	10,56	18,13	30,25	38,85	45,03	67,63	86,05	97,14

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	2,27	2,27	7,44	12,36	27,82	15,82	36,86	39,04	34,09

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI (BRL)	-2,17	-2,17	0,81	4,87	7,80	50,86	65,19	42,11	55,14
MSCI ACWI (USD)	2,92	2,92	3,78	12,33	20,16	42,88	61,06	45,57	62,43
S&P 500 (BRL)	-3,65	-3,65	-1,46	2,19	3,05	51,20	74,58	50,02	78,44
S&P 500 (USD)	1,37	1,37	1,44	9,46	14,87	43,20	70,22	53,67	86,82

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,33	0,33	0,84	1,31	4,44	9,20	14,13	20,72	33,24
INPC	0,39	0,39	0,63	0,97	4,30	8,66	12,81	19,25	31,89
IGPM	0,41	0,41	0,67	1,08	-0,91	5,78	2,27	6,15	24,10
SELIC	1,16	1,16	3,48	7,31	14,49	26,99	43,34	61,70	69,79

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,66	0,66	1,82	3,34	8,60	18,11	28,32	41,15	62,04
IPCA + 5,00%	0,74	0,74	2,06	3,85	9,64	20,40	32,04	46,64	69,96
IPCA + 5,50%	0,78	0,78	2,18	4,10	10,16	21,55	33,93	49,45	74,03
IPCA + 5,89%	0,81	0,81	2,27	4,29	10,57	22,45	35,41	51,67	77,27
IPCA + 6,00%	0,82	0,82	2,30	4,35	10,68	22,70	35,83	52,29	78,19
INPC + 4,00%	0,72	0,72	1,61	3,00	8,46	17,52	26,83	39,44	60,39
INPC + 6,00%	0,88	0,88	2,08	4,01	10,54	22,09	34,26	50,45	76,38

Curva x Mercado

Ativo	Financeiro Curva (R$)	Taxa Curva (%)	Financeiro Mercado (R$)	Taxa Mercado (%)	Diferença (R$)
NTN-B 150535 (6,722000%)	28.891.862,92	6,722000	27.486.608,13	7,480000	-1.405.254,79
NTN-B 150826 (7,000000%)	14.518.625,18	7,000000	14.293.047,29	10,262100	-225.577,89
NTN-B 150830 (6,881500%)	26.267.214,11	6,881500	25.528.064,61	7,669600	-739.149,50
NTN-B 150830 (7,950000%)	10.865.051,34	7,950000	10.975.555,14	7,669600	110.503,80

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
386	08/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	1.645.307,64	0,00	421.986,60161100	3,8989570610
387	09/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	577,72	148,09010100	3,9011385350
388	09/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	4.916,25	772,10163000	6,3673610000
389	12/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	67.783,63	17.365,73625600	3,9032972170
390	19/01/2026	CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	9.000,00	0,00	2.462,09064300	3,6554300000
391	20/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.605,75	876,90630600	6,3926440000
392	22/01/2026	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,00	0,15	0,05000183	2,9998900000
393	22/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,15	0,00	0,02344007	6,3992990000
394	23/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	698,26	177,96183100	3,9236503480
395	23/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	5.204,27	812,81420400	6,4027790000
396	28/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	720,00	112,26254300	6,4135350000
397	29/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	7.708.336,95	1.960.204,86048800	3,9324139560
398	29/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	72.807,07	11.345,84137200	6,4170710000
399	30/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	263.072,36	0,00	66.859,92737300	3,9346791170
400	30/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.805,70	458,91925300	3,9346791170
401	30/01/2026	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	1.274.533,85	323.923,19986000	3,9346791170
402	30/01/2026	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,01	0,00	0,00332310	3,0092410000
403	30/01/2026	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,00	8.840,00	1.376,81081100	6,4206350000
	Total		**1.917.380,16**	**9.151.829,60**		

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% — **Value-At-Risk (R$): 2.255.124,19** — **Value-At-Risk: 0,49%**

	Volatilidade[1]	VaR[2]	Limite[5]	CVaR[3]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Artigo 7º	0,18	0,20	3,00	0,09	-0,25	1,12	381.038.095,87	82,91
Artigo 8º	12,67	5,78	10,00	0,19	0,17	3,30	16.977.985,68	3,69
Artigo 9º	14,75	6,98	10,00	-0,03	-0,21	-1,87	4.770.103,14	1,04
Artigo 10º	3,83	2,38	10,00	0,24	-0,09	0,81	52.333.106,56	11,39
Artigo 11º	0,71	0,83	10,00	0,00	-1,28	0,25	4.444.313,12	0,97
JUAZEIRO DO NORTE		0,49		0,49			459.563.604,37	100,00

Renda Fixa — **Value-At-Risk: 0,20%**

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
NTN-B 150826 (7,000000%)	0,05	0,31	0,00	0,31	-5,73	0,88	14.518.625,18	3,16
NTN-B 150830 (6,881500%)	0,05	0,31	0,00	0,30	-5,92	0,87	26.267.214,11	5,72
NTN-B 150830 (7,950000%)	0,05	0,33	0,00	0,33	-3,86	0,96	10.865.051,34	2,36
NTN-B 150535 (6,722000%)	0,05	0,30	0,00	0,30	-6,18	0,86	28.891.862,92	6,29
Sub-total	0,05	0,31	0,00		-5,72	0,88	80.542.753,55	17,53

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade[1]	VaR[2]	CVaR[3]	BVaR[4]	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	0,66	0,56	0,01	0,63	-0,16	1,06	18.176.859,76	3,96
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	2,30	1,44	0,02	1,47	0,00	1,17	14.778.220,51	3,22
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,02	0,41	0,00	0,41	-0,05	1,16	51.230.984,66	11,15
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,14	0,43	0,01	0,49	-0,06	1,16	32.149.653,67	7,00
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	2,07	1,35	0,01	1,36	0,39	1,97	6.389.073,13	1,39

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,08	1,89	0,00	0,02	0,35	2,24	9.154,30	0,00
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	0,03	0,41	0,00	0,41	-0,41	1,15	12.387.329,93	2,70
Sub-total	0,42	0,37	0,06		0,05	1,19	135.121.275,96	29,40

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,06	0,42	0,01	0,42	0,60	1,20	61.911.043,08	13,47
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,00	0,42	0,57	1,18	20.710.969,92	4,51
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	0,01	0,39	0,00	0,39	-10,30	1,09	0,01	0,00
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,04	0,42	0,01	0,42	0,15	1,17	45.443.390,32	9,89
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,43	0,00	0,43	0,52	1,20	10.671.418,14	2,32
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,02	0,42	0,00	0,42	0,48	1,17	19.936.292,09	4,34
Sub-total	0,03	0,28	0,03		0,62	1,18	158.673.113,56	34,53

Artigo 7º V, Alínea b

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	0,06	0,42	0,00	0,42	0,31	1,18	6.700.952,80	1,46
Sub-total	0,06	0,42	0,00		0,31	1,18	6.700.952,80	1,46

Renda Variável — **Value-At-Risk: 5,78%**

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	9,52	4,61	0,06	1,24	0,05	1,63	9.594.724,05	2,09
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	36,03	14,84	0,05	9,99	0,17	7,29	2.768.628,19	0,60
KÍNITRO FIF AÇÕES	20,43	9,94	0,07	5,42	0,17	4,55	4.614.633,44	1,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
Sub-total	12,67	5,78	0,19		0,17	3,30	16.977.985,68	3,69

Investimentos no Exterior — **Value-At-Risk: 6,98%**

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	14,75	6,98	-0,03	7,80	-0,21	-1,87	4.770.103,14	1,04
Sub-total	14,75	6,98	-0,03		-0,21	-1,87	4.770.103,14	1,04

Investimentos Estruturados — **Value-At-Risk: 2,38%**

Artigo 10º I

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	10,48	4,83	0,04	0,90	0,02	1,38	5.023.480,27	1,09
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	1,59	3,46	0,10	7,09	-0,35	0,61	18.390.124,45	4,00
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	4,08	1,81	0,00	1,81	-0,04	1,02	10.408.441,62	2,26
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	4,68	2,04	0,01	10,01	-0,35	-0,48	5.919.098,03	1,29
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	10,50	4,82	0,09	0,95	0,01	1,32	12.591.962,19	2,74
Sub-total	3,83	2,38	0,24		-0,09	0,81	52.333.106,56	11,39

Fundos Imobiliários — **Value-At-Risk: 0,83%**

Artigo 11º

Ativo	Volatilidade(1)	VaR(2)	CVaR(3)	BVaR(4)	Sharpe	Rent.	Valor(R$)	% Carteira
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	2,79	3,45	0,00	3,70	-0,01	1,15	1.308.510,65	0,28
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	0,41	1,32	0,00	1,41	-3,16	-0,12	3.135.802,47	0,68
Sub-total	0,71	0,83	0,00		-1,28	0,25	4.444.313,12	0,97

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(5) Limite Politica de Investimentos (%)

Observações

-Referente ao mês de janeiro de 2026, vale observar que:

- O Instituto está com 22,67% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- O Instituto está com 11,39% do patrimônio total alocado no Artigo 10º I, percentual este superior ao limite máximo estabelecido na Política de Investimentos;
- O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

PARECER DE INVESTIMENTOS Nº 000005/2026
PERÍODO: JANEIRO/2026
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE – PREVIJUNO
OBJETO: RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

1. Introdução

O presente Parecer de Investimentos tem como objetivo apresentar a análise detalhada do desempenho da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte (PREVIJUNO) referente à competência de **janeiro de 2026**. A análise considera:

a) As condições econômicas do período;
b) O cumprimento da **Política de Investimentos 2026** do PREVIJUNO;
c) Os requisitos da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, que regulamenta as aplicações dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O foco da análise está na **adequação da alocação dos recursos**, no **desempenho da rentabilidade da carteira em relação à Meta Atuarial** e no **cumprimento dos limites legais e normativos estabelecidos**.

2. Contexto Econômico de janeiro/2026

De acordo com dados oficiais do IBGE, o IPCA referente ao mês de janeiro de 2026 apresentou variação de **0,33%**, mantendo o mesmo percentual registrado no mês de dezembro (**0,33%**).

A rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO, cuja meta atuarial é IPCA + 5,64% ao ano, apresentou desempenho superior ao projetado, registrando 1,12% no mês, frente à meta de 0,79%, o que resultou em uma margem positiva de 0,33%.

Na reunião de **dezembro de 2025**, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) manteve a **taxa Selic em 15%**, reforçando a política monetária restritiva diante das pressões inflacionárias.

Os ativos de renda fixa permaneceram com retornos atrativos, beneficiados pela alta da Selic. A moderação da inflação sugere possível redução na rentabilidade futura desses ativos. Já os ativos de risco, como renda variável e fundos imobiliários, apresentaram maior volatilidade, influenciados pelas oscilações naturais dos mercados e pelo cenário econômico ainda sujeito a ajustes e incertezas.

A gestão da carteira optou por priorizar ativos de renda fixa indexados à inflação e à taxa Selic, mantendo postura conservadora e mitigando riscos.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A carteira do PREVIJUNO, em **30 de janeiro de 2026**, encontra-se parcialmente alinhada à Política de Investimentos 2026 e à Resolução CMN nº 4.963/2021. A distribuição dos ativos é a seguinte:

Renda Fixa: R$ 381.038.095,87 (82,91% da carteira)

Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º I, Alínea a): **R$ 80.542.753,55 (17,53% da carteira)** – A alocação está bem dentro do limite mínimo (0%) e do limite máximo (100%), atendendo às diretrizes da Política de Investimentos, com o objetivo de (47,74%).

Fundos 100% Títulos Públicos (Art. 7º I, Alínea b): **R$ 135.121.275,96 (29,40% da carteira)** – O fundo mantém uma exposição dentro do limite máximo de 100% e está acima do objetivo em 16,37%.

Fundos Renda Fixa (Art. 7º III, Alínea a): **R$ 158.673.113,56 (34,53% da carteira)** – A exposição a fundos de renda fixa está acima do objetivo de 5,86%, mas dentro do limite máximo de 75%.

FI RF - Crédito Privado (Artigo 7º V, Alínea b): **R$ 6.700.952,80 (1,46% da carteira)** - A alocação está acima do objetivo de 0,23%, respeitando o limite máximo de 15%.

Renda Variável: **R$ 16.977.985,68 (3,69% da carteira)**

Fundos de Ações (Art. 8º I): **R$ 16.977.985,68 (3,69% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 4,43%, evidenciando um posicionamento conservador, dentro do limite máximo de 45%.

Investimentos no Exterior: **R$ 4.770.103,14 (1,04% da carteira)**

Fundos de Ações - BDR Nível I (Art. 9º III): **R$ 4.770.103,14 (1,04% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 10% e dentro do limite máximo de 10%.

Investimentos Estruturados: **R$ 52.333.106,56 (11,39% da carteira)**

Fundos Multimercados (Art. 10º I): **R$ 52.333.106,56 (11,39% da carteira)** – A exposição ligeiramente abaixo do objetivo de 13,06% é aceitável, pois está dentro do limite máximo de 15%.

Fundos Imobiliários: **R$ 4.444.313,12 (0,97% da carteira)**

Fundo de Investimento Imobiliário (Art. 11): **R$ 4.444.313,12 (0,97% da carteira)** – A alocação está abaixo do objetivo de 2,31%, respeitando o limite máximo de 15%.

A carteira está em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, que determina que os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS adotem prudência na gestão dos investimentos, observem a diversificação adequada e cumpram os limites estabelecidos para proteger os interesses dos participantes.

4. Rentabilidade da Carteira de janeiro/2026

A rentabilidade da carteira no mês de janeiro de 2026 foi de **1,12%**, comparada à meta atuarial no período que foi de 0,79%, resultado em uma diferença positiva de **0,33%**.

A rentabilidade mensal da carteira, conforme apresentado, foi a seguinte:

Rentabilidadee da Carteira versue Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12												1,12
IPCA + 5,64%	0,79												0,79
p.p. indexador	0,33												0,33
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,96	0,64	0,69	0,64	0,73	0,31	0,93	0,56	0,56	0,78	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,58	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,04	-1,24	-0,09	0,02	0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Esse desempenho reflete um cenário econômico ainda favorável à renda fixa, sustentado pelo patamar elevado da taxa Selic. Contudo, a desaceleração da inflação, evidenciada pelos dados recentes do IPCA-15, sinaliza uma possível redução gradual da taxa básica de juros, o que poderá impactar a rentabilidade desses ativos nos próximos períodos.

5. Desenquadramento da Resolução CMN nº 4963/2021

O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,67% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021:

Artigo 11º (Fundo de Investimento Imobiliário)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%) Dia	Mês	Ano	Valor (R$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	29,98	0,45	1,15	1,15	1.308.510,65	0,28	137.459.915,70	0,95
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 *	8,67	-0,12	-0,12	-0,12	3.135.802,47	0,68	13.830.087,06	22,67
		Sub-total Artigo 11º	**24,34**	**0,05**	**0,25**	**0,25**	**4.444.313,12**	**0,97**		
		Fundos Imobiliários	24,34	0,05	0,25	0,25	4.444.313,12	0,97		

6. Desempenho em Relação à Meta Atuarial

A Meta Atuarial do PREVIJUNO para janeiro de 2026, calculada como **IPCA + 5,64% ao ano**, foi de **0,79%**. A carteira obteve **1,12%**, superando a meta em **0,33% ponto percentual**, evidenciando desempenho positivo na gestão dos investimentos.

7. Volatilidade e Gestão de Risco

A volatilidade da carteira do PREVIJUNO no mês de janeiro de 2026 foi de **1,20%**. Esse indicador evidencia que o Fundo mantém uma **postura conservadora de gestão de risco**, fundamental para a proteção dos recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte diante das oscilações do mercado financeiro.

A exposição ao risco permaneceu controlada, com predominância de alocações em **ativos de renda fixa**. Embora esses ativos possam apresentar rentabilidade mais moderada em cenários de maior volatilidade, eles desempenham papel essencial na **estabilidade e segurança da carteira**, contribuindo para a preservação do capital e para a mitigação de riscos de mercado.

8. Conformidade com a Resolução CMN nº 4963/2021

A **Resolução CMN nº 4963/2021**, que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), não foi integralmente cumprida no mês de janeiro de 2026, em razão do desenquadramento no JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 ocorrido no período. Apesar do desenquadramento, o alinhamento geral à resolução contribuiu para garantir a segurança jurídica e financeira dos participantes do plano.

9. Conclusão

No mês de janeiro de 2026, o PREVIJUNO registrou rentabilidade de **1,12%**, superando a Meta Atuarial de **0,79%** e alcançando um **desvio positivo de 0,33% ponto percentual**. A carteira de investimentos foi gerida com parcial aderência à Política de Investimentos 2026, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021.

Entretanto, foi identificado que o fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,67% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pelo Comitê de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

O relatório detalhado sobre o desempenho dos investimentos foi aprovado pelo Comitê de Investimentos, sendo que este parecer será submetido ao Conselho Fiscal e ao

Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final, conforme os trâmites estabelecidos. A transparência e o rigor no cumprimento das normas continuam sendo fundamentais na gestão do PREVIJUNO, com o objetivo de garantir a integridade dos recursos e atender às necessidades previdenciárias dos servidores.

Juazeiro do Norte, Ceará, 02 de março de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos do PREVIJUNO

Anexos: 01/36.

PREVIJUNO

Relatório
de Execução da Política de Investimentos

2025

Sumário

1. Apresentação 3
2. Objetivos da Política de Investimentos 3
3. Composição da Carteira de Investimentos 3
4. Análise da Execução da Política de Investimentos 5
5. Meta Atuarial, exercício 2025 6
6. Conformidade com os Limites Legais e Objetivos 7
7. Conclusões e Recomendações 8

1. Apresentação

Este relatório tem como objetivo apresentar a execução da **Política de Investimentos** do PREVIJUNO no exercício de 2025, conforme estabelecido pela **Portaria MTP nº 1467/2022**, que regula os fundos de previdência dos servidores públicos, combinada com a **Resolução CMN nº 4963/2021**, que orienta a gestão de investimentos nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Política de Investimentos do PREVIJUNO segue o enquadramento da **Resolução CMN nº 4963/2021** para os RPPS's com Pró-Gestão Nível III, com o compromisso de garantir a rentabilidade necessária para o cumprimento das obrigações do RPPS, ao mesmo tempo em que respeita os limites legais e os objetivos estabelecidos para cada classe de ativos. Este relatório detalha o desempenho dos investimentos e a conformidade com os parâmetros definidos pela Política de Investimentos.

2. Objetivos da Política de Investimentos

A Política de Investimentos do PREVIJUNO para o ano de 2025 teve como objetivo os seguintes objetivos principais:

- **Segurança financeira**: Assegurar que os recursos estejam aplicados de maneira eficiente e segura, cumprindo as obrigações previdenciárias.
- **Rentabilidade**: Buscar rentabilidade compatível com o perfil de risco do fundo, utilizando-se de ativos adequados.
- **Diversificação**: Promover a diversificação da carteira para reduzir riscos e aumentar a estabilidade do portfólio.
- **Conformidade regulatória**: Observar os limites definidos pela Política de Investimentos, incluindo os da Portaria MTP nº 1467/2022 e da Resolução CMN nº 4963/2021.

3. Composição da Carteira de Investimentos

A composição da carteira de investimentos do PREVIJUNO, em dezembro de 2025, é apresentada a seguir. As alocações foram feitas de acordo com os parâmetros definidos pela Política de Investimentos.

				Política de Investimentos				Pró-Gestão Nível 3
Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R$)	% Carteira	Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	79.837.572,79	17,30	0,00	30,56	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	133.529.436,98	28,93	0,00	30,57	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	163.964.249,87	35,52	0,00	11,73	75,00	0,00	75,00
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	6.622.645,33	1,43	0,00	2,00	15,00	0,00	15,00
	Total Renda Fixa	**383.953.904,97**	**83,18**					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	16.435.160,46	3,56	0,00	2,62	45,00	0,00	45,00
	Total Renda Variável	**16.435.160,46**	**3,56**					45,00
Investimentos no Exterior								
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	4.860.796,72	1,05	0,00	8,00	10,00	0,00	10,00
	Total Investimentos no Exterior	**4.860.796,72**	**1,05**					10,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	51.912.732,08	11,25	0,00	14,52	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	**51.912.732,08**	**11,25**					20,00
Fundos Imobiliários								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	4.442.074,20	0,96	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00
	Total Fundos Imobiliários	**4.442.074,20**	**0,96**					15,00
Total		461.604.668,43	100,00					

Fonte: Relatório de Investimentos – dez/2025
Elaborado: LDB Consultoria Financeira

4. Análise da Execução da Política de Investimentos

I - Renda Fixa: A carteira apresenta forte concentração em renda fixa, que corresponde a 83,18% do total dos investimentos, demonstrando uma estratégia alinhada ao perfil conservador e à busca por maior previsibilidade e controle de riscos. Dentro desse segmento, a distribuição está organizada da seguinte forma:

a) 17,30% estão aplicados em **Títulos do Tesouro Nacional (art. 7º, I, "a")**, percentual que se encontra dentro da alocação objetivo estabelecida de **30,56%**.

b) 28,93% estão investidos em **Fundos 100% Títulos Públicos (art. 7º, I, "b")**, também dentro do limite da alocação objetivo de **30,57%**.

c) 35,52% estão aplicados em **Fundos de Renda Fixa (art. 7º, III, "a")**, está dentro do limite máximo e acima da alocação objetiva de **11,73%**, conforme a estratégia definida.

d) 1,43% encontram-se em **Fundos de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado (art. 7º, V, "b")**, percentual compatível com a alocação objetivo de **2%**.

É importante destacar que a **Política de Investimentos** foi alterada por meio da **Resolução nº 87 do Conselho Deliberativo**, de **29 de outubro de 2025**. Essa alteração revisou a **alocação objetivo para Fundos de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado (art. 7º, V, "b")**, passando de **0% para 2%**. A mudança reflete a decisão do Comitê de Investimentos de permitir uma pequena exposição a crédito privado, buscando **maior diversificação e potencial de retorno**, mantendo o perfil conservador da carteira e o alinhamento com os objetivos estratégicos do PREVIJUNO.

De forma geral, observa-se que todas as aplicações em renda fixa permanecem aderentes aos limites e diretrizes estabelecidos na política de investimentos, mantendo coerência com a estratégia definida para o período.

II - Renda Variável: A exposição à **renda variável**, representada principalmente por **fundos de ações**, soma **3,56%** da carteira, o que está dentro do limite máximo de **45%** e acima da alocação objetiva de **2,62%**. Esta alocação está alinhada com o perfil de risco moderado do fundo, buscando oportunidades de valorização, mas sem exposição excessiva a volatilidades do mercado.

III - Investimentos no Exterior: A alocação em **fundos de ações - BDR Nível I** corresponde a **1,05%** da carteira, dentro do limite máximo de **10%**. Este nível de exposição a ativos no exterior está abaixo da alocação objetiva de **8%**, proporcionando uma estratégia de diversificação internacional sem risco excessivo.

IV - Investimentos Estruturados: A alocação em **fundos multimercados** totaliza **11,25%**, estando dentro do limite máximo de **15%** e abaixo do objetivo de **14,52%**. Esses investimentos são importantes para diversificar a carteira e adicionar ativos com rentabilidade potencialmente mais alta, mas com maior risco.

V - Fundos Imobiliários: A alocação em **fundos imobiliários** corresponde a **0,96%** da carteira, percentual significativamente inferior ao limite máximo permitido de **15%**, conforme a regulamentação vigente. Ressalta-se que a alocação objetivo para esse segmento é de 0%, evidenciando que, estrategicamente, não há previsão de exposição estrutural a esse tipo de ativo. Assim, a participação atual representa apenas uma parcela residual do portfólio[1].

5. Meta Atuarial, exercício 2025

A meta atuarial PREVIJUNO tem como objetivo garantir a rentabilidade do fundo de modo que ele cumpra suas obrigações e compromissos com os beneficiários de maneira sustentável. A meta atuarial do PREVIJUNO está atrelada ao desempenho da carteira de investimentos do fundo, sendo indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com um adicional de 5,21% ao ano.

Em 2025, a rentabilidade da carteira de investimentos do PREVIJUNO variou ao longo do ano, apresentando tanto resultados positivos quanto negativos, refletindo a volatilidade do mercado financeiro e as condições econômicas.

5. 1 Rentabilidade da Carteira vs. Meta Atuarial

Considerando a meta atuarial estabelecida em **IPCA + 5,21% ao ano**, que representa a rentabilidade mínima necessária para assegurar o equilíbrio atuarial do plano, observa-se que o desempenho do fundo ao longo do ano apresentou variações pontuais, porém com resultado global positivo.

Em determinados meses, a carteira registrou rentabilidade expressiva, superando com folga a meta estipulada. Em outros períodos, entretanto, o retorno ficou abaixo do índice de referência, refletindo oscilações naturais do mercado financeiro. Ressalta-se que o acompanhamento do desempenho em relação à meta atuarial é realizado de forma contínua, a fim de avaliar a aderência da carteira à estratégia definida na Política de Investimentos e sua capacidade de cumprir os compromissos de longo prazo.

[1] O fundo JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional - JTPR11 está atualmente desenquadrado em 22,67% do limite de 15% previsto no Art. 19 da Resolução CMN nº 4963/2021. Esse desenquadramento está sendo monitorado pelo Comitê de Investimentos, que está tomando as medidas necessárias para regularizar a alocação do fundo, garantindo o cumprimento pleno das normas e a proteção dos recursos.

De acordo com a tabela de rentabilidades mensais de 2025, dos 12 meses analisados, o fundo superou a meta atuarial em **10 meses** e apresentou desempenho inferior em **2 meses**. Em termos percentuais, isso corresponde a **81,82% dos meses acima da meta** e **18,18% abaixo**, evidenciando uma performance predominantemente satisfatória e alinhada às expectativas atuariais estabelecidas para o período.

5.2 Desempenho Anual

No acumulado de 2025, a carteira registrou rentabilidade de **14,84%**, enquanto a meta atuarial projetada para o mesmo período era de **9,70%**.

Esse resultado demonstra que o fundo não apenas alcançou a meta estabelecida, como a superou de forma relevante, gerando um excedente de **5,15 pontos percentuais** em relação ao objetivo atuarial.

Tal desempenho reforça a efetividade da estratégia adotada ao longo do exercício, contribuindo positivamente para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

5.3 Análise de Volatilidade

A volatilidade anual da carteira do PREVIJUNO foi de **1,25%**, percentual que indica baixa oscilação nos retornos ao longo do período. Esse resultado reforça o perfil conservador adotado na gestão dos investimentos, estratégia essencial para resguardar os recursos previdenciários dos servidores de Juazeiro do Norte frente às variações do mercado financeiro.

A exposição ao risco manteve-se controlada, com predominância de aplicações em ativos de renda fixa. Embora esses ativos possam apresentar retornos mais moderados em determinados cenários, especialmente em momentos de maior instabilidade, são fundamentais para assegurar maior previsibilidade, estabilidade e preservação do capital, além de contribuir de forma consistente para a mitigação dos riscos de mercado.

6. Conformidade com os Limites Legais e Objetivos

A execução da Política de Investimentos em 2025 encontra-se **em conformidade com os limites legais estabelecidos** pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pela Resolução CMN nº 4.963/2021, uma vez que todas as aplicações respeitam os limites mínimos e máximos permitidos por segmento. Contudo, em relação às **alocações objetivo definidas na Política de Investimentos**, observa-se que a carteira ainda apresenta **diferenças pontuais** entre os percentuais atualmente alocados e os percentuais estratégicos estabelecidos para cada classe de ativo.

Essas divergências decorrem do processo de adequação gradual conduzido pelo Comitê de Investimentos, que optou por realizar os ajustes de forma progressiva, considerando o cenário econômico, as condições de mercado e o momento mais oportuno para realocações, evitando movimentações abruptas que possam gerar perdas ou custos desnecessários. Dessa forma, embora a carteira não esteja integralmente aderente às alocações objetivo em todos os segmentos — como no caso de Fundos de Renda Fixa (com percentual superior ao objetivo), Renda Variável e Investimentos no Exterior (com percentuais inferiores às metas estratégicas), permanece integralmente enquadrada nos limites legais e segue em processo de convergência planejada para os parâmetros definidos na estratégia de longo prazo.

7. Conclusões e Recomendações

A execução da Política de Investimentos mostrou-se eficiente e consistente com os objetivos estabelecidos, mantendo a alocação dos recursos dentro dos limites legais e promovendo adequada diversificação entre as diferentes classes de ativos. Como resultado dessa estratégia, o fundo **atingiu a meta atuarial**, demonstrando que a gestão foi capaz de gerar retorno compatível com as expectativas de longo prazo e com o equilíbrio previdenciário do plano.

Embora a carteira de investimentos esteja, em sua maior parte, alinhada aos limites legais e às diretrizes da Política de Investimentos, o desenquadramento verificado no fundo imobiliário **JT PREV FI Imobiliário Desenvolvimento Habitacional – JTPR11** caracteriza-se como **desenquadramento passivo**, ou seja, não decorre de nova aplicação de recursos, mas sim de fatores supervenientes. O Comitê de Investimentos permanece acompanhando a situação de forma contínua, realizando o monitoramento técnico e registrando as tratativas pertinentes.

O Gestor de Recursos, por sua vez, tem participado das Assembleias de Cotistas sempre que convocado, atuando em conjunto com os demais investidores na busca de uma solução adequada. No entanto, conforme deliberações recentes, a liquidação do fundo vem sendo sucessivamente adiada, o que mantém o enquadramento pendente de regularização.

Dessa forma, o PREVIJUNO segue adotando postura diligente, aguardando os desdobramentos formais e mantendo acompanhamento permanente, a fim de assegurar que a situação seja solucionada de maneira compatível com as exigências do Art. 19 da Resolução CMN nº 4.963/2021 e com a preservação dos interesses do PREVIJUNO.

Para prevenir novos desenquadramentos e assegurar a manutenção de uma carteira equilibrada, segura e rentável, é fundamental que a gestão do PREVIJUNO mantenha

um **monitoramento contínuo das alocações**, verificando rigorosamente o cumprimento dos limites previstos na Política de Investimentos.

Além disso, considerando a entrada em vigor da **Resolução CMN nº 5.272/2025**, desde **02 de fevereiro de 2026**, torna-se necessário revisar e, se necessário, ajustar as práticas de gestão para garantir plena conformidade com as novas diretrizes normativas. O acompanhamento constante permitirá que o fundo se adapte às mudanças regulatórias sem comprometer a segurança ou a diversificação dos investimentos.

Juazeiro do Norte, Ceará, 02 de março de 2025.

Jesus Rogério de Holanda
Responsável pela gestão das aplicações dos recursos

Memo n° 000008/2026– PRESI/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 28 de janeiro de 2026.

Ao
Comitê de Investimentos
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE-PREVIJUNO

Assunto: DEFINIÇÃO DE FLUXO DAS APR'S PARA EVITAR ATRASOS NO ENVIO DO DAIR.

Senhores Membros,

1. Considerando a relevância do cumprimento tempestivo das obrigações acessórias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em especial o envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), solicitamos a esse Comitê de Investimentos a definição e a formalização do fluxo das Autorizações de Aplicações e Resgates – APRs, conforme deliberado na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 20 de janeiro de 2026, conforme cópia anexa.

2. A definição clara do fluxo — contemplando as etapas de elaboração, análise, validação, assinatura e encaminhamento das APRs — tem por objetivo evitar atrasos, retrabalhos e inconsistências que possam comprometer o prazo legal de envio do DAIR aos órgãos competentes.

3. Ressalta-se que a organização e padronização desse procedimento contribuem para o fortalecimento da governança, da transparência e da conformidade normativa da gestão dos investimentos do RPPS.

4. Diante do exposto, solicitamos que, após deliberação, o fluxo definido seja formalmente comunicado à esta Diretoria Executiva, para fins de implementação e observância pelos envolvidos no processo.

Atenciosamente,

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO

Recebi 28/01/26 as 15h30

Anexo: 01/05.

ATA Nº 02/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PREVIJUNO

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h39minutos (oito horas e trinta e nove minutos), na Sede do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE-PREVIJUNO, localizada à Rua do Cruzeiro, nº. 163/167 – Centro, Juazeiro do Norte - CE, realizou-se reunião ordinária com a Diretoria Executiva do PREVIJUNO para tratar da seguinte pauta: a) Relatório de Governança Corporativa referente ao período de julho a setembro de 2025 (3º trimestre de 2025), conforme Memorando nº 000001/2026-ASSES/PREVIJUNO, de 14 de janeiro de 2026; b) E-mails corporativos do RPPS, nos termos da Portaria nº 30/2024-PREVIJUNO, de 06 de junho de 2024, e do Memorando nº 000002/2026-COTEC/DIBEN/PREVIJUNO; c) Calendário de Envio de Informações 2026 – Ministério da Previdência Social. Estiveram presentes os seguintes membros da Diretoria Executiva: Jesus Rogério de Holanda, Presidente; Tiago César da Silva Viana, Vice-Presidente; José Ivan Silva Alves, Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios; Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Diretor Previdenciário de Administração e Finanças; e a secretária da Diretoria Executiva, Geogeane da Silva Soares. Aberta a reunião pelo Presidente, foi passada a palavra à Sra. Geogeane Soares, que iniciou a apresentação do Relatório de Governança Corporativa relativo ao período de julho a setembro de 2025. Durante a apresentação, ao tratar do item 6.2.7 – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), o Sr. Tiago Viana destacou a necessidade de acompanhamento sistemático, por parte do Diretor Previdenciário de Administração e Finanças, junto à Coordenadora de Investimentos e à empresa LDB Consultoria, quanto às informações encaminhadas à Secretaria de Previdência Social. Nesse contexto, o Sr. Tiago Viana sugeriu que, previamente ao envio dos DAIRs à Secretaria de Previdência Social, os demonstrativos sejam submetidos à apreciação da Diretoria Executiva e, somente após essa etapa, assinados pelo Dirigente Máximo e encaminhados ao referido órgão. Na sequência, o Sr. José Ivan apresentou exemplos de situações ocorridas com a empresa Agenda Assessoria, esclarecendo que os problemas identificados foram devidamente registrados pela Coordenadora de Benefícios e comunicados formalmente ao Fiscal do Contrato, para constar nos relatórios de fiscalização. Ressaltou, ainda, que as inconformidades identificadas na execução contratual da empresa LDB Consultoria devem ser formalizadas e comunicadas ao respectivo Fiscal de Contrato, resguardando a

CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 02/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PREVIJUNO

Administração e possibilitando, se necessário, a adoção de medidas administrativas cabíveis. Seguindo, o Sr. Tiago Viana apresentou como encaminhamento e sugestão que o Comitê de Investimentos defina formalmente o fluxo das APRs, com o objetivo de evitar atrasos no envio do DAIR. Destacou, ainda, a importância de que a Coordenadora de Investimentos monitore o envio das informações à empresa LDB Consultoria, possibilitando o acompanhamento desde a data de encaminhamento das informações até a consolidação do Relatório de Investimentos e o efetivo envio do DAIR à Secretaria de Previdência Social. Dando continuidade, a Sra. Geogeane Soares informou que foi incluído no Relatório de Governança Corporativa o item 9 – Atividades Desenvolvidas pelas Comissões e Núcleos de Trabalho no Âmbito do PREVIJUNO, com o objetivo de acompanhar e monitorar as atividades executadas pelos núcleos de trabalho. Sobre o tema, o Sr. Tiago Viana ressaltou que as atividades relacionadas ao inventário patrimonial devem ser conduzidas pelos servidores do Núcleo Permanente de Inventário (NUPI), sendo necessário verificar a disponibilidade da equipe. Em seguida, o Presidente Jesus Rogério sugeriu a inclusão do servidor Miguel Angelo como integrante do referido Núcleo, visando ao fortalecimento da equipe. O Sr. Tiago Viana enfatizou, ainda, a importância de que os núcleos de trabalho realizem reuniões periódicas. Na sequência, a Sra. Geogeane Soares destacou a necessidade de que os núcleos elaborem seus Planos de Trabalho e Cronogramas de Reuniões, de forma a viabilizar o acompanhamento sistemático das atividades pela Diretoria Executiva, inclusive por meio do Relatório de Governança Corporativa. Seguindo, a Sra. Geogeane Soares concluiu a apresentação do Relatório de Governança Corporativa lendo as considerações finais que afirma que durante o período analisado, foram constatados aspectos críticos que demandam atenção imediata, dentre os quais se destacam: "a) Existência de déficit atuarial no plano de benefícios, reforçando a necessidade de implementação de medidas de equacionamento, nos termos da legislação vigente, a fim de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS; b) Ausência de repasse, pelo ente federativo, dos aportes financeiros destinados ao financiamento do déficit atuarial no período em análise, situação que agrava o desequilíbrio do plano de benefícios e compromete a sustentabilidade do regime; c) A Reavaliação Atuarial com data focal em 31/12/2024, referente ao ano civil de 2024 e ao ano-calendário de 2025, foi devidamente concluída e

CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 02/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PREVIJUNO

aprovada pelo Conselho Deliberativo do PREVIJUNO, por meio da Resolução do Conselho Deliberativo nº 80, de 24 de setembro de 2025. Após a aprovação, o processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município para adoção das providências necessárias ao envio ao Poder Legislativo para fins de homologação; contudo, até o encerramento do período em análise, tal encaminhamento não havia sido efetivado, permanecendo pendente a homologação legislativa, etapa formal indispensável à plena validação dos parâmetros e resultados atuariais, o que impacta a regularidade normativa e a consolidação das projeções atuariais e da análise de viabilidade do plano de benefícios, em conformidade com a legislação vigente; d) Presença de dirigentes e conselheiros ainda não certificados, em desconformidade com as exigências previstas no art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998 e nos manuais do Programa de Certificação Profissional da Secretaria de Previdência Social (SPREV); e) Situação pendente dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), que, embora regularmente enviados, não estão sendo processados pela SPREV em razão de inconformidades normativas, inviabilizando a emissão do CRP por via administrativa. Ressalta-se, ainda, que no período de 04 a 05 de agosto, ocorreu a Auditoria de Supervisão do Pró-Gestão RPPS, a qual resultou na emissão de Relatório de Inconformidades, apontando fragilidades relevantes na estrutura de governança e nos processos institucionais do PREVIJUNO, dentre as quais se destacam: a) Necessidade de revisão do Planejamento Estratégico dos exercícios de 2024 e 2025; b) Ausência de capacitação especifica no Código de Ética do PREVIJUNO, em desacordo com as diretrizes de integridade e conduta institucional; c) Presidência do Conselho Fiscal exercida por representante do Ente Federativo, quando o normativo prevê que tal função seja exercida por representante dos segurados; d) Relatório de Gestão Atuarial não aprovado pelo Conselho Deliberativo, comprometendo a validação formal das informações atuariais; e) Inexistência de reavaliações periódicas das aposentadorias por invalidez já concedidas, em desacordo com as boas práticas previdenciárias; f) Composição do quadro de pessoal majoritariamente formada por cargos em comissão, quando o recomendado é que ao menos 50% do quadro seja composto por servidores efetivos. Adicionalmente, destaca-se que a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) na modalidade judicial encontra-se sob risco jurídico, especialmente diante do entendimento

CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 02/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PREVIJUNO

consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a legitimidade da União para impor sanções aos entes que não atendam plenamente aos critérios legais de gestão previdenciária. Além dos pontos elencados, o relatório evidencia outros aspectos que exigem atenção e deliberação dos órgãos colegiados, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da governança, à ampliação da efetividade dos controles internos e à qualificação técnica da estrutura administrativa do RPPS." Em seguida, o Sr. Jesus Rogério colocou o Relatório de Governança para aprovação que ficou aprovado pela Diretoria Executiva. Na sequência, o Sr. Tiago Viana orientou o Diretor Previdenciário de Administração e Finanças, Sr. Marcos Aurélio, quanto à necessidade de designação de servidor responsável pelo controle e acompanhamento dos contratos administrativos, especialmente no tocante aos prazos de vigência, a fim de permitir a adoção tempestiva das providências necessárias, como aditivos contratuais ou a instauração de novos processos licitatórios, inclusive com a devida antecedência para elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Nesse contexto, foi debatida a situação da contratação dos serviços de internet e telefonia, bem como a situação contratual com a empresa Brisanet, tendo o Diretor Marcos Aurélio reiterado que a referida empresa não realiza aditivos contratuais. Diante disso, o Sr. Tiago Viana solicitou à Sra. Geogeane Soares a elaboração de planilha de acompanhamento dos contratos vigentes, contendo, no mínimo, a identificação do contrato, vigência, valor e respectivo fiscal, para apresentação na próxima reunião da Diretoria Executiva. Tal providência visa melhor distribuição da fiscalização contratual, considerando, inclusive, o relato do Sr. José Ivan acerca da sobrecarga do Coordenador de Tecnologia da Informação, que, além de suas atribuições regulares, fiscaliza três contratos simultaneamente. Finalmente, em função de compromisso previamente agendado do Presidente com o Gerente Executivo do INSS, às 10h30min (dez horas e trinta minutos), a reunião precisou ser encerrada às 10h32min (dez horas e trinta e dois minutos), ficando consignado que os demais itens da pauta não apreciados serão tratados na próxima reunião da Diretoria Executiva. Eu, Geogeane da Silva Soares, Secretária da Diretoria Executiva, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 02/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PREVIJUNO

Juazeiro do Norte, Ceará, 20 de janeiro de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Tiago César da Silva Viana
Vice-Presidente

José Ivan Silva Alves
Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Geogeane da Silva Soares
Secretária da Diretoria Executiva

JUAZEIRO DO NORTE 30/01/2026

COTIZAÇÃO E TAXAS

	Cotização		Taxas				
Fundo	**CNPJ**	**Performance**	**Administração**	**Gestão**	**Distribuição**	**Custódia**	**Global**
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	28.578.897/0001-54	-	0,50%	-	-	-	-
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	36.178.569/0001-99	10% do que exceder 104% do S&P 500	0,08%	0,2745%	0,6455%	0,01% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	46.134.096/0001-81	-	-	-	-	-	-
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	46.134.117/0001-69	Não possui	0,0213%	0,0496%	0,1291%	0,01%	0,20%
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	13.077.418/0001-49	Não possui	0,0213% a 0,0616%	0,0496% a 0,1093%	0,1291%	Não possui	-
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	30.568.193/0001-42	-	0,20%	-	-	-	-
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18.959.094/0001-96	-	1,20%	-	-	0,03% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	03.399.411/0001-90	Não possui	0,008%	0,136%	0,056%	0,05%	-
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	14.508.643/0001-55	Não possui	-	-	-	0,0025%	0,80%

Fundo	CNPJ	Performance	Administração	Gestão	Distribuição	Custódia	Global
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	56.134.800/0001-50	Não possui	-	-	-	0,005% ao ano sobre o patrimônio líquido	0,06%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	03.737.206/0001-97	Não possui	-	-	-	0,005%	0,20%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	23.215.097/0001-55	Não possui	-	-	-	0,0025%	0,40%
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	23.215.008/0001-70	Não possui	-	-	-	0,005% sobre o patrimônio líquido	0,20%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	44.683.343/0001-73	Não possui	-	-	-	-	0,90%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	42.229.068/0001-97	-	-	-	-	0,0025% ao ano sobre o patriônio líquido	0,0090
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	45.443.651/0001-94	-	-	-	-	-	-
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	30.036.235/0001-02	Não possui	-	-	-	0,005% sobre o patrimônio liquído	0,80%
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	-	-	-	-	-	-
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	-	-	-	-	-	-
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	23.876.086/0001-16	-	-	-	-	-	-

Fundo	CNPJ	Performance	Administração	Gestão	Distribuição	Custódia	Global
KÍNITRO FIF AÇÕES	27.749.572/0001-24	20% do que exceder 100% do IBrX 50	2,00%	-	-	0,03% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	20.441.483/0001-77	-	0,25%	-	-	0,075% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	10.347.195/0001-02	-	0,10%	-	-	0,075% ao ano sobre o patrimônio líquido	-
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	02.224.354/0001-45	Não possui	-	-	-	Não possui	0,20%

ATA Nº 08/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE/CE – PREVIJUNO, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas (14h), na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, situada na Rua do Cruzeiro, nº 163/167, Centro, Juazeiro do Norte/CE, reuniu-se ordinariamente a Diretoria Executiva do PREVIJUNO, sob a presidência do Sr. **Jesus Rogério de Holanda**, Presidente, com a presença do Sr. **Tiago César da Silva Viana**, Vice-Presidente, da Sra. **Geogeane da Silva Soares**, Diretora Previdenciária de Gestão e Benefícios, e do Sr. **Marcos Aurélio Gonçalves Silva**, Diretor Previdenciário de Administração e Finanças. A reunião foi secretariada por **Francisco Felipe Santos Ribeiro**, Assessor Especial II. Aberta a reunião, foi informado que, após alinhamento prévio, a Diretoria Executiva realizaria reuniões no decorrer da semana, preferencialmente no período da tarde, das quatorze às dezesseis horas, com o objetivo de apreciar o maior número possível de demandas pendentes de análise. Registrou-se que a medida se justifica pela proximidade da auditoria do Programa Pró-Gestão RPPS, pela necessidade de regularização de matérias do exercício anterior e pela existência de expedientes que, após deliberação da Diretoria Executiva, ainda deverão ser submetidos aos órgãos colegiados competentes. Na sequência, passou-se aos informes constantes da pauta. O primeiro informe tratou do **Memo. nº 20/2026/CONDEL/PREVIJUNO, de 16 de abril de 2026**, expedido pelo Conselho Deliberativo, referente à solicitação de justificativa formal pela não apresentação da Reavaliação Atuarial até a presente data. Após a leitura do expediente, foi informado que a Reavaliação Atuarial já havia sido elaborada em versão preliminar, porém foram identificadas inconsistências e pontos que demandam saneamento antes de sua consolidação e apresentação formal. Dentre os pontos debatidos, foram mencionadas inconsistências na base de dados, divergências nos valores de ativos considerados na avaliação, pendências relacionadas ao DAIR/CADPREV, necessidade de análise dos efeitos de eventual alteração da alíquota patronal e necessidade de revisão de cenários pelo atuário responsável. O Sr. Tiago

César da Silva Viana esclareceu que a divergência dos ativos considerados na avaliação decorre da necessidade de utilização de informações oficiais constantes do DAIR/CADPREV, e que tais informações não estão refletindo adequadamente a posição real dos ativos do PREVIJUNO. Foi registrado que a demanda vem sendo tratada há meses junto à empresa responsável e aos setores internos competentes, mas ainda sem solução definitiva. Também foi discutida a conveniência de solicitar manifestação formal da empresa responsável, a fim de que apresente justificativa documentada sobre os motivos da demora na regularização das informações. Ainda sobre a Reavaliação Atuarial, foi destacado que a resposta ao Conselho Deliberativo deverá contemplar, de forma clara e fundamentada, os fatores que contribuíram para o atraso, as providências já adotadas e as medidas em andamento. **Foram indicados como elementos a serem levantados:** os atos e reuniões da Diretoria Executiva sobre o tema; os expedientes encaminhados à Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças; o relatório anteriormente elaborado pela Sra. Geogeane sobre inconsistências relacionadas ao DAIR; as comunicações com a empresa responsável; o histórico da contratação da nova assessoria atuarial; e as solicitações de base de dados encaminhadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, inclusive com os registros de entregas, complementações e ajustes realizados. A Sra. Geogeane e o Sr. Tiago debateram a possibilidade de encaminhar ao Conselho Deliberativo a versão preliminar da Reavaliação Atuarial, como forma de permitir maior compreensão sobre a logística de análise do plano de custeio e dos cenários em discussão. O Sr. Presidente ponderou que tal encaminhamento deve deixar expressamente consignado o caráter preliminar do documento, uma vez que a versão poderá sofrer alterações após os ajustes técnicos pendentes. Ao final, ficou encaminhada a elaboração de memorando em resposta ao Conselho Deliberativo e a possibilidade de encaminhamento da prévia da Reavaliação Atuarial, com ressalva expressa quanto ao seu caráter não definitivo. Também ficou registrada a necessidade de análise da versão preliminar pelos membros da Diretoria Executiva, especialmente quanto à compatibilidade das informações financeiras, patrimoniais e atuariais, bem como a possibilidade de reunião técnica com o atuário responsável, Sr. Dário, para discussão

dos cenários e ajustes necessários. Foi mencionado, ainda, que a análise da reavaliação poderá demandar diálogo com o Poder Executivo, especialmente com a Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria Geral do Município. No mesmo contexto, o Sr. Presidente informou que está em alinhamento com a Secretaria Municipal de Administração – SEAD para tratar do processo de contratação da assessoria de investimentos. O segundo informe tratou do **Memo. nº 40/2026/DIBEN/PREVIJUNO, de 17 de abril de 2026**, referente ao **Memo. nº 01/2026/COFAT/DIFIN/PREVIJUNO**, que aborda a compensação previdenciária no sistema COMPREV em processos de aposentadoria por invalidez e a necessidade de cadastramento de médico perito devidamente habilitado. Após a leitura do expediente, a Sra. Geogeane manifestou preocupação com a existência de processos que já ultrapassaram o prazo decadencial de cinco anos para requerimento da compensação previdenciária, o que pode ter ocasionado perda de receitas para o PREVIJUNO. O Sr. Presidente e o Diretor Previdenciário de Administração e Finanças registraram que não tinham conhecimento integral prévio da situação apresentada. Foi esclarecido que, sem a vinculação de médico perito ao sistema, o COMPREV não aceita a análise de aposentadorias por invalidez, inviabilizando a compensação previdenciária dos processos potencialmente aptos. O Sr. Tiago informou que há intenção de verificar a possibilidade de cadastramento do médico perito que atua junto à SEAD, considerando a relação da atividade pericial com os processos de aposentadoria por incapacidade permanente. **Após o debate, ficou encaminhada a articulação institucional com a SEAD** para tratar do cadastramento do médico perito no sistema competente, bem como de fluxos correlatos envolvendo readaptação funcional, aposentadoria por incapacidade permanente e demais temas de interesse comum entre o PREVIJUNO e a Secretaria Municipal de Administração. O terceiro informe tratou do **Memo. nº 35/2026/DIFIN/PREVIJUNO, de 22 de abril de 2026**, expedido em resposta ao **Memo. nº 28/2026/DIBEN/PREVIJUNO**, referente ao levantamento de beneficiários com pagamentos suspensos. Após a leitura, a Sra. Geogeane informou que, por solicitação do Sr. Vice-Presidente, vêm sendo instaurados processos no SISPREVWEB para apuração individualizada das situações apresentadas. Registrou, ainda, que, quanto

aos processos relacionados ao exercício de 2025, já foram realizadas autuações no sistema, a fim de permitir melhor acompanhamento, rastreabilidade e instrução das providências administrativas. Em relação ao expediente da SEAD sobre aposentadorias compulsórias, a Sra. Geogeane informou que três casos já foram atendidos, enquanto os demais foram autuados e encaminhados para análise. O Sr. Tiago esclareceu que o expediente se refere a servidores que já teriam idade superior ao limite para aposentadoria compulsória e que ainda não possuíam processo instaurado. Foi debatida a necessidade de definição de fluxo padronizado para tratamento dessas situações, inclusive em relação aos servidores próximos de atingir a idade limite, com orientação prévia sobre a documentação necessária à instrução dos processos. Registrou-se que novos encaminhamentos poderão decorrer de reunião do Sr. Presidente com o Secretário Municipal de Administração. Ainda nesse informe, discutiu-se a necessidade de tratamento formal e individualizado para situações de óbito, bloqueio ou suspensão de pagamento, eventual conversão em pensão por morte, restituição de valores, encerramento de benefício e cassação ou cessação de pensão quando constatada a perda da condição de dependente. Ficou registrado que tais situações não devem ser tratadas apenas de forma operacional em folha de pagamento, devendo haver processo administrativo próprio, com adequada instrução, motivação e segurança jurídica. Na sequência, os membros discutiram o status do acesso ao **Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC**, especialmente quanto ao andamento do processo e às pendências para utilização do serviço. Também foi abordada a necessidade de criação ou adequação de acessos ao **GESCON** e ao **CADPREV** para setores estratégicos do PREVIJUNO, especialmente benefícios, jurídico e recursos humanos, observados os perfis de acesso e as atribuições de cada servidor. **Ficou deliberado o encaminhamento de memorando pelo Presidente da Diretoria Executiva ao Presidente do PREVIJUNO**, solicitando autorização para criação dos perfis de acesso necessários, bem como o encaminhamento de expediente à Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças solicitando informações atualizadas sobre o SIRC. Também foi discutida, de forma correlata, a necessidade de aprimoramento dos fluxos de comunicação interna no

âmbito do PREVIJUNO, especialmente para que demandas entre diretorias e setores sejam formalizadas por meio adequado, com rastreabilidade, clareza de responsabilidade e ciência das autoridades competentes, quando necessário. Encerrados os informes, passou-se à ordem de deliberação. O primeiro item deliberativo tratou do **Memo. nº 34/2026/DIBEN/PREVIJUNO, de 07 de abril de 2026**, que encaminhou os **Relatórios de Governança Corporativa referentes ao 4º trimestre de 2025 e ao exercício anual de 2025**. Foi ressaltado que o relatório constitui documento relevante para fins de governança, transparência, prestação de contas, auditoria do Pró-Gestão RPPS e preparação da audiência pública referente ao exercício de 2025. Também foi registrado que o relatório deve ser apreciado inicialmente pela Diretoria Executiva e, posteriormente, submetido aos órgãos colegiados competentes. A Sra. Geogeane apresentou os principais tópicos do relatório, destacando informações sobre imagem institucional, órgãos colegiados, segurados e beneficiários, folhas de pagamento, receitas de contribuições previdenciárias, parcelamentos, pagamento de benefícios, situação atuarial, gestão de investimentos, gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira, COMPREV, DAIR, DIPR, CRP, canais de atendimento, ouvidoria, controles internos, atividades de núcleos e comissões, transparência e certificações. Registrou que o relatório estava em fase de conclusão quando assumiu a Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios, tendo contado com auxílio da Sra. Clênia Beane Brito de Oliveira em sua finalização. Durante a apresentação, foram destacados dados do 4º trimestre de 2025, especialmente os valores relativos às obrigações patronais, parcelamentos, pagamento de benefícios, rentabilidade, equilíbrio financeiro, carteira de investimentos e COMPREV. Em relação à gestão de investimentos, foi apresentado que os recursos do PREVIJUNO se encontram predominantemente aplicados em instituições públicas, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Governo Federal e Banco do Nordeste, sendo menor a parcela alocada em instituições privadas. Também foi mencionada a necessidade de acompanhamento contínuo dos enquadramentos dos fundos de investimento e das informações relativas à disponibilidade financeira e liquidez da carteira. No item relativo à gestão de pessoas, foi indicado que os relatórios futuros

deverão apresentar informações mais detalhadas sobre controle de frequência, capacitações, planejamento de férias e composição da força de trabalho. Também foi registrado que, a partir dos próximos relatórios, o servidor Francisco Felipe Santos Ribeiro, Assessor Especial II, atuará diretamente na elaboração do Relatório de Governança Corporativa, propondo ajustes de estrutura, maior detalhamento das reuniões e atividades dos órgãos colegiados e melhoria dos gráficos e informações apresentadas. Na análise da gestão orçamentária e financeira, foi discutida a necessidade de conferir, para os relatórios futuros, a compatibilidade dos dados com os decretos atualizados de programação financeira e desembolso. Também foram discutidas informações relativas ao DAIR, ao DIPR e ao CRP. Quanto ao DAIR, destacou-se a relevância do correto envio e processamento das informações no CADPREV, inclusive em razão dos reflexos já debatidos no tema da Reavaliação Atuarial. Quanto ao DIPR, foi discutida a necessidade de apresentar de forma clara a situação das informações encaminhadas e não processadas. Quanto ao CRP, foi registrado que a manutenção do certificado por via judicial exige atenção permanente, especialmente diante da necessidade de demonstração de medidas concretas para enfrentamento das pendências previdenciárias e do déficit atuarial. Na parte de transparência e certificações, foi debatida a necessidade de conferência das informações no CADPREV, considerando que algumas situações apontadas no relatório, por se referirem ao período encerrado em dezembro de 2025, podem ter sido regularizadas posteriormente. Também se registrou a necessidade de que os relatórios futuros apresentem contraste entre as informações do 4º trimestre de 2025 e do 1º trimestre de 2026, sempre que pertinente, para melhor acompanhamento da evolução das providências. Após a apresentação e discussão, a Diretoria Executiva deliberou pela **aprovação dos Relatórios de Governança Corporativa referentes ao 4º trimestre de 2025 e ao exercício anual de 2025**, com a ressalva de realização dos ajustes pontuais identificados, especialmente a conferência dos valores de diárias/viagens e demais correções formais necessárias antes do encaminhamento. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento dos relatórios ao Conselho Fiscal, para apreciação, seguindo posteriormente o fluxo institucional próprio. Em razão do tempo

de reunião, os demais itens constantes da pauta não foram apreciados, permanecendo pendentes para análise em reuniões subsequentes da Diretoria Executiva. Permanecem pendentes, dentre outros: **Memo. nº 07/2026/DIBEN/PREVIJUNO**, referente ao estudo sobre utilização do e-mail corporativo; procedimento administrativo para averiguação de indícios de infração funcional ou irregularidade previdenciária; **Memo. nº 15/2026/COFIS/PREVIJUNO**, relativo ao Relatório Anual de Prestação de Contas do Conselho Fiscal; Plano de Trabalho da Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios; **Memo. nº 18/2026/COMIN/PREVIJUNO**, referente ao Relatório de Investimentos e Relatório de Execução da Política de Investimentos de 2025; Relatórios do Controle Interno; Relatório da Ouvidoria; **Memo. nº 21/2026/COFIS/PREVIJUNO**; **Memo. nº 07/2026/COINV/DIFIN/PREVIJUNO**, referente à regularização do DAIR de dezembro de 2025; **Memo. nº 22/2026/COMIN/PREVIJUNO**; revisão do Regimento Interno do PREVIJUNO à luz da Lei Complementar nº 141/2025; deliberação sobre a função de Gestor de Recursos; deliberação sobre portaria de monitoramento de licitações; e **Memo. nº 04/2026/NUCAR/PREVIJUNO**, referente ao Relatório de Conferência de Arrecadação da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas de maio a dezembro de 2025. **Como encaminhamentos da reunião, ficaram registrados:** elaboração de resposta ao Conselho Deliberativo acerca da não apresentação da Reavaliação Atuarial; envio da versão preliminar da Reavaliação Atuarial ao Conselho Deliberativo, com ressalva expressa quanto ao seu caráter não definitivo; solicitação de manifestação formal da empresa responsável sobre as pendências do DAIR/CADPREV; análise da prévia da Reavaliação Atuarial pelos membros da Diretoria Executiva; realização de reunião técnica com o atuário responsável; articulação com a SEAD para tratar do cadastramento de médico perito e de fluxos relacionados à readaptação, aposentadoria por incapacidade e aposentadoria compulsória; continuidade da autuação de processos no SISPREVWEB para apuração de pagamentos suspensos, óbitos, encerramentos, cassações ou conversões de benefícios; solicitação de informações atualizadas sobre o SIRC; solicitação de autorização para criação ou adequação de acessos ao CADPREV e ao GESCON; aprimoramento dos fluxos de comunicação interna; e

encaminhamento dos Relatórios de Governança Corporativa ao Conselho Fiscal, após os ajustes pontuais identificados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E para constar, eu, Francisco Felipe Santos Ribeiro, Secretário da Diretoria Executiva, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente

Tiago César da Silva Viana
Vice-Presidente

Geogeane S. Soares
Geogeane da Silva Soares
Diretora Previdenciária de Gestão e Benefícios

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

Francisco Felipe S. Ribeiro
Francisco Felipe Santos Ribeiro
Assessor Especial II

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE/CE-PREVIJUNO

O **PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE**/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 819, de 15 de fevereiro de 2023, **CONVOCA** os membros da Diretoria Executiva a comparecerem à reunião ordinária a ser realizada no **dia 27 de abril de 2026**, às 14h, na sede do PREVIJUNO, para tratar da seguinte ordem do dia:

INFORMES:

1) **Memo. 20/2026/CONDEL/PREVIJUNO**, de 16 de abril de 2026 (Solicitação de justificativa pela não apresentação da Reavaliação Atuarial);

2) **Memo. nº 40/2026/DIBEN/PREVIJUNO**, de 17 de abril de 2026 (Memo. nº 01/2026/COFAT/DIFIN/PREVIJUNO – COMPREV. Aposentadorias por invalidez. Médico Perito).

3) **Memo nº 35/2026/DIFIN/PREVIJUNO,** de 22 de abril de 2026 (Resposta ao Memo. nº 28/2026/DIBEN/PREVIJUNO);

DELIBERAÇÃO:

1) **Memo. nº 34/2026/DIBEN/PREVIJUNO**, de 07 de abril de 2026 (Deliberação do Relatório de Governança Corporativa do 4º Trimestre de 2025 e do Relatório de Governança Corporativa Anual de 2025);

2) **Memo. nº 07/2026/DIBEN/PREVIJUNO**, de 05 de março de 2026 (Encaminhamento de estudo sobre a utilização do e-mail corporativo no âmbito do PREVIJUNO);

3) **Procedimento administrativo** para averiguação de indícios de infração funcional ou irregularidade previdenciária **(arquivo digital);**

4) **Memo. nº 15/2026/COFIS/PREVIJUNO,** de 03 de março de 2026 (Relatório Anual de Prestação de Contas do Conselho Fiscal);

5) **Plano de Trabalho** da Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios;

6) **Memo. nº 18/2026/COMIN/PREVIJUNO**, de 10 de março de 2026 (Relatório de Investimentos e Relatório de Execução da Política de Investimentos de 2025 – **Documentos em anexo no e-mail**).

7) **Relatório do 4º Trimestre de 2025 e o Relatório Anual do Exercício de 2025** do Controle Interno (enviado por e-mail em 20 de março de 2026).

8) **Relatório do 4º Trimestre de 2025 da Ouvidoria** (enviado por e-mail em 20 de março de 2026).

9) **Memo 21/2026/COFIS/PREVIJUNO**, de 20 de março de 2026 (Solicitação de providências - observância de parecer jurídico).

10) **Memo. 07/2026/COINV/DIFIN/PREVIJUNO**, de 27 de março de 2026 (Verificação e regularização do DAIR - dezembro de 2025).

11) **Memo. nº 22/2026/COMIN/PREVIJUNO, de 31 de março de 2026** (Encaminhamento para conhecimento – Relatório de Investimentos e Relatório de Prestação de Contas 2025 – Documentos enviados por e-mail).

12) **Regimento Interno do PREVIJUNO**, revisão a luz da Lei Complementar nº 141/2025 (arquivo digital);

13) Deliberação sobre a **função de Gestor de Recursos**;

14) Deliberação sobre portaria de Monitoramento de Licitações (Tiago).

15) **Memo. 04/2026/NUCAR/PREVIJUNO,** de 13 de abril de 2026 (Relatório de Conferência de Arrecadação. Folha de pagamento dos aposentados e pensionistas. Maio a dezembro de 2025).

Juazeiro do Norte, Ceará, 24 de abril de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente da Diretoria Executiva

Ciente:

Tiago César da Silva **Viana** _____

Marcos Aurelio Gonçalves Silva _____

Geogeane da Silva Soares Geogeane S. Soares

Memo. n° 20/2026/CONDEL/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 16 de abril de 2026.

Ao Senhor
Jesus Rogério de Holanda
Presidente do PREVIJUNO

Assunto: SOLICITAÇÃO DE JUSTIFICATIVA PELA NÃO APRESENTAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL.

Senhor Presidente,

1. Solicitamos a Vossa Senhoria Considerando a obrigatoriedade e a relevância da reavaliação atuarial para a adequada gestão e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, solicitamos a apresentação formal das justificativas que motivaram a não entrega do referido documento no prazo estabelecido.

2. Nesse sentido, faz-se necessário que a manifestação contemple, de forma clara, detalhada e fundamentada:

- Os motivos que ensejaram a não apresentação da reavaliação atuarial;
- As causas que contribuíram para o descumprimento do prazo;
- Os fundamentos técnicos, administrativos ou legais que eventualmente justifiquem a situação;
- As circunstâncias internas ou externas que tenham impactado o processo de elaboração e entrega do referido documento.

3. Ressaltamos que a ausência dessas informações compromete a análise técnica, o planejamento e a adoção de medidas corretivas, podendo afetar a transparência e a regularidade dos procedimentos institucionais.

4. Dessa forma, solicitamos, ainda, a indicação de prazo para regularização da pendência, bem como as providências já adotadas ou em andamento para a devida apresentação da reavaliação atuarial.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
Data: 16/04/2026 16:26:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PREVIJUNO
RECEBIDO
DATA 17/04/26 HORA 11:36
NOME

José Erivaldo Oliveira dos Santos
Presidente do Conselho Deliberativo do PREVIJUNO

Memo. N° **000040/2026** – DIBEN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 17 de abril de 2026.

Ao Senhor
Jesus Rogério de Holanda
Presidente da Diretoria Executiva

Assunto: MEMO. Nº 01/2026/COFAT/DIFIN/PREVIJUNO – COMPREV. APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ. MÉDICO PERITO.

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria o **Memo. nº 01/2026/COFAT/DIFIN/PREVIJUNO, de 06 de abril de 2026**, em resposta ao Memo. nº 000014/2026–DIBEN/PREVIJUNO, de 12 de março de 2026, que trata do levantamento de aposentadorias por invalidez homologadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE sem compensação previdenciária no sistema COMPREV.

2. Informa-se que, para regularização e processamento das demandas no Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV, **é estritamente necessário o cadastramento de médico perito devidamente habilitado neste RPPS**, com vinculação ao sistema, para validação das aposentadorias por invalidez inseridas.

3. Esclarece-se que, sem a vinculação do médico perito ao sistema, o COMPREV não aceita a análise das aposentadorias por invalidez, o que inviabiliza a compensação previdenciária dos processos potencialmente aptos.

4. Registra-se, ainda, que deve ser observado o **prazo decadencial de 05 (cinco) anos para requerimento da compensação previdenciária**, conforme já indicado no Memo. nº 01/2026/COFAT/DIFIN/PREVIJUNO, o que demanda adoção de providências urgentes para evitar perda de receitas previdenciárias.

5. Diante do exposto, encaminha-se o presente expediente para **ciência dessa Diretoria Executiva e adoção das providências cabíveis**, especialmente quanto à viabilização do cadastramento e habilitação de médico perito junto ao sistema COMPREV.

Atenciosamente,

Geogeane S. Soares
Geogeane da S. Soares
Diretora Prev. de Gestão e Benefícios

PREVIJUNO
RECEBIDO
DATA 17/04/26 HORA 15:58
FELIPE RIBEIRO
NOME

Memo nº. 01/2026/ COFAT/DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 06 de abril de 2026.

A Senhora
Geogeane da Silva Soares
Diretora Prev. de Gestão e Benefícios
Nesta

Assunto: Resposta do memo nº 14/2026 – DIBEN/PREVIJUNO

Senhora Diretora,

Referimo-nos ao seu memorando nº 14/2026 – DIBEN/PREVIJUNO, de 12/01/2026 informamos:

Visando a regularização e o processamento das demandas junto ao Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV, faz-se estritamente necessário o cadastramento de médico perito devidamente habilitado nesta unidade.

Tal medida é indispensável para a análise técnica dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente - INVALIDEZ inseridos no sistema, garantindo a validação dos laudos médicos e o cumprimento dos requisitos normativos que regem a compensação financeira entre os regimes de previdência.

Ressalto que a ausência de um perito cadastrado impossibilita a análise e deferimento das aposentadorias por invalidez registradas, uma vez que o fluxo do sistema exige a manifestação técnica de um médico para fundamentar a concessão do benefício objeto de compensação.

Os processos listados abaixo não estão sujeitos ao prazo decadencial, uma vez que o referido prazo é de 5 anos, contados da homologação pelo Tribunal, para a inserção no sistema de compensação

Seguem abaixo as aposentadorias por invalidez que aguardam a análise pericial no sistema:

1	Número do Processo de Aposentadoria	Homologação do TCE
2	2019.03.12124P	27/10/2023

Recebi dia 06.04-2026 Geogeane Soares

3	2020.03.27131P	08/11/2024
4	2019.03.15839P	20/09/2024
5	2017.03.09014P	29/11/2017
6	2016.03.08610P	11/07/2017
7	2013.03.00377P	26/03/2014
8	2013.03.00488P	18/02/2014
9	2016.03.08499P	31/05/2017
10	2018.03.09608P	18/02/2019
11	2019.03.12124P	27/10/2023
12	2018.03.10627P	28/11/2019
13	2013.03.00376P	29/01/2014
14	2017.03.08862P	13/11/2017
15	2018.03.09896P	19/06/2019
16	2013.03.00376P	29/01/2014
17	2013.03.00465P	04/02/2014
18	2017.03.08781P	03/06/2019
19	2020.03.27163P	25/11/2024
20	2020.03.27162P	06/12/2024
21	2019.03.27009P	27/01/2025
22	2016.03.08413P	18/07/2017

Vale salientar que o sistema de compensação não dispõe de filtros para a simulação de valores individuais, permitindo apenas a visualização do montante total.

Atenciosamente,

Flávia Nadja Mendes Pereira
Coordenadora do Departamento Financeiro e Atuarial

Marcos Aurelio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Finanças

MEMORANDO NR. 000035/2026– DIFIN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 22/04/2026

À Senhora
Geogeane da Silva Soares
Diretora Previdenciária de Gestão e Benefícios

Assunto: Resposta ao Memorando nº 000028/2026 – DIBEN/PREVIJUNO

Prezada Diretora,

Em atenção ao Memorando em referência, que trata do levantamento de beneficiários com pagamentos suspensos, informamos que as providências necessárias já estão sendo adotadas por esta Diretoria.

Foi elaborado a listagem completa dos beneficiários com pagamentos interrompidos, contendo a indicação detalhada e individualizada das causas que motivaram as suspensões, conforme solicitado. A relação contemplará, entre outras hipóteses, pendências cadastrais, falta de recadastramento, inconsistências de informações, registros de óbito, ausência de comprovação de vida, bem como determinações administrativas ou judiciais.

Ressaltamos que a identificação precisa dos motivos permitirá a adoção de medidas eficazes visando à regularização das situações, evitando prejuízos aos beneficiários e garantindo a normalidade da folha de pagamentos.

Segue anexo relatório com a conceção de Pensão por Morte e os demais suspensão.

Atenciosamente,

PREVIJUNO
RECEBIDO
DATA 22/04/26 HORA 12:04
NOME

Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Previdenciário de Administração e Benefícios

C/C:

- À Diretoria Executiva
- À Coordenação de Controle Interno
- À Coordenação de Recursos Humanos

TABELA DE BLOQUEIO

SERVIDOR	CPF	BENEFICIO	BENEFICIÁRIO
MARIA SOCORRO DE SOUZA OLIVEIRA	307.390.553-72	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
JOSEFA MARIA DA SILVA	346.914.563-68	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
LOURIVAL ALVES DE SOUSA	156.723.953-68	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
MARIA DA PENHA MINA DA SILVEIRA	311.341.573-04	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
MARIA ROSINEIDE PEREIRA COSTA	348.636.643-20	PENSÃO POR MORTE N°. 2025.07.34103P	ANTONIO RUBES DA COSTA CPF N°. 111.747.598-01
VALDÊNIA MARIA BEZERRA	195.220.373-20	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
AURÉLIA MARIA XAVIER BRAGA PEREIRA	222.721.353-15	PENSÃO POR MORTE N°. 2025.07.36215P	LUIZ GALVÃO PEREIRACPF N°. 070.119.383-20
AURÉLIA MARIA XAVIER BRAGA PEREIRA	222.721.353-15	PENSÃO POR MORTE N°. 2025.07.36364P	LUIZ GALVÃO PEREIRACPF N°. 070.119.383-20
MARIA LÚCIA VIEIRA DE SOUSA	140.242.923-15	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
WALKIRIA SEIXAS LOPES MORAIS	175.213.353-68	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
MARIA GORETE CÂNDIDO BEZERRA	276.389.523-91	NÃO GEROU PENSÃO POR MORTE	----------
Josefa Maria Faustino	326.636.333-72	PENSAO POR MORTE Nº Processo nº: 2020.07.27165P	**Francisco Justino Neto** CPF: 120.000.353-53
Maria José da Silva Maciel	326.291.413-49	PENSAO POR MORTE Nº Processo nº: 2019.07.13437P	**José Maciel de Araújo** CPF: 346.491.153-53

Memo. nº **000034/2026**– DIBEN/PREVIJUNO

Juazeiro do Norte (CE), 07 de abril de 2026.

Ao Senhor
Jesus Rogério de Holanda
Presidente da Diretoria Executiva

Assunto: ENCAMINHAMENTO DOS RELATÓRIOS DE GOVERNANÇA CORPORRATIVA – 4º TRIMESTRE DE 2025 E ANUAL.

DATA 07/04/26 HR. 15:07
FELIPE RIBEIRO

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria, para apreciação dessa Diretoria Executiva, os Relatórios de Governança Corporativa referentes ao 4º trimestre de 2025, bem como o Relatório de Governança Corporativa Anual, a fim de que sejam analisados e, posteriormente, submetidos à deliberação do plenário deste colegiado.

2. Ressalta-se que, após a devida aprovação no âmbito da Diretoria Executiva, os referidos relatórios deverão ser encaminhados para apreciação e aprovação pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, em observância às normas de governança e controle aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social.

3. Destaca-se, ainda, que o Relatório de Governança Corporativa Anual, após aprovação por essa Diretoria, deverá ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, ao Secretário Municipal de Finanças e ao Controlador Geral do Município, para ciência e demais providências cabíveis.

4. Cumpre registrar, por oportuno, que o mencionado Relatório de Governança Corporativa Anual será objeto de prestação de contas em audiência pública anual, já devidamente agendada para o dia 28 de abril de 2026. Nesse sentido, faz-se imprescindível que o referido relatório esteja devidamente aprovado por todos os órgãos colegiados deste RPPS antes da realização da audiência.

5. Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Geogeane S. Soares
Geogeane da Silva Soares
Diretora Previdenciária de Gestão e Benefícios

Anexos: 02/130.

PREVIJUNO

Relatório de Governança Corporativa

Outubro- Dezembro (4T2025)

2025

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUAZEIRO DO NORTE/CE – PREVIJUNO

CONSELHO DELIBERATIVO

Vandir Menezes Lima
José Erivaldo Oliveira dos Santos
Hellen Karine Soares Lira
Edivan Alexandre Ferreira
Ana Cláudia Fulgêncio de Lima
Francisco Fraudiê Barbosa de Medeiros

CONSELHO FISCAL

Mário Malzoni Neto
Clênia Beane Brito de Oliveira
Janaclea Rodrigues Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Jesus Rogério de Holanda
Tiago César da Silva Viana
José Ivan Silva Alves
Marcos Aurélio Gonçalves Silva

CONTROLE INTERNO
OUVIDORIA INSTITUCIONAL

Clênia Beane Brito de Oliveira

ASSESSORIA ESPECIAL

Geogeane S. Soares

Rua do Cruzeiro, 163/167, Centro, Juazeiro do Norte, Ceará
faleconosco@previjuno.com

SUMÁRIO

Sumário

APRESENTAÇÃO 6
1 IMAGEM INSTITUCIONAL 6
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES 6
1.2 Órgãos Colegiados 6
1.2.1 Conselho Deliberativo 7
1.2.2 Conselho Fiscal 7
1.2.3 Diretoria Executiva 7
1.2.4 Comitê de Investimentos 8
1.2.5 Comitê de Segurança da Informação 8
1.3 Núcleos de Trabalho 9
1.3.1 Núcleo de Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico – (NUPES) 9
1.3.2 Núcleo Permanente de Inventário – (NUPI) 10
1.3.3 Núcleo Permanente de Avaliação de Documentos – (NUPAD) 10
1.3.4 Núcleo de Conferência de Valores – (NUCOV) 10
1.3.5 Núcleo de Comunicação – (NUC) 11
2 SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO RPPS 11
2.1 Resumo das Folhas de Pagamentos 12
2.2 Arrecadação de Contribuições Previdenciárias 16
2.3 Pagamento de Benefícios Permanentes 23
3 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL 23
3.1 Custo Previdenciário Total 23
3.2 Equilíbrio Atuarial 24
3.3 Equilíbrio Financeiro 26
3.3.1 Equilíbrio Financeiro Previdenciário 26
3.3.2 Equilíbrio Financeiro Total 27
4 GESTÃO DE INVESTIMENTOS 27
4.1 Descrição detalhada dos ativos 27
4.2 Investimentos 31
4.2.1 Análise de Liquidez 31
4.2.2 Posições por classe de ativo e disponibilidades financeiras 34
4.2.3 Fundos de Investimentos que compõem a carteira do RPPS 35
4.2.3.1 Enquadramento sobre o Patrimônio Líquido Dos Fundos 35
5 PUBLICAÇÕES DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS 36

6 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS 36
6.1 GESTÃO DE PESSOAS 36
6.1.1 Servidores Comissionados e Agentes Públicos Contratados 37
6.1.1.1 Agente Político 38
6.1.1.2 Servidores efetivos com cargo em comissão 38
6.1.1.3 Servidores comissionados 38
6.1.1.4 Servidores contratados 39
6.1.2 Planejamento de Férias 39
6.1.3 Plano de Capacitação 39
6.1.4 Controle de Frequência 39
6.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 40
6.2.1 Receitas 40
6.2.2 Despesas 41
6.2.3 Contribuições dos Servidores 42
6.2.4 Obrigações Patronais 43
6.2.5 Taxa de Administração 44
6.2.6 Execução Orçamentária e Financeira 44
6.2.7 Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR 46
6.2.8 Compensação Previdenciária - COMPREV 46
6.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS 47
6.3.1 Gestão do Custeio das Despesas Administrativas 47
6.3.2 Gestão de Contratos Administrativos 48
6.4 CONTROLES INTERNOS 49
7 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA 50
7.1 Avaliação Atuarial 50
7.2 Demonstrativo de Repasses da Avaliação Atuarial – DRAA 51
7.3 Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR 51
7.4 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP 52
8 CANAIS DE ATENDIMENTO 52
8.1 Atendimento 52
8.2 Ouvidoria 53
9 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS COMISSÕES E NÚCLEOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO PREVIJUNO 53
9.1 NÚCLEO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (NUPES) 53
9.1.1 Monitoramento do Planejamento Estratégico - Ciclo 2022-2025 54
9.1.2 Elaboração do Planejamento Estratégico ciclo 2026-2030 54

9.1.3 Auditoria de Supervisão do Programa de Certificação Institucional – Pró Gestão RPPS 55
9.2 NÚCLEO PERMANENTE DE INVENTÁRIO (NUPI) 56
9.2.1 Inventário 56
9.3 NÚCLEO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (NUPAD) 57
9.3.1 Gestão de Documentos 57
9.4 NÚCLEO DE CONFERÊNCIA DE VALORES (NUCOV) 57
9.4.1 Relatórios Mensais de Conferencia de Arrecadação. 57
9.5 NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO (NUC) 58
9.5.1 Comunicação Institucional 58
9.5.2 Atendimento Especial 58
9.5.3 Programa de Pós-Aposentadoria 58
10 TRANSPARÊNCIA 58
10.1 Certificações de Gestores e servidores da área de risco 59
10.2 Informações Relativas aos Investimentos 62
10.2.1 Política de investimentos e suas atualizações, a serem divulgadas em até 30 (trinta) dias após a aprovação. 62
10.2.2 Informações constantes nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate. 62
10.2.3 Composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês. 63
10.2.4 Procedimentos e informações relativos ao processo de seleção, credenciamento de instituições autorizadas a receber as aplicações dos recursos do RPPS, bem como à contratação de prestadores de serviços. 63
10.2.5 Relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS, contendo a respectiva data de atualização do credenciamento. 63
10.2.6 Datas e locais das reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, bem como as respectivas atas. 63
10.2.7 O envio tempestivo do DPIN e do DAIR à SPREV, contendo as informações previstas nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 148 da Portaria MTP nº 1467/2022, atende às exigências estabelecidas nesses dispositivos. 63
10.2.8 A unidade gestora do RPPS deverá manter registro, em meio digital, de todos os documentos que fundamentem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que comprovem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN. 64
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS 64
REFERÊNCIAS 66

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Governança Corporativa do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, referente ao período de **outubro a dezembro de 2025**, correspondente ao **4º trimestre de 2025 (4T2025)**. Este relatório foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo inciso III do Art. 81 da Lei Orgânica do Município de Juazeiro do Norte, artigos 74 e 148 da Portaria MTP nº 1467/2022 e o Item 3.2.1 do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 3.6, aprovado pela Portaria SRPC nº 446, publicada no DOU do dia 21/02/2025.

Este relatório tem como objetivo apresentar de forma clara e transparente as práticas de governança corporativa adotadas pelo PREVIJUNO, evidenciando as ações realizadas durante o (4T2025), com ênfase na gestão dos recursos previdenciários, na observância das normas legais e regulamentares, e na implementação de boas práticas de governança que visam garantir a eficiência, a transparência e a sustentabilidade do fundo.

Além disso, o relatório busca atender aos requisitos de prestação de contas e de monitoramento da gestão do PREVIJUNO, contribuindo para o fortalecimento da confiança pública na administração dos recursos previdenciários, e para a melhoria contínua dos processos e controles internos, com o intuito de assegurar que as políticas e os objetivos do PREVIJUNO sejam cumpridos com responsabilidade e eficácia.

1 IMAGEM INSTITUCIONAL

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão: Efetivar uma gestão responsável e eficaz, com o propósito de garantir aos segurados e aos seus dependentes, aposentadorias e pensões que lhes assegurem estabilidade e qualidade de vida no seu futuro.

Visão: Ser reconhecido pela excelência na gestão de recursos previdenciários.

Valores: Ética; Profissionalismo; Responsabilidade; Valorização do ser humano; Sustentabilidade.

1.2 Órgãos Colegiados

O PREVIJUNO possui sua estrutura organizacional estabelecida no artigo 3º do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 821, de 15 de fevereiro de 2023. Essa estrutura reflete o compromisso do órgão com a transparência, eficiência e responsabilidade na administração dos recursos públicos, respeitando as normas legais e os princípios de boa governança.

1.2.1 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE, sendo responsável por tomar as decisões estratégicas que orientam a gestão e o funcionamento do PREVIJUNO. As reuniões do Conselho ocorrerão, obrigatoriamente, com a presença da maioria absoluta de seus membros, no mínimo, uma vez a cada trimestre. Além das reuniões regulares, o Conselho poderá se reunir extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, sendo necessária também a maioria absoluta de seus membros para a convocação.

O Conselho Deliberativo é composto por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e representantes dos segurados ativos e inativos, assegurando uma estrutura democrática e equilibrada. A composição do Conselho é a seguinte: 02 (dois) representantes do Poder Executivo, 02 (dois) representantes do Poder Legislativo e 02 (dois) representantes dos Segurados, sendo cada um acompanhado por seus respectivos suplentes. Esta estrutura de representação está em conformidade com o disposto no Art. 70 da Lei Complementar nº 23/2007, com a redação alterada pela Lei nº 5.317/2022. Esse formato visa garantir o princípio da paridade e a ampla participação e o engajamento de diversos setores na tomada de decisões que impactam a gestão do Fundo Municipal de Previdência Social.

1.2.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal atuará de maneira independente e autônoma em relação ao Conselho Deliberativo, sendo responsável pela fiscalização das atividades financeiras e contábeis do PREVIJUNO. O objetivo principal do Conselho Fiscal é assegurar que os recursos sejam geridos de forma transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais. O Conselho Fiscal se reunirá de forma ordinária, no mínimo, uma vez a cada trimestre, podendo convocar reuniões extraordinárias sempre que necessário, para analisar e avaliar as demonstrações financeiras e outros documentos relacionados à administração do fundo.

A composição do Conselho Fiscal é formada por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e representante dos segurados, sendo que cada membro será acompanhado por um suplente, garantindo a pluralidade e a transparência no processo de fiscalização. Esta estrutura de composição está de acordo com o disposto no § 1º do Art. 73-A da Lei Complementar nº 23/2007, incluída pela Lei nº 5.317/2022. A presença de representantes dos diversos setores assegura que as decisões fiscais sejam amplamente discutidas e que haja uma fiscalização contínua e rigorosa das atividades do fundo.

1.2.3 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela execução dentro da estrutura organizacional do PREVIJUNO, sendo fundamental para a gestão e operacionalização

das atividades do RPPS. Criada pelo Decreto nº 819, de 15 de fevereiro de 2023, à Diretoria Executiva exerce um papel crucial na implementação das diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, promovendo a eficiência na gestão e a transparência nas ações realizadas pelo PREVIJUNO.

A composição da Diretoria Executiva do PREVIJUNO inclui os seguintes dirigentes: Presidente, Vice-Presidente, Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios e Diretor Previdenciário de Administração e Finanças.

1.2.4 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos do PREVIJUNO é composto por 05 (cinco) membros, com o objetivo de assegurar a gestão eficiente, segura e transparente dos recursos financeiros do PREVIJUNO. A composição do Comitê inclui: o gestor de recursos, responsável pela administração dos investimentos; 01 (um) representante da Diretoria Executiva, que atua como elo entre as diretrizes estratégicas da gestão e as decisões de investimento; e 03 (três) servidores efetivos, escolhidos por sua experiência e conhecimento na área financeira e previdenciária. A estrutura e composição do Comitê estão definidas no Art. 4º do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, aprovado pela Resolução nº 04/2023/CONSELHO DELIBERATIVO, datada de 23 de junho de 2023.

O Comitê de Investimentos tem a finalidade de assessorar e deliberar sobre a política de investimentos do PREVIJUNO, atuando na definição de estratégias que visem a rentabilidade, a segurança e a sustentabilidade dos recursos do RPPS, sempre em conformidade com a legislação vigente. A atuação do Comitê é guiada por princípios de transparência, prudência, responsabilidade e conformidade com as normativas que regem os investimentos de fundos públicos.

A estrutura, os princípios e as finalidades do Comitê de Investimentos estão previstos no Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 04/2023/CONSELHO DELIBERATIVO, de 23 de junho de 2023, com suas respectivas alterações posteriores. Esse Regimento estabelece as normas operacionais, as responsabilidades dos membros e as diretrizes que devem orientar todas as decisões de investimento, garantindo que a gestão dos recursos do RPPS seja conduzida com alto nível de governança e com foco na preservação e crescimento dos recursos destinados aos servidores.

Em sua atuação, o Comitê desempenha um papel essencial na mitigação de riscos financeiros e na maximização do retorno dos investimentos, contribuindo para a sustentabilidade e o equilíbrio do PREVIJUNO no longo prazo.

1.2.5 Comitê de Segurança da Informação

O Comitê de Segurança da Informação – CSI é um órgão de assessoramento e execução dentro da estrutura organizacional do PREVIJUNO, com a missão de garantir a proteção, integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações e dados gerenciados pelo PREVIJUNO. O CSI tem como principal responsabilidade a elaboração,

implementação e monitoramento de políticas, práticas e procedimentos relacionados à segurança da informação, visando mitigar riscos cibernéticos e garantir que as informações do PREVIJUNO sejam tratadas de acordo com as melhores práticas de governança e segurança digital.

A composição do Comitê de Segurança da Informação do PREVIJUNO é formada por 04 (quatro) membros, com a seguinte estrutura: o Gestor de Segurança da Informação, que é responsável pela supervisão geral das políticas de segurança, assegurando que todas as medidas de proteção sejam eficazes e alinhadas às exigências legais e regulamentares; 01 (um) representante da Diretoria Executiva, que contribui com a visão estratégica da gestão e assegura que as ações do CSI estejam em consonância com os objetivos institucionais do PREVIJUNO; 01 (um) representante da Unidade Finalística, que traz a perspectiva da área operacional, garantindo que as medidas de segurança atendam às necessidades específicas dos processos do PREVIJUNO; e o Titular da Unidade de Tecnologia da Informação (TI), que fornece a expertise técnica necessária para implementar as soluções tecnológicas e infraestruturas de segurança da informação, garantindo que os sistemas utilizados pelo PREVIJUNO sejam protegidos contra ameaças externas e internas.

O Comitê de Segurança da Informação desempenha um papel vital na implementação de medidas preventivas e corretivas, como a definição de controles de acesso, a gestão de incidentes de segurança, a formação de colaboradores em boas práticas de segurança e a avaliação contínua de vulnerabilidades nos sistemas e processos. Além disso, o CSI está comprometido com a conformidade das operações de segurança com as regulamentações e normas técnicas pertinentes, promovendo a conscientização sobre a importância da proteção dos dados e a continuidade das atividades do PREVIJUNO sem interrupções causadas por falhas de segurança.

Esse comitê é essencial para o fortalecimento da infraestrutura de segurança digital do PREVIJUNO, assegurando que os dados dos servidores e a gestão do Órgão sejam protegidos de forma eficaz e em conformidade com os mais altos padrões de segurança da informação.

1.3 Núcleos de Trabalho

Os Núcleos de Trabalho do PREVIJUNO têm como objetivo coordenar e executar as atividades relacionadas ao Órgão, de maneira eficiente e eficaz, com o compromisso de sempre buscar a excelência nos processos e resultados alcançados.

1.3.1 Núcleo de Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico – (NUPES)

O Núcleo de Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico foi formalmente instituído por meio da Portaria nº 06/2023-PREVIJUNO, de 6 de fevereiro de 2023, com a finalidade de coordenar a elaboração e a revisão do Planejamento Estratégico do PREVIJUNO, abrangendo o ciclo de 2022 a 2025. Esse Núcleo tem como responsabilidade a análise detalhada das diretrizes estratégicas, a revisão de metas e

objetivos, além da definição de ações e indicadores que garantam o alinhamento institucional com as necessidades e desafios futuros. Sua atuação visa assegurar que o Planejamento Estratégico esteja sempre atualizado e condizente com as mudanças no cenário interno e externo, buscando otimizar os recursos e maximizar os resultados da instituição.

1.3.2 Núcleo Permanente de Inventário – (NUPI)

O Núcleo Permanente de Inventário (NPI) foi oficialmente instituído pela Portaria nº 07/2023-PREVIJUNO, de 6 de fevereiro de 2023, com a missão de estabelecer e regulamentar os critérios e as normas relativas ao inventário, reavaliação, baixa, registro, controle, desfazimento e supervisão do patrimônio público da instituição. O NPI tem como objetivo garantir a conformidade com as normas vigentes e assegurar a correta gestão dos bens patrimoniais, por meio de processos sistemáticos e transparentes. Esse núcleo também é responsável por implementar medidas que assegurem a acuracidade e a rastreabilidade dos ativos, além de zelar pela integridade e valorização do patrimônio da organização, proporcionando maior eficiência e transparência na administração pública. O NPI, ao coordenar as atividades relacionadas à gestão patrimonial, visa otimizar o uso dos recursos, minimizar perdas e garantir a devida responsabilidade na utilização do patrimônio público.

1.3.3 Núcleo Permanente de Avaliação de Documentos – (NUPAD)

O Núcleo Permanente de Avaliação de Documentos (NUPAD) foi instituído pela Portaria nº 05/2023-PREVIJUNO, de 6 de fevereiro de 2023, com a responsabilidade de estabelecer e regulamentar os critérios e procedimentos para o arquivamento, conservação, e eliminação dos documentos presentes nos arquivos das dependências do PREVIJUNO. A criação desse núcleo visa garantir que os processos administrativos relacionados à gestão de documentos sejam realizados de maneira eficiente, organizada e em conformidade com as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, promovendo a integridade e a acessibilidade dos registros históricos e operacionais do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE.

Além de sua função prática e operacional, o NUPAD tem uma importância estratégica para a organização corporativa do PREVIJUNO. A gestão eficaz dos documentos não só facilita a execução das atividades diárias, como também contribui para a transparência, a rastreabilidade e a conformidade com as exigências legais e normativas do setor público. Um bom gerenciamento documental, por meio de políticas bem definidas e executadas, é crucial para a preservação de informações que possam ser necessárias para auditorias, processos judiciais, ou até mesmo para decisões estratégicas no futuro.

1.3.4 Núcleo de Conferência de Valores – (NUCOV)

O Núcleo de Conferência de Valores foi instituído pelo Decreto nº 256, de 06 de maio de 2016, com o propósito de assessorar a gestão do PREVIJUNO, contribuindo de forma crucial para a identificação, análise e correção de inconsistências nos repasses

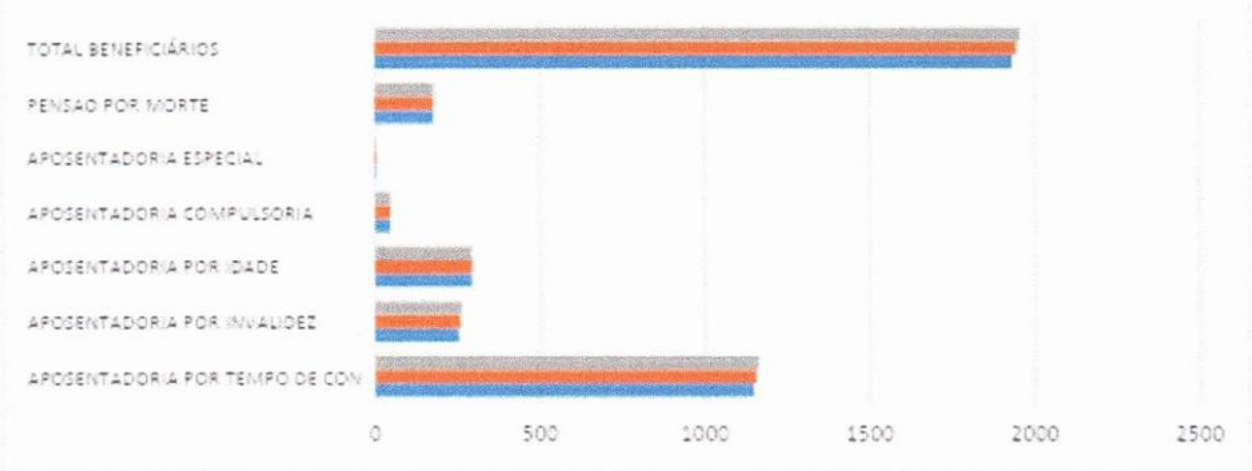
Atualmente, o RPPS do Município de Juazeiro do Norte compreende um quadro total[1] de **6.344** servidores, englobando servidores **ativos**, **aposentados** e **pensionistas**, distribuídos conforme as seguintes categorias:

- **4.386 servidores ativos,** que são os profissionais em exercício nos diversos órgãos e unidades da administração pública municipal – Poderes Executivo e Legislativo-, contribuindo regularmente para o sistema previdenciário.

- **1.778 servidores aposentados**, que já usufruem do benefício da aposentadoria e continuam a ser beneficiários do RPPS, garantindo a sua segurança financeira após o término de sua atividade laboral.

- **180 pensionistas**, que são dependentes dos servidores falecidos, recebendo pensões conforme os direitos previstos no regime de previdência.

Gráfico 01: Número de Benefícios



Este quadro demográfico evidencia a abrangência e a relevância do RPPS para a seguridade social dos servidores públicos municipais. A gestão eficiente e transparente dos recursos do RPPS é essencial para assegurar a sustentabilidade do sistema e garantir a correta aplicação dos benefícios previdenciários a todos os envolvidos, sejam ativos, aposentados ou pensionistas.

2.1 Resumo das Folhas de Pagamentos

Apresentamos, a seguir, os resumos detalhados das **Folhas de Pagamento** dos aposentados e pensionistas do PREVIJUNO referentes aos meses de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**.

[1]Dados informados através do Memo. Nº 000002/2026-DIFIN/PREVIJUNO, de 09 de fevereiro de 2026.

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 26/11/2025 15:09

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.003 - INATIVOS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA

Competência: OUTUBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 26/11/2025 15:09

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0261	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CON	1149	7.646.572,37		
0299	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	256	1.153.374,55		
0260	APOSENTADORIA POR IDADE	296	513.777,28		
0259	APOSENTADORIA COMPULSORIA	48	96.054,08		
0012	APOSENTADORIA ESPECIAL	6	16.172,01		
0032	DIF. PISO SAL. - LEI Nº 5565/2023	13	7.866,17		
0269	RETROATIVO A RECEBER	1	432,03		
0302	PENSAO ALIMENTICIA	3		1.720,71	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	93		22.837,72	
0037	ABATE TETO CONSTITUCIONAL	1		4.955,31	
0050	CARTAO BENEF. RC CARD COMPRAS	5		1.957,80	
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		848,36	
0255	EMPRESTIMO CEF	707		312.856,06	
0295	EMPRESTIMO BB	272		191.202,48	
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	887		520.229,73	
0101	SISEMJUN	616		45.742,83	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	289		162.085,77	
0198	IRRF	947		1.015.394,49	
	Total de Proventos				9.434.248,49
	Total de Descontos				2.279.831,26
	Total Líquido				**7.154.417,23**
	Base de Cálculo p/ PM	289			1.259.842,17
	PM Empresa (14.26%)				179.653,49
	Fundo Reserva (0.00%)	289			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				**7.154.417,23**
	Total Orçamentário				**9.434.248,49**
	Pagamento em Banco	1755			**7.154.417,23**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	1755			

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 17/12/2025 10:25

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.003 - INATIVOS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA

Competência: NOVEMBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 17/12/2025 10:25

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0261	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CON	1158	7.705.280,08		
0299	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	261	1.171.142,09		
0260	APOSENTADORIA POR IDADE	296	512.436,40		
0259	APOSENTADORIA COMPULSORIA	47	94.109,10		
0012	APOSENTADORIA ESPECIAL	6	16.172,01		
0269	RETROATIVO A RECEBER	1	9.980,80		
0032	DIF. PISO SAL. - LEI Nº 5565/2023	13	7.866,17		
0302	PENSAO ALIMENTICIA	3		1.720,71	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	110		24.319,51	
0037	ABATE TETO CONSTITUCIONAL	1		4.955,31	
0050	CARTAO BENEF. RC CARD COMPRAS	6		2.289,16	
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		848,36	
0255	EMPRESTIMO CEF	716		309.845,89	
0295	EMPRESTIMO BB	272		190.280,33	
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	900		540.396,33	
0101	SISEMJUN	623		46.306,77	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	290		164.346,44	
0198	IRRF	950		1.018.836,95	
	Total de Proventos				9.516.986,65
	Total de Descontos				2.304.145,76
	Total Líquido				**7.212.840,89**
	Base de Cálculo p/ PM	290			1.275.918,49
	PM Empresa (14.26%)				181.945,98
	Fundo Reserva (0.00%)	290			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				**7.212.840,89**
	Total Orçamentário				**9.516.986,65**
	Pagamento em Banco	1768			**7.212.840,89**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	1768			

realizados pelo Ente Municipal ao Regime de Previdência Social dos Servidores (RPPS). Sua principal função é garantir que todos os valores de contribuição e repasse destinados ao PREVIJUNO sejam corretamente calculados, registrados e transferidos, assegurando a precisão financeira e a transparência nas operações do PREVIJUNO.

Além disso, o trabalho do Núcleo contribui para a melhoria contínua da gestão financeira do PREVIJUNO, identificando eventuais falhas nos processos de repasse e sugerindo correções e ajustes que possam otimizar o fluxo de recursos. Sua atuação garante que os repasses sejam feitos de maneira pontual e correta, evitando atrasos ou valores incorretos que possam prejudicar a saúde financeira do fundo e, consequentemente, o bem-estar dos segurados.

Dessa forma, o Núcleo de Conferência de Valores não só fortalece os controles internos do PREVIJUNO, mas também assegura a conformidade com as normas legais e proporciona uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos, o que é fundamental para a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal e para a manutenção da confiança na gestão pública.

1.3.5 Núcleo de Comunicação – (NUC)

O Núcleo de Comunicação (NUC) foi instituído pela Portaria nº 08/2023-PREVIJUNO, de 6 de fevereiro de 2023, com a missão de coordenar as ações de comunicação e promover o diálogo transparente entre o PREVIJUNO, seus segurados e a sociedade em geral. O NUC desempenha um papel estratégico fundamental na criação de canais de comunicação eficazes, que possibilitem o fluxo contínuo de informações relevantes sobre os serviços, benefícios e atualizações relacionadas ao PREVIJUNO, garantindo que os servidores e a comunidade em geral tenham pleno acesso às informações sobre seus direitos, deveres e a gestão do RPPS.

Em termos de gestão corporativa, o Núcleo de Comunicação é um elo vital entre a administração do PREVIJUNO e os seus públicos, fortalecendo a imagem institucional, promovendo uma cultura organizacional de transparência e responsabilidade e aprimorando a eficiência dos processos internos e externos de comunicação. Dessa forma, o NUC não só melhora a relação do PREVIJUNO com os segurados, mas também contribui diretamente para a credibilidade e sustentabilidade da gestão previdenciária, assegurando que o RPPS continue sendo uma referência positiva para a comunidade de Juazeiro do Norte.

2 SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO RPPS

O **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)** é um sistema previdenciário destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, excluindo-se os demais agentes públicos, conforme estabelece o Art. 40 da Constituição Federal. Este regime é regulamentado, entre outras normativas, pelos incisos III e IV do Art. 2º da Portaria MTP nº 1467/2022, que definem os critérios e as diretrizes para a organização e a gestão do RPPS no Brasil.

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.003 - INATIVOS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA
Competência: DEZEMBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 30/12/2025 15:25

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0261	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CON	1164	7.745.529,33		
0299	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	264	1.176.111,78		
0260	APOSENTADORIA POR IDADE	296	512.436,40		
0259	APOSENTADORIA COMPULSORIA	48	96.714,96		
0269	RETROATIVO A RECEBER	1	16.698,00		
0012	APOSENTADORIA ESPECIAL	6	16.172,01		
0032	DIF. PISO SAL. - LEI Nº 5565/2023	13	7.866,17		
0302	PENSAO ALIMENTICIA	3		1.720,71	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	115		25.890,67	
0037	ABATE TETO CONSTITUCIONAL	1		4.955,31	
0050	CARTAO BENEF. RC CARD COMPRAS	7		2.462,87	
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		848,36	
0255	EMPRESTIMO CEF	721		311.664,61	
0295	EMPRESTIMO BB	282		206.252,67	
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	912		559.488,99	
0101	SISEMJUN	632		46.707,17	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	292		165.266,19	
0198	IRRF	954		1.020.652,70	
	Total de Proventos				9.571.528,65
	Total de Descontos				2.345.910,25
	Total Líquido				**7.225.618,40**
	Base de Cálculo p/ PM	292			1.283.533,20
	PM Empresa (14.26%)				183.031,83
	Fundo Reserva (0.00%)	292			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				**7.225.618,40**
	Total Orçamentário				**9.571.528,65**
	Pagamento em Banco	1778			**7.225.618,40**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	1778			

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.003 - INATIVOS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA
Competência: DEZEMBRO de 2025
Tipo: D - 13º SALARIO
DATA DE FECHAMENTO: 29/12/2025 16:15

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0208	DECIMO TERCEIRO - PARCELA FINAL	1778	9.034.574,53		
0220	DESCONTO ADIANTAMENTO 13º	1688		4.338.180,70	
0195	PREV. MUNICIPAL 13 SALARIO	279		148.194,79	
0200	IRRF 13º SALARIO	853		919.864,90	
	Total de Proventos				9.034.574,53
	Total de Descontos				5.406.240,39
	Total Líquido				**3.628.334,14**
	Base de Cálculo 13º p/ PM	279			1.157.519,50
	PM Empresa 13º (14.26%)				165.062,28
	Total de Décimo menos Desconto Adiant. Décimo				**4.696.393,83**
	Total Líquido sem SF e LM				**3.628.334,14**
	Total Orçamentário				**9.034.574,53**
	Pagamento em Banco	1778			**3.628.334,14**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	1778			

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 26/11/2025 15:09

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO
Página 23 de 23

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.002 - PENSIONISTAS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA

Competência: OUTUBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 26/11/2025 15:09

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0262	PENSAO POR MORTE	179	420.751,10		
0269	RETROATIVO A RECEBER	3	51.284,40		
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	72		18.476,28	
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		98,63	
0255	EMPRESTIMO CEF	28		5.809,36	
0295	EMPRESTIMO BB	4		1.597,45	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	9		794,41	
0101	SISEMJUN	5		124,49	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	9		6.370,53	
0198	IRRF	39		33.607,90	
	Total de Proventos				472.035,50
	Total de Descontos				66.879,05
	Total Líquido				405.156,45
	Base de Cálculo p/ PM	9			45.111,31
	PM Empresa (14.26%)				6.432,87
	Fundo Reserva (0.00%)	9			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				405.156,45
	Total Orçamentário				472.035,50
	Pagamento em Banco	179			405.156,45
	Pagamento em Contra Cheque	0			0,00
	Total de Vínculos	179			

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 17/12/2025 10:25

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO
Página 23 de 23

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.002 - PENSIONISTAS
Emissão: 15/01/2026 STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO: FECHADA

Competência: NOVEMBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 17/12/2025 10:25

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0262	PENSAO POR MORTE	179	420.751,10		
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		98,63	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	9		794,41	
0255	EMPRESTIMO CEF	28		5.809,36	
0295	EMPRESTIMO BB	4		1.597,45	
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	72		18.946,79	
0101	SISEMJUN	5		124,49	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	6		737,65	
0198	IRRF	38		21.880,32	
	Total de Proventos				420.751,10
	Total de Descontos				49.989,10
	Total Líquido				370.762,00
	Base de Cálculo p/ PM	6			6.147,11
	PM Empresa (14.26%)				876,58
	Fundo Reserva (0.00%)	6			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				370.762,00
	Total Orçamentário				420.751,10
	Pagamento em Banco	179			370.762,00
	Pagamento em Contra Cheque	0			0,00
	Total de Vínculos	179			

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 30/12/2025 15:25

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO
Página 23 de 23

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.002 - PENSIONISTAS
Emissão: 15/01/2026 **STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO:** FECHADA

Competência: DEZEMBRO de 2025
Tipo: N - NORMAL
DATA DE FECHAMENTO: 30/12/2025 15:25

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0262	PENSAO POR MORTE	180	422.556,50		
0269	RETROATIVO A RECEBER	1	3.189,54		
0298	EMPRESTIMO BRADESCO	72		18.946,79	
0051	EMPRESTIMO RC CARD	2		98,63	
0255	EMPRESTIMO CEF	28		5.809,36	
0295	EMPRESTIMO BB	5		1.927,36	
0033	CARTAO BENEF. KDB SAQUE	9		794,41	
0101	SISEMJUN	6		162,44	
0197	PREVIDENCIA MUNICIPAL	6		737,65	
0198	IRRF	39		23.253,93	
	Total de Proventos				425.746,04
	Total de Descontos				51.730,57
	Total Líquido				**374.015,47**
	Base de Cálculo p/ PM	6			6.147,11
	PM Empresa (14.26%)				876,58
	Fundo Reserva (0.00%)	6			0,00
	Total Líquido sem SF e LM				**374.015,47**
	Total Orçamentário				**425.746,04**
	Pagamento em Banco	180			**374.015,47**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	180			

STATUS DA FOLHA: FECHADA DATA DE FECHAMENTO: 29/12/2025 16:15

CLIENTE: FUNDO M P S S DE JUAZEIRO DO NORTE PREVIJUNO
SISTEMA: AspecFolha - FOLHA DE PAGAMENTO
RELATÓRIO: FOLHA DE PAGAMENTO - POR SETOR

Usuário: ATENDIMENTO
Página 24 de 24

Órgão: 24 - PREVIJUNO
Setor: 24.01.002 - PENSIONISTAS
Emissão: 15/01/2026 **STATUS DA FOLHA DO ÓRGÃO:** FECHADA

Competência: DEZEMBRO de 2025
Tipo: D - 13º SALARIO
DATA DE FECHAMENTO: 29/12/2025 16:15

Resumo do setor

Cód.	Rubrica	Qtde.	Proventos(R$)	Descontos(R$)	Totais(R$)
0208	DECIMO TERCEIRO - PARCELA FINAL	180	406.773,24		
0220	DESCONTO ADIANTAMENTO 13º	173		190.516,07	
0195	PREV. MUNICIPAL 13 SALARIO	6		737,65	
0200	IRRF 13º SALARIO	31		15.855,84	
	Total de Proventos				406.773,24
	Total de Descontos				207.109,56
	Total Líquido				**199.663,68**
	Base de Cálculo 13º p/ PM	6			6.147,11
	PM Empresa 13º (14.26%)				876,58
	Total de Décimo menos Desconto Adiant. Décimo				**216.257,17**
	Total Líquido sem SF e LM				**199.663,68**
	Total Orçamentário				**406.773,24**
	Pagamento em Banco	180			**199.663,68**
	Pagamento em Contra Cheque	0			**0,00**
	Total de Vínculos	180			

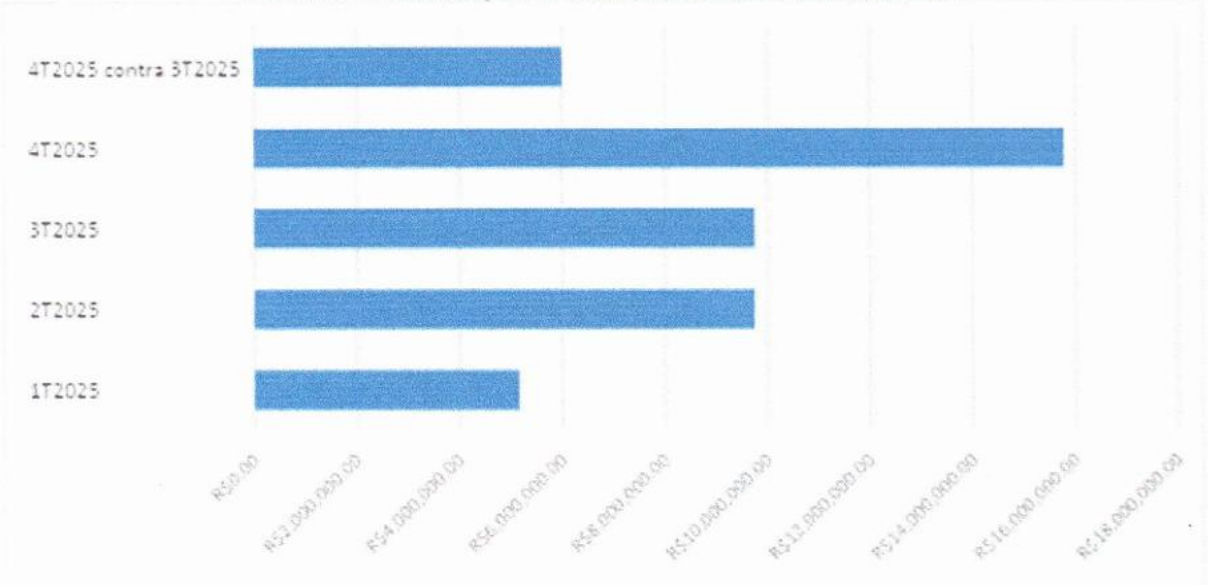
A transparência na apresentação das Folhas de Pagamento é essencial para assegurar a confiança dos aposentados e pensionistas, garantindo que seus direitos sejam devidamente reconhecidos e que todos os valores pagos estejam corretamente registrados e detalhados. Além disso, a divulgação desses resumos é uma demonstração do compromisso da gestão do PREVIJUNO com a boa governança, a responsabilidade fiscal e a eficiência no uso dos recursos públicos, assegurando a precisão e a justiça no cumprimento dos compromissos financeiros com os beneficiários.

2.2 Arrecadação de Contribuições Previdenciárias

2.2.1 Receitas de Contribuições Previdenciárias – Servidores Ativos do Poder Executivo

No período de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**, o recolhimento das contribuições recebidas dos servidores ativos vinculados ao Poder Executivo atingiu o montante de **R$ 15.787.843,32** (quinze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos). Esse valor reflete a contribuição regular dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Gráfico 02: Contribuição do Servidor Ativo do Poder Executivo



No quarto trimestre de 2025, observou-se um aumento nas receitas provenientes das contribuições dos servidores ativos na ordem de R$ 6.019.770,24 (seis milhões, dezenove mil, setecentos e sete reais e vinte e quatro centavos), quando comparado com o terceiro trimestre de 2025.

Tal variação positiva decorre, sobretudo, de fatores sazonais próprios do encerramento do exercício financeiro, notadamente o repasse, no mês de dezembro, de duas competências mensais (novembro e dezembro), bem como da incidência de contribuições sobre a gratificação natalina (13º salário), incluindo sua última parcela. Esses elementos impactaram diretamente a base de cálculo das contribuições, elevando o montante arrecadado no período, conforme demonstrado no Gráfico 02.

O aumento da arrecadação evidencia o regular cumprimento das obrigações previdenciárias por parte do ente federativo e dos segurados, além de reforçar a capacidade contributiva do regime no curto prazo. Sob a ótica da governança corporativa, tal desempenho contribui de forma significativa para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do PREVIJUNO, ampliando a capacidade do fundo em honrar seus compromissos com o pagamento de benefícios previdenciários.

2.2.1.1 Receitas de Contribuições Previdenciárias – Servidores Ativos Cedidos ou licenciados

No período de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**, o recolhimento das contribuições recebidas dos servidores ativos cedidos ou licenciados atingiu o montante de **R$ 5.573,67**(cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e sete centavos). Esse montante corresponde ao fluxo regular de contribuições destinadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), observadas as particularidades funcionais desses vínculos.

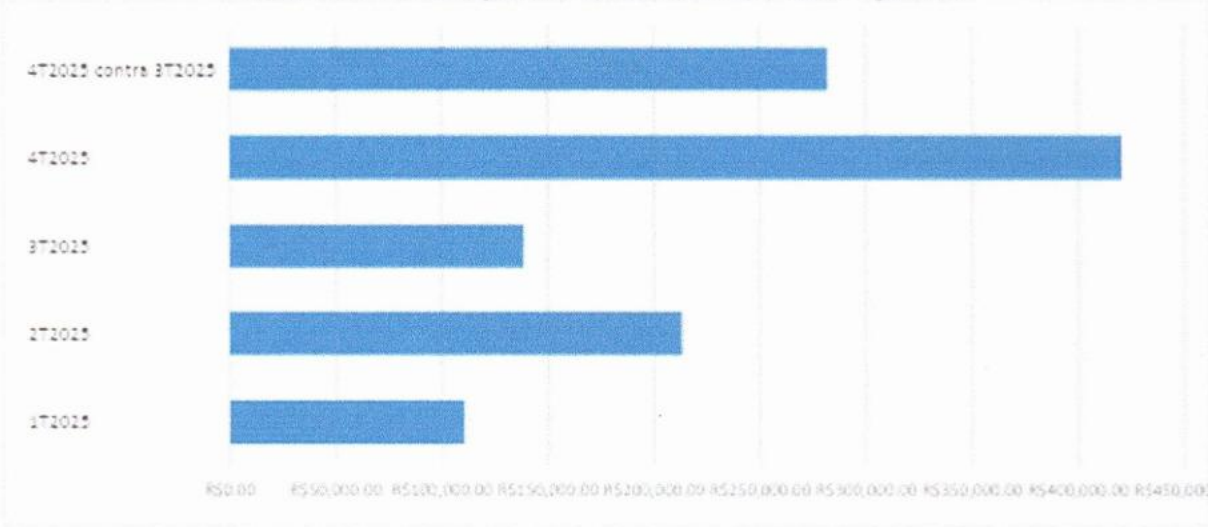
A arrecadação registrada no período evidencia a continuidade do cumprimento das obrigações previdenciárias por parte dos segurados nessa condição, bem como a adequada gestão dos mecanismos de repasse por parte da Administração. Embora de menor representatividade no conjunto das receitas, tais contribuições desempenham papel relevante na composição do equilíbrio financeiro do regime.

Nesse contexto, a manutenção desse fluxo contributivo contribui para o fortalecimento da base de financiamento do PREVIJUNO, assegurando a capacidade do fundo em honrar seus compromissos com servidores ativos, aposentados e pensionistas, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal e da sustentabilidade previdenciária.

2.2.2 Receitas de Contribuições Previdenciárias – Servidores Ativos do Poder Legislativo

No período de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**, o recolhimento das contribuições provenientes dos servidores ativos do Poder Legislativo alcançou o valor de **R$ 420.795,13** (quatrocentos e vinte mil, setecentos e noventa e cinco reais e treze centavos). Este montante representa a contribuição regular dos servidores ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Gráfico 03: Contribuição do Servidor Ativo do Poder Legislativo



No quarto trimestre de 2025, foi registrada uma elevação[2] na ordem de R$ 281.932,73 (duzentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos), em relação ao período anterior. Tal variação positiva está diretamente associada a fatores sazonais característicos do encerramento do exercício financeiro, especialmente à incidência de contribuições previdenciárias sobre o décimo terceiro salário dos servidores, conforme demonstrado no gráfico 03.

Destaca-se, ainda, que, no mês de dezembro, houve o repasse de valores correspondentes a duas competências mensais (novembro e dezembro), além da última parcela do 13º salário, cujas contribuições foram devidamente recolhidas no período, impactando positivamente o montante arrecadado.

Sob a ótica da governança, a adequada evidenciação dessas variações reforça o compromisso da gestão com a transparência, a responsabilidade fiscal e a prestação de contas. Ademais, o monitoramento contínuo das receitas previdenciárias demonstra a capacidade do PREVIJUNO de atuar de forma proativa frente às oscilações arrecadatórias, assegurando a estabilidade financeira do regime e a proteção dos interesses dos segurados.

2.2.3 Receitas de Contribuições Previdenciárias – Servidores Ativos do Poder Executivo em Parcelamento

No período de outubro a dezembro de 2025 (4T2025), o recolhimento das contribuições previdenciárias em parcelamento, provenientes dos servidores ativos do Poder Executivo, totalizou o montante de **R$ 40.485,42** (quarenta mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Esse montante refere-se a contribuições anteriormente devidas e não repassadas ao RPPS, que foram objeto de regularização por meio de acordo formal de parcelamento firmado entre o ente federativo e o PREVIJUNO, nos termos da legislação vigente.

O mecanismo de parcelamento possibilita a recomposição gradual do passivo previdenciário, conciliando a necessidade de adimplemento das obrigações com a capacidade financeira do ente, sem comprometer a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Sob a perspectiva da gestão previdenciária, tais ingressos, ainda que de natureza extraordinária, contribuem para o fortalecimento do fluxo de caixa do regime e, quando somados às contribuições correntes, reforçam a sustentabilidade financeira do PREVIJUNO. Dessa forma, assegura-se maior capacidade de cumprimento das obrigações presentes e futuras, garantindo a proteção dos direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio atuarial.

---

[2] No 4T2025 além dos valores referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro/2026, houve o recolhimento sobre o 13º salário

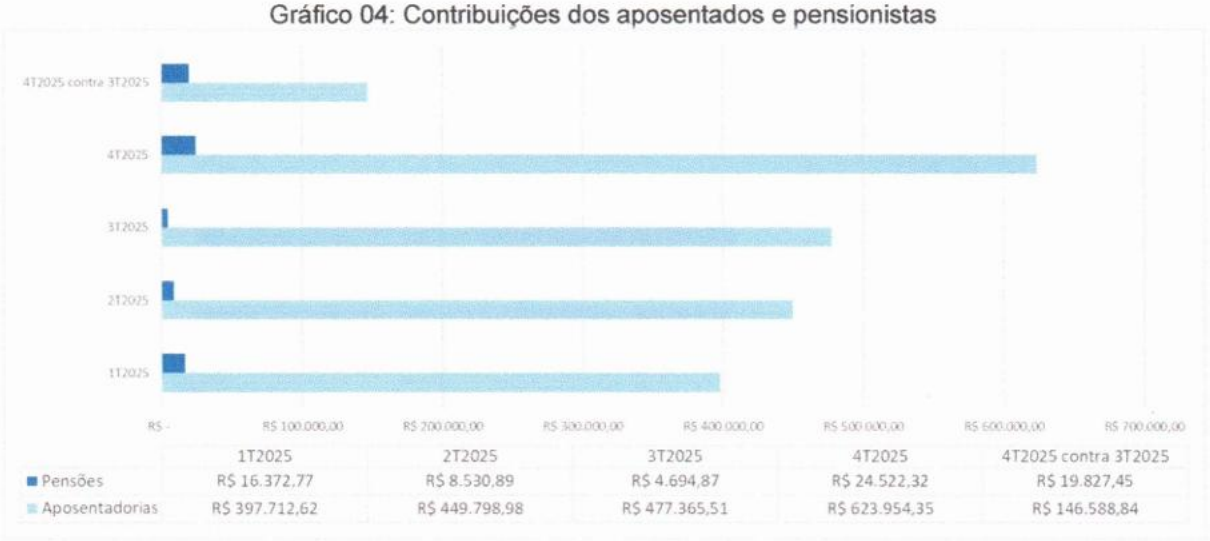
2.2.4 Receitas de Contribuições Previdenciárias – Aposentados e Pensionistas

Entre **outubro e dezembro de 2025**, os aposentados e pensionistas pagaram contribuições para a previdência *somente sobre a parte do benefício que ultrapassa o valor máximo pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS)*. A soma desses pagamentos nesse período foi a seguinte:

A contribuição de aposentados foi de **R$ 623.954,35** (seiscentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Já a contribuição dos pensionistas foi de **R$ 24.522,32** (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos).

Gráfico 04: Contribuições dos aposentados e pensionistas



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Pensões	R$ 16.372,77	R$ 8.530,89	R$ 4.694,87	R$ 24.522,32	R$ 19.827,45
Aposentadorias	R$ 397.712,62	R$ 449.798,98	R$ 477.365,51	R$ 623.954,35	R$ 146.588,84

Em análise comparativa com o 3º trimestre de 2025, observa-se elevação na arrecadação dessas receitas no 4º trimestre, fato que se explica, principalmente, pela incidência de contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina (13º salário). Considerando que o cálculo da contribuição também alcança a parcela do benefício que excede o teto do RGPS, o pagamento do 13º ampliou a base contributiva, refletindo positivamente no montante arrecadado no período.

Ressalta-se que essa contribuição não se aplica à totalidade dos beneficiários, mas exclusivamente àqueles cujos proventos ou pensões ultrapassam o limite máximo estabelecido para o RGPS.

A cobrança sobre a parcela excedente ao teto possui como finalidade o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, assegurando a proporcionalidade das contribuições em relação à capacidade contributiva dos beneficiários. Dessa forma, os valores arrecadados contribuem para a sustentabilidade do PREVIJUNO, garantindo a manutenção dos benefícios previdenciários e a segurança financeira do regime no longo prazo.

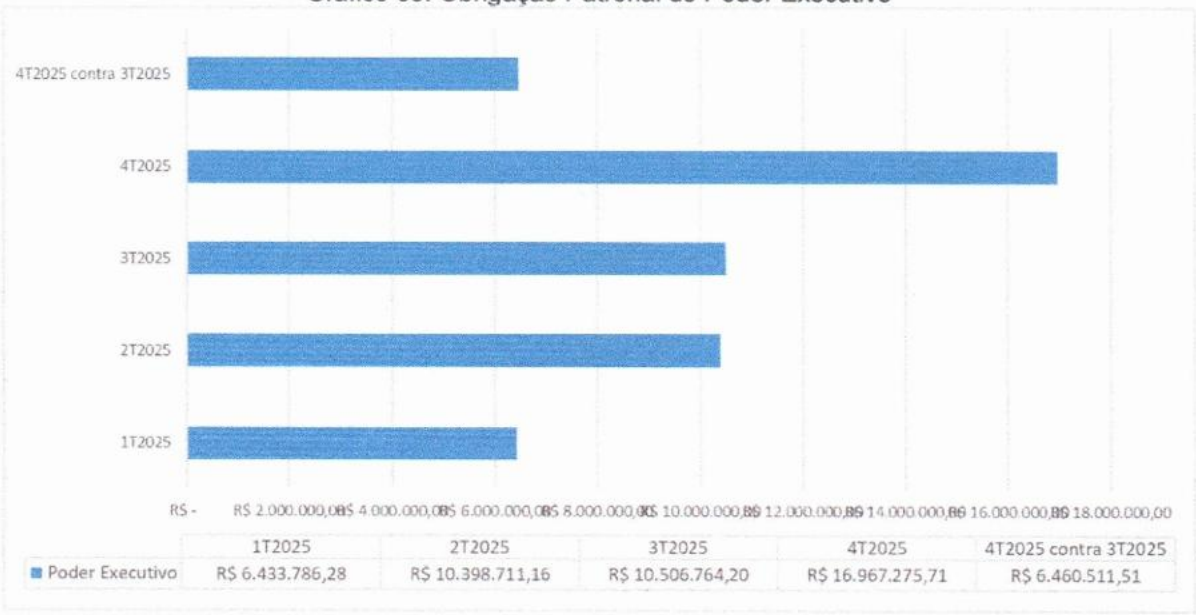
2.2.5 Receitas de Obrigações Patronais e Aportes Financeiros

2.2.5.1 Poder Executivo

2.2.5.1.1 Obrigações Patronais

No período de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**, as receitas provenientes das obrigações patronais do Poder Executivo atingiram o montante de **R$ 16.967.275,71** (dezesseis milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos). Esse valor refere-se à contribuição patronal, que é de responsabilidade do ente e são essenciais para garantir a sustentabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), assegurando o cumprimento das obrigações previdenciárias com os servidores, aposentados e pensionistas.

Gráfico 05: Obrigação Patronal do Poder Executivo



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Poder Executivo	R$ 6.433.786,28	R$ 10.398.711,16	R$ 10.506.764,20	R$ 16.967.275,71	R$ 6.460.511,51

Além disso, as obrigações patronais em parcelamento recebidas do Poder Executivo totalizaram **R$ 290.796,30** (duzentos e noventa mil, setecentos e noventa e seis reais e trinta centavos). Esse valor se refere ao cumprimento das obrigações previdenciárias que, por questões de viabilidade financeira, foram parceladas, garantindo, assim, que o Poder Executivo possa regularizar sua situação sem comprometer a estabilidade financeira do sistema.

2.2.5.1.2 Aporte Financeiro

No exercício de 2025, o aporte anual parcelado em 12 parcelas, para o Poder Executivo foi no a ordem de **R$ 44.633.743,95** (quarenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme informação extraída da página 64 da Reavaliação Atuarial nº 2225 (Ano-Calendário 2025), homologada pela Lei n° 5794, de 30 de dezembro de 2024.

No entanto, de acordo com o item 5.3.3.1 Contribuições de Aportes Financeiros do Relatório de Controle Interno (outubro a dezembro/2025), não houve recebimento de aportes financeiros do Poder Executivo para o financiamento do Déficit Atuarial do

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE-PREVIJUNO.

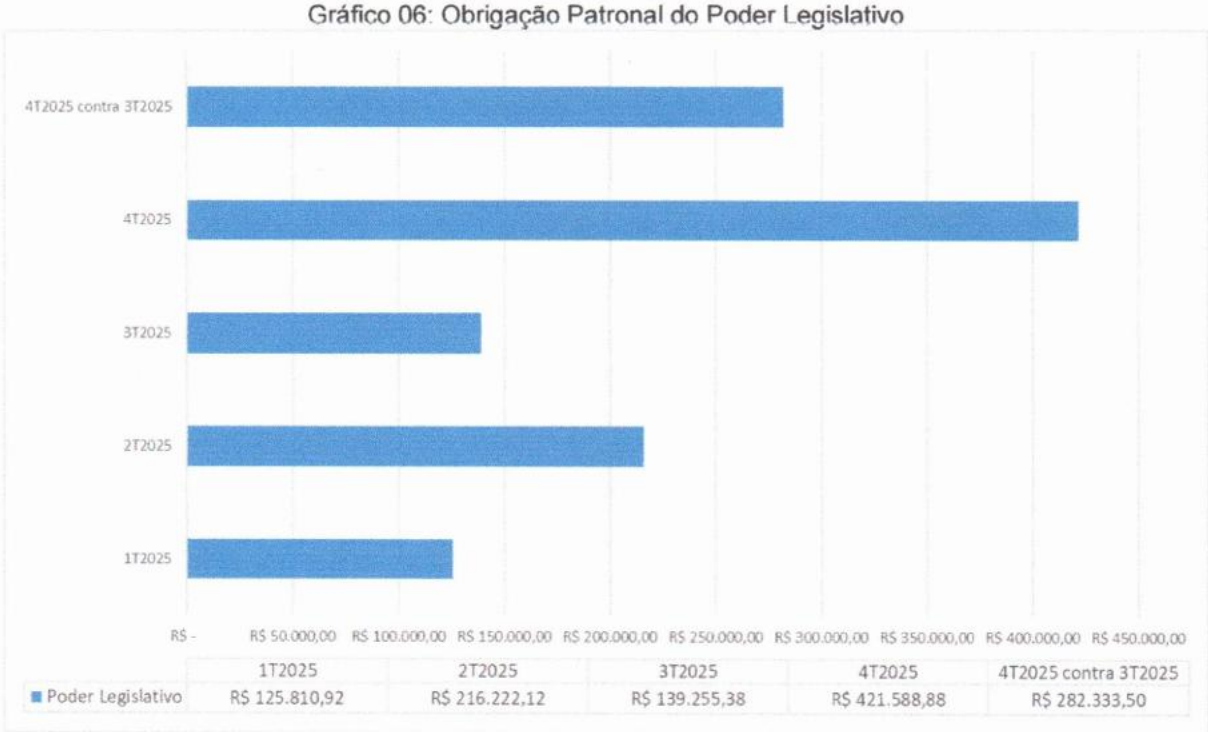
Ainda, no item 5.3.3.1 Contribuições de Aportes Financeiros do Relatório de Controle Interno (outubro a dezembro/2025), traz os débitos de aportes financeiros relativos aos exercícios de 2023 na ordem de **R$ 31.212.384,10** (trinta e um milhões, duzentos e doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dez centavos); 2024 na ordem de **R$ 47.772.246,57** (quarenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos); e 2025 na ordem de R$ **44.633.743,95** (quarenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), os referidos valores serão atualizados com base no IPCA e Juros cobrados cumulativamente, e a multa em valor fixo de 2%, conforme Lei nº 98 de 10 de julho de 2014 c/c a Portaria 1467 de 02 de junho de 2022.

2.2.5.2 Poder Legislativo

2.2.5.2.1 Obrigações Patronais

No período de **outubro a dezembro de 2025 (4T2025)**, as receitas provenientes das obrigações patronais do Poder Legislativo totalizaram o valor de **R$ 421.588,88** (quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Esse valor representa o repasse patronal, ou seja, a parte da responsabilidade do Poder Legislativo para o financiamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte.

Gráfico 06: Obrigação Patronal do Poder Legislativo



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Poder Legislativo	R$ 125.810,92	R$ 216.222,12	R$ 139.255,38	R$ 421.588,88	R$ 282.333,50

2.2.5.2.2 Aporte Financeiro

No exercício de 2025, o aporte anual parcelado em 12 parcelas, para o Poder Legislativo foi no a ordem de **R$ 366.256,05** (trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta

e seis reais e cinco centavos), conforme informação extraída da página 64 da Reavaliação Atuarial nº 2225 (Ano-Calendário 2025), homologada pela Lei n° 5794, de 30 de dezembro de 2024.

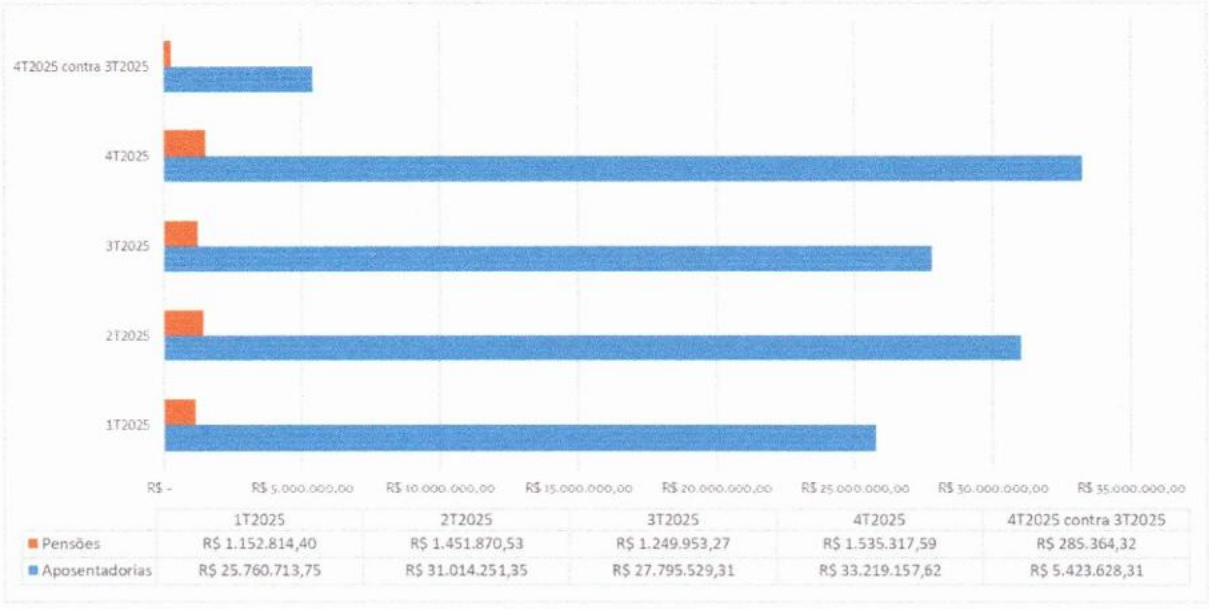
Foi constatado o pagamento do aporte financeiro em 02 (duas) parcelas sendo uma no valor de **R$ 91.564,02** (noventa e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dois centavos) e a outra parcela no valor de **R$ 274.692,04** (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois mil e quatro centavos) somados a multas, juros e correção monetária no valor de **R$ 18.880,50** (dezoito mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta centavos), totalizando o valor de **R$ 385.136,56** (trezentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), portanto o **Poder Legislativo quitou o valor do aporte financeiro referente ao exercício de 2025.**

2.3 Pagamento de Benefícios Permanentes

No período de **outubro a dezembro/2025** de 2025 (4T2025), o PREVIJUNO desembolsou um total significativo de **34.754.475,21** (trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos) em pagamentos relacionados às aposentadorias e pensões dos servidores.

Esse montante é composto por **R$ 33.219.157,62** (trinta e três milhões, duzentos e dezenove mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) destinados aos pagamentos de aposentadorias e **R$ 1.535.317,59** (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) direcionados às pensões.

Gráfico 07: Pagamentos de aposentadorias e pensões



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Pensões	R$ 1.152.814,40	R$ 1.451.870,53	R$ 1.249.953,27	R$ 1.535.317,59	R$ 285.364,32
Aposentadorias	R$ 25.760.713,75	R$ 31.014.251,35	R$ 27.795.529,31	R$ 33.219.157,62	R$ 5.423.628,31

3 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

3.1 Custo Previdenciário Total

O custo previdenciário total do PREVIJUNO é composto por diversos elementos essenciais à manutenção do equilíbrio financeiro do sistema e ao cumprimento das obrigações previdenciárias de forma sustentável. Os principais componentes desse custo incluem: contribuição do servidor, contribuição patronal, taxa de administração, aporte financeiro e compensação previdenciária. Cada um desses elementos exerce um papel fundamental na estruturação financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores municipais de Juazeiro do Norte.

Dentre esses componentes, destaca-se a contribuição previdenciária de responsabilidade do Ente Municipal, que está vinculada tanto ao custeio normal dos benefícios quanto às despesas correntes e de capital, necessárias à organização e funcionamento do PREVIJUNO. Especificamente, a contribuição patronal corresponde a 14,26%, sendo 12,12% destinados ao custeio direto e 2,14% à taxa de administração, incidente sobre toda a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Esses percentuais são definidos com base na necessidade de assegurar a solvência e o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário, permitindo seu funcionamento eficiente e seguro.

Como instrumento de planejamento e ajuste, o Relatório de Reavaliação Atuarial nº 2.112, Ano-calendário 2025, referente ao Ano-Civil de 2024 (com data focal em 31/12/2024), foi homologado pelo Poder Legislativo por meio da Lei Municipal nº 5.794, de 30 de dezembro de 2024, com vigência a partir de 31 de março de 2025. Esse relatório, elaborado pelo atuário responsável Igor França Garcia, é uma ferramenta essencial para a atualização das projeções atuariais e definição de medidas corretivas que garantam a continuidade da concessão de benefícios de forma sólida e sustentável.

Dentre as medidas previstas nesse relatório, destaca-se o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, que constitui uma das principais estratégias para equacionar o déficit do sistema previdenciário. Esse plano prevê aportes financeiros anuais a serem realizados pelo Ente Municipal.

A execução desse plano é vital para a sustentabilidade do PREVIJUNO, pois assegura o equilíbrio das contas atuariais e viabiliza o cumprimento dos compromissos previdenciários no longo prazo.

3.2 Equilíbrio Atuarial

A Portaria MTP nº 1.467/2022, alterada pela Portaria MTP nº 1.837/2022, estabelece diretrizes claras e estratégicas para a gestão dos recursos financeiros administrados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do PREVIJUNO, com o objetivo de maximizar o retorno financeiro sobre os investimentos. Essas portarias determinam que os recursos devem ser aplicados de forma prudente e estratégica, buscando garantir um retorno real de 5,21% ao ano, além da variação do índice de preços utilizado, o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que é regularmente divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esse direcionamento visa assegurar que o PREVIJUNO obtenha rentabilidade adequada para cobrir suas obrigações futuras com aposentadorias e pensões, além de garantir o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social. A estratégia de

rentabilidade descrita nas portarias reforça a necessidade de um planejamento financeiro eficaz, que busque não apenas o crescimento do patrimônio do RPPS, mas também a preservação do valor real dos recursos, considerando a inflação e outros fatores econômicos que impactam diretamente o poder de compra e os custos futuros.

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,31	0,71	0,75	1,21	1,36	1,08	1,12	1,33	1,34	1,30	1,20	1,20	14,84
IPCA + 5,21%	0,61	1,72	0,95	0,64	0,68	0,65	0,72	0,31	0,93	0,66	0,56	0,77	9,70
p.p. indexador	0,71	-1,01	-0,19	0,38	0,68	0,43	0,40	1,02	0,41	0,75	0,63	0,43	5,15
2024	0,30	0,90	0,51	-0,43	0,78	0,62	1,18	1,13	0,13	0,72	0,24	-0,04	6,19
IPCA + 5,00%	0,85	1,20	0,85	0,81	0,87	0,69	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,09
p.p. indexador	-0,55	-0,30	-0,03	-1,24	-0,09	-0,07	-0,35	0,72	-0,72	-0,29	-0,52	-0,97	-3,91

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	13	54,17
Meses abaixo - Meta Atuarial	11	45,83

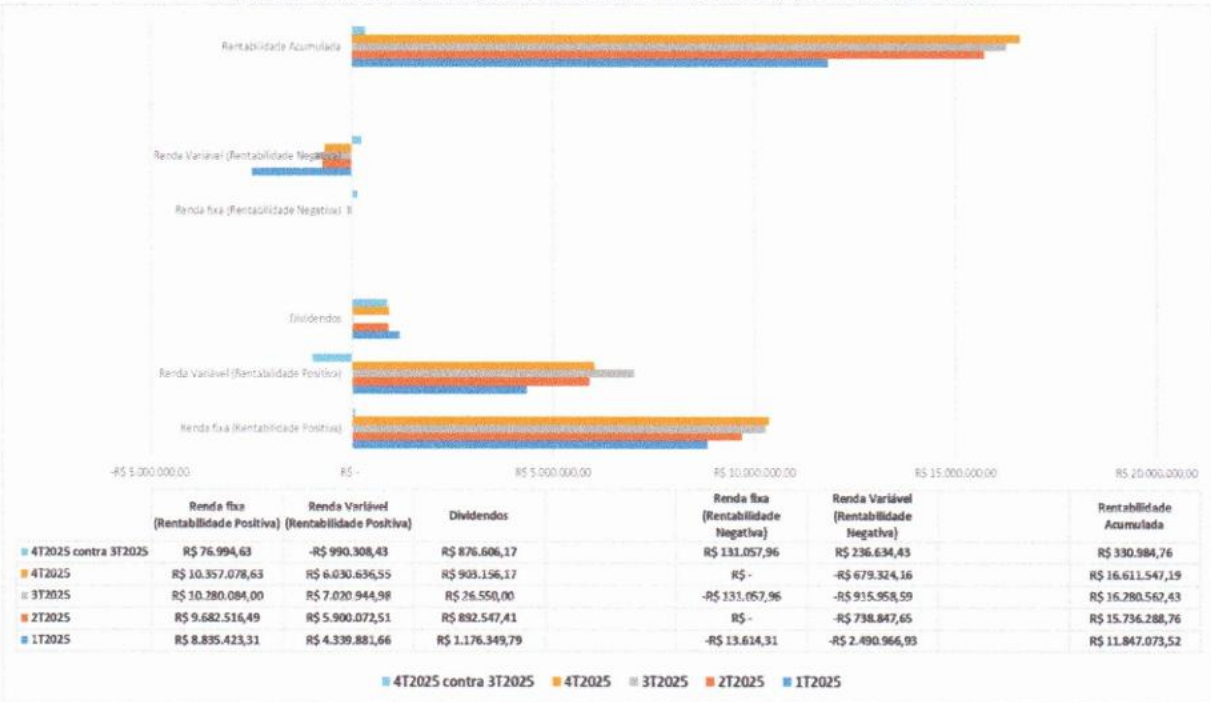
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,36	2025-05
Menor rentabilidade da Carteira	-0,43	2024-04

Relatório

Periodo	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,75	1,91	1,84	1,21
06 meses	7,73	3,92	3,81	1,04
12 meses	14,84	9,70	5,15	1,25
24 meses	21,95	20,77	1,18	1,64
Desde 29/12/2023	21,95	20,77	1,18	1,64

No período analisado, a rentabilidade acumulada[3][4] da carteira de investimentos do PREVIJUNO foi de **R$ 16.611.547,19 (**dezesseis milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos). Este resultado é um reflexo direto da gestão dos recursos financeiros e da estratégia de investimento em renda fixa, em razão da SELIC em alta, adotada pelo PREVIJUNO, que busca garantir um retorno que atenda às necessidades do fundo sem comprometer sua segurança financeira.

Gráfico 08: Rentabilidade acumulada da Carteira de Investimentos



	Renda fixa (Rentabilidade Positiva)	Renda Variável (Rentabilidade Positiva)	Dividendos	Renda fixa (Rentabilidade Negativa)	Renda Variável (Rentabilidade Negativa)	Rentabilidade Acumulada
4T2025 contra 3T2025	R$ 76.994,63	-R$ 990.308,43	R$ 876.606,17	R$ 131.057,96	R$ 236.634,43	R$ 330.984,76
4T2025	R$ 10.357.078,63	R$ 6.030.636,55	R$ 903.156,17	R$ -	-R$ 679.324,16	R$ 16.611.547,19
3T2025	R$ 10.280.084,00	R$ 7.020.944,98	R$ 26.550,00	-R$ 131.057,96	-R$ 915.958,59	R$ 16.280.562,43
2T2025	R$ 9.682.516,49	R$ 5.900.072,51	R$ 892.547,41	R$ -	-R$ 738.847,65	R$ 15.736.288,76
1T2025	R$ 8.835.423,31	R$ 4.339.881,66	R$ 1.176.349,79	-R$ 13.614,31	-R$ 2.490.966,93	R$ 11.847.073,52

4T2025 contra 3T2025 4T2025 3T2025 2T2025 1T2025

[3] Dados extraídos do Demonstrativo da receita por classificação econômica, de 01/10/2025 a 31/12/2025.

[4] Na **rentabilidade acumulada** da carteira inclui a rentabilidade de ativos de renda fixa e variável, além de recebimento de cupons semestrais de títulos públicos, assim como recebimento de dividendos menos as rentabilidades negativas dos ativos de renda fixa e renda variável.

3.3 Equilíbrio Financeiro

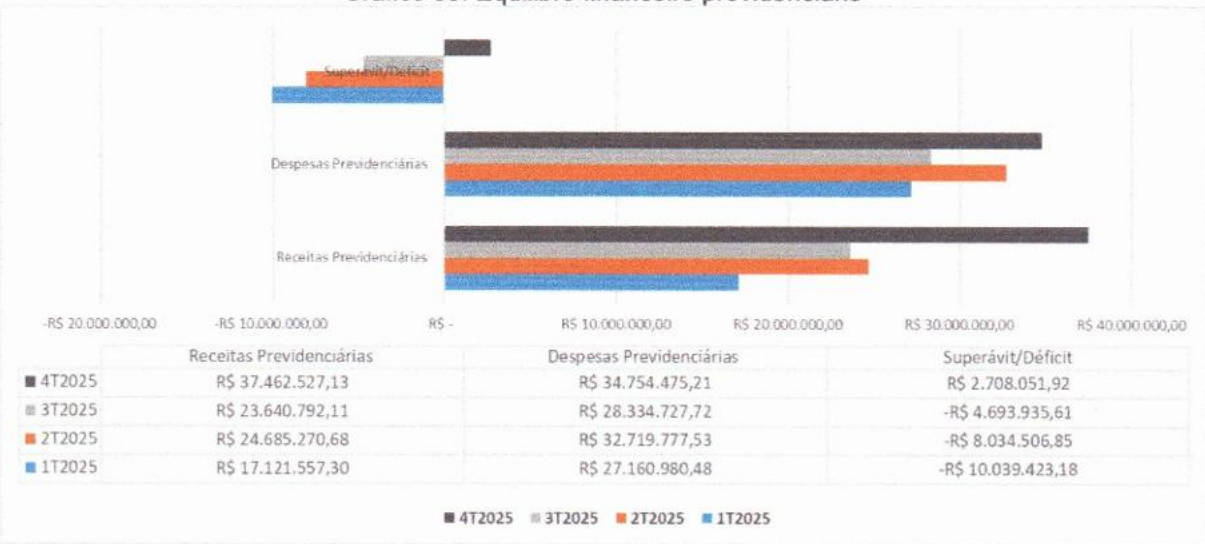
3.3.1 Equilíbrio Financeiro Previdenciário[5]

No período de **outubro a dezembro** de 2025 (4T2025), o PREVIJUNO registrou um total de **R$ 37.462.527,13** (trinta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil quinhentos e vinte e sete reais e treze centavos) em receitas previdenciárias. Este valor representa as contribuições recebidas de servidores ativos, aposentados e pensionistas, além das obrigações patronais.

No que tange às despesas previdenciárias[6], o total registrado foi de **R$ 34.754.475,21** (trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos). Este montante reflete os gastos necessários para o pagamento das aposentadorias, pensões, obrigações tributárias, bem como a compensação entre regimes.

A diferença entre as receitas e as despesas resultou em um Superávit Financeiro Previdenciário no valor de **R$ 2.708.051,92** (dois milhões, setecentos e oito mil, cinquenta e um reais e noventa e dois centavos).

Gráfico 09: Equilibro financeiro previdenciário



	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Superávit/Déficit
4T2025	R$ 37.462.527,13	R$ 34.754.475,21	R$ 2.708.051,92
3T2025	R$ 23.640.792,11	R$ 28.334.727,72	-R$ 4.693.935,61
2T2025	R$ 24.685.270,68	R$ 32.719.777,53	-R$ 8.034.506,85
1T2025	R$ 17.121.557,30	R$ 27.160.980,48	-R$ 10.039.423,18

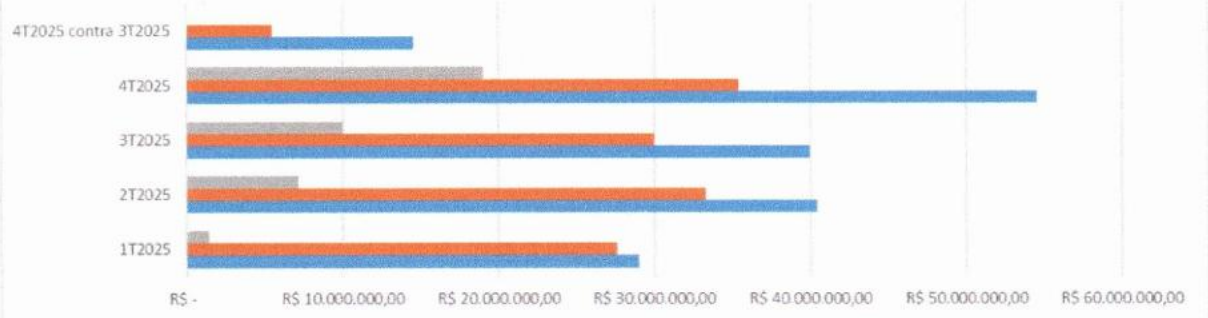
[5] No cálculo foi considerado as receitas previdenciárias do Ente, dos Segurados, dos Beneficiários, do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, da **compensação financeira entre o RGPS e o RPPS** (COMPREV), dos parcelamentos de contribuição previdenciária dos servidores ativos, do patronal, aporte financeiro e multas e juros confrontado com as **Despesas Previdenciárias**.

[6] Pagamentos de aposentadoria, pensões, compensação financeira entre outros Entes e Obrigações tributárias e contributivas.

3.3.2 Equilíbrio Financeiro Total

No período de **outubro a dezembro** de 2025 (4T2025), o PREVIJUNO registrou um superávit financeiro na ordem de **R$ 19.066.054,39** (dezenove milhões, sessenta e seis mil, cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos). As receitas totais no período alcançaram **R$ 54.507.735,58** (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), enquanto as despesas totais somaram **R$ 35.441.681,19** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).

Gráfico 10: Equilibro financeiro total



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Superávit/Déficit	R$ 1.433.441,03	R$ 7.170.759,19	R$ 9.990.222,98	R$ 19.066.054,39	
Despesas	R$ 27.564.455,30	R$ 33.290.843,94	R$ 29.976.608,48	R$ 35.441.681,19	R$ 5.465.072,71
Receitas	R$ 28.997.896,33	R$ 40.461.603,13	R$ 39.966.831,46	R$ 54.507.735,58	R$ 14.540.904,12

4 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

4.1 Descrição detalhada dos ativos[7]

A **Carteira de Investimentos do PREVIJUNO** é estrategicamente estruturada e diversificada de forma a assegurar a rentabilidade sustentada e a proteção contra riscos financeiros. Essa diversificação abrange diferentes classes de ativos, com o objetivo de otimizar os retornos e mitigar possíveis impactos negativos de volatilidades de mercado. Os investimentos estão distribuídos de maneira equilibrada nas seguintes categorias:

Renda Fixa: Investimentos em títulos públicos e privados, com o propósito de garantir segurança e liquidez. A alocação em renda fixa assegura que o PREVIJUNO tenha uma base sólida e estável, protegida contra oscilações excessivas do mercado e com um retorno previsível.

Renda Variável: A presença de ações e outros ativos de mercado variável visa a potencialização dos ganhos do PREVIJUNO a médio e longo prazo, aproveitando o crescimento do mercado de ações e a valorização de empresas, sempre de forma controlada e alinhada às diretrizes de segurança do RPPS.

[7] Detalhamento dos fundos de investimentos acompanhado pelos respectivos índices de referência no período analisado, dados extraídos do **Relatório de Investimentos de 31/12/2025**, elaborado da LDB Consultoria.

Fundos Estruturados: A inclusão de fundos estruturados permite que o PREVIJUNO invista em estratégias diferenciadas, combinando ativos de diferentes naturezas (como dívida e patrimônio) para gerar um retorno mais robusto, com potencial de diversificação adicional e controle de risco.

Fundos Imobiliários: O investimento em fundos imobiliários proporciona ao PREVIJUNO uma fonte de receita passiva, proveniente de aluguéis e valorização de ativos imobiliários. Esse tipo de alocação também oferece maior proteção contra a inflação e uma boa possibilidade de rendimento constante.

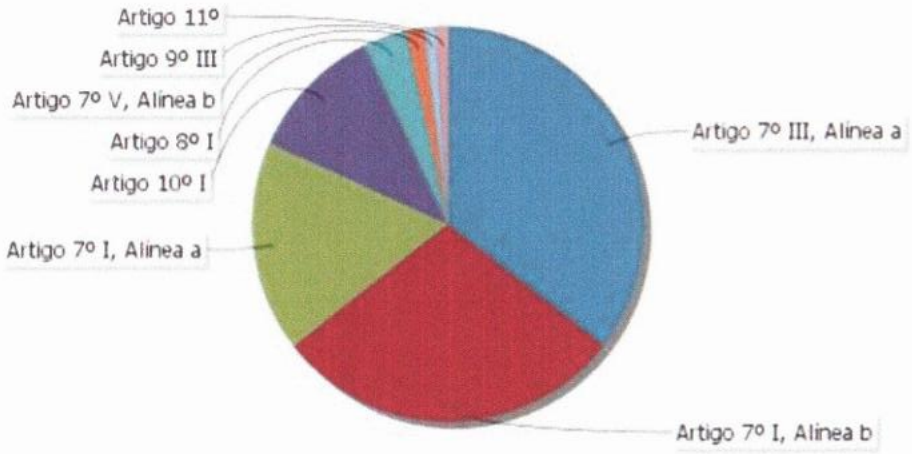
Investimentos no Exterior: Para aumentar a exposição global e proteger a carteira contra riscos domésticos, o PREVIJUNO realiza investimentos no exterior, diversificando ainda mais sua carteira. Isso não só proporciona a possibilidade de acessar mercados com alto potencial de crescimento, mas também serve como uma proteção adicional contra as oscilações da economia local.

Essa estratégia de diversificação visa a maximização da rentabilidade da carteira, ao mesmo tempo que garante uma gestão prudente e em conformidade com os princípios de segurança e liquidez exigidos para um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Cada uma dessas categorias de ativos desempenha um papel fundamental na construção de uma carteira equilibrada e resiliente, apta a enfrentar os desafios do mercado financeiro e a garantir os recursos necessários para o pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores de Juazeiro do Norte.

4.1.1 Alocação de ativos por estratégia

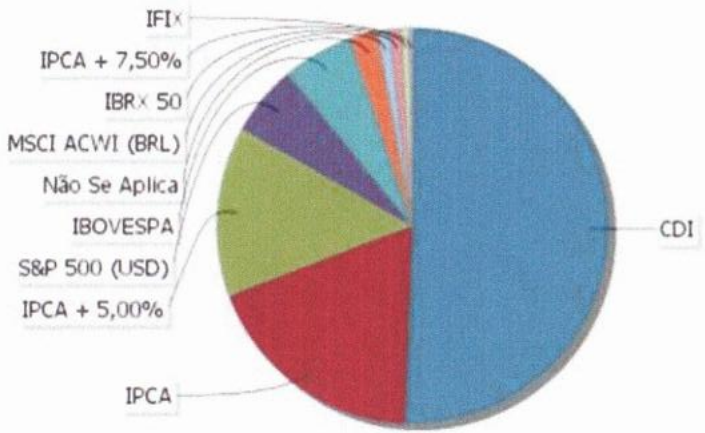
O PREVIJUNO, por meio da diversificação, no período de **outubro a dezembro/2025**, está garantindo não apenas a sustentabilidade de suas finanças, mas também fortalecendo a confiança dos seus segurados, com um fundo bem estruturado e preparado para o futuro.

Alocação por Artigo



- Artigo 7º III, Alínea a: 35.52%
- Artigo 7º I, Alínea b: 28.93%
- Artigo 7º I, Alínea a: 17.30%
- Artigo 10º I: 11.25%
- Artigo 8º I: 3.56%
- Artigo 7º V, Alínea b: 1.43%
- Artigo 9º III: 1.05%
- Artigo 11º: 0.96%

Alocação Por Estratégia



- CDI: 50.58%
- IPCA: 18.65%
- IPCA + 5,00%: 13.95%
- S&P 500 (USD): 5.81%
- IBOVESPA: 5.81%
- Não Se Aplica: 2.23%
- MSCI ACWI (BRL): 1.05%
- IBRX 50: 0.96%
- IPCA + 7,50%: 0.68%
- IFIX: 0.28%

4.1.2 Ativos que compõem a Carteira de Investimentos, na posição 31/12/2025

CNPJ	Ativo	Segmento	Estratégia	Gestor	Administrador	Indexador
	NTN-B 150826 (7,000000%)	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea a	TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	IPCA
	NTN-B 150830 (6,881500%)	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea a	TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	IPCA
	NTN-B 150535 (6,722000%)	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea a	TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	IPCA
46.134.096/0001-81	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	BB	BB	IPCA + 5,00%
46.134.117/0001-69	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	BB	BB	IPCA + 5,00%
30.568.193/0001-42	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	CDI
03.256.793/0001-00	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	BRAM	BRADESCO	CDI
20.139.534/0001-00	CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	CAIXA DTVM	CEF	IMA-B TOTAL
56.134.800/0001-50	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	CAIXA DTVM	CEF	IPCA + 5,00%
23.215.097/0001-55	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	CAIXA DTVM	CEF	IPCA
10.347.195/0001-02	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	SAFRA	SAFRA	CDI
26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º I, Alínea b	XP	XP SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM	CDI
13.077.418/0001-49	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	BB	BB	CDI
03.399.411/0001-90	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	BRADESCO	BRADESCO	CDI
14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	CAIXA DTVM	CEF	CDI
03.737.206/0001-97	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	CAIXA DTVM	CEF	CDI
23.215.008/0001-70	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	CAIXA DTVM	CEF	CDI
02.224.354/0001-45	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	Renda Fixa	Artigo 7º III, Alínea a	SANTANDER	SANTANDER	CDI
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	Renda Fixa	Artigo 7º V, Alínea b	SAFRA	SAFRA	CDI
36.178.569/0001-99	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	Renda Variável	Artigo 8º I	BB	BB	S&P 500 (USD)
45.443.475/0001-90	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	Renda Variável	Artigo 8º I	CAIXA DTVM	CEF	IBOVESPA
10.551.375/0001-01	FIA CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL	Renda Variável	Artigo 8º I	CAIXA DTVM	CEF	IBOVESPA
27.749.572/0001-24	KÍNITRO FIF AÇÕES	Renda Variável	Artigo 8º I	KÍNITRO	BTG PACTUAL	IBRX 50
28.578.897/0001-54	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	Investimentos no Exterior	Artigo 9º III	BB	BB	MSCI ACWI (BRL)
39.272.855/0001-42	BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	Investimentos no Exterior	Artigo 9º III	BB	BB	MSCI ACWI (BRL)
39.247.602/0001-83	BB AÇÕES BOLSAS EMERGENTES FIC FIA - BDR ETF NÍVEL I	Investimentos no Exterior	Artigo 9º III	BB	BB	MSCI ACWI (BRL)
18.959.094/0001-96	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	Investimentos Estruturados	Artigo 10º I	BRADESCO	BRADESCO	S&P 500 (USD)
42.229.068/0001-97	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	Investimentos Estruturados	Artigo 10º I	CAIXA DTVM	CEF	Não Se Aplica
45.443.651/0001-94	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	Investimentos Estruturados	Artigo 10º I	CAIXA DTVM	CEF	IBOVESPA
30.036.295/0001-02	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	Investimentos Estruturados	Artigo 10º I	CAIXA DTVM	CEF	S&P 500 (USD)
44.683.343/0001-73	FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	Investimentos Estruturados	Artigo 10º I	CAIXA DTVM	CEF	IBOVESPA
17.098.794/0001-70	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	Fundos Imobiliários	Artigo 11º	CAIXA DTVM	CEF	IFIX
23.876.085/0001-16	IT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ITPR11	Fundos Imobiliários	Artigo 11º	PLANNER	PLANNER	IPCA + 7,50%

A descrição detalhada dos ativos presentes na Carteira de Investimentos do PREVIJUNO, acompanhadas de informações relacionadas a sua gestão, administração, estratégia e indexador.

4.2 Investimentos

Os investimentos realizados obedecem às orientações previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963, datada de 25 de novembro de 2021, juntamente com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Política Anual de Investimentos 2025 do PREVIJUNO, aprovada pela Resolução nº 46/2024 do Conselho Deliberativo, estabelece diretrizes essenciais para a gestão e aplicação dos recursos previdenciários. Tais regulamentações e políticas têm como objetivo garantir a segurança e a eficiência das operações financeiras do PREVIJUNO, promovendo uma gestão responsável e transparente dos ativos previdenciários.

As diretrizes que orientam as aplicações financeiras do PREVIJUNO consideram criteriosamente os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Carteira de Investimentos do PREVIJUNO, em sua **posição de 31 de dezembro de 2025**[8], totaliza **R$ 461.922.716,42** (quatrocentos e sessenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), refletindo o montante administrado dos ativos previdenciários.

4.2.1 Análise de Liquidez

[8] Informações extraídas do Relatório de Investimentos emitido pela LDB Consultoria Financeira, competência de dezembro de 2025.

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínino Acum.
de 0 a 30 dias	300.464.969,89	65,09	300.464.969,89	65,09	
de 31 dias a 365 dias	63.099.815,19	13,67	363.564.785,08	78,76	
acima de 365 dias	98.039.883,35	21,24	461.604.668,43	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		68.229.259,35
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	D+0		50.641.904,12
BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	D+0		20.470.017,76
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES - RESP LIMITADA	D+0		0,16
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	D+0		45.014.821,55
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		6.265.442,29
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	D+0		10.544.865,57
CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11			1.302.595,46
JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11			3.139.478,74
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	D+0		12.246.189,97
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	D+0		19.705.285,48
BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	D+1 du		4.955.290,68
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+1		12.428.043,33
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	D+2		5.947.739,80
FIC FI CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	D+2		18.278.078,45
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	D+2		9.440.679,85
FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	D+3		2.580.606,20
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3 du		4.413.874,41
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	D+6 du		4.860.796,72

DE 31 DIAS A 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	D+0 ou D+31 (isento de taxa de resgate)		6.622.645,33
NTN-B 150826 (7,000000%)		15/08/2026	14.391.395,30
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA		17/08/2026	31.782.194,74
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	D+2	01/10/2026	10.303.579,82

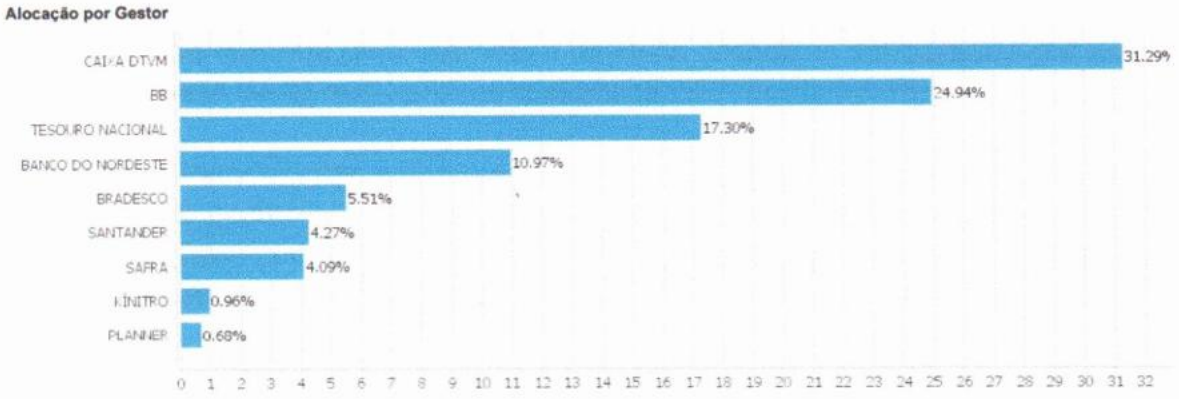
ACIMA DE 365 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	D+0	15/05/2027	17.986.654,88
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI	D+0	15/08/2030	14.607.050,98
NTN-B 150830 (6,881500%)		15/08/2030	26.039.414,62
NTN-B 150830 (7,950000%)		15/08/2030	10.761.890,61
NTN-B 150535 (6,722000%)		15/05/2035	28.644.872,26

4.2.2 Posições por classe de ativo e disponibilidades financeiras

Gestor	Administrador	Ativo	CNPJ	Valor (R$)
TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (7,000000%)		14.391.395,30
TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (6,881500%)		26.039.414,62
TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (7,950000%)		10.761.890,61
TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (6,722000%)		28.644.872,26
BB	BB	BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI	46.134.096/0001-81	17.986.654,88
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FIF RESP LIMITADA	46.134.117/0001-69	14.607.050,98
BANCO DO NORDESTE	S3 CACEIS BRASIL DTVM	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	30.568.193/0001-42	50.641.904,12
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	56.134.800/0001-50	31.782.194,74
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC CLASSE FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	28.215.097/0001-55	6.265.442,29
SAFRA	SAFRA	SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIF	10.347.195/0001-02	12.246.189,97
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	13.077.418/0001-49	68.229.259,35
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	03.399.411/0001-90	20.470.017,76
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	14.508.643/0001-55	0,16
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	03.737.206/0001-97	45.014.821,55
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	28.215.008/0001-70	10.544.865,57
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	02.224.354/0001-45	19.705.285,48
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FI RF CREDITO PRIVADO	20.441.483/0001-77	6.622.645,33
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	36.178.569/0001-99	9.440.679,85
CAIXA DTVM	CEF	FI EM AÇÕES CAIXA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	2.580.606,20
KÍNITRO	BTG PACTUAL	KÍNITRO FIF AÇÕES	27.749.572/0001-24	4.413.874,41
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIA	28.578.897/0001-54	4.860.796,72
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIC FIM BOLSA AMERICANA	18.959.094/0001-96	4.955.290,68
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC CLASSE DE FIF MULTIMERCADO RESP LIMITADA	44.683.343/0001-73	18.278.078,45
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CESTA AGRO FIC CLASSE FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	42.229.068/0001-97	10.303.579,82
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CÍCLICO II FIC FIF MULTIMERCADO LP - RESP LIMIT	45.443.651/0001-94	5.947.739,80
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	30.086.235/0001-02	12.428.043,33
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA RIO BRAVO FI DE FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	1.302.595,46
PLANNER	PLANNER	JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11	28.876.086/0001-16	3.139.478,74
Sub-Total Aplicações Financeiras				**461.604.668,43**
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS				
ATIVO				**VALOR (R$)**
Banco do Brasil S.A. - 433 / 034700-0				0,00
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218879-9				150,18
Caixa Econômica Federal - 3703 / 000575218882-9				0,00
Caixa Econômica Fede				317.897,81
Sub-total Disponibillidades Financeiras				**318.047,99**
TOTAL				461.922.716,42

A gestão da Carteira de Investimentos do PREVIJUNO é gerida em parceria com instituições financeiras e corretoras de renome, que possuem credenciamento vigente e são selecionadas com base em sua competência e conformidade regulatória. As principais instituições que colaboram com o PREVIJUNO na gestão de seus recursos são as constantes na tabela a seguir:



Essas instituições são selecionadas de acordo com sua solidez financeira, capacidade técnica e experiência comprovada, oferecendo a confiança necessária para a administração dos recursos previdenciários de forma eficaz, segura e rentável.

4.2.3 Fundos de Investimentos que compõem a carteira do RPPS

Conforme estabelecido pelo Art. 19 da Resolução CMN nº 4.963, datada de 25 de novembro de 2021, as aplicações financeiras realizadas pelos fundos de investimento devem ser limitadas a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo de Investimento – FI. Esta diretriz visa garantir uma gestão prudente e equilibrada dos recursos, assegurando que as decisões de investimento estejam dentro de limites que preservem a solvência e a liquidez do fundo, ao mesmo tempo em que possibilitam uma adequada rentabilidade.

A limitação de 15% do Patrimônio Líquido é uma medida estratégica que busca evitar a concentração excessiva de riscos em determinados ativos ou setores, promovendo uma diversificação segura e eficaz da carteira de investimentos.

Essa norma contribui significativamente para que a gestão da carteira do PREVIJUNO se mantenha alinhada com as melhores práticas do mercado e com as exigências legais, proporcionando estabilidade e previsibilidade no desempenho dos investimentos e, consequentemente, na segurança previdenciária dos servidores.

4.2.3.1 Enquadramento sobre o Patrimônio Líquido Dos Fundos

O PREVIJUNO ficou desenquadrado[9] no Fundo Imobiliário (FII), especificamente o JT PREV DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL FII - JTPR11, devido ao fato de os recursos aplicados no fundo terem ultrapassado o limite de 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do fundo, conforme estipulado pelo Art. 19 da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

O fundo imobiliário JT PREV Desenvolvimento Habitacional FII – JTPR11, estruturado sob a forma de condomínio fechado, teve sua previsão de encerramento alterada para dezembro de 2025, conforme deliberação dos cotistas em Assembleia Geral que aprovou a alteração do regulamento.

O desenquadramento não comprometeu a sustentabilidade ou a segurança financeira do RPPS, e a gestão continua a monitorar rigorosamente a carteira de investimentos, tomando medidas corretivas e preventivas para garantir o cumprimento das normas e o equilíbrio financeiro do PREVIJUNO.

5 PUBLICAÇÕES DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

As reuniões e as principais decisões tomadas pelos Órgãos Colegiados do PREVIJUNO são devidamente registradas em Atas formais, que asseguram a transparência e a rastreabilidade das ações e deliberações realizadas. Esses registros são um importante instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento claro e acessível das decisões que impactam a administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Com o compromisso de garantir a transparência e a acessibilidade da informação, as Atas de todas as reuniões estão disponíveis para consulta pública por meio do site institucional do PREVIJUNO. A consulta às Atas pode ser feita de forma prática e rápida, acessando o link específico: <https://previjuno.com.br/ata-dos-orgaos-colegiados/>.

6 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é uma responsabilidade atribuída à Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios, conforme estabelecido na alínea "a" do inciso I do Art. 10 do Regimento Interno do PREVIJUNO,

---

[9] Referente ao mês de dezembro de 2025, *de acordo com o Relatório de Investimentos – competência de DEZ/2025- elaborado pela LDB Consultoria Financeira*, vale observar que:

O Instituto está com 22,60% do patrimônio líquido do fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11, percentual este superior ao permitido no Artigo 19 da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021;

O fundo JT PREV FI IMOBILIÁRIO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - JTPR11 não está aderente à Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

aprovado pelo Decreto nº 821/2023. A Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios desempenha um papel fundamental na coordenação e execução das estratégias relacionadas à gestão de recursos humanos, visando garantir que o PREVIJUNO tenha uma equipe qualificada, comprometida e alinhada aos objetivos institucionais.

A estrutura funcional do PREVIJUNO é composta por diferentes categorias de profissionais, essenciais para o bom funcionamento da instituição. Ela abrange agentes políticos, servidores públicos e agentes públicos, que desempenham papéis complementares, mas interdependentes, assegurando que todas as funções administrativas e operacionais sejam executadas de forma eficaz.

Agentes políticos: São os responsáveis pela condução estratégica da instituição, sendo fundamentais na definição das diretrizes e decisões institucionais, sempre com foco na governança e no cumprimento das obrigações do RPPS.

Servidores públicos: Com base em seus conhecimentos e competências técnicas, os servidores são os principais executores das atividades operacionais e administrativas do PREVIJUNO, garantindo a implementação eficaz das políticas públicas e a operação contínua do sistema previdenciário.

Agentes públicos: Incluem todas as outras figuras que atuam dentro da organização, realizando funções de apoio e execução, que são igualmente importantes para o funcionamento e sucesso das operações do PREVIJUNO.

Essa composição diversificada assegura uma gestão equilibrada e eficiente, em que cada categoria de colaborador contribui de maneira decisiva para o cumprimento das responsabilidades do PREVIJUNO. A clara definição das funções e responsabilidades de cada membro da equipe é essencial para o desenvolvimento de uma administração pública eficiente, que prioriza o bom atendimento aos segurados, a segurança da informação e a transparência nas decisões e processos, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

6.1.1 Servidores Comissionados e Agentes Públicos Contratados

O Art. 2º da Lei Complementar nº 12/2006 estabelece de forma clara e precisa o conceito de servidores públicos no contexto do Município de Juazeiro do Norte, definindo-os como aqueles que são legalmente investidos em cargos públicos no Poder Executivo, tanto de provimento efetivo quanto em comissão. Esses servidores são aqueles que recebem seus vencimentos provenientes dos cofres públicos municipais, desempenhando funções essenciais para a administração pública local.

A lei reforça que as atribuições típicas desses servidores estão diretamente relacionadas às atividades características da Administração Pública, o que implica que suas responsabilidades e funções são imprescindíveis para o funcionamento da máquina pública e para a execução de políticas e serviços destinados à população.

Essa definição é crucial para garantir que os servidores públicos atuem dentro dos parâmetros legais, assegurando que suas atividades estejam em consonância com os interesses públicos, promovendo a eficiência, a transparência e a responsabilidade fiscal. A Lei Complementar nº 12/2006 estabelece, portanto, um marco normativo importante para o reconhecimento e regulação do trabalho dos servidores municipais, fundamentando sua legitimidade e garantindo que sua atuação seja sempre voltada para o cumprimento dos objetivos e das necessidades da Administração Pública de Juazeiro do Norte.

A compreensão e aplicação correta dessa definição é essencial não apenas para o adequado funcionamento dos serviços públicos municipais, mas também para o controle e fiscalização das obrigações legais e financeiras que envolvem os recursos públicos. Assim, assegura-se que os servidores públicos estejam legalmente habilitados e capacitados para atuar nas diversas áreas da administração municipal, em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

6.1.1.1 Agente Político

Jesus Rogério de Holanda, Presidente.

6.1.1.2 Servidores efetivos com cargo em comissão

a) Clênia Beane Brito de Oliveira, Coordenadora de Controle Interno;
b) Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Diretor Prev. de Adm. e Finanças;
c) Rosália Pereira Maia de Jesus, Assessora I;
d) Tiago César da Silva Viana, Vice-Presidente

6.1.1.3 Servidores comissionados

a) Antônio de Pádua, Coordenador de Tecnologia da Informação;
b) Camila de Sousa Nogueira, Assessora Jurídica;
c) Clarissa de Oliveira Araújo, Coordenadora de Benefícios;
d) Cícera Ribeiro Rodrigues, Gerente de Atendimento e Edu. Previdenciária;
e) Cícera Rochelle Boaventura de Melo, Assessora II;
f) Carlos Alberto Cassimiro Pereira, Assessor I;
g) Evaniê Correa de Caldas, Coordenadora de Investimentos;
h) Flávia Nadyne Mendes Pereira, Coordenadora de Equilíbrio Fin. e Atuarial;
i) Francisco Felipe Santos Ribeiro, Gerente de Arquivo e Digitalização;
j) Geogeane da Silva Soares, Assessora Especial II;
k) Géssica Nayara Pinheiro de Souza, Assessora Técnica de Perícia;
l) Ícaro Coelho Tavares Alves, Gerente de Manutenção e Tec. da Informação;
m) Isadora Vitoriano Maia de Freitas, Coordenadora de Recursos Humanos;
n) José Ivan Silva Alves, Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios;
o) Marineide Pinheiro de Souza, Assessora I;
p) Miguel Ângelo Pereira dos Santos, Gerente Financeiro e Contábil.
q) Maria Josefa da Silva, Assessora III;

pessoal esteja em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, além de assegurar um controle rigoroso dos dados.

Em caso de ausências ou faltas justificadas, o processo é acompanhado pela Coordenadora de Atendimento e Perícia, juntamente com o Diretor Previdenciário de Gestão e Benefícios, que têm a responsabilidade de analisar e validar as justificativas apresentadas, como atestados médicos ou outros documentos pertinentes. Ao final de cada mês, uma avaliação detalhada é realizada, e um Boletim Mensal é emitido, contendo a lista dos servidores que apresentaram atestados médicos ou outras justificativas válidas para suas ausências.

Esse boletim é utilizado para que as devidas correções sejam realizadas no Ponto Eletrônico, garantindo que os registros de frequência sejam ajustados de acordo com as justificativas fornecidas, evitando que os servidores sejam penalizados indevidamente por ausências justificadas. Essa prática reflete o compromisso da gestão com a justiça e o equilíbrio nas relações de trabalho, além de assegurar que todas as ocorrências de ausência sejam tratadas de maneira transparente e adequada, sem prejudicar os direitos dos servidores.

6.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.2.1 Receitas

As receitas do PREVIJUNO estão claramente estabelecidas na Lei Complementar nº 23/2007, que define as fontes e os processos para a execução orçamentária. Conforme o disposto no Art. 68, a execução das receitas será realizada por meio da obtenção dos recursos provenientes das fontes especificadas nesta legislação, garantindo que todo o processo seja conduzido de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes, com total transparência e eficiência. A legislação assegura a base jurídica para a arrecadação e aplicação dos recursos, visando sempre a boa governança e o cumprimento das obrigações fiscais.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), o PREVIJUNO obteve uma arrecadação de **R$ 54.507.735,58** (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos).

r) Renata de Alencar Braga Borges, Assessora Jurídica.

6.1.1.4 Servidores contratados

José Joaby da Silva Andrade, Assistente em Serviços Previdenciários.

6.1.2 Planejamento de Férias

Durante o período mencionado, houve uma concessão de férias para a servidora **Géssica Nayara Pinheiro Souza**, conforme previsto no Planejamento de Férias 2025, com fundamento no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, bem como nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar nº 12/2006.

Ressalta-se que o Plano de Férias poderá sofrer ajustes, de acordo com as conveniências e necessidades da gestão do RPPS, sempre com o objetivo de garantir a continuidade das atividades essenciais e o regular funcionamento do sistema previdenciário.

A flexibilidade do Planejamento de Férias reflete a adaptabilidade e a capacidade de resposta da administração do PREVIJUNO frente às dinâmicas e demandas do serviço público, sem comprometer a eficiência operacional. Ajustes no planejamento podem ser realizados em função de fatores como demanda de trabalho, necessidade de substituições ou outras questões administrativas, sempre visando manter o serviço público em pleno funcionamento e atender às necessidades dos segurados e da sociedade.

6.1.3 Plano de Capacitação

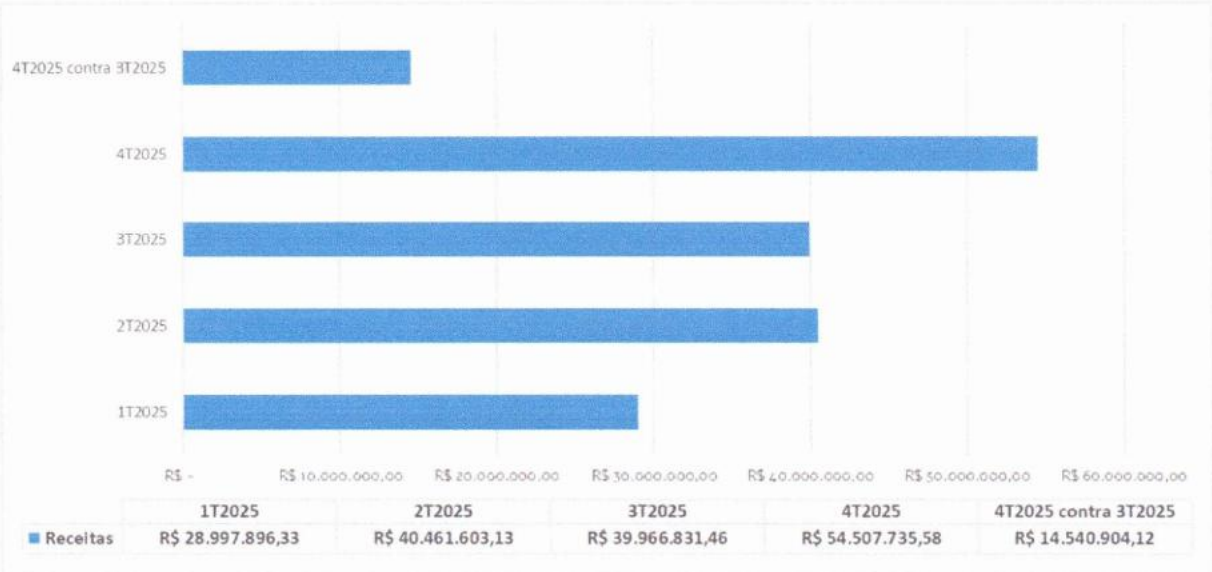
O Plano de Capacitação Anual do PREVIJUNO tem como objetivo promover a qualificação contínua e o desenvolvimento profissional dos servidores e contratados, aprimorando suas competências e habilidades para atender às demandas cada vez mais complexas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse plano é estruturado com a flexibilidade necessária para ser revisto e adaptado de acordo com as necessidades da gestão, a evolução dos interesses institucionais e o valor agregado às atividades desempenhadas pelos servidores.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4º trimestre de 2025), servidores e conselheiros do PREVIJUNO participaram de eventos de capacitação, congressos e seminários, conforme detalhado a seguir: 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS (ABIPEM), 10 a 12 de dezembro de 2025 em Recife / Pernambuco.

6.1.4 Controle de Frequência

O controle de frequência dos servidores do PREVIJUNO é feito através de sistema de ponto biométrico, uma ferramenta que assegura a contabilização das horas trabalhadas, além de garantir a gestão dos registros de frequência. Esse sistema é uma importante ferramenta no processo de monitoramento da assiduidade, garantindo que a gestão de

Gráfico 11: Receitas (outubro a dezembro)



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Receitas	R$ 28.997.896,33	R$ 40.461.603,13	R$ 39.966.831,46	R$ 54.507.735,58	R$ 14.540.904,12

6.2.2 Despesas

As despesas do PREVIJUNO são regidas pelos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 23/2007, bem como pela Lei nº 4.320/64 e demais normas pertinentes que visam assegurar a transparência, legalidade e eficiência na gestão dos recursos públicos. Esses dispositivos normativos têm o propósito de garantir que todas as despesas sejam realizadas de acordo com as diretrizes orçamentárias e respeitem os limites estabelecidos para o controle fiscal do sistema previdenciário.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), o total de despesas registradas pelo PREVIJUNO foi de **R$ 35.441.681,19** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e dezenove centavos). Esse montante abrange uma série de gastos essenciais para o bom funcionamento do órgão, incluindo:

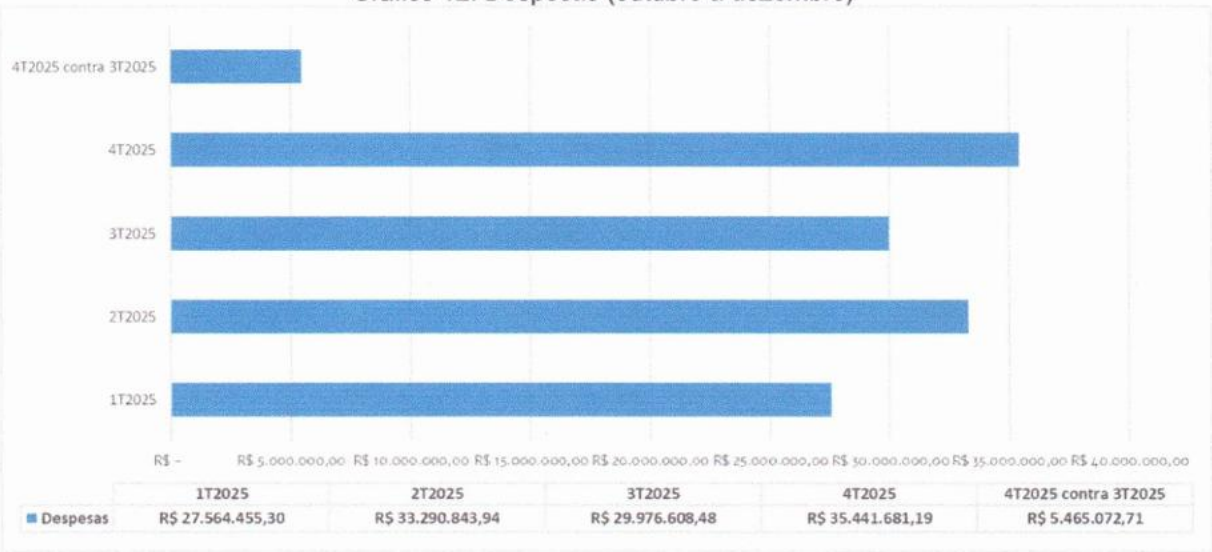
1. **Gerenciamento e manutenção** do Órgão Previdenciário, com investimentos em infraestrutura, recursos humanos e tecnologias que garantem a eficiência da administração pública.

2. **Manutenção dos benefícios previdenciários**, que envolve o cumprimento das obrigações com aposentados e pensionistas, assegurando o pagamento pontual e integral das suas aposentadorias e pensões.

3. **Despesas tributárias e compensação financeira** ao Regime Geral de Previdência Social, com vistas ao cumprimento das normativas federais e a manutenção da saúde financeira do sistema previdenciário.

Essas despesas são imprescindíveis para que o PREVIJUNO possa operar de forma eficaz, assegurando a sustentabilidade do regime, a eficiência na gestão dos recursos e a continuidade dos benefícios oferecidos aos servidores.

Gráfico 12: Despesas (outubro a dezembro)



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Despesas	R$ 27.564.455,30	R$ 33.290.843,94	R$ 29.976.608,48	R$ 35.441.681,19	R$ 5.465.072,71

6.2.3 Contribuições dos Servidores

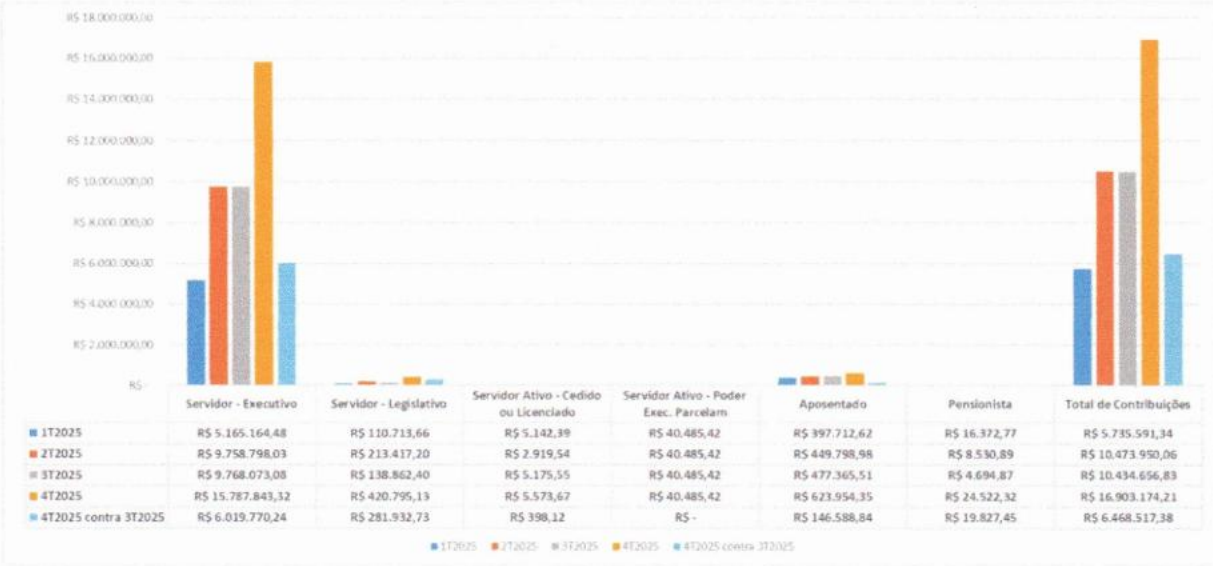
As receitas provenientes das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas estão claramente delineadas nos incisos I a III do Art. 48 da Lei Complementar nº 23/2007, cuja íntegra estabelece de forma robusta e transparente as fontes de arrecadação essenciais para a manutenção financeira do PREVIJUNO. O artigo descreve com precisão as contribuições devidas, com vistas a garantir a equilibrada saúde financeira e atuarial do regime previdenciário, conforme segue:

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), as contribuições[10] totais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas somaram **R$ 16.903.174,21** (dezesseis milhões, novecentos e três mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), conforme demonstrado pelos dados financeiros do período.

A arrecadação das contribuições é um instrumento vital para o equilíbrio atuarial e a solvência do sistema, permitindo o cumprimento das obrigações com aposentados, pensionistas e segurados ativos de forma eficiente e segura.

[10] No cálculo inclui as contribuições dos ativos, inativos, pensionistas e ativos cedidos ou licenciados.

Gráfico 13: Contribuição totais



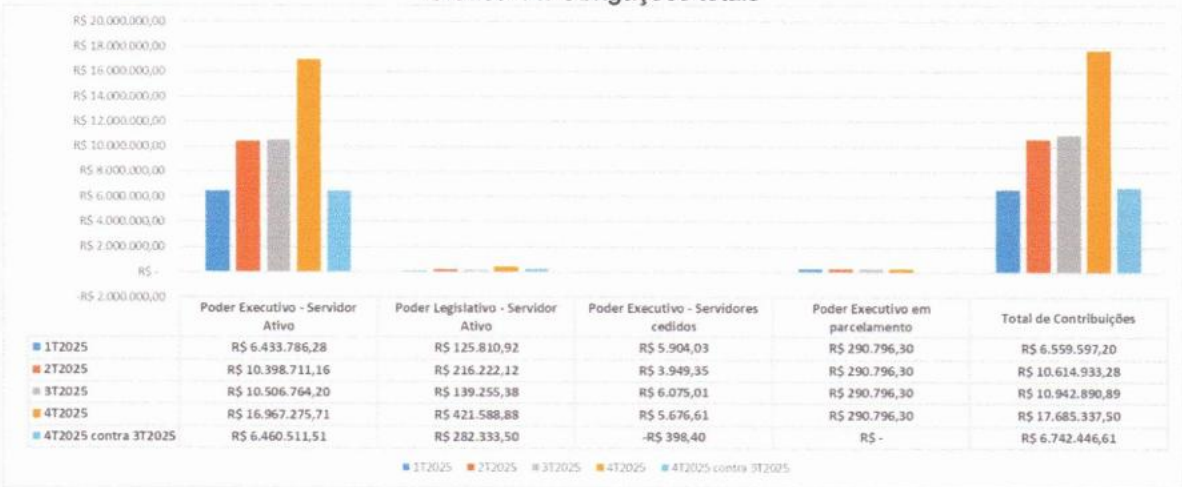
	Servidor - Executivo	Servidor - Legislativo	Servidor Ativo - Cedido ou Licenciado	Servidor Ativo - Poder Exec. Parcelam	Aposentado	Pensionista	Total de Contribuições
1T2025	R$ 5.165.164,48	R$ 110.713,66	R$ 5.142,39	R$ 40.485,42	R$ 397.712,62	R$ 16.372,77	R$ 5.735.591,34
2T2025	R$ 9.758.798,03	R$ 213.417,20	R$ 2.919,54	R$ 40.485,42	R$ 449.798,98	R$ 8.530,89	R$ 10.473.950,06
3T2025	R$ 9.768.073,08	R$ 138.862,40	R$ 5.175,55	R$ 40.485,42	R$ 477.365,51	R$ 4.694,87	R$ 10.434.656,83
4T2025	R$ 15.787.843,32	R$ 420.795,13	R$ 5.573,67	R$ 40.485,42	R$ 623.954,35	R$ 24.522,32	R$ 16.903.174,21
4T2025 contra 3T2025	R$ 6.019.770,24	R$ 281.932,73	R$ 398,12	R$ -	R$ 146.588,84	R$ 19.827,45	R$ 6.468.517,38

6.2.4 Obrigações Patronais

As receitas originárias das contribuições patronais[11] estão expressamente previstas nos incisos IV e V do Art. 48 da Lei Complementar nº 23/2007, que estabelece a obrigatoriedade de contribuições do Ente Público com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), o PREVIJUNO arrecadou um total de **R$ 17.685.337,50** (dezessete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) proveniente das contribuições patronais, conforme Demonstrativo da receita por classificação econômica do período.

Gráfico 14: Obrigações totais



	Poder Executivo - Servidor Ativo	Poder Legislativo - Servidor Ativo	Poder Executivo - Servidores cedidos	Poder Executivo em parcelamento	Total de Contribuições
1T2025	R$ 6.433.786,28	R$ 125.810,92	R$ 5.904,03	R$ 290.796,30	R$ 6.559.597,20
2T2025	R$ 10.398.711,16	R$ 216.222,12	R$ 3.949,35	R$ 290.796,30	R$ 10.614.933,28
3T2025	R$ 10.506.764,20	R$ 139.255,38	R$ 6.075,01	R$ 290.796,30	R$ 10.942.890,89
4T2025	R$ 16.967.275,71	R$ 421.588,88	R$ 5.676,61	R$ 290.796,30	R$ 17.685.337,50
4T2025 contra 3T2025	R$ 6.460.511,51	R$ 282.333,50	-R$ 398,40	R$ -	R$ 6.742.446,61

[11] No cálculo inclui patronal dos Poderes Legislativo e Executivo, parcelamento de contribuição patronal.

6.2.5 Taxa de Administração

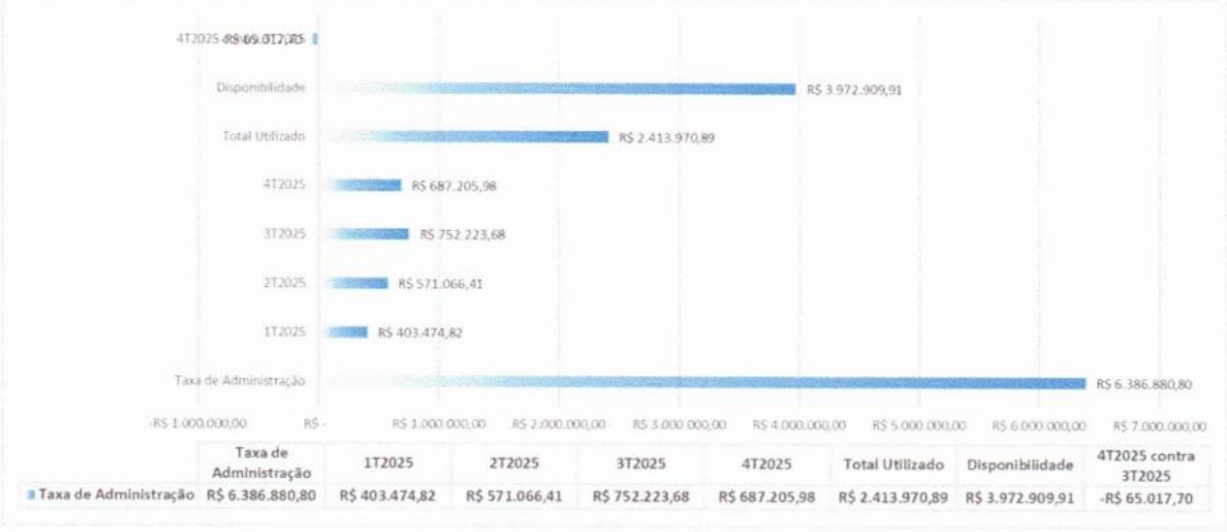
O § 1º do Art. 66 da Lei Complementar nº 51, de 20 de outubro de 2008, com a redação dada pela Lei Complementar nº 78, de 14 de novembro de 2011, regula a Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme explicitado a seguir:

A Taxa de Administração prevista para 2025 é no valor de R$ 6.386.880,80 (seis milhões, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Este valor é essencial para garantir a continuidade da gestão administrativa eficiente e a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo PREVIJUNO aos seus segurados.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), das despesas administrativas previstas, foi utilizado um total de **R$ 687.205,98** (seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinco reais e noventa e oito centavos). Este valor corresponde a aproximadamente 10,7596493737% do total da Taxa Administrativa projetada para o exercício de 2025.

Gráfico 15: Taxa de administração



	Taxa de Administração	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	Total Utilizado	Disponibilidade	4T2025 contra 3T2025
Taxa de Administração	R$ 6.386.880,80	R$ 403.474,82	R$ 571.066,41	R$ 752.223,68	R$ 687.205,98	R$ 2.413.970,89	R$ 3.972.909,91	-R$ 65.017,70

6.2.6 Execução Orçamentária e Financeira

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), a gestão do PREVIJUNO manteve o compromisso com a responsabilidade fiscal e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, conforme diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Decreto nº 1.038, de 19 de fevereiro de 2025, que trata da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso por órgão, constantes nos Anexos I e II do referido normativo.

*6.2.6.*1 Receita e Despesa

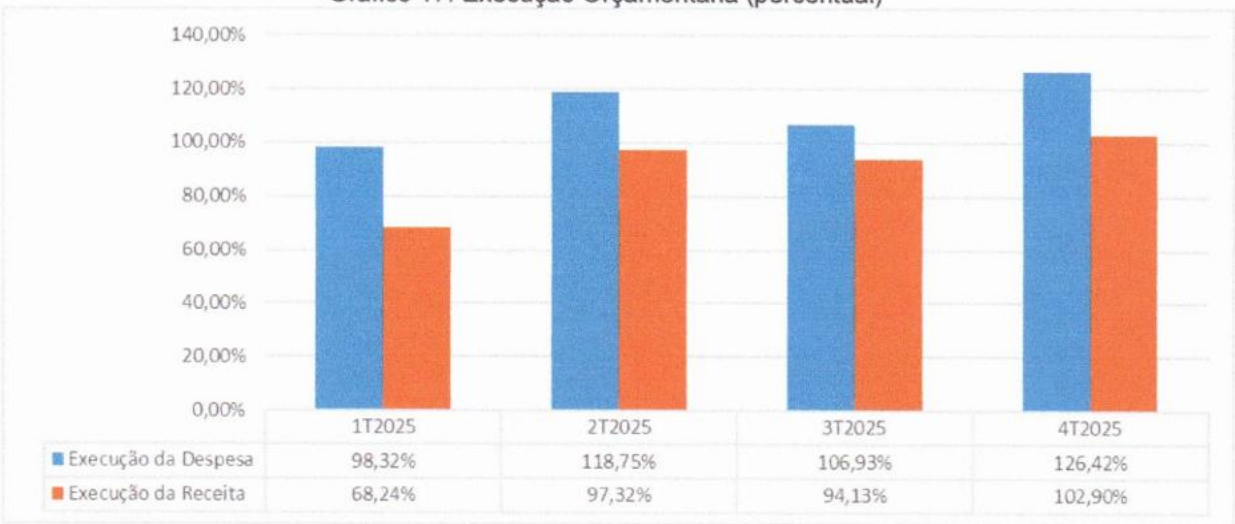
Durante o 4T2025, foi registrada uma receita total de **R$ 54.507.735,58** (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) e uma despesa total de **R$ 35.441.681,19** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), demonstrando equilíbrio na execução orçamentária, com superávit de **R$ 19.066.054,39** (dezenove milhões, sessenta e seis mil, cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos). Este resultado evidencia uma gestão fiscal prudente, com foco no cumprimento das metas estabelecidas.

Gráfico 16: Execução Orçamentária



	Receitas	Despesas	Superávit/Déficit
4T2025 contra 3T2025	R$ 14.540.904,12	R$ 5.465.072,71	
4T2025	R$ 54.507.735,58	R$ 35.441.681,19	R$ 19.066.054,39
3T2025	R$ 39.966.831,46	R$ 29.976.608,48	R$ 9.990.222,98
2T2025	R$ 40.461.603,13	R$ 33.290.843,94	R$ 7.170.759,19
1T2025	R$ 28.997.896,33	R$ 27.564.455,30	R$ 1.433.441,03

Gráfico 17: Execução Orçamentária (percentual)



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025
Execução da Despesa	98,32%	118,75%	106,93%	126,42%
Execução da Receita	68,24%	97,32%	94,13%	102,90%

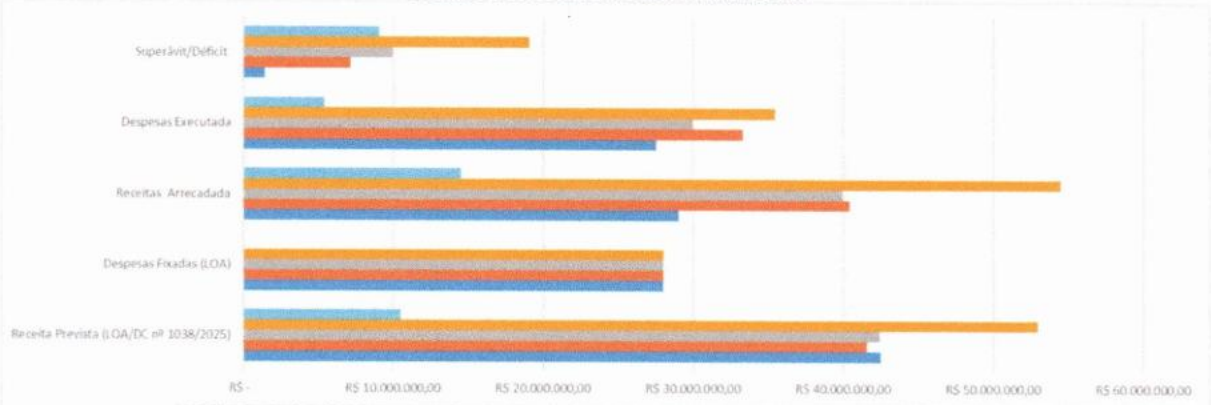
6.2.6.2 Desembolsos do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIJUNO

O PREVIJUNO, em estrita observância ao disposto no Decreto nº 1.038, de 19 de fevereiro de 2025, especialmente aos seus Anexos I e II, seguiu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso por órgão, assegurando o cumprimento das obrigações previdenciárias de forma regular e previsível

O valor previsto para desembolso pelo PREVIJUNO no 4T2025 foi de **R$ 52.972.999,57** (cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e nove

reais e cinquenta e sete centavos), conforme o Decreto nº 1.038, de 19 de fevereiro de 2025, e foi efetivamente desembolsado o valor de **R$ 35.441.681,19** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).

Gráfico 18: Desembolso Financeiro



	Receita Prevista (LOA/DC nº 1038/2025)	Despesas Fixadas (LOA)	Receitas Arrecadada	Despesas Executada	Superávit/Déficit
4T2025 contra 3T2025	R$ 10.513.243,32	R$ -	R$ 14.540.904,12	R$ 5.465.072,71	R$ 9.075.831,41
4T2025	R$ 52.972.999,57	R$ 28.035.000,00	R$ 54.507.735,58	R$ 35.441.681,19	R$ 19.066.054,39
3T2025	R$ 42.459.756,25	R$ 28.035.000,00	R$ 39.966.831,46	R$ 29.976.608,48	R$ 9.990.222,98
2T2025	R$ 41.575.084,67	R$ 28.035.000,00	R$ 40.461.603,13	R$ 33.290.843,94	R$ 7.170.759,19
1T2025	R$ 42.491.486,89	R$ 28.035.000,00	R$ 28.997.896,33	R$ 27.564.455,30	R$ 1.433.441,03

6.2.7 Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR

Os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) relativos ao período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025)[12] foram devidamente encaminhados à Secretaria de Previdência (SPREV).

Além disso, os Demonstrativos relativos ao período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), foram enviados ao referido órgão. A informação referente a este envio foi confirmada por meio de pesquisa realizada no portal do CADPREV[13], que valida a regularidade da entrega e o cumprimento das exigências de prestação de contas.

6.2.8 Compensação Previdenciária - COMPREV

A Compensação Previdenciária representa um mecanismo essencial para a harmonização financeira entre os diversos sistemas de previdência, sendo um ajuste de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com o objetivo de realizar a contagem recíproca de tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria, conforme estabelecido pela **Lei nº 9.796/1999** e regulamentado pelo **Decreto nº 10.188/2019**. Este processo tem como função garantir que o tempo de contribuição dos segurados seja corretamente reconhecido, independentemente de estarem vinculados a diferentes regimes de

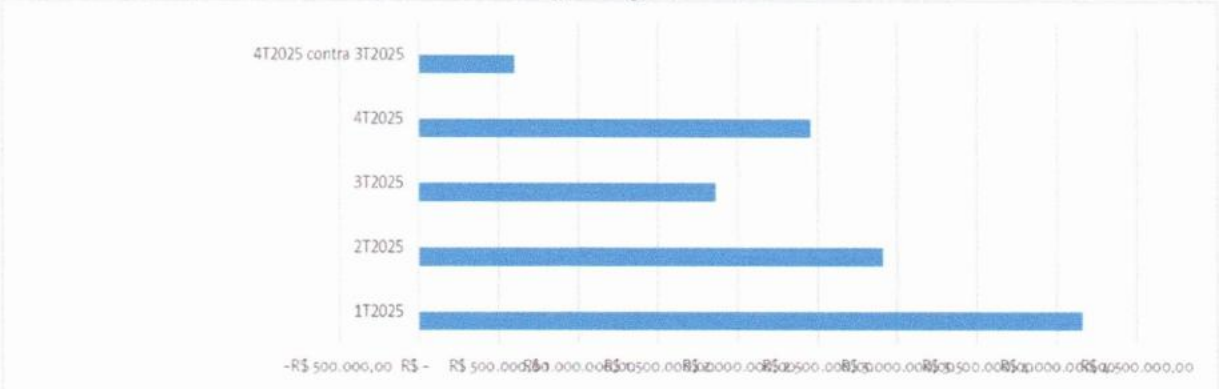
[12] As informações do DAIR foram envidas intempestivamente, em desacordo com o prazo já estabelecido na Portaria MTP n° 1.467/2022 (art. 241), atualizada até 12/12/2023.

[13] <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>

previdência, promovendo, assim, a justiça social e a equidade no tratamento dos trabalhadores.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), o PREVIJUNO recebeu, por meio do COMPREV, o montante de **R$ 2.457.703,07** (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e três reais e sete centavos) decorrente da compensação entre os regimes.

Gráfico 19: Compensação Previdenciária



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Comprev - Despesas(3.3.90.86.00)	R$ 809,90	R$ 298,08	R$ 366,20	R$ -	-R$ 366,20
Comprev - Receitas(1.9.9.9.03.0.1.10.00.00)	R$ 4.158.055,83	R$ 2.907.696,97	R$ 1.860.198,63	R$ 2.457.703,07	R$ 597.504,44

6.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

6.3.1 Gestão do Custeio das Despesas Administrativas

Despesas de custeio no período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025):

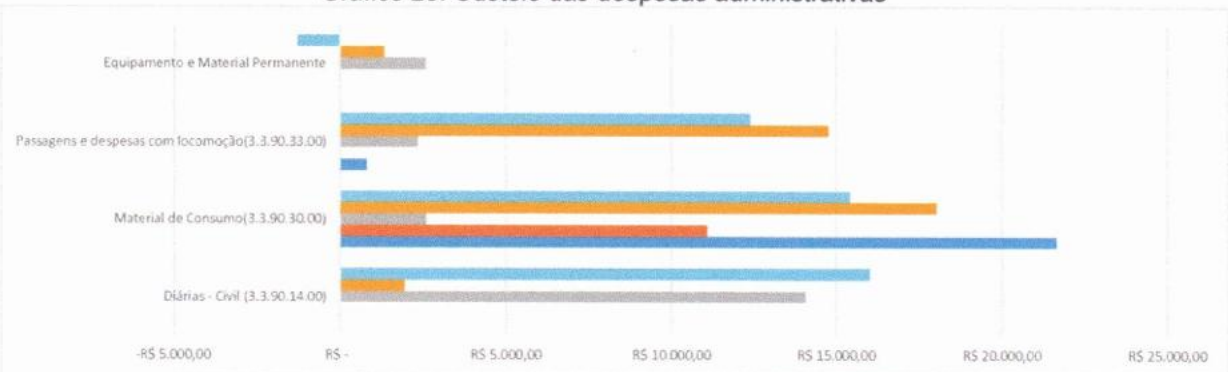
a) Diárias – Civil (3.3.90.14.00): R$ 1.931,25 (um mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos);

b) Material de Consumo (3.3.90.30.00): R$ 18.027,80 (dezoito mil, vinte e sete reais e oitenta centavos);

c) Passagens e despesas com locomoção (3.3.90.33.00): R$ 14.753,78 (quatorze mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos);

d) Equipamento e Material Permanente: R$ 1.314,10 (um mil, trezentos e quatorze reais e dez centavos).

Gráfico 20: Custeio das despesas administrativas



	Diárias - Civil (3.3.90.14.00)	Material de Consumo(3.3.90.30.00)	Passagens e despesas com locomoção(3.3.90.33.00)	Equipamento e Material Permanente
3T2025 contra 2T2025	R$ 16.007,00	R$ 15.424,53	R$ 12.406,41	-R$ 1.284,90
4T2025	R$ 1.931,25	R$ 18.027,80	R$ 14.753,78	R$ 1.314,10
3T2025	R$ 14.075,75	R$ 2.603,27	R$ 2.347,37	R$ 2.599,00
2T2025	R$ -	R$ 11.109,14	R$ -	R$ -
1T2025	R$ -	R$ 21.663,91	R$ 797,00	R$ -

6.3.2 Gestão de Contratos Administrativos

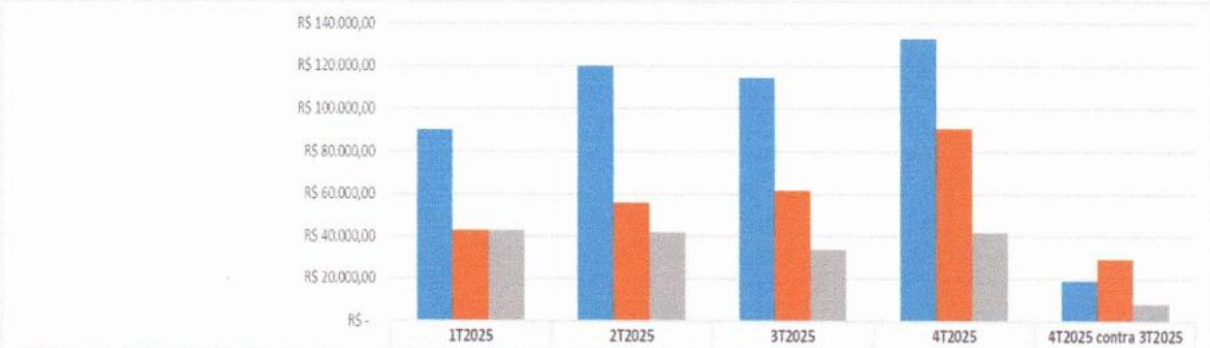
Despesas com Contratos Administrativos no período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025):

a) Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica (3.3.90.39.00): R$ 133.160,19 (cento e trinta e três mil, cento e sessenta reais e dezenove centavos);

b) Serv. Tecnologia Informação/Comunic. PJ (3.3.90.40.00): R$ 90.865,00 (noventa mil, oitocentos e sessenta e cinco reais);

c) Outros Serv. de Terc. Pessoa Física[14] (3.3.90.36.00): R$ 41.846,25 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Gráfico 21: Contratos administrativos



	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025	4T2025 contra 3T2025
Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica (3.3.90.39.00)	R$ 90.399,87	R$ 119.907,52	R$ 114.430,91	R$ 133.160,19	R$ 18.729,28
Serv. Tecnologia Informação/Comunic. PJ(3.3.90.40.00)	R$ 42.638,00	R$ 55.826,00	R$ 61.548,52	R$ 90.865,00	R$ 29.316,48
Outros Serv. de Terc. Pessoa Física(3.3.90.36.00)	R$ 42.573,00	R$ 41.725,50	R$ 33.775,50	R$ 41.846,25	R$ 8.070,75

[14] Inclui nessa despesa pagamentos com jetons a conselheiros e manutenção e conservação de bens imóveis.

6.4 CONTROLES INTERNOS

Em estrita observância ao art. 14 do Regimento Interno do PREVIJUNO, aprovado pelo Decreto nº 821/2023, o Controle Interno vem desempenhando um papel estratégico, qualificado e de elevada responsabilidade no fortalecimento da governança institucional. Sua atuação tem se consolidado como essencial no apoio à Diretoria Executiva, especialmente na identificação dos objetos de controle, na orientação técnica e no constante aprimoramento dos procedimentos internos, assegurando maior eficiência, conformidade e transparência à gestão previdenciária.

Destaca-se, de forma expressiva, a **emissão regular de Relatórios de Controle Interno trimestrais**, instrumento que reflete o compromisso com o acompanhamento sistemático e permanente das atividades do Instituto. Ademais, o setor desenvolve estudos por amostragem nos âmbitos de benefícios, contábil e financeiro, permitindo análises criteriosas, identificação de riscos e proposição de melhorias contínuas nos processos administrativos e operacionais.

Outro aspecto relevante da **atuação do Controle Interno reside na sua postura proativa e resolutiva**, especialmente no tratamento das manifestações encaminhadas pela Ouvidoria. A partir dessas demandas, são construídas soluções técnicas e institucionais que contribuem para o aperfeiçoamento dos serviços prestados e para o fortalecimento do relacionamento com os segurados e demais partes interessadas.

Cumpre ainda registrar **o trabalho conjunto e integrado entre o Controle Interno e o Conselho Fiscal, em consonância com as diretrizes do Programa de Certificação Institucional – Pró-Gestão RPPS.** Essa atuação colaborativa reforça os mecanismos de controle, fiscalização e avaliação, promovendo maior alinhamento às boas práticas de governança e gestão pública.

Nos termos do Item 3.1 do Manual do Pró-Gestão RPPS – versão 3.6, o controle interno configura-se como **uma função administrativa indispensável, concebida como um sistema de informação e avaliação voltado à garantia da correta execução das atividades organizacionais**. Nesse contexto, o Controle Interno do PREVIJUNO atua de forma técnica e diligente para assegurar o fiel cumprimento das leis, regulamentos, normativos internos e diretrizes de planejamento, pilares fundamentais para a sustentabilidade, a segurança e a transparência do regime previdenciário.

O acompanhamento rigoroso dos processos e operações é permanentemente documentado por meio de **relatórios específicos, que consolidam as atividades de diligências, avaliação e monitoramento, permitindo a verificação contínua da conformidade e da execução dos planos institucionais**. Esses relatórios encontram-se disponíveis para consulta pública no site institucional do PREVIJUNO, por meio do link:https://previjuno.com.br/controle-interno/, reforçando o compromisso com a transparência e o controle social.

Dessa forma, **o Controle Interno se consolida como um dos pilares centrais da gestão responsável do PREVIJUNO**, promovendo segurança jurídica, administrativa e

econômica, além de reafirmar o compromisso institucional com a eficiência, a integridade e a responsabilidade fiscal na gestão dos recursos previdenciários.

6.5 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E CONFORMIDADE

Nos termos do inciso I do Art. 13 do Regimento Interno do PREVIJUNO, aprovado pelo Decreto nº 821/2023, compete à Assessoria Jurídica a atribuição de defender os interesses da Instituição, judicial ou extrajudicialmente, bem como de manifestar-se sobre toda e qualquer matéria de natureza legal que lhe seja submetida pelo Prefeito Municipal ou pelo Gestor, conforme expressamente previsto no referido dispositivo.

Adicionalmente, o inciso II do Art. 10 do mesmo Regimento Interno estabelece que a Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios é responsável por controlar, com o auxílio da Assessoria Jurídica, os processos judiciais em que o PREVIJUNO figure como parte, assegurando o adequado acompanhamento e a correta condução das demandas judiciais (grifo nosso).

Atualmente, o PREVIJUNO figura como parte em **29 (vinte e nove) processos judiciais**, os quais estão sendo regularmente acompanhados e monitorados pela Assessoria Jurídica, em consonância com as atribuições regimentais e com as boas práticas de gestão e controle institucional.

7 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

7.1 Avaliação Atuarial

O Art. 26 da Portaria MTP nº 1.467/2022 estabelece diretrizes fundamentais relativas aos parâmetros e à periodicidade da avaliação atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Nos termos de seu caput e § 1º, o referido dispositivo determina a obrigatoriedade da realização de avaliações atuariais anuais, com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil. Tais avaliações devem contemplar o cálculo dos custos e dos compromissos relacionados ao plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações terão início no primeiro dia do exercício subsequente.

Com o objetivo de assegurar transparência, consistência técnica e fidedignidade dos resultados, a Portaria define critérios e parâmetros que devem ser rigorosamente observados na elaboração da avaliação atuarial, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como para a solvência e sustentabilidade do sistema previdenciário.

O § 1º do mesmo artigo reforça a necessidade de que os resultados das avaliações atuariais anuais sejam formalmente registrados no Relatório da Avaliação Atuarial, documento técnico essencial à gestão do RPPS. Esse relatório deve ser encaminhado aos dirigentes, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como aos gestores e representantes legais dos entes federativos, possibilitando o acompanhamento contínuo da liquidez, da solvência e do equilíbrio do plano de benefícios. A ampla disponibilização dessas informações, de forma clara e objetiva,

subsidia a tomada de decisões estratégicas e fortalece a governança previdenciária, além de reforçar a confiança dos segurados e beneficiários no regime.

A elaboração da Avaliação Atuarial observa, de forma estrita, os parâmetros definidos na Lei nº 9.717/1998, especialmente no inciso I do Art. 1º, bem como no Art. 26 da Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme detalhado no item 3 deste relatório. O cumprimento dessas normativas confere legitimidade, rigor técnico e segurança jurídica ao processo avaliativo, que se consolida como uma ferramenta estratégica indispensável à gestão fiscal responsável e à manutenção da sustentabilidade financeira do PREVIJUNO e dos demais RPPS.

A observância contínua dessas diretrizes reafirma o compromisso institucional do PREVIJUNO com as boas práticas de governança previdenciária, assegurando a proteção dos direitos dos segurados e a perenidade do regime previdenciário.

7.2 Demonstrativo de Repasses da Avaliação Atuarial – DRAA

A Reavaliação Atuarial com data focal em 31/12/2024, correspondente ao ano civil de 2024 e ano-calendário de 2025, foi devidamente concluída e aprovada pelo Conselho Deliberativo do PREVIJUNO, por meio da Resolução do Conselho Deliberativo nº 80, de 24 de setembro de 2025.

Após a aprovação pelo Conselho Deliberativo, o processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município, com a finalidade de adoção das providências necessárias ao envio ao Poder Legislativo para fins de homologação, etapa formal indispensável à plena validação dos parâmetros, premissas e resultados da avaliação atuarial.

Ressalta-se, contudo, que **a regularização do referido procedimento foi devidamente concluída com a publicação da Lei Municipal nº 6.005, de 12 de janeiro de 2026, no Diário Oficial do Município em 13 de janeiro de 2026**. A referida norma dispõe sobre a homologação da Reavaliação Atuarial nº 2.225 – 2ª versão, relativa ao ano-calendário de 2025 (ano-civil de 2024), com data focal em 31 de dezembro de 2024, constituindo medida indispensável para assegurar a regularidade normativa e a continuidade do plano de benefícios, em estrita observância à legislação vigente.

Para fins de contextualização, informações adicionais acerca do plano de benefícios então vigente encontram-se detalhadas no Relatório de Reavaliação Atuarial nº 2.112, referente ao ano civil de 2024, com data focal em 31/12/2023, cujos principais dados, premissas e características estão apresentados no item 3.1 deste relatório.[15].

7.3 Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR

As informações relativas ao Demonstrativo de Informações Previdenciárias (DIPR), referentes ao período compreendido **entre janeiro de 2021 e a presente data**, vêm

[15] Disponível em:
<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

sendo regularmente encaminhadas à Secretaria de Previdência Social (SPREV)[16] Contudo, tais informações não estão sendo processadas, em razão de impedimentos de ordem legal e normativa apontados pelo órgão federal.

A principal causa dessa situação decorre da não aceitação, pela SPREV, do Decreto nº 640/2021, circunstância que inviabiliza a validação e a efetiva transmissão dos dados exigidos no sistema previdenciário. **Soma-se a esse fator a existência de inconformidades relacionadas à recusa de normativos referentes à homologação das reavaliações atuariais dos exercícios de 2022 e 2023**, o que também impacta diretamente o processamento das informações previdenciárias.

Como reflexo direto das inconsistências legais e normativas anteriormente mencionadas, ao se proceder à consulta no CADPREV – Sistema de Cadastro dos Regimes Próprios de Previdência Social, não foi possível a obtenção de resultados ou registros válidos referentes aos exercícios de **2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.**

Tal situação decorre do não processamento das informações encaminhadas, em razão dos impedimentos apontados pela Secretaria de Previdência Social, os quais permanecem pendentes de regularização, impactando diretamente a atualização cadastral e a consolidação dos dados do regime previdenciário no sistema federal.

7.4 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Município de Juazeiro do Norte **foi renovado em 19 de novembro de 2025**, com **validade até 18 de maio de 2026**, por meio de decisão judicial, assegurando, no período, a regularidade previdenciária do ente municipal. [17].

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

8.1 Atendimento

---

[16] Essas inconsistências foram relatadas pela Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças, com o suporte técnico da Assessoria Contábil, evidenciando que o entrave não se limita a um único aspecto normativo, mas decorre de um conjunto de exigências regulatórias ainda pendentes de regularização junto ao órgão supervisor. Contudo, não foram apresentados os protocolos de envio dessas informações e não é possível atestar através de consulta pública.

[17] Em função da recente mudança de entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento do RE 1.007.271/PE (Tema 968), que reconheceu a constitucionalidade da exigência do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e das sanções decorrentes em caso de descumprimento das normas gerais dos RPPS (Lei 9.717/1998 e Decreto 3.788/2001), existem municípios que tiveram seus CRPs emitidos judicialmente cancelados ou revogados.

Por se tratar de tese de repercussão geral e com efeito vinculante, certidões obtidas via decisão liminar estão sujeitas a invalidação tão logo seja publicado o acórdão definitivo. A Confederação Nacional de Municípios alertou que muitos entes federativos com CRP judicial correm risco de perder a validade de seus certificados devido à uniformização jurisprudencial imposta pelo STF.

Além disso, os dados oficiais indicam que centenas de municípios estavam com CRP vencido ou judicial, situação que agora exige readequação imediata para evitar sanções federais e restabelecer a regularidade previdenciária do RPPS.

O serviço de atendimento ao público desempenha um papel importante no relacionamento entre o RPPS e seus segurados, sendo o primeiro ponto de contato entre o servidor ativo, inativo ou pensionista e o PREVIJUNO. Esse primeiro contato é decisivo, pois é nesse momento que o RPPS tem a oportunidade de consolidar sua imagem institucional e, principalmente, fortalecer o vínculo de confiança com seus segurados.

No período de **outubro a dezembro de 2025** (4T2025), o PREVIJUNO processou um total de **161 (cento e sessenta e um) requerimentos administrativos presenciais**, portanto não foi possível mensurar os dados referentes à emissão de contracheques e fichas financeiras, por falta de controle sistematizado e falhas operacionais, porém a Gerência de Atendimento e Educação Previdenciária em conjunto com a Coordenação de Tecnologia da Informação desenvolveram e implantaram um novo mecanismo para esse tipo de controle no qual será informado nos relatórios futuros.[18]

8.2 Ouvidoria[19]

Conforme disposto no Art. 4º do Decreto nº 730, de 18 de março de 2022, a Ouvidoria do PREVIJUNO exerce papel essencial na promoção da participação ativa dos servidores ativos, inativos e pensionistas na administração do Instituto. Esse instrumento institucional visa fortalecer a transparência, a prestação de contas e o diálogo permanente entre o PREVIJUNO e seus segurados, contribuindo para a construção de um ambiente de confiança, cooperação e aprimoramento contínuo dos serviços previdenciários.

No período compreendido entre **outubro a dezembro de 2025** (4º trimestre de 2025), a Ouvidoria registrou um **total de 12 (doze) manifestações**, distribuídas da seguinte forma: 12 (doze) elogios, 01 (uma) sugestão.

Para assegurar amplo acesso aos segurados, a Ouvidoria mantém diversos canais de atendimento, incluindo formulário eletrônico no site institucional do PREVIJUNO, e-mail institucional dedicado e atendimento via WhatsApp. Esses canais foram estrategicamente estruturados para garantir acolhimento, agilidade e efetividade no tratamento das manifestações, reafirmando o compromisso institucional com a escuta ativa, a transparência e a melhoria contínua dos serviços prestados.

9 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS COMISSÕES E NÚCLEOS DE TRABALHO NO ÂMIBITO DO PREVIJUNO

9.1 NÚCLEO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (NUPES)

O NUPES é composto pelos servidores José Ivan Silva Alves e Geogeane da Silva Soares, os quais, além de atuarem nas atividades relacionadas ao Planejamento

[18] Informações extraídas do Item 5.2.1 do Relatório de Controle Interno (outubro a dezembro/2025).
[19] Informações extraídas dos Itens 3.1 e 3.2 do Relatório de Ouvidoria (outubro a dezembro/2025).

Estratégico, são responsáveis pela condução do Programa Pró-Gestão RPPS no âmbito do PREVIJUNO. No período, foi expedido o **Memorando nº 000008/2026 – ASSES/PREVIJUNO**, de 29 de janeiro de 2026, direcionado ao Coordenador do Núcleo de Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico, tendo como assunto a solicitação de Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo referido Núcleo no período.

9.1.1 Monitoramento do Planejamento Estratégico - Ciclo 2022-2025

O monitoramento do Planejamento Estratégico deve ocorrer de forma contínua, com a emissão de relatórios bimestrais, em atendimento ao disposto no Regimento Interno do Conselho Deliberativo.

Contudo, no período de **outubro a dezembro de 2025**, não foi emitido o relatório de monitoramento referente ao **bimestre setembro-outubro de 2025**, permanecendo a pendência até a conclusão deste relatório.

Registra-se, ainda, que, embora se trate de atividade contínua, o monitoramento não vinha sendo realizado regularmente, tendo o primeiro relatório sido emitido apenas em 11/06/2025, referente ao bimestre janeiro–fevereiro de 2025, no âmbito do Planejamento Estratégico – ciclo 2022–2025.

9.1.2 Elaboração do Planejamento Estratégico ciclo 2026-2030

Foi iniciado o processo de elaboração do Planejamento Estratégico do PREVIJUNO para o ciclo 2026–2030, com a formalização do documento estruturante publicado em 28 de agosto de 2025, o qual estabeleceu as diretrizes metodológicas, a governança do processo e os instrumentos de acompanhamento da execução estratégica.

A construção do planejamento foi conduzida de forma estruturada e participativa, com base em metodologias consagradas de gestão, incluindo o *Balanced Scorecard* (BSC), o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), análise de ambiente por meio das matrizes SWOT e PESTAL, bem como a utilização da ferramenta 5W2H para estruturação do plano de ação.

No âmbito da fase preparatória, foi elaborado o Mapa de Acompanhamento de Processos (MAPP), contemplando as etapas de apresentação do projeto, definição do referencial estratégico (missão, visão e valores), identificação das partes interessadas, elaboração do mapa estratégico, definição dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, e consolidação do plano de ação institucional.

Destaca-se que o planejamento reafirma o compromisso do PREVIJUNO com os princípios da administração pública e com as diretrizes do Pró-Gestão RPPS, estruturando-se como instrumento essencial de governança, transparência e orientação para resultados.

O referencial estratégico institucional foi revisado e validado, passando a contemplar, entre outros elementos, a missão de promover uma gestão previdenciária inovadora, ética e humana, e a visão de ser reconhecido pela excelência e transparência na gestão, com foco no equilíbrio financeiro e atuarial e na sustentabilidade do regime.

No tocante à gestão estratégica, foram definidos objetivos organizados nas perspectivas do BSC (financeira, processos internos, aprendizado e crescimento e relacionamento com os segurados), com metas mensuráveis e indicadores de desempenho, voltados, entre outros aspectos, à sustentabilidade atuarial, eficiência na gestão de recursos, transparência, inovação, digitalização de processos e melhoria contínua dos serviços prestados.

O processo de elaboração contou com a participação ativa dos servidores, sendo realizadas oficinas de diagnóstico institucional e reuniões de validação, culminando na consolidação do documento final, devidamente alinhado às necessidades organizacionais e às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029.

As atividades foram desenvolvidas no período compreendido entre maio e agosto de 2025, com o envolvimento da Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria Previdenciária de Gestão e Benefícios, Assessoria Especial II e Vice-Presidência, evidenciando o caráter integrado e colaborativo do processo.

Por fim, registra-se que o Planejamento Estratégico 2026–2030 foi formalmente aprovado por meio da **Resolução do Conselho Deliberativo nº 92, de 14 de janeiro de 2026**, consolidando-se como instrumento oficial de gestão e referência para a tomada de decisões, monitoramento de resultados e fortalecimento da governança institucional do PREVIJUNO. Disponível no site institucional: https://previjuno.com.br/wp-content/uploads/2026/01/PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_2026_2030_v.final_.pdf

9.1.3 Auditoria de Supervisão do Programa de Certificação Institucional – Pró Gestão RPPS

No período compreendido **entre 04 e 05 de agosto de 2025**, foi realizada a Auditoria de Supervisão do Programa de Certificação Institucional – Pró-Gestão RPPS, com o objetivo de avaliar o nível de aderência do PREVIJUNO às diretrizes, requisitos e boas práticas de governança exigidas pelo referido programa.

Como resultado, foi emitido **Relatório de inconformidades**, no qual foram identificadas fragilidades relevantes na estrutura de governança e nos processos institucionais do Instituto.

Após a implementação das medidas corretivas e o saneamento das inconformidades apontadas, foi realizada Auditoria de *Follow-Up Documental*, no âmbito do mesmo programa, com a finalidade de verificar o cumprimento das ações anteriormente pactuadas, bem como reavaliar o nível de aderência do sistema de gestão do RPPS às diretrizes, requisitos e boas práticas exigidas para a manutenção da certificação no Nível.

Conforme apurado no Relatório de Auditoria, o RPPS apresentou elevado grau de conformidade, evidenciado pelos seguintes resultados:

a) **Dimensão Controle Interno**: 6 ações atendidas, 0 não atendidas, correspondendo a 100% de atendimento;

b) **Dimensão Governança Corporativa**: 15 ações atendidas, 1 não atendida, correspondendo a 93,8% de atendimento;

c) **Dimensão Educação Previdenciária**: 2 ações atendidas, 0 não atendidas, correspondendo a 100% de atendimento;

d) **Resultado Geral**: 95,8% de ações atendidas.

Diante desses resultados, o **Relatório de Auditoria concluiu pela manutenção da certificação do RPPS no Nível III do Pró-Gestão**, considerando o atendimento aos níveis de aderência estabelecidos no Manual do Pró-Gestão, versão 6, especialmente no item 3.2.3.

Registre-se, ainda, que as inconformidades apontadas no relatório anterior foram, em sua quase totalidade, devidamente sanadas, demonstrando o comprometimento da gestão com o aprimoramento contínuo dos processos institucionais e o fortalecimento da governança.

Permanece pendente, entretanto, a inconformidade relativa ao item 3.2.16, que dispõe sobre a necessidade de o RPPS possuir quadro próprio de pessoal ocupado por servidores efetivos, sendo exigido que, no mínimo, 50% do quadro funcional seja composto por servidores dessa natureza.

Embora o RPPS tenha apresentado Plano de Ação com medidas destinadas à regularização dessa exigência, ressalta-se que sua efetiva implementação depende de providências a serem adotadas pelo Ente Federativo, razão pela qual o requisito permanece, até o momento, não atendido.

Por fim, destaca-se que o acompanhamento contínuo das ações e o alinhamento às diretrizes do Pró-Gestão permanecem essenciais para a consolidação das boas práticas de governança, controle interno e gestão previdenciária, assegurando a sustentabilidade e a credibilidade institucional do RPPS.

9.2 NÚCLEO PERMANENTE DE INVENTÁRIO (NUPI)

O NUPI é composto pelos servidores Cícera Rochelle Boaventura de Melo e Carlos Alberto Cassimiro, os quais atuam no Inventário do PREVIJUNO. No período, foi expedido o **Memorando nº 000006/2026 – ASSES/PREVIJUNO**, de 29 de janeiro de 2026, direcionado à Coordenadora do Núcleo do Núcleo Permanente de Inventário, tendo como assunto a solicitação de Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo referido Núcleo no período.

9.2.1 Inventário

No período compreendido entre **outubro a dezembro de 2025,** não foram registradas atividades executadas diretamente no âmbito do NUPI, mantendo-se o setor sem apontamentos operacionais no intervalo analisado.

9.3 NÚCLEO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (NUPAD)

O NUPAD é composto pelos servidores Francisco Felipe Santos Ribeiro e Marineide Pinheiros de Souza, as quais atuam na gestão dos documentos do PREVIJUNO.

9.3.1 Gestão de Documentos

No período compreendido entre **outubro e dezembro de 2025**, visando à atualização das informações relativas à Gestão de Documentos no âmbito do PREVIJUNO, foi expedido o **Memorando nº 0007/2026 – ASSES/PREVIJUNO**, direcionado ao Coordenador do Núcleo Permanente de Avaliação de Documentos – NUPAD, tendo como assunto a solicitação de Relatório das Atividades Desenvolvidas por esse núcleo no referido período.

A solicitação contemplou o encaminhamento de informações detalhadas acerca das atividades executadas pelo NUPAD nos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2025**, bem como o envio de cópia do **Plano de Trabalho Anual para o exercício de 2026**, instrumento essencial para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à gestão arquivística institucional.

Entretanto, até o encerramento do presente relatório, não houve apresentação de resposta à referida solicitação, permanecendo pendente o envio das informações e documentos requeridos, o que compromete a adequada avaliação das atividades desenvolvidas pelo núcleo no período analisado.

9.4 NÚCLEO DE CONFERÊNCIA DE VALORES (NUCOV)

O NUCOV é composto pelas servidoras Clênia Beane de Brito e Evaniê Corrêa de Caldas, as quais atuam na conferência de valores previdenciários recebidos pelo PREVIJUNO, dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e Poderes Executivo e Legislativo. No período, foi expedido o **Memorando nº 000009/2026 – ASSES/PREVIJUNO**, de 29 de janeiro de 2026, direcionado à Coordenadora do Núcleo de Conferência de Valores, tendo como assunto a solicitação de Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo referido Núcleo no período. O qual foi respondido ao que se pediu através do **Memorando nº 00003/2026-NUCAR/PREVIJUNO**, de 24 de fevereiro de 2026.

9.4.1 Relatórios Mensais de Conferencia de Arrecadação.

No período analisado, registra-se que **os Relatórios de Conferência de Valores referentes à folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo Municipal e às contribuições patronais, relativos aos meses de abril a dezembro de 2025**, foram devidamente elaborados e encaminhados aos órgãos de controle e gestão, garantindo maior transparência, rastreabilidade e confiabilidade das informações.

Adicionalmente, informa-se que as atividades de conferência referentes ao Poder Legislativo, bem como à folha de pagamento dos beneficiários (aposentados e pensionistas), compreendendo o período de **julho a dezembro de 2025**, encontram-se em fase final de conclusão, com previsão de formalização e encaminhamento aos setores competentes, em consonância com os princípios da eficiência, conformidade e melhoria contínua dos processos institucionais.

9.5 NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO (NUC)

O NUC é composto pelos servidores Evaniê Corrêa de Caldas e Ícaro Coelho de Alencar Tavares, os quais atuam nas atividades relacionadas à Comunicação Institucional e, complementarmente, em ações vinculadas à Educação Previdenciária no âmbito do PREVIJUNO. No período, foi expedido o **Memorando nº 000005/2026 – ASSES/PREVIJUNO**, de 29 de janeiro de 2026, direcionada à Coordenadora do Núcleo de Comunicação, tendo como assunto a solicitação de Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo referido Núcleo no período. O qual foi respondido ao que se pediu através do **Memorando nº 00001/2026-NUCOM/PREVIJUNO**, de 06 de fevereiro de 2026.

9.5.1 Comunicação Institucional

No período analisado, o NUC atuou no desenvolvimento de banners, peças gráficas, comunicação visual e vídeos institucionais. Ademais, foram realizadas atendimento previdenciário itinerante no projeto "Prefeitura nos Bairros", ação contínua de aproximação com os servidores públicos municipais, oferecendo atendimento e esclarecimento de dúvidas sobre direitos previdenciários

9.5.2 Atendimento Especial

O NUC em parceria com o CEREST/CEINAT, realizou mensalmente, atendimento especial aos aposentados e pensionistas na oferta de práticas integrativas e complementares em saúde (massoterapia, ventosaterapia e acupuntura.

9.5.3 Programa de Pós-Aposentadoria

No período de **outubro a dezembro de 2025**, o NUC realizou a entrega de cartas de aposentadoria, promoveu palestra de Educação Financeira e desenvolveu atividades voltadas aos aposentados, incluindo momentos de massagem e atendimento com equipe de profissionais de saúde e nutricionistas, com o objetivo de fortalecer o engajamento dos aposentados com o PREVIJUNO.

Registra-se, ainda, que tais ações contemplaram a entrega de cartas de aposentadoria, atividades de educação financeira e atendimento especial, com a participação de profissionais de massagem, saúde e nutrição.

10 TRANSPARÊNCIA

10.1 Certificações de Gestores e servidores da área de risco

As Certificações dos Gestores e dos servidores da área de risco do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) são um requisito essencial para garantir a qualificação e competência dos profissionais responsáveis pela gestão e fiscalização dos recursos previdenciários.

Ministério da Previdência Social - MPS
Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS
CADPREV

Relatório Individual de Atendimento aos Requisitos Mínimos

Ente Federativo: Juazeiro do Norte - CE

Informações Adicionais do Ente

Porte	Ano do ISP	Volume de Recursos	Renovação do CRP
Grande Porte	2024	R$ 305.506.348,04	18/05/2026

Dirigentes - 1 Dirigente Máximo e 3 Membro(s) da Diretoria — **Atendimento aos requisitos:** Regular

Nome	CPF	Responsabilidade	Data de Nomeação	Antecedentes Criminais	Experiência Profissional	Formação Superior	Certificação Profissional
JESUS ROGERIO DE HOLANDA	051.741.123-72	Dirigente Máximo	01/01/2021	✓	✓	✓	✓
JOSE IVAN SILVA ALVES	615.148.538-68	Membro da Diretoria	04/01/2021	✓	✓	✓	✓
MARCOS AURELIO GONCALVES SILVA	244.942.753-87	Membro da Diretoria	04/01/2021	✓	✓	✓	✓
TIAGO CESAR DA SILVA VIANA	017.361.733-67	Membro da Diretoria	01/04/2025	✓	✓	✓	✓

Conselho Deliberativo - 6 Membro(s) Titular(es) — **Atendimento aos requisitos:** Regular

Nome	CPF	Data de Nomeação	Antecedentes Criminais	Experiência Profissional	Formação Superior	Certificação Profissional
ANA CLÁUDIA FULGÊNCIO DE LIMA	293.515.703-63	21/12/2023	✓	✓	✓	✓
EDIVAN ALEXANDRE FERREIRA	054.411.513-90	21/12/2023	✓	✓	✓	✓
FRANCISCO FRAUDIE BARBOSA DE MEDEIROS	348.286.303-25	21/12/2023	✓	✓	✓	✓
HELLEN KARINE SOARES LIRA	060.272.713-88	21/12/2023	✓	✓	✓	✓
JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	312.707.863-34	21/12/2023	✓	✓	✓	✓
VANDIR MENEZES LIMA	462.295.903-87	21/12/2023	✓	✓	✓	✓

Conselho Fiscal - 3 Membro(s) Titular(es)

Atendimento aos requisitos: Regular

Nome	CPF	Data de Nomeação	Antecedentes Criminais	Experiência Profissional	Formação Superior	Certificação Profissional
CLENIA BEANE BRITO DE OLIVEIRA	763.395.133-87	09/04/2024	✓	✓	✓	✓
JANACLEA RODRIGUES GOMES	014.339.313-89	09/04/2024	✓	✓	✓	✓
MÁRIO MALZONI NETO	712.604.713-49	21/12/2023	✓	✓	✓	⊖

Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos do RPPS

Atendimento aos requisitos: Regular

Nome	CPF	Data de Nomeação	Antecedentes Criminais	Experiência Profissional	Formação Superior	Certificação Profissional
JESUS ROGERIO DE HOLANDA	051.741.123-72	15/02/2023	✓	✓	✓	✓

Comitê de Investimentos - 5 Membro(s) Titular(es)

Atendimento aos requisitos: Irregular

Nome	CPF	Data de Nomeação	Antecedentes Criminais	Experiência Profissional	Formação Superior	Certificação Profissional
JESUS ROGERIO DE HOLANDA	051.741.123-72	30/11/2023	✓	✓	✓	✓
JOSE IVAN SILVA ALVES	615.148.538-68	30/11/2023	✓	✓	✓	✓
MARCOS AURELIO GONCALVES SILVA	244.942.753-87	30/11/2023	✓	✓	✓	⊖
MURILO VIEIRA GAIAO	032.834.273-48	30/11/2023	✓	✓	✓	✓
ROSALIA PEREIRA MAIA DE JESUS	589.186.983-72	30/11/2023	✓	✓	✓	✓

Esse processo está regulamentado pelo inciso II do Art. 8º-B da Lei nº 9.717/98, pelo Art. 4º da Portaria nº 9.907/20, e segue as diretrizes estabelecidas no Manual de Pró-Gestão RPPS, os quais asseguram que todos os envolvidos na gestão e operação do RPPS possuam o devido conhecimento técnico e capacitação para desempenhar suas funções de forma eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

A obtenção das certificações exigidas pelo Programa de Certificação Institucional com diretrizes previstas no Manual Pró-Gestão RPPS e no Manual de Certificação Profissional demonstra o firme compromisso do PREVIJUNO com a excelência da gestão previdenciária e o pleno cumprimento da legislação aplicável (Lei 9.717/1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022).

A certificação profissional dos dirigentes, conselheiros, gestores de recursos e membros de comitês é imprescindível para garantir qualificação técnica, responsabilidade ética e aderência a padrões mínimos de competência técnica exigidos pelo ordenamento legal

Essas exigências não se limitam a um formalismo burocrático: são ferramentas estratégicas para promover a solvência financeira, a transparência e a responsabilidade na administração dos recursos previdenciários, gerando um ambiente de segurança institucional para os segurados e para a sociedade.

10.2 Informações Relativas aos Investimentos

A transparência das informações relativas aos investimentos é fundamental para que o RPPS assegure a adequada prestação de contas aos seus segurados e beneficiários, em conformidade com os arts. 148, 149, 150 e 151 da Portaria MTP nº 1.467/2022, em consonância com a Resolução do CMN nº 4.961/2021. Nesse contexto, a unidade gestora do RPPS deverá disponibilizar, no mínimo, as informações elencadas nos subitens a seguir e os documentos relativos à gestão e à aplicação dos recursos previdenciários aos segurados e beneficiários.

10.2.1 Política de investimentos e suas atualizações, a serem divulgadas em até 30 (trinta) dias após a aprovação.

A Política de Investimentos de 2025 e sua respectiva revisão foram devidamente publicadas; contudo, não foi possível confirmar, de forma direta, no sítio institucional, a data exata da publicação. As informações encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/politicas-anuais-de-investimentos/.

10.2.2 Informações constantes nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate.

As Autorizações de Aplicação e Resgate (APRs) referentes aos meses de **outubro a dezembro de 2025** encontram-se devidamente publicadas no sítio institucional; entretanto, não foi possível atestar se a divulgação ocorreu dentro do prazo estabelecido

pela norma. As informações estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/autorizacao-de-aplicacao-e-resgate-apr/.

10.2.3 Composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês.

A composição da carteira de investimentos do PREVIJUNO foi publicada no sítio institucional de **todo exercício de 2025**. As informações podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/transparencia/.

10.2.4 Procedimentos e informações relativos ao processo de seleção, credenciamento de instituições autorizadas a receber as aplicações dos recursos do RPPS, bem como à contratação de prestadores de serviços.

Existe procedimento de seleção de eventuais entidades, contudo, esse não se encontra publicado na página de credenciamento das instituições financeiras. Ademais, **nessa mesma página não constam informações relativas à contratação de prestadores de serviços**, como a Consultoria em Investimentos realizada pela LDB Consultoria. Por outro lado, encontra-se disponível a relação das instituições financeiras credenciadas, conforme disposto na seguinte página do sítio institucional: https://previjuno.com.br/credenciamentos-instituicoes-financeiras/.

10.2.5 Relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS, contendo a respectiva data de atualização do credenciamento.

A relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS encontra-se publicada no sítio institucional, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/credenciamentos-instituicoes-financeiras/.

10.2.6 Datas e locais das reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, bem como as respectivas atas.

Os cronogramas das reuniões, contendo data e local, encontram-se publicados no sítio institucional, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/cronograma-da-reunioes-dos-conselhos-e-comites/.

10.2.7 O envio tempestivo do DPIN e do DAIR à SPREV, contendo as informações previstas nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 148 da Portaria MTP nº 1467/2022, atende às exigências estabelecidas nesses dispositivos.

No período analisado, foi confirmado o envio do DPIN, com retificação, conforme consulta realizada por meio do sistema CadPrev, através do link https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml.

No mesmo período, verificou-se que o DAIR referente a **outubro de 2025 foi enviado somente em 23/12/2025**; o relativo a **novembro de 2025, em 14/01/2026**; e o referente a **dezembro de 2025**, em 31/01/2026. Dessa forma, constatou-se que ainda está sendo

realizado o envio intempestivo dos demonstrativos, uma vez que, após o encerramento de cada mês, o RPPS dispõe apenas de 30 dias para efetuar o respectivo envio, conforme consulta através do link https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml

10.2.8 A unidade gestora do RPPS deverá manter registro, em meio digital, de todos os documentos que fundamentem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que comprovem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN.

Foi constatado que o RPPS anexou às Atas de Reuniões do Comitê de Investimentos os documentos que fundamentaram as decisões do colegiado, conforme verificado nas Atas nºs 19/2025, 20/2025, 21/2025, 22/2025, 23/2025 e 24/2025, abrangendo, portanto, o período analisado. A comprovação pode ser realizada por meio do seguinte endereço eletrônico: https://previjuno.com.br/ata-dos-orgaos-colegiados/.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se aos segurados, aos órgãos colegiados e à sociedade em geral um panorama objetivo e transparente da situação atual do PREVIJUNO, com foco nos desafios identificados e na necessidade de adoção de ações concretas para assegurar a continuidade da gestão previdenciária pautada pela responsabilidade, regularidade e transparência.

Durante o período analisado, foram constatados aspectos críticos que demandam atenção imediata, dentre os quais se destacam:

a) Existência de déficit atuarial no plano de benefícios, reforçando a necessidade de implementação de medidas de equacionamento, nos termos da legislação vigente, a fim de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;

b) Ausência de repasse, pelo ente federativo, dos aportes financeiros destinados ao financiamento do déficit atuarial no período em análise, situação que agrava o desequilíbrio do plano de benefícios e compromete a sustentabilidade do regime.

c) Presença de dirigentes e conselheiros ainda não certificados, em desconformidade com as exigências previstas no art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998 e nos manuais do Programa de Certificação Profissional da Secretaria de Previdência Social (SPREV);

d) Situação pendente dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), que, embora regularmente enviados, não estão sendo processados pela SPREV em razão de inconformidades normativas, inviabilizando a emissão do CRP por via administrativa;

Adicionalmente, destaca-se que a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) na modalidade judicial encontra-se sob risco jurídico, especialmente diante do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, que

reconheceu a legitimidade da União para impor sanções aos entes que não atendam plenamente aos critérios legais de gestão previdenciária.

Além dos pontos elencados, o relatório evidencia outros aspectos que exigem atenção e deliberação dos órgãos colegiados, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da governança, à ampliação da efetividade dos controles internos e à qualificação técnica da estrutura administrativa do RPPS.

Diante desse cenário, reafirma-se o compromisso institucional com a melhoria contínua da gestão previdenciária, conclamando os conselhos e demais instâncias de governança a adotarem medidas corretivas e estruturantes, com vistas ao cumprimento das exigências legais, à transparência na gestão dos recursos e à proteção dos direitos dos segurados.

A superação dos desafios identificados exige comprometimento institucional, cooperação entre as áreas envolvidas e alinhamento às melhores práticas de governança, de modo a fortalecer o regime previdenciário e assegurar sua sustentabilidade no longo prazo.

Juazeiro do Norte, Ceará, de 07 de abril de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente da Diretoria Executiva

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT. Secretaria de Previdência – SPREV. Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social-SRPPS. **Manual do Pró-Gestão** RPPS Versão 3.6: Brasília, 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.963/2021**, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

BRASIL. **Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999**, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providencias.

BRASIL. **Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019**, que Regulamenta Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providencias.

BRASIL. **Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998**, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providencias.

BRASIL. **Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022**, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

JUAZEIRO DO NORTE. **Lei Complementar nº 23/2007**, que institui o Regime Próprio de previdência Social do Município de Juazeiro do Norte/CE e dá outras providencias.



Advisory

Relatório Macroeconômico

Agosto 2026

Eventos Relevantes de 2026

Janeiro
21/01 Audiência da diretora do FED Lisa Cook.
28/01 Reunião do FOMC para decisão de juros
Resultado = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
28/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Resultado = manutenção em 15% a.a..
31/01 Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Fevereiro
05/02 Reunião do BCE para decisão de juros
Resultado = manutenção das taxas

Março
08/03 Eleições Legislativas na Colômbia.
18/03 Reunião do FOMC para decisão de juros
18/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
19/03 Reunião do BCE para decisão de juros
23/03 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Abril
02/04 Primero Turno das Eleições Presidenciais e Eleições Legislativas no Peru.
04/04 Prazo final para filiação partidária, mudança de domicílio eleitoral e para presidente, governadores e prefeitos saírem dos cargos para concorrer a outras funções.
29/04 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/04 Reunião do Copom para decisão de juros.
30/04 Reunião do BCE para decisão de juros

Maio
01/05 Troca dos presidentes de FEDs regionais que votam nas decisões de juros.
15/05 Posse do novo presidente do FED
22/05 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
31/05 Primero Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.

Junho
07/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Peru.
11/04 Reunião do BCE para decisão de juros
17/06 Reunião do FOMC para decisão de juros
17/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
21/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.
Expectativa do fim do julgamento das tarifas de importação dos EUA.

Julho
20/07 Início do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
20/07 Início do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
22/07 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
23/07 Reunião do BCE para decisão de juros
29/07 Reunião do FOMC para decisão de juros

Agosto
05/08 Fim do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
05/08 Reunião do Copom para decisão de juros.
15/08 Fim do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
16/08 Início da propaganda eleitoral.

Setembro
10/09 Reunião do BCE para decisão de juros
16/09 Reunião do FOMC para decisão de juros
16/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
22/09 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
30/09 Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Outubro
04/10 Primero Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
25/10 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
28/10 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/10 Reunião do BCE para decisão de juros

Novembro
03/11 Eleições legislativas nos EUA
04/11 Reunião do Copom para decisão de juros.
23/11 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Dezembro
09/12 Reunião do FOMC para decisão de juros
09/12 Reunião do Copom para decisão de juros.
17/12 Reunião do BCE para decisão de juros

Banco centrais seguem cautelosos

Apesar das incertezas em torno da persistência do conflito no Oriente Médio, a dissipação do choque energético trouxe sinais mais favoráveis para a inflação desde meados do mês passado. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, os índices vieram abaixo das expectativas, reduzindo as pressões de curto prazo. Ainda assim, a inflação acumulada em 12 meses permanece acima das metas, o que mantém os bancos centrais em postura cautelosa. Nos Estados Unidos, o Fed segue diante do dilema entre aguardar novos dados ou iniciar um aperto monetário moderado. Na Europa, o BCE manteve a taxa de juros em 2,25%, após a elevação de 25 pb realizada em junho, adotando, porém, um tom mais vigilante. No Brasil, o Copom reduziu a Selic em 25 pb, para 14,00%, e a expectativa é de um novo corte em setembro. Apesar desse quadro mais benigno para a inflação, a recente alta do petróleo e os riscos no cenário externo seguem demandando atenção.

Nos Estados Unidos, a atividade permaneceu resiliente no segundo trimestre, e os ISMs de julho reforçaram o dinamismo da economia, sustentado pelo ciclo de investimentos em inteligência artificial. Em contrapartida, o mercado de trabalho continuou apresentando sinais de moderação: o payroll registrou abertura de apenas 23 mil vagas em julho, acompanhado de revisão negativa de 103 mil postos nos dois meses anteriores e desaceleração dos salários. A inflação de junho também surpreendeu para baixo, fortalecendo a narrativa de desinflação. Nesse contexto, o Fed manteve a taxa de juros entre 3,50% e 3,75% na reunião de julho. Embora a decisão tenha sido marcada por três divergências e um debate interno claramente mais restritivo, a comunicação permaneceu ambígua quanto aos próximos passos, combinação que ajuda a explicar o fortalecimento do dólar no fim do mês.

Na Área do Euro, a atividade mostrou-se mais forte do que o esperado. O PIB avançou 0,4% t/t no segundo trimestre, enquanto a taxa de desemprego permaneceu próxima das mínimas históricas, em 6,3%. A inflação acelerou moderadamente para 2,9% a/a, impulsionada principalmente pela energia. Já os núcleos de inflação e os serviços seguiram comportados, com expectativas bem ancoradas. Diante desse quadro, o BCE manteve a taxa de depósitos em 2,25% e reforçou uma comunicação mais vigilante, sem, contudo, identificar evidências relevantes de efeitos de segunda ordem.

Na China, a economia continua operando em duas velocidades. Embora o PIB tenha desacelerado para 4,3% a/a no segundo trimestre, o crescimento acumulado no primeiro semestre, de 4,7%, permaneceu alinhado à meta oficial. De um lado, a manufatura de alta tecnologia e as exportações seguem robustas; de outro, o consumo das famílias e o setor imobiliário continuam fragilizados. Ao mesmo tempo, a inflação voltou a perder força e os PMIs oficiais recuaram para território contracionista em julho. Sem sinais de desaceleração mais intensa, o Politburo reiterou a estratégia de ajustes graduais, sem anunciar novos estímulos de grande magnitude.

No Brasil, os dados recentes confirmaram a esperada moderação da atividade no segundo trimestre, embora com uma composição menos desfavorável do que sugerem os indicadores agregados. PMS, PMC e produção industrial vieram mais fracos, mas a abertura dos dados mostrou desempenho mais construtivo dos serviços prestados às famílias, enquanto o IBC-Br superou as expectativas. O mercado de trabalho segue aquecido, ainda que os rendimentos apresentem desaceleração gradual. Na inflação, a principal surpresa foi positiva: o IPCA de julho avançou apenas 0,07%, levando a taxa acumulada em 12 meses para 4,44%. No campo fiscal, contudo, o quadro permanece desafiador, com a dívida bruta alcançando 81,9% do PIB. O real, por sua vez, apreciou 1,7% em julho, encerrando o mês em R$ 5,07 por dólar. Na política monetária, o Copom reduziu a Selic para 14,00% a.a. em agosto, em decisão amplamente antecipada, adotando uma comunicação mais objetiva, mantendo a assimetria altista no balanço de riscos e reforçando uma condução dependente da evolução dos dados.

Estados Unidos: Fed ganha tempo, mas encontra-se diante de um dilema

A economia americana permaneceu resiliente no segundo trimestre, embora o crescimento do PIB tenha desacelerado de 2,1% para 1,5% t/t anualizado. A composição do resultado, no entanto, foi mais favorável do que o número agregado sugere. A demanda privada doméstica final acelerou de 1,7% para 3,9%, impulsionada pela retomada do consumo das famílias, que avançou 3,2% após alta de apenas 0,5% no 1T26. O investimento fixo também seguiu robusto, com crescimento de 8,4% no investimento não residencial, sustentado sobretudo por equipamentos, que avançaram 15,2%, e por produtos de propriedade intelectual, com alta de 8,8%. Esse desempenho continua refletindo a força do ciclo de investimentos associado à inteligência artificial. Por outro lado, o investimento em estruturas recuou 5,0%, enquanto estoques e exportações líquidas subtraíram, respectivamente, 67 e 101 pontos-base do crescimento do PIB. Parte da forte aceleração do consumo parece ter refletido fatores temporários, como os gastos relacionados à Copa do Mundo e a antecipação do Prime Day, o que sugere alguma moderação ao longo do segundo semestre. Ainda assim, os investimentos ligados à IA devem seguir como importante vetor de sustentação da atividade.

Os indicadores antecedentes de julho indicam que esse dinamismo se estendeu ao início do terceiro trimestre. O ISM de manufatura subiu de 53,3 para 55,6, atingindo o maior nível desde maio de 2022, com 16 dos 17 setores reportando expansão. A melhora foi puxada pela aceleração da produção, de 56,1 para 58,5, e dos novos pedidos, de 55,8 para 56,7. Além disso, o componente de emprego retornou ao território expansionista pela primeira vez em 33 meses, avançando para 52,8. Nos serviços, o índice permaneceu em patamar elevado, em 54,1, com forte desempenho da atividade, que subiu de 58,6 para 59,1, e dos novos pedidos, de 55,6 para 57,2. O avanço foi particularmente relevante em transportes e comércio varejista, setores beneficiados pela realização da Copa do Mundo, embora o componente de emprego tenha voltado ao território contracionista.

Os comentários qualitativos das empresas seguiram apontando para forte demanda relacionada a investimentos em IA, infraestrutura para data centers e defesa. Ao mesmo tempo, as companhias relataram restrições de oferta em chips de memória, equipamentos de rede e mão de obra técnica, além de maior volatilidade de preços e prazos de entrega em razão do conflito no Oriente Médio. Em conjunto, os ISMs continuam compatíveis com uma economia em expansão, sustentada pelo ciclo de investimentos em IA e por um setor de serviços ainda resiliente, ainda que o mercado de trabalho comece a mostrar sinais graduais de moderação.

De fato, o mercado de trabalho apresentou sinais mais claros de arrefecimento nos dois últimos meses. O payroll surpreendeu negativamente em julho, com fechamento líquido de 23 mil vagas. O resultado refletiu a criação de 30 mil empregos no setor privado e a perda de 53 mil postos no setor público, concentrada na educação pública, que eliminou 50 mil vagas. Além disso, os dois meses anteriores sofreram revisão líquida de -103 mil empregos, reforçando a percepção de que a resiliência do mercado de trabalho no primeiro semestre havia sido parcialmente superestimada.

Ainda assim, a criação de empregos no setor privado permanece próxima das estimativas do ritmo necessário para estabilizar a taxa de desemprego, patamar compatível com a atual dinâmica da oferta de trabalho. Essa dinâmica é marcada pela forte desaceleração da imigração, pelo envelhecimento populacional e, consequentemente, por uma expansão mais lenta da força de trabalho. A taxa de desemprego recuou de 4,2% para 4,1%, mas a melhora refletiu sobretudo a saída de 264 mil pessoas da força de trabalho, e não uma aceleração das contratações. Ao mesmo tempo, os salários desaceleraram para 0,1% m/m, ante 0,3% anteriormente, e para 3,2% a/a, ante 3,5%, atingindo o menor ritmo em mais de cinco anos. Esse conjunto de informações reforça a avaliação de que o mercado de trabalho deixou de ser uma fonte relevante de pressão inflacionária. Os pedidos de seguro-desemprego, por sua vez, permaneceram próximos das mínimas históricas, indicando que as demissões seguem muito baixas.

O relatório marca a transição da fase de better hiring observada no 1º semestre, favorecida pela normalização das admissões após a fraqueza de 2025 e pela redução temporária da incerteza, para um mercado de trabalho mais estabilizado. Esse novo estágio é caracterizado por menor ritmo de criação de vagas, mas ainda sem evidências de deterioração disseminada do emprego.

No lado da inflação, o CPI de junho surpreendeu positivamente e trouxe algum alívio após a aceleração observada nos meses anteriores. O índice cheio recuou 0,4% m/m, reduzindo a inflação acumulada em 12 meses de 4,2% para 3,5%. O núcleo ficou praticamente estável, com variação de -0,02% m/m, levando a taxa anual de 2,9% para 2,6%, o menor nível desde o período pós-pandemia. A surpresa baixista foi disseminada. A desaceleração refletiu a forte queda dos preços de energia, especialmente da gasolina, que recuou 9,5% m/m, mas também uma moderação importante da inflação de serviços ex-energia, que avançou apenas 0,03% m/m. Dentro desse grupo, houve desaceleração em habitação, para 0,12% m/m. Além disso, o núcleo de bens voltou a registrar deflação, de -0,09% m/m, sugerindo que os impactos inflacionários das tarifas já ficaram, em grande medida, para trás.

Em conjunto, o resultado reforçou a avaliação de que a inflação está migrando de um ambiente dominado por sucessivos choques de oferta, inicialmente associados às tarifas, depois ao choque energético e, mais recentemente, a gargalos em segmentos ligados ao ciclo de investimentos em IA, para uma dinâmica mais benigna. Nesse novo quadro, as pressões oriundas da demanda permanecem moderadas, mesmo em um contexto de atividade econômica resiliente.

Olhando à frente, o mercado espera leituras mensais relativamente benignas de inflação ao longo do segundo semestre. A desaceleração dos aluguéis, a moderação do mercado de trabalho e a expectativa de variações próximas de 0,2% m/m para o núcleo do PCE devem contribuir para um processo gradual de desinflação. Ainda assim, a inflação acumulada em 12 meses deve permanecer acima da meta por mais tempo, refletindo a persistência dos efeitos defasados dos choques de oferta que atingiram a economia no último ano. Embora os impactos das tarifas sobre a inflação mensal tenham diminuído significativamente em relação ao fim de 2025, ainda persistem efeitos defasados do choque energético associado ao conflito no Oriente Médio, além de pressões localizadas decorrentes do forte ciclo de investimentos em IA.

Nesse contexto, com o mercado de trabalho próximo do pleno emprego, salários em desaceleração e sem evidências de deterioração significativa da atividade, o Federal Reserve chegou a um ponto de decisão. Na reunião de julho, o Comitê manteve os juros inalterados no intervalo de 3,50%-3,75%, mas o debate interno tornou-se mais restritivo. Após retirar o viés de afrouxamento monetário em junho, a questão deixou de ser quando iniciar um novo ciclo de flexibilização e passou a ser por quanto tempo o Fed pode continuar esperando antes de concluir que a inflação não retornará à meta sem um aperto adicional.

As três divergências observadas na reunião ilustraram essa mudança de tom. Ainda assim, é importante distinguir o debate interno da sinalização externa. O conteúdo da discussão foi claramente mais restritivo, mas a comunicação pós-reunião permaneceu ambígua quanto à direção do próximo movimento, evitando indicar se a barra relevante é para cortar ou para apertar os juros. Essa assimetria entre debate e sinalização ajuda a explicar por que o mercado interpretou a reunião como pouco informativa, com reflexo direto no comportamento do dólar na última semana do mês.

Em outras palavras, o ponto de decisão do Fed está entre apostar que as próximas leituras de inflação confirmarão a retomada da desinflação ou concluir que o custo de esperar se tornou elevado demais. Se os próximos dados corroborarem com o cenário de leituras mensais benignas, o Comitê tende a manter os juros estáveis. Caso contrário, cresce a probabilidade de que o Fed conclua que um ciclo moderado de aperto será necessário para garantir a convergência da inflação à meta.

Para monitorar: dados mensais de inflação, comunicações dos participantes do FOMC e evolução das expectativas de inflação (proxy para a credibilidade do Fed).

Gráfico 1: Medidas de inflação (% a/a)

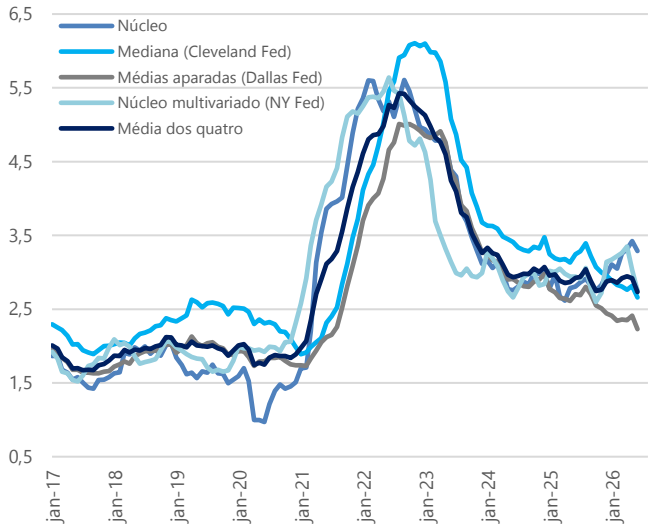
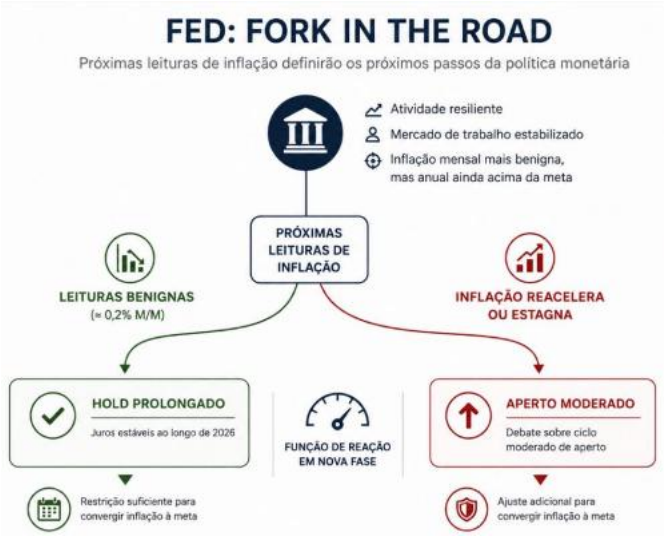


Gráfico 2: Fed– *"fork in the road"/Dilema de decisão*



Fontes: Bloomberg, Bureau of Economic Analysis, Cleveland Fed, Dallas Fed e New York Fed.

Zona do Euro: atividade surpreende e BCE permanece vigilante

A economia da Área do Euro apresentou desempenho melhor do que o esperado, reduzindo o risco de uma desaceleração mais acentuada após o choque energético provocado pelo conflito no Oriente Médio. O PIB cresceu 0,4% t/t no segundo trimestre, acima das expectativas (0,2%), enquanto a taxa de desemprego permaneceu próxima das mínimas históricas em 6,3%. O crescimento continuou sendo sustentado principalmente pelo setor de serviços, pelos investimentos em digitalização, defesa e infraestrutura e por uma recuperação gradual da indústria, refletida na melhora dos PMIs e da confiança ao longo do mês.

Ao mesmo tempo, a inflação apresentou aceleração modesta em julho. O índice cheio subiu 10 pontos base, para 2,9% a/a, enquanto o núcleo avançou de 2,4% para 2,5% a/a. Esse movimento foi explicado principalmente pela alta da inflação de energia, que aumentou 150 pontos base e chegou a 10,0% a/a. Em contraste, as demais pressões permaneceram relativamente contidas: a inflação de serviços passou de 3,2% para 3,3% a/a, enquanto a de bens industriais avançou 20 pontos base, para 0,9% a/a.

Apesar do choque energético, o Banco Central Europeu (BCE) destacou que ainda não há evidências de efeitos de segunda ordem sobre salários e preços. As expectativas de inflação dos consumidores reforçaram esse diagnóstico. A mediana para os próximos doze meses recuou de 3,5% em maio para 3,0% em junho, enquanto a expectativa para cinco anos permaneceu estável em 2,4%, sugerindo que as expectativas de longo prazo seguem ancoradas.

Na política monetária, o BCE manteve a taxa de depósitos em 2,25% e reforçou uma postura dependente dos dados. Embora alguns membros tenham defendido considerar uma alta já na reunião de julho, prevaleceu a avaliação de que ainda é necessário observar a intensidade, a duração e a propagação do choque de energia antes de novos

ajustes. Ao mesmo tempo, a comunicação tornou-se claramente mais vigilante, com a retirada da avaliação de que os riscos para o crescimento e a inflação estariam mais equilibrados.

Além da conjuntura, julho marcou um avanço na agenda estrutural europeia. Na Alemanha, o governo apresentou um amplo pacote de reformas voltado para o aumento da competitividade, incluindo mudanças tributárias, previdenciárias, trabalhistas e de desburocratização. Ainda que seus efeitos devam ocorrer apenas de forma gradual, as medidas representam uma tentativa relevante de enfrentar problemas estruturais que vêm limitando o crescimento da maior economia da região. Ao mesmo tempo, respondem ao desafio crescente de competitividade imposto pelo avanço da indústria chinesa em segmentos tradicionalmente liderados pela Alemanha, reforçando a necessidade de elevar a produtividade e estimular o investimento privado.

A combinação entre atividade mais resiliente, inflação ainda acima da meta e um ambiente de elevada incerteza energética mantém o BCE em uma postura cautelosa, porém vigilante. Esperando-se mais 25-50 pontos-base de alta ao longo do ciclo, mas a velocidade desse ajuste continuará dependendo da evolução dos preços de energia e, principalmente, da eventual disseminação do choque para salários, inflação de serviços e expectativas de inflação.

Para monitorar: desdobramentos do conflito no Oriente Médio, evolução dos preços de energia, sinais de efeitos de segunda ordem sobre salários e preços e implementação das reformas na Alemanha.

Gráfico 3: Contribuições para o PIB (% t/t)

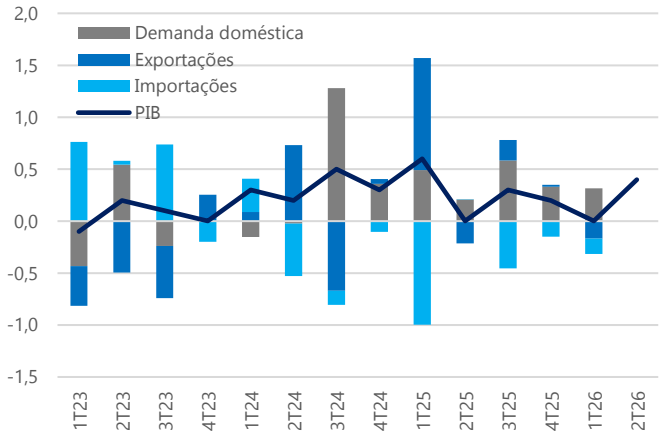
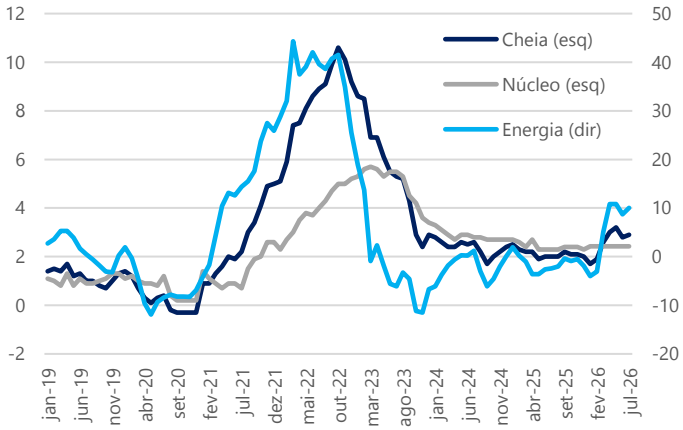


Gráfico 4: Inflação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: Bloomberg.

China: a economia em duas velocidades

A economia chinesa perdeu fôlego no segundo trimestre, mas segue marcada por uma divergência crescente entre os setores ligados à tecnologia e às exportações e os segmentos mais dependentes da demanda doméstica. O PIB cresceu 4,3% a/a no período, desacelerando em relação aos 5,0% observados no trimestre anterior. Ainda assim, o crescimento acumulado no primeiro semestre ficou em 4,7%, dentro da meta oficial de 4,5% a 5,0% para o ano.

A composição desse crescimento, porém, permaneceu bastante desigual. Em junho, a produção industrial acelerou 80 pontos base, para 5,3% a/a, sustentada principalmente pela manufatura de maior intensidade tecnológica. Em contraste, o consumo das famílias seguiu fraco, com as vendas no varejo crescendo apenas 1,0% a/a,

enquanto o setor imobiliário continuou em forte contração, com queda de 18,0% a/a nos investimentos no acumulado do ano.

O setor externo continuou funcionando como o principal amortecedor da fraqueza da demanda doméstica. As exportações cresceram 23,9% a/a em julho, novamente acima das expectativas, impulsionadas sobretudo pelos produtos de maior intensidade tecnológica. O forte avanço das exportações de semicondutores, computadores, equipamentos para data centers, veículos elétricos e navios evidencia que o ciclo global de investimentos em IA e na transição energética continua sendo o principal motor da indústria chinesa. As importações também permaneceram robustas, lideradas por bens de alta tecnologia, mantendo o superávit comercial elevado. Em contraste, os setores tradicionais intensivos em mão de obra seguem perdendo dinamismo, reforçando uma economia cada vez mais dividida entre a força da manufatura de alta tecnologia voltada à exportação e a persistente fraqueza da demanda doméstica.

A inflação voltou a perder força em julho, com o CPI cheio desacelerando de 1,0% para 0,5% a/a, enquanto o núcleo recuou de 1,0% para 0,9% a/a. O PPI também surpreendeu para baixo, desacelerando de 4,1% para 3,5% a/a, refletindo principalmente a redução das pressões dos preços de commodities. Embora alguns segmentos ligados à IA e à manufatura avançada continuem registrando aumentos de preços, a persistência da deflação em alimentos e aluguéis e a moderação da inflação de serviços reforçam os sinais de fraqueza da demanda doméstica e sugerem perda de força do processo recente de reflação. Já os dados de crédito mostraram melhora na margem em junho, impulsionados pela emissão de títulos públicos e pela expansão do financiamento corporativo, mas ainda insuficientes para sinalizar uma retomada consistente da demanda doméstica.

Os indicadores antecedentes sugerem que a atividade iniciou o terceiro trimestre em ritmo mais moderado. Em julho, o PMI oficial de manufatura recuou para 49,2, enquanto o de serviços caiu para 49,0, ambos abaixo da linha de 50 pontos, ou seja, indicando contração. Já os PMIs privados permaneceram em território expansionista (50,9 na manufatura e 50,4 em serviços), embora também tenham desacelerado, indicando perda gradual de dinamismo e não uma interrupção abrupta da atividade.

A desaceleração observada até o momento ainda não foi suficiente para alterar a função de reação das autoridades chinesas. O Politburo reiterou a prioridade de acelerar a implementação das políticas já anunciadas, fortalecer os ajustes contracíclicos e apoiar setores estratégicos, sem anunciar novas medidas de grande magnitude. Enquanto o crescimento permanecer suficientemente próximo da meta oficial, a tendência é que Pequim continue privilegiando essas políticas e ajustes graduais, em vez de promover uma inflexão relevante na política econômica.

Para monitorar: demanda doméstica, evolução do ecossistema de IA (investimentos e novos modelos), trajetória do yuan e relação EUA-China, com destaque para a visita de Xi Jinping a Washington em setembro.

Brasil: Discurso do BC sugere porta ainda aberta para outro corte em setembro

Os dados de atividade seguem compatíveis com a moderação esperada para o 2T26. A Pesquisa Mensal de Serviços de maio registrou queda de 0,4% m/m e alta de 0,4% a/a, abaixo do consenso. Na margem, o recuo foi puxado por "Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio" e "Outros serviços", parcialmente compensado pelos avanços em "Serviços profissionais, administrativos e complementares" e "Serviços prestados às famílias". Apesar da surpresa negativa no resultado agregado, a abertura foi mais favorável do que o número cheio sugere. O

segmento de "Serviços prestados às famílias", relevante para o cálculo do PIB, voltou a crescer, e o carrego para o 2T26 permaneceu positivo em 0,2%, com contribuição favorável em boa parte das categorias.

Já a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) mostrou resultado mais fraco: alta de 0,1% m/m e 0,4% a/a no varejo restrito e queda de 0,2% m/m e 0,6% a/a no ampliado, ambos abaixo do consenso. Na abertura, a queda concentrou-se em "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" e "Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação". No ano, a contração do varejo ampliado decorreu principalmente do "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo". No restrito, a alta de "Tecidos, vestuário e calçados" e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos" foi parcialmente compensada pela queda em "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico". Para o 2T26, o carrego é negativo em 0,6% para o varejo ampliado e em 0,8% para o restrito.

Ademais, o IBC-Br, proxy mensal do PIB, registrou alta de 0,1% m/m e 0,8% a/a, acima do consenso, porém desacelerando ante abril. No mês, com exceção do IBC-Br Agro, que recuou 1,0% m/m, todas as categorias registraram alta, com destaque para a indústria. No ano, houve crescimento generalizado, com destaque para o agro e os serviços, porém menos intenso do que o registrado em abril. Além disso, com a desaceleração mensal de maio, a média móvel de três meses da variação mensal recuou de 0,3% para 0,1%. Para o 2T26, o carrego segue positivo em 0,5% (estável ante abril), com o ex-Agro em 0,4%.

Por fim, os primeiros dados de junho reforçaram a percepção de perda de ritmo. A Produção Industrial recuou 1,8% m/m e avançou 1,7% a/a, ficando abaixo tanto do consenso e sugerindo perda de ritmo. Na margem, houve queda disseminada, tendo como destaque os "Bens de consumo". No 2T26, a variação trimestral registrou alta de 0,3%, abaixo dos 1,4% do trimestre anterior. Na abertura, a desaceleração foi puxada principalmente pela queda de "Bens de consumo", com destaque para "Bens de consumo semiduráveis e não duráveis". Além disso, o carrego para o 3T26 aponta para uma contração da indústria de 1,5%, com queda em praticamente todas as categorias.

No mercado de trabalho, os dados de junho trouxeram sinais mistos, mas ainda indicam um quadro aquecido. Segundo a PNAD Contínua, a taxa de desemprego recuou 0,2 ponto percentual no mês, para 5,4%, em linha com o consenso e em mínimas históricas. Na abertura, o emprego avançou 0,1% na margem e acumulou alta de 0,7% no ano. O emprego formal acelerou no mês e continuou crescendo na comparação anual, enquanto o emprego informal também registrou expansão nas duas bases de comparação. Por outro lado, os rendimentos mostraram desaceleração, com os habituais e efetivos nominais crescendo 7,5% a/a e 7,6% a/a (ante 8,5% a/a e 8,4% a/a em maio), e os reais crescendo 2,8% a/a e 3,1% a/a (ante 4,0% a/a e 4,1% a/a no mês anterior), respectivamente.

Além disso, o Caged registrou criação líquida de 145,2 mil vagas em junho, bem acima do consenso, que esperava 115 mil. Na abertura, as admissões cresceram 0,3% em relação a maio, enquanto os desligamentos caíram 1,2%. Com isso, a criação líquida dessazonalizada foi de 75,9 mil vagas em junho de 2026, acima das 43,0 mil registradas em maio. Ainda assim, a média móvel de três meses desacelerou, passando de 97,9 mil para 51,7 mil vagas. Além disso, vale destacar que as demissões a pedido registraram queda de 1,8% m/m, enquanto no ano aceleraram e seguem positivas (5,5% a/a, ante 1,8% a/a). Por fim, a Quit Rate registrou leve desaceleração na margem, passando de 1,62% para 1,59%, porém segue nas máximas históricas. Esse comportamento sugere que a taxa de desemprego deve continuar próxima das mínimas nos próximos meses.

De forma geral, o conjunto de indicadores recentes reforça o cenário de moderação gradual da atividade econômica no 2T26, com composição menos ruim do que os números agregados sugerem e sem sinalizar uma desaceleração abrupta. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego em mínimas históricas, a geração positiva de

vagas formais e a Quit Rate nas máximas históricas continuam apontando para um mercado aquecido, embora a desaceleração dos rendimentos sugira alguma perda de dinamismo.

Na inflação, os dados mais recentes do IPCA mostram uma melhora do cenário de curto prazo. O IPCA de julho consolidou essa avaliação, ao registrar alta de apenas 0,07% m/m e inflação de 4,44% em 12 meses, com uma abertura mais benigna do que a esperada. A alimentação no domicílio registrou deflação, refletindo a queda dos alimentos in natura, puxada principalmente por itens que haviam apresentado alta significativa ao longo deste ano. O segmento deve permanecer em deflação pelo menos até agosto, acompanhando fatores sazonais, mas deve voltar a acelerar nos últimos meses do ano. A melhora do quadro de curto prazo não altera a expectativa de um cenário inflacionário desafiador, com um mercado de trabalho ainda sem sinais de arrefecimento e questões climáticas pressionando os preços de alimentos.

Nos serviços, a alta de 0,4% m/m e 5,9% a/a foram fortemente influenciadas pelo avanço de 12% das passagens aéreas. Já os serviços subjacentes avançaram 0,3% m/m e 5,1% a/a, enquanto a média móvel de três meses, anualizada e dessazonalizada, desacelerou de 5,2% para 4,9%. Por outro lado, os serviços intensivos em mão de obra seguem pressionados, com alta de 0,6% m/m e inflação acumulada em 12 meses persistentemente acima de 7,0%.

Os bens industriais ficaram estáveis, com destaque para a queda dos preços do etanol e de itens de vestuário, enquanto o segmento de higiene pessoal segue pressionado. Nos administrados, as altas de 0,4% m/m e 5,3% a/a foram puxadas pelo aumento de 3,0% da energia elétrica. Já os combustíveis voltaram a contribuir de forma favorável, com deflação de 0,7% da gasolina, mais intensa do que o esperado.

Do lado fiscal, os dados de junho reforçaram a percepção de um quadro fiscal frágil, com forte expansão de despesas no 1S26. O Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R$ 55,3 bilhões, contra o consenso de R$ 49,8 bilhões e R$ 47,1 bilhões no mesmo mês de 2025. Na abertura, o Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais registraram déficit de R$ 47,2 bilhões, R$ 6,6 bilhões e R$ 1,5 bilhão, respectivamente.

Além disso, a dívida líquida (DLSP) atingiu 68,5% do PIB em junho, ante 67,9% em maio. Na abertura, esse resultado se deu principalmente pelo impacto dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), do déficit primário (+0,4 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (0,1 p.p.). Já a dívida bruta (DBGG) atingiu 81,9% do PIB em junho. A alta ocorreu em decorrência do efeito dos juros nominais apropriados e das emissões líquidas de dívida.

No setor externo, o déficit em conta corrente consolidou a retomada da trajetória de queda, com o acumulado em 12 meses recuando de US$ 64,2 bilhões para US$ 61,3 bilhões. O Investimento Direto no País voltou a surpreender positivamente e reforçou a tendência de alta, registrando ingresso líquido de US$ 9,1 bilhões, bem acima dos US$ 3,1 bilhões observados em junho do ano passado. Na balança comercial, o cenário segue construtivo, com o superávit permanecendo em patamar elevado e o acumulado em 12 meses estável em US$ 80 bilhões.

No câmbio, o Real apreciou 1,7% em julho, encerrando o mês em R$ 5,07 por dólar. No cenário externo, a alta dos preços das commodities, acompanhando o petróleo após a reescalada dos conflitos no Oriente Médio, contribuiu para esse movimento. Além disso, o dólar perdeu força na última semana de julho, em resposta à combinação de debate mais restritivo e sinalização ambígua do Fed após sua última reunião. No cenário doméstico, o recuo dos vencimentos mais curtos da curva de juros, com o Banco Central mantendo a porta aberta para seguir o ciclo de calibração após os dados mais recentes de atividade e inflação, limitou a apreciação do Real.

Na política monetária, o Copom reduziu a Selic para 14% a.a. em sua reunião de agosto, em decisão amplamente antecipada pelo mercado. A comunicação veio mais objetiva do que aquela do comunicado de junho, sem a discussão

sobre "trajetórias alternativas" da reunião anterior. Além disso, a projeção do horizonte relevante (1T28) veio em 3,2%, próxima do esperado. Por fim, o Comitê manteve a avaliação de "assimetria altista" no balanço de riscos, já sinalizada na ata de junho e agora reconhecida no comunicado da reunião de agosto. A leitura sobre a conjuntura doméstica mudou na margem em três frentes: "moderação gradual" da atividade, ajuste fino na descrição do mercado de trabalho e sinais mais favoráveis na inflação corrente. Em contrapartida, o Comitê afirmou que "monitora com atenção a desancoragem adicional das expectativas". Essa comunicação pode sugerir uma postura mais dependente de dados, com a porta ainda aberta para continuar o ciclo.

Para monitorar: expectativas de inflação (particularmente 2027 e 2028), evolução dos núcleos e da inflação de serviços, sinais de desaceleração da atividade, impulso fiscal e parafiscal e dinâmica do câmbio.

Gráfico 5: Focus – Expectativas de IPCA

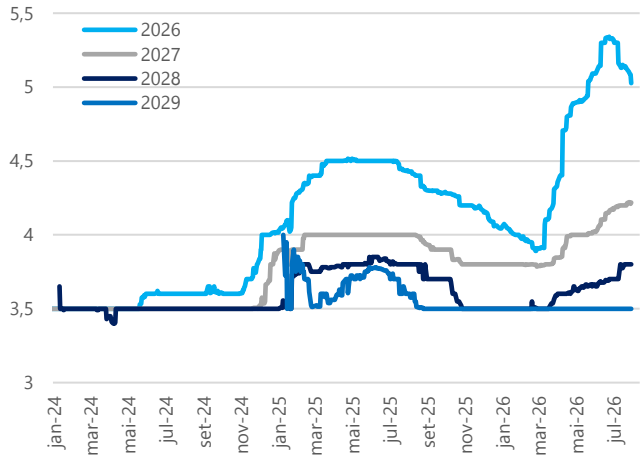
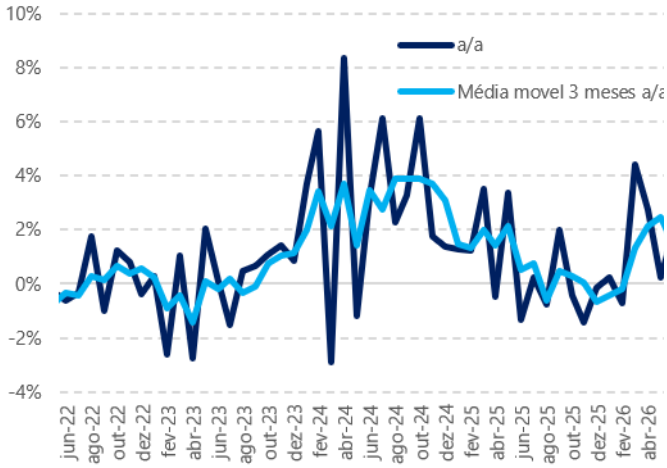


Gráfico 6: Produção Industrial (a/a%)



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até julho de 2026)

ÍNDICES	MÊS	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	1,22%	8,14%	14,71%	29,09%	43,95%	63,51%	78,86%
IMA-S	1,23%	8,26%	14,90%	29,62%	44,79%	64,81%	81,10%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,43%	8,62%	14,93%	30,95%	51,55%	70,01%	89,81%
IMA-B	0,97%	5,09%	10,19%	14,91%	19,94%	38,48%	42,98%
IRF-M	0,85%	5,95%	12,75%	24,03%	34,41%	56,50%	61,85%
DÓLAR	-1,92%	-7,73%	-9,37%	-10,33%	7,08%	-2,14%	-0,86%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	3,47%	10,47%	33,76%	39,44%	45,97%	72,54%	46,14%
MSCI WORLD em R$	-1,46%	0,97%	7,79%	21,72%	69,41%	72,74%	56,58%
NASDAQ em R$	-5,06%	0,74%	8,87%	29,28%	89,40%	100,40%	71,44%
S&P 500 em R$	-2,04%	0,96%	7,08%	21,62%	74,77%	77,45%	68,93%
MSCI WORLD (Moeda original)	0,46%	9,42%	18,94%	35,74%	58,21%	76,52%	57,95%
NASDAQ (Moeda original)	-3,20%	9,17%	20,13%	44,17%	76,87%	104,78%	72,93%
S&P 500 (Moeda original)	-0,13%	9,41%	18,15%	35,63%	63,21%	81,34%	70,40%

Elaboração: Backoffice i9.

Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26
CDI	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	1,22%
IMA-S	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	1,23%	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%	1,23%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	1,21%	1,36%	0,79%	0,46%	1,23%	1,82%	1,23%	1,43%
IMA-B	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,31%	1,00%	1,79%	0,17%	1,81%	0,31%	-1,04%	0,97%
IRF-M	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	0,30%	1,96%	0,99%	-0,59%	1,24%	0,68%	0,69%	0,85%
DÓLAR	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	3,16%	-4,95%	-1,54%	1,36%	-4,42%	1,37%	2,37%	-1,92%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,29%	12,56%	4,09%	-0,70%	-0,08%	-7,22%	-1,01%	3,47%
MSCI WORLD em R$	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%	-2,86%	-0,91%	-5,28%	4,61%	5,80%	1,54%	-1,46%
NASDAQ em R$	-1,61%	3,52%	5,99%	-2,44%	2,61%	-4,05%	-4,87%	-3,46%	10,19%	9,84%	-0,51%	-5,06%
S&P 500 em R$	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	3,11%	-3,65%	-2,39%	-3,80%	5,54%	6,59%	1,28%	-2,04%
MSCI WORLD (Moeda original)	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	0,73%	2,19%	0,64%	-6,55%	9,45%	4,37%	-0,80%	0,46%
NASDAQ (Moeda original)	1,58%	5,61%	4,70%	-1,51%	-0,53%	0,95%	-3,38%	-4,75%	15,29%	8,36%	-2,81%	-3,20%
S&P 500 (Moeda original)	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%	1,37%	-0,87%	-5,09%	10,42%	5,15%	-1,06%	-0,13%

Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas

1. Informações da organização:

Razão Social:	Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte - PREVIJUNO
Nº do processo:	CPG 241/2026
Endereço:	Rua do Cruzeiro, nº 167, Centro, Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63.010-212
Tipo de auditoria:	Documental
Pessoa para contato:	Geogeane da Silva Soares Gomes
E-mail:	progestao.rpps@previjuno.com
Telefone:	(87) 99681-1185
N° de servidores:	-
Descrição do escopo de certificação:	**Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o art. 236 da Portaria MTP n° 1.467, de 02 de junho de 2022**

2. Informações da auditoria:

Norma:	**Manual Pró-Gestão Versão 4.1** **Mudança de Nível: ☒ Sim ☐ Não** **Nível: ☐ I ☐ II ☒ III / ☒ IV ☐ Acesso**	
Tipo de Auditoria:	**☐ Análise Documental**	**☒ Pré-Auditoria**
	☐ Certificação	**☐ Recertificação**
	☐ 1ª Supervisão	**☐ 2ª Supervisão**
	☐ Follow-Up	
Período da auditoria:	14, 15 e 16/09/2026	
Carga da Auditoria:	3,0 (três) dias	
Equipe auditora:	Ketley Morais	
Telefone de contato:	(62) 99333-2335	
E-mail:	ketley.morais@atzert-icq.com	

3. Link Para Envio de Documentos e Evidências de Auditoria:

Link do OneDrive: Juazeiro do Norte

Toda a documentação deve estar anexada no link informado para que a auditoria ocorra na data confirmada.

4. Observações:

Favor confirmar o recebimento e entendimento deste e-mail. A empresa terá o prazo de 5 dias corridos para a confirmação da equipe auditora, que deverá ser feita em resposta deste e-mail.

Data de emissão:	Responsável:
21/08/2026	Tamires Cristina Nunes